

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa  
Departamento de Sociologia  
Mestrado em Ciência Política



# *Autonomia Açoriana*

Partidos Políticos  
na Transição para a Democracia

Dissertação de Mestrado

**João Ricardo Vasconcelos**

**Orientadores:**

**Professor Doutor Fernando Farelo Lopes  
Professor Doutor José Medeiros Ferreira**

**2006**

## Índice

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
REFLEXÃO INICIAL	4
ÂMBITO DO ESTUDO	5
PROBLEMÁTICA E INTERROGAÇÕES	7
ESTRUTURA E METODOLOGIA	9
<b>CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO E PERSPECTIVAS TEÓRICAS</b>	<b>12</b>
PARTIDOS POLÍTICOS	13
<i>Origens dos Partidos Políticos</i>	13
<i>Funções e Tipos de Partidos Políticos</i>	16
<i>Sistemas de Partidos</i>	22
TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA	27
<i>Democracia: Versão minimalista ou maximalista?</i>	29
<i>As Vagas de Democratização</i>	31
<i>A Transição como Momento Decisivo</i>	35
<b>CAPÍTULO II - AÇORES: REGIONALISMO E AS ORIGENS DO IDEAL AUTONOMISTA</b>	<b>39</b>
O PARADIGMA REGIONALISTA	40
AUTONOMIA REGIONAL	42
<i>A “Açorianidade” enquanto expressão Regionalista</i>	43
AÇORES – ORIGENS DA AUTONOMIA	45
<i>O Liberalismo</i>	46
<i>Da 1ª República à instauração da Ditadura Militar</i>	48
<i>Traços Comuns nas origens da Autonomia Açoriana</i>	51
EVOLUÇÃO POLÍTICO-JURÍDICA DA AUTONOMIA AÇORIANA (1895-1974)	52
<b>CAPÍTULO III - OS AÇORES NOS FINAIS DO ESTADO NOVO</b>	<b>56</b>
CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA	57
AS SEMANAS DE ESTUDO	61
O MARCELISMO	64
<b>CAPÍTULO IV - O 25 DE ABRIL E O EMERGIR DOS PARTIDOS</b>	<b>68</b>
A REVOLUÇÃO E OS DIAS QUE SE SEGUIRAM	69
MOVIMENTOS DEMOCRÁTICOS E SANEAMENTOS	72
OS PARTIDOS POLÍTICOS	74
<b>PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO (AÇOREANO)</b>	<b>75</b>
A Fundação	75
Entre o Liberalismo e a Social-Democracia	78
Regionalismo e Autonomia como Bandeiras Políticas	80
Posicionamento no Contexto Regional e Nacional	82
Implantação Rápida e Eficaz	84
<b>PARTIDO SOCIALISTA</b>	<b>88</b>
Surgimento	88
Verão de 1974: Reforço da Implantação e Organização	90
Ideologia: A Via Portuguesa para o Socialismo	92
Dualidade no Tratamento da Temática Autonomica	95
Inserção no Meio Político da Região	96
<b>PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS</b>	<b>99</b>
Início da Organização	99
Das Conquistas da Revolução à Autonomia Regional	101
Força Inicial: Realidade ou Mito?	103
<b>CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL</b>	<b>104</b>

Antecedentes e Surgimento _____	104
Do Centrismo à Autonomia _____	106
<b>CAPÍTULO V - A TRANSIÇÃO AO RUBRO _____</b>	<b>108</b>
A LEGITIMIDADE CRÍTICA DAS INSTITUIÇÕES DE GOVERNO PROVISÓRIO _____	110
DO ENQUADRAMENTO DOS PARTIDOS ÀS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE _____	113
<i>Do 11 de Março ao Pacto MFA-Partidos _____</i>	<i>115</i>
<i>Eleições para a Assembleia Constituinte _____</i>	<i>116</i>
REGIONALISMO E INDEPENDENTISMO _____	120
<i>Os Movimentos Independentistas: Surgimento e Afirmação _____</i>	<i>120</i>
<i>O 6 de Junho _____</i>	<i>124</i>
<i>Consequências e Repercussões do 6 de Junho _____</i>	<i>126</i>
<i>Tensões e Violência Política _____</i>	<i>129</i>
<i>Os Partidos e o Independentismo _____</i>	<i>134</i>
<b>CAPÍTULO VI - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUTONOMIA AÇORIANA _____</b>	<b>139</b>
ASSEMBLEIA CONSTITUINTE: A DEFINIÇÃO DO MODELO DE AUTONOMIA _____	141
O PRIMEIRO CICLO ELEITORAL _____	144
<i>Eleições Legislativas _____</i>	<i>145</i>
<i>Eleições Regionais _____</i>	<i>147</i>
<i>Vicissitudes do Sistema Eleitoral _____</i>	<i>148</i>
<i>Eleições Autárquicas _____</i>	<i>153</i>
<b>CAPÍTULO VII - DEFINIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PARTIDOS _____</b>	<b>156</b>
TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA E A DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE PARTIDOS _____	157
CLASSIFICAÇÃO DO SISTEMA DE PARTIDOS SAÍDO DA TRANSIÇÃO _____	162
DINÂMICA DO SISTEMA DE PARTIDOS ATÉ À ACTUALIDADE _____	163
<b>CONCLUSÕES _____</b>	<b>173</b>
ANEXO I _____	180
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	181
ÍNDICE DE QUADROS _____	187



## ***Introdução***

## Introdução

### ***Reflexão Inicial***

As grandes transformações políticas envolvem normalmente sérias efusões sociais, manifestações quase imediatas de júbilo ou desagrado, de aprovação ou reprovação. O início da Revolução Portuguesa de Abril de 1974 revela-se, neste sentido, um caso paradigmático. A invasão das ruas de Lisboa pelos tanques do Movimento das Forças Armadas (MFA) a 25 de Abril de 1974 originou grandes manifestações populares de apoio aos militares que tentavam derrubar o mais antigo regime autoritário da Europa Ocidental. A larga maioria dos relatos hoje feitos sobre este dia histórico mostram o país numa euforia quase sem precedentes. Estes relatos pecam, no entanto, por generalizar os acontecimentos que ocorreram em algumas zonas do país ao todo nacional.

Nos Açores, como em inúmeras zonas do país mais afastadas do centro dos acontecimentos, a manhã e tarde de 25 de Abril de 1974 foram vividas numa “paz cautelosa”. A Emissora Regional dos Açores, serviço associado da Rádio Difusão Portuguesa, tentava quebrar os milhares de quilómetros atlânticos que separam o arquipélago do continente. Só depois de findo o dia de trabalho, e com o regresso a suas casas, a larga maioria dos açorianos começou a ter alguma consciência que a ditadura que contava já com 48 anos de história podia ter chegado ao fim. A distância dos principais centros de decisão acaba por condicionar o impacto das grandes mudanças políticas.

Os períodos de transição para a democracia, e suas dinâmicas, adquirem um papel significativo na forma como se estruturaram os regimes democráticos. Dois tipos de fenómenos centrais encontram nas transições para a democracia um período privilegiado de definição. Por um lado, são largamente definidos os conjuntos de instituições, regras e procedimentos que dominarão o novo regime político. Por outro lado, fortemente interligado com este primeiro fenómeno, assiste-se a uma competição entre os diversos actores políticos na definição das instituições, regras e procedimentos que determinarão o seu sucesso político no futuro regime. Entre estes actores ou agentes políticos, destaca-se o papel dos partidos enquanto mobilizadores e canalizadores da vontade popular junto do poder.

Entre alguns reconhecidos estudiosos das transições e consolidações democráticas, o caso português revelou-se paradigmático dada a evolução seguida pelos diversos acontecimentos (O'Donnell e Schmitter, 1986; Huntington, 1993; Linz e Stepan, 1996; Maxwell, 1999). A consolidação bem sucedida da democracia portuguesa surpreendeu os estudiosos da temática em questão devido à turbulência de todo o processo, que envolveu vários governos provisórios, pactos entre as forças militares que derrubaram o regime autoritário e os partidos políticos, uma forte mobilização popular que em muito condicionou a acção política dos agentes

democráticos, entre outros fenómenos que colocaram em risco o processo de transição e consolidação da democracia.

No fundo, o espaço temporal enquadrado entre a queda do regime autoritário e o estabelecimento formal da democracia revela-se um verdadeiro laboratório para o estudo e análise dos diversos genes que constituem a democracia de um país.

A distância dos Açores relativamente ao todo nacional condicionou, de facto, a forma como foi sentida e vivida a transição para a democracia. Numa perspectiva genérica, reconhece-se o despoletar no arquipélago de fortes tensões políticas durante o referido período, destacando-se inclusive a “ameaça independentista”. A transição açoriana culminou com a aprovação da autonomia política e administrativa do arquipélago na Constituição da República Portuguesa em 1976.

Porém, diversas questões emergem ainda quanto ao real significado do referido período na institucionalização da autonomia açoriana. Qual a dinâmica social sentida e quais as proporções assumidas? Qual o papel dos diversos agentes sociais na formulação da realidade institucional democrática dos Açores consagrada na Constituição? De que forma emergiu o sistema de partidos nos Açores?

Estas são apenas algumas das questões cuja curiosidade politológica pode levantar, e que ainda não foram respondidas e justificadas pelo quadro conceptual e instrumentos metodológicos disponibilizados pela Ciência Política contemporânea. A presente dissertação debruçar-se-á precisamente sobre as questões enunciadas.

### ***Âmbito do Estudo***

O presente projecto de investigação visa estudar e analisar o processo de transição para a democracia nos Açores, nomeadamente as dinâmicas políticas e sociais que estão na origem da definição e evolução do sistema de partidos no arquipélago.

O projecto de investigação terá como objecto central os partidos políticos, enquanto agentes fundamentais nos mais diversos processos políticos, procurando a conquista e o exercício do poder, mas também desempenhando um papel central na politização dos cidadãos, estruturando as suas opiniões e canalizando as suas vontades na esfera política. O seu estudo e análise representam uma abordagem essencial para a compreensão dos fenómenos de transição para a democracia, uma vez que se apresentam como actores centrais na definição das instituições, regras e procedimentos do novo regime. No período que compreende a transição para a democracia, as suas dinâmicas, a sua capacidade de penetração no meio e consequente influência sobre a população, o seu primeiro desempenho eleitoral, determinam significativamente a configuração do sistema de partidos na democracia emergente.

Centralizaremos a nossa análise no contexto do arquipélago dos Açores por considerarmos que se trata de uma realidade política específica, que se diferencia na larga maioria das esferas do social relativamente ao todo nacional. A natureza arquipelágica dos Açores,

alicerçada numa forte descontinuidade do espaço regional em nove micro-sistemas sociais, até há algumas décadas atrás relativamente isolados do resto do país, mas também isolados entre si, determina fatalmente a formulação da identidade das suas populações. As marcas de regionalismo e independentismo nos Açores em alguns momentos da História de Portugal e o despoletar destes sentimentos durante o período de transição para a democracia, adquirem também um relevo significativo na forma como se estruturaram as instituições políticas regionais, nomeadamente os diversos partidos políticos presentes no arquipélago.

Ao contrário da maioria dos estudos conhecidos em Portugal sobre partidos políticos, o nosso campo de análise será circunscrito à esfera regional, com todas os desafios metodológicos que tal opção significará em termos de conceitos e instrumentos de análise.

O espaço temporal em que se verifica a transição para a democracia, o qual enquadrámos entre 1974 e 1976, será o período de análise central do presente projecto de investigação. A escolha do referido período temporal justifica-se por assumirmos que, durante estes dois anos, se desenvolveram dinâmicas essenciais para a formação e implantação das diversas forças políticas no arquipélago e para a configuração institucional da autonomia regional.

Por uma questão de limitação no acesso a fontes, a nossa análise centrar-se-á sobretudo no contexto da ilha de S. Miguel. Embora tenhamos presente que tal facto constitui uma importante limitação tendo em conta as diversas realidades que constituem o arquipélago, consideramos que S. Miguel se assumiu, durante o período da transição, como principal centro político da região. Como teremos oportunidade de demonstrar ao longo da dissertação, a actividade política aí verificada obteve importantes repercussões nas restantes ilhas do arquipélago, justificando deste modo uma maior profundidade na análise a efectuar.

Assumir os partidos políticos como temática central no presente projecto de investigação envolve o risco de estarmos a estudar um dos objectos da ciência política mais directamente afectados pela mudança dos comportamentos políticos nas sociedades industriais avançadas. Por um lado, pode argumentar-se que os partidos políticos já não desempenham nas sociedades actuais o importante papel democrático que lhes foi atribuído, por exemplo, no pós-II Guerra Mundial. Por outro lado, pode-se mesmo argumentar que a idade de ouro da literatura sobre os partidos políticos pode já ter passado<sup>1</sup>.

Consideramos, no entanto, que os partidos políticos continuam a ser actores centrais e dificilmente contornáveis para o estudo da democracia. A sua existência e pleno funcionamento são garantes de sustentação da democracia representativa, dado o papel, mais ou menos evidente, que desempenham como intermediários entre a sociedade civil e o Estado. Continuam igualmente a assumir funções institucionais incontornáveis, desde a designação dos candidatos até à orientação dos órgãos do Estado e das políticas públicas (Lopes, 2002: 12 e 13). Por outro lado, a crise ou queda dos partidos políticos é uma das temáticas

---

<sup>1</sup> “*The golden age of party literature may now have passed*”(Caramani, D., e S. Hug, 1998, *The Literature on European Parties and Party Systems since 1945: a Quantitative Analysis*, *European Journal of Political Research*, 33: 497-524 – Citado por Montero e Gunther, 2002: 3)

recorrentes no domínio da Ciência Política. Mais do que negarmos ou concordamos com tal pressuposto, consideramos que este constitui precisamente um factor estimulante para o estudo actual dos partidos políticos<sup>2</sup>.

Principalmente a partir da década de 1960, novos desafios emergiram relativamente aos partidos políticos. Fenómenos como o estabelecimento do Estado Providência, o crescimento das classes médias, o aumento dos níveis de escolarização, o despoletar de novos media, o surgimento de novos movimentos sociais e de novos ideais pós-materialistas, são realidades que funcionaram como variáveis dependentes ou independentes entre si e que condicionaram significativamente o espaço de actuação dos partidos políticos. No entanto, nenhum destes fenómenos levou ao desaparecimento ou substituição dos partidos políticos por outro tipo de instituições, mas a uma substituição parcelar em certos tipos de funções.

A terceira vaga de democratização, enunciada por Samuel Huntington (1993), na qual o presente projecto de investigação se enquadra, abriu um novo campo de estudo dos partidos políticos. As novas organizações partidárias nasceram ou foram restabelecidas em diversos países que detinham falta de experiência de estabilidade democrática ou que nunca tinham, de facto, vivido a experiência de uma verdadeira governança democrática (Montero e Gunther, 2002: 5-6). Estes novos partidos tiveram que desempenhar as funções normalmente atribuídas aos partidos em democracias estabilizadas (recrutamento de candidatos para cargos públicos de poder, mobilização de apoio eleitoral, estruturação das agendas políticas, e formação de governos), assim como também foram agentes e actores centrais no estabelecimento e consolidação dos novos regimes democráticos. No fundo, todos os importantes papéis tradicionais dos partidos políticos foram desempenhados ao mesmo tempo que estes se institucionalizavam como organizações de competição democrática. Tal facto torna o seu estudo ainda mais desafiante.

### ***Problemática e Interrogações***

Para a realização do presente projecto de investigação em ciência política, definimos a seguinte problemática central:

*Qual o papel e peso das dinâmicas sociais e políticas que entrecruzaram o espaço temporal delimitado pela transição para a democracia na formulação e evolução do sistema de partidos dos Açores?*

Para procurar a resposta a uma tão vasta questão, não podemos deixar de fazer, como ponto de partida, uma breve análise retrospectiva sobre os primeiros trinta anos de autonomia açoriana. No fundo, a procura de respostas à presente questão tem de ter por base a forma como se apresentou o sistema de partidos nos Açores desde a consagração da autonomia

---

<sup>2</sup> Apesar da tese da progressiva perda de importância dos partidos políticos no quadro político contemporâneo continuar a ser bastante recorrente, existem numerosos estudos e ensaios que contrariam tal assunção. Um importante contributo a este respeito adveio dos politólogos Richard Katz e Peter Mair (1994) com a sua tipologia de *Partido Cartel* (vide págs. 20-22).

regional até aos nossos dias. Neste sentido, a análise da evolução da influência eleitoral e consequente participação ou não nos órgãos de governo da região afirma-se como primeiro passo a ser dado.

Quadro 1 – Resultados Eleições Legislativas Regionais nos Açores (1976-1996)

<b>Eleições Legislativas Regionais – 1976-2004</b>								
	1976	1980	1984	1988	1992	1996	2000	2004
PPD/PSD	53,83%	57,35%	56,42%	48,57%	53,59%	41,00%	32,48%	36,84% <sup>3</sup>
PS	32,82%	27,27%	24,23%	35,48%	36,41%	45,82%	49,20%	56,97%
CDS	7,55%	4,47%	7,92%	7,05%	4,58%	7,37%	9,56%	
PCP	2,17%	3,21%	5,29%	3,82%	2,30%	3,48%	4,83%	2,79%
Outros	0,73%	4,41%	3,53%	3,10%	1,43%	1,17%	2,18%	1,83%

Fonte: Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, [www.stape.pt](http://www.stape.pt).

Tendo por base as eleições legislativas regionais, acto eleitoral mais adequado à presente análise, constata-se que o PPD/PSD assumiu uma influência preponderante em todo arquipélago durante as primeiras 5 legislaturas, arrecadando cinco maiorias absolutas consecutivas. Durante os primeiros 20 anos de democracia, o PPD/PSD, liderado por João Bosco Mota Amaral, assumiu o Governo Regional dos Açores. A referida preponderância do PPD/PSD fez-se sentir em todos os actos eleitorais até 1996, desde as eleições regionais, até às presidenciais, passando pelas legislativas nacionais, europeias e autárquicas.

Somente passados 20 anos da implantação da democracia, verificou-se uma mudança significativa nas escolhas eleitorais dos açorianos, com a maioria obtida pelo PS nas legislativas regionais de 1996.

O papel predominante que o PPD/PSD assumiu nas primeiras duas décadas de democracia constitui uma das principais evidências que o estudo da formação e evolução do sistema de partidos nos Açores tem de ter em conta. Neste sentido, a preponderância tão manifesta de uma força política sobre as restantes homólogas partidárias assume-se como sub-problemática do presente estudo.

Como grande opção metodológica do presente trabalho, procuraremos estudar a problemática expressa centrando a nossa análise no período de transição para a democracia. Procuraremos encontrar nos anos de 1974-1976, enquanto período por excelência de tensão e competição entre as diversas forças políticas, factores que poderão ter sido determinantes para a formulação e evolução do sistema de partidos nos Açores.

Para um melhor enquadramento, orientação e aprofundamento da problemática em que se centrará o projecto de investigação, formulámos algumas interrogações centrais que servirão como importante base de orientação para o presente trabalho:

---

<sup>3</sup> PSD em coligação com CDS-PP

- Qual a origem dos diversos partidos políticos que emergiram no arquipélago, qual a sua modalidade de aparecimento?
- Quais os factores ambientais, sobretudo políticos, que poderão ter influenciado decisivamente a implantação de cada uma das forças políticas que emergiram no arquipélago?
- Qual a influência que o regionalismo e o independentismo tiveram na orientação política dos diversos partidos? De que forma tais movimentos influenciaram o seu discurso, acção política e influência eleitoral?

### ***Estrutura e Metodologia***

No presente projecto de investigação utilizaremos o estudo de caso como estratégia metodológica central, focando especificamente a transição para a democracia nos Açores. Inicialmente tínhamos previsto o recurso esporádico a instrumentos de política comparada, visando sobretudo o caso da Madeira e das Canárias. No entanto, por limitações de recursos sobretudo temporais no desenvolvimento do presente projecto de investigação, optámos por centrar esforços no caso açoriano. Admitimos que a utilização de instrumentos comparativos enriqueceria o trabalho, mas consideramos também que a sua ausência em nada prejudica a verticalidade da análise que pretendemos produzir.

Com vista ao desenvolvimento do presente projecto de investigação, recorreremos essencialmente a documentação bibliográfica, nomeadamente a literatura especializada sobre partidos políticos e sobre fenómenos de transição para a democracia. Recorreremos igualmente a obras de carácter histórico e ensaios políticos de âmbito nacional ou regional que se debrucem sobre o período de transição para a democracia. O recurso a informação publicada na imprensa escrita regional do período em questão verificar-se-á igualmente. Por outro lado, mobilizaremos informação obtida através de entrevistas a protagonistas políticos regionais do referido período (ver pág. 186).

Tendo em conta a problemática definida, o objecto de estudo delimitado e as interrogações centrais apresentadas, o presente projecto de investigação assumirá uma estrutura composta por sete grandes capítulos: 1) *Enquadramento e Perspectivas Teóricas*; 2) *Açores: Regionalismo e as Origens dos Ideias Autonomistas*; 3) *Os Açores nos Finais do Estado Novo*; 4) *O 25 de Abril e o Emergir dos Partidos Políticos*; 5) *A Transição ao Rubro*; 6) *Institucionalização da Autonomia Açoriana*; 7) *Definição e Consolidação do Sistema de Partidos*.

No *Capítulo I – Enquadramento e Perspectivas Teóricas*, traçaremos um panorama sobre os principais conceitos que orientam o presente projecto de investigação. Este enquadramento terá como objectivo central desenhar um quadro bastante sintético sobre as duas principais áreas da ciência política que enquadram a nossa investigação: os estudos dos partidos

políticos e os estudos da democracia, nomeadamente nos domínios das transições para a democracia. Recorrendo a autores consagrados das temáticas referidas, procuraremos expor um quadro conceptual e instrumental que suporte uma compreensão estruturada e abrangente da problemática proposta.

No *Capítulo II – Açores: Regionalismo e as Origens do Ideal Autonomista*, começaremos por fazer uma breve revisão sobre os conceitos de regionalismo e autonomia, uma vez que consideramos que as suas definições são fundamentais para a plena compreensão do fenómeno autonómico açoriano. Numa segunda fase, abordaremos sinteticamente os principais acontecimentos e manifestações regionalistas e autonomistas que se verificaram no arquipélago em períodos anteriores a 1974, nomeadamente nos finais do século XIX e durante a primeira metade do século XX. Por outro lado, traçaremos igualmente um quadro evolutivo do estatuto político-jurídico dos Açores desde a segunda metade do século XIX até 1974. Esta fase poderá revelar-se profícua no âmbito da procura e compreensão das origens políticas do movimento autonómico, regionalista e até independentista dos Açores, que far-se-á sentir com um novo impulso durante a transição para a democracia.

Procuraremos no *Capítulo III – Os Açores nos Finais do Estado Novo*, traçar um enquadramento geral sobre a realidade sócio-económica e política açoriana nos anos que antecederam a Revolução de Abril. Numa primeira fase, faremos um breve enquadramento dos Açores nas décadas de 1960 e 1970. Mobilizando alguns indicadores sócio-demográficos, traçaremos um quadro caracterizador da população do arquipélago que em muito poderá ajudar a compreender a envolvência social em que se desenvolveu o fenómeno político de democratização. Numa segunda fase, destacamos o papel das Semanas de Estudo nos Açores, iniciativa local desencadeada por personalidades ligadas à Igreja Católica e que significou a possibilidade de uma série de intelectuais poderem discutir assuntos diversos sobre a região, alguns dos quais sensíveis no período da ditadura. Numa terceira fase do capítulo, analisaremos de forma sintética alguns momentos chave do período Marcelista na região, nomeadamente as eleições de 1969 e 1973. Neste contexto, uma especial atenção será concedida à forma como se organizaram e expressaram alguns grupos oposicionistas na região no período em questão.

No *Capítulo IV – O 25 de Abril e o Emergir dos Partidos Políticos*, concentraremos esforços, numa primeira fase, na exposição dos primeiros impactos provocados pelo 25 de Abril nos Açores, procurando contextualizar a forma como se viveram as primeiras semanas após a revolução. Neste sentido, analisaremos as imediatas movimentações políticas então verificadas, destacando por um lado o surgimento das Comissões Democráticas nos três distritos do arquipélago e, por outro, os saneamentos verificados nos órgãos de poder distrital e local. A segunda fase do capítulo será dedicada à análise do surgimento das quatro principais forças políticas na região – PPD, PS, CDS e PCP. As suas origens e processos de implantação local, as redes sociais que mobilizaram, o seu relacionamento com as instituições de poder, as suas posições relativamente ao processo de autonomia do arquipélago, serão temáticas que

exploraremos nesta fase recorrendo ao quadro conceptual e analítico apropriado que nos é concedido pela Ciência Política.

Dedicaremos o *Capítulo V – A Transição ao Rubro*, à análise dos principais momentos e aspectos que caracterizaram sobretudo o ano de 1975 na região. Começaremos por analisar as estruturas de governo provisório no arquipélago, a sua constituição e seus impactos na dinâmica política açoriana. Seguidamente, dedicaremos uma atenção especial às eleições para a Assembleia Constituinte, a sua preparação na região e os resultados obtidos pelos principais partidos políticos. Numa segunda fase do presente capítulo, centralizaremos a nossa análise no surgimento e afirmação dos movimentos políticos regionalistas e independentistas que surgiram nos Açores durante a transição para a democracia. A sua influência na dinâmica política regional, nomeadamente na competição directa entre os principais partidos políticos, afirma-se como prioridade de investigação.

O *Capítulo VI – Institucionalização da Autonomia Açoriana* será dedicado, numa primeira fase, à análise da consagração formal do modelo de autonomia política e administrativa dos Açores, tendo por base o articulado adoptado na Constituição da República Portuguesa. Numa segunda fase, centraremos o nosso enfoque no que denominamos como *primeiro ciclo eleitoral* em democracia na região. Deste modo, analisaremos os actos eleitorais ocorridos logo após a aprovação da Constituição (Eleições Legislativas, Eleições Legislativas Regionais, Eleições Autárquicas) e o respectivo desempenho das diversas forças políticas concorrentes.

Por fim, no *Capítulo VII – Definição e Consolidação do Sistema de Partidos*, procuraremos analisar e classificar, tendo por base todo o conhecimento anteriormente exposto, o sistema de partidos nos Açores saído da transição para a democracia. Por considerarmos que a referida classificação ficaria algo “mutilada” se se dedicasse exclusivamente ao período de transição para a democracia, procuraremos igualmente traçar um curto panorama sobre o desenvolvimento do sistema de partidos nos Açores até à actualidade. Dado que a referida incursão no contexto da consolidação da democracia não se constitui como objecto central do presente projecto de investigação, esta assumirá uma forma sintética e complementar.

Terminaremos o presente projecto de investigação, como não podia deixar de ser, com as *Conclusões*. Estabelecer um quadro explicativo e abrangente sobre o sistema de partidos nos Açores, descortinar a sua origem, identificar as principais dinâmicas político-sociais que influíram na sua configuração e analisar a sua evolução, apresenta-se como objectivo último do presente projecto de investigação.



## **Capítulo I**

### ***Enquadramento e Perspectivas Teóricas***

## **Enquadramento e Perspectivas Teóricas**

### ***Partidos Políticos***

Para a realização do presente sub-capítulo, incumbimo-nos de analisar teoricamente a temática dos partidos políticos, nomeadamente as suas origens, funções, tipos de partidos e tipos de sistemas de partidos, segundo os quadros conceptuais que nos são fornecidos pela ciência política contemporânea.

Procuraremos, numa primeira fase, fazer um breve enquadramento teórico sobre os partidos políticos, delimitando o seu conceito e tentando fazer uma breve exposição das suas origens no contexto das democracias ocidentais. Neste sentido, recorreremos aos contributos de reconhecidos estudiosos da ciência política, nomeadamente Maurice Duverger, Giovanni Sartori, Hans Daalder, Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan.

Numa segunda fase, debruçaremos a nossa análise numa das temáticas que assume um papel com forte destaque no estudo dos partidos políticos – funções e tipos de partidos políticos. Tentaremos expor as principais funções que são atribuídas às instituições partidárias, baseando-nos essencialmente no contributo de Fernando Farelo Lopes. Em seguida, faremos uma breve incursão nas principais abordagens sobre a tipologia que assumem os partidos políticos, recorrendo aos contributos de Maurice Duverger, Otto Kirchheimer, Richard Katz e Peter Mair.

Por último, procederemos a uma problematização teórica sobre o conceito de sistema de partidos, explorando as principais variáveis que concorrem para a sua definição. Neste sentido, recorreremos sobretudo aos importantes e reconhecidos contributos de Maurice Duverger e Giovanni Sartori.

### **Origens dos Partidos Políticos**

As abordagens teóricas sobre os partidos políticos datam já de longa data. As primeiras análises científicas dedicadas exclusivamente ao estudo dos partidos datam do início do século XX, com os contributos bastante cépticos e mesmo pessimistas de Moise Ostrogorski e Roberto Michels (Lopes, 2002, 1). No entanto, só poderemos começar a falar de partidos, no sentido que hoje lhes atribuímos, quando a política moderna assume algumas das características que viriam a estar na base dos sistemas democráticos, nomeadamente: uma participação eleitoral alargada, assente numa competitividade que se consubstanciará em consultas eleitorais para a atribuição dos cargos de representação e de governo (Pasquino, 2002: 153).

A busca da definição de partido político revela-se, por si só, bastante complexa, uma vez que pretende identificar uma realidade que pode assumir formatos e funções bastante diversas,

conforme teremos oportunidade de aprofundar mais à frente. No entanto, podemos destacar duas definições consideradas clássicas no âmbito da ciência política: uma minimalista e outra maximalista, respectivamente. A primeira é-nos oferecida por Giovanni Sartori, que define partido político como “*qualquer grupo político identificado por uma designação oficial que se apresenta às eleições e é capaz de colocar, através de eleições (livres ou não), candidatos em cargos públicos*”.<sup>4</sup>

Com um detalhe bastante maior, os norte-americanos Joseph Lapalombara e Myron Weiner procuraram, em 1966, estruturar a sua definição de partidos com base em quatro requisitos fundamentais: a) organização duradoura, cuja esperança de vida é superior à dos seus dirigentes b) organização bem estabelecida a nível nacional; c) organização cujos dirigentes procuram a conquista e exercício do poder; d) organização que baseia parte da sua actividade na procura do apoio popular, através de eleições ou outro meios<sup>5</sup>.

Se, por um lado, o minimalismo da abordagem de Sartori obriga a uma abrangência considerável no que podemos designar por partido político, por outro lado, a também clássica formulação de Lapalombara e Weiner torna-se demasiado restrita (excluindo, por exemplo, os partidos regionalistas), a que não será alheio o facto de ter como referência a “era dourada” dos partidos de massas. Apesar de optarmos pela definição de Sartori, que possibilita a abrangência necessária ao estudo dos partidos políticos contemporâneos, a definição de Lapalombara e Weiner possui o mérito de explicitar algumas características marcantes dos partidos políticos, nomeadamente o objectivo da conquista do poder. Esta é, aliás, a principal característica que permite distinguir as formações partidárias relativamente aos movimentos sociais.

No que diz respeito à génese dos partidos políticos, estes tiveram a sua origem na Grã-Bretanha e Estados Unidos no decorrer dos séculos XVIII e XIX. O aparecimento destas instituições políticas nos referidos países justifica-se, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento dos sistemas políticos, já possuidores das assembleias parlamentares representativas que estão na base do modelo democrático actual. Em segundo lugar, o estágio de desenvolvimento da Grã-Bretanha e do Estados Unidos, fruto da Revolução Industrial, originou uma estrutura social geradora de alguns conflitos e clivagens, que por sua vez esteve na base da formação dos partidos políticos.

Existem duas teorias centrais que procuram explicar o aparecimento dos partidos políticos. A primeira tem como autor Maurice Duverger e estabelece dois circuitos diversos de genealogia (1961: 24-40). Por um lado, os “partidos de criação eleitoral e parlamentar”, que têm a sua origem no seio dos parlamentos nos períodos em que o sufrágio é ainda fortemente limitado. Estes partidos são pouco mais do que associações ainda pouco formais entre deputados,

---

<sup>4</sup> Sartori, Giovanni (1976), *Parties and Party Systems*, Nova Iorque, Cambridge University Press, Nova Iorque, citado por Pasquino, 2002: 154.

<sup>5</sup> Lapalombara, Joseph e Myron Weiner (1992), *Political Parties*, in Hawakesworth, M. e J. Anderson, *Encyclopedia of Government and Politiques*, Volume I, Routledge, Londres, citado por Baudouin, 2000: 216-218.

normalmente criadas em torno da figura de um notável. Por outro lado, surgem os “partidos de criação externa ou extraparlamentar”, fruto do alargamento do sufrágio e que se servem de organizações ou redes já implantadas no terreno para o seu desenvolvimento. Segundo Duverger, este segundo modelo está na base da formação dos partidos socialistas, que se serviram das redes sindicais, e dos partidos confessionais, que aproveitaram a estrutura nacionalmente implantada pela Igreja.

Uma segunda perspectiva da génese e origem dos partidos políticos tem como autores Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan (Lipset, 1992: 161-260), que apresentaram um modelo baseado nas clivagens sociais que se desenvolveram durante o período de formação do Estado Moderno. Os autores identificam quatro clivagens que estão na origem dos partidos. As primeiras duas clivagens têm por base o período de criação do Estado-nação: centro vs periferia; Estado vs Igreja. As referidas clivagens têm como principais causas os conflitos que emergiram com a formação do Estado Moderno, nomeadamente o seu impulso para a centralização do poder e a secularização do mesmo. Este tipo de impulsos provocou, por sua vez, resistências a nível das periferias nacionais e por parte da própria Igreja, dando origem, segundo Lipset e Rokkan, às primeiras duas grandes clivagens originadas pela modernidade política.

Quadro 2 – Origens dos Partidos Políticos – Clivagens Identificadas por Lipset e Rokkan

<b>Origens dos Partidos Políticos – Clivagens identificadas por Lipset e Rokkan</b>	
<i>Formação do Estado Moderno</i>	<i>Revolução Industrial</i>
Centro vs Periferia	Indústria vs Agricultura
Estado vs Igreja	Trabalhadores vs Patrões

Fonte: Lipset, 1992: 12 e 13

As duas restantes clivagens são consequência das repercussões sociais oriundas da Revolução Industrial: indústria vs agricultura; trabalhadores vs patrões. Estas duas clivagens, tal como as anteriores, surgem devido à geração de um efeito e correspondente reacção, utilizando a terminologia das ciências da vida. Ou seja, a revolução industrial teve como efeito a criação de uma nova actividade económica – a indústria – que veio disputar, com os seus interesses próprios, os até então interesses estabelecidos pelo sector agrícola, o que gerou naturalmente uma nova conflitualidade. Por outro lado, com o advento da indústria, assistiu-se à criação de um novo tipo de “profissional” – o assalariado – que exerce a sua actividade no seio de grandes complexos industriais (ou agrícolas), que possibilitam a criação do que Marx apelidou de “consciência de classe”. Criaram-se as condições para o desenvolvimento da ainda tão reconhecida clivagem dos nossos dias entre trabalhadores e patrões.

Apesar das teorizações apresentadas por Duverger, por um lado, e por Lipset e Rokkan, por outro, serem bastante diversas, estas não se excluem mutuamente. Antes pelo contrário., ambos os modelos podem ser igualmente úteis e esclarecedores, diferenciando-se pelo tipo de abordagem que é feito pelos seus autores.

## **Funções e Tipos de Partidos Políticos**

A discussão académica em torno da temática das funções e tipos de partidos tem ocupado um lugar de destaque no estudo destas instituições políticas. Apesar destes contributos assumirem, pela primeira vez, uma importância decisiva com a obra *Les Partis Politiques*, de Maurice Duverger (1961), a verdade é que ainda hoje esta temática divide os estudiosos da ciência política, que muitas vezes se perdem em novos modelos de partidos que em muito vêm contribuir para a confusão conceptual que este domínio tem vindo a apresentar.

Neste sentido, abordaremos, numa primeira fase, as funções que são atribuídas aos partidos políticos no seio dos sistemas democráticos. Centraremos a nossa análise no contributo de Fernando Farelo Lopes.

Numa segunda fase, faremos uma exposição breve sobre as tipologias de partidos políticos, que têm em Duverger, em Otto Kirchheimer e, mais recentemente, em Richard Katz e Peter Mair os seus mais importantes autores. Os contributos de outros autores podiam ter sido introduzidos e tratados nesta secção do presente trabalho, nomeadamente as abordagens de Max Weber, Jean Charlot, Angelo Panebianco, ou Sigmund Neumann. No entanto, dado o carácter sintético que deverá revestir a presente exposição, optamos por concentrar o nosso enfoque nos autores que, a nosso ver, assumiram um papel central e muito inovador na definição dos tipos e funções dos partidos políticos.

## **Funções dos Partidos**

Apesar de frequentemente criticados quanto à sua postura e desempenho, é consensual no âmbito da ciência política, nomeadamente entre os estudiosos dos partidos políticos, que estes desempenham um papel central no seio dos sistemas políticos democráticos. Embora alguns teóricos, como Philippe Schmitter (2001: 67-72) por exemplo, considerem que outro tipo de instituições ou movimentos políticos começam já a disputar o monopólio de representação da sociedade civil no sistema político, a verdade é que o leque de funções ainda hoje da competência dos partidos políticos representa, por si só, a grande proeminência destas instituições nas democracias contemporâneas.

Apesar da abrangência de autores da ciência política que já estabeleceram quadros conceptuais sobre as funções desempenhadas pelos partidos políticos, iremos reportar-nos à

abordagem que nos é fornecida por Fernando Farelo Lopes (2002: 12 e 13)<sup>6</sup>. O autor subdivide os tipos de funções dos partidos políticos em duas categorias: funções sociais e funções institucionais.

Quadro 3 – Funções dos Partidos Políticos

<b>Funções dos Partidos Políticos</b>	
<i>Funções Sociais</i>	<i>Funções Institucionais</i>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Estruturação e canalização da comunicação entre governantes e governados;</li><li>2. Socialização política;</li><li>3. Homogeneização e hierarquização dos interesses;</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Designação dos Candidatos</li><li>2. Estruturação/redução da escolha eleitoral</li><li>3. Oferta de programas de governo alternativos</li><li>4. Orientação/coordenação dos órgãos do Estado e das políticas públicas</li></ol>

Fonte: Lopes, 2002: 12 e 13.

Entre as funções sociais dos partidos políticos, Farelo Lopes destaca, em primeiro lugar, a estruturação e canalização da comunicação entre governantes e governados. Esta dimensão revela uma particular pertinência uma vez que congrega a função do partido enquanto intermediário entre a sociedade civil e o Estado, como também a função de agregação dos interesses diversos e dispersos na sociedade, moldando-os de forma a constituírem um corpo mais ou menos coerente. Por outro lado, a função de socialização política sublinha a importância dos partidos enquanto instituições geradoras de capital social e político, quer numa perspectiva de apoio à cultura política dominante, quer estruturando modelos alternativos ou opostos ao panorama político vigente. Por último, no que a funções sociais diz respeito, os partidos políticos desempenham um importante papel de homogeneização e hierarquização de interesses manifestados por organização emanadas da sociedade civil, como as associações e movimentos sociais ou os grupos de interesse.

Relativamente às funções institucionais dos partidos políticos, Farelo Lopes destaca, em primeiro lugar, o papel de designação dos candidatos a apresentar aos eleitores. Esta função revela particular importância se tivermos em conta que os partidos continuam a deter um quase monopólio das candidaturas eleitorais. Por outro lado, se considerarmos o seu papel enquanto membros de instituições políticas executivas, a nível governamental e nas autarquias locais, os partidos assumem também um papel preponderante na designação de membros para cargos não-electivos, nomeadamente a nível da administração pública.

A estruturação/redução da escolha eleitoral e a oferta de programas de governo alternativos, revelam-se funções essenciais se entendermos os partidos políticos como instituições que, em

---

<sup>6</sup> Assumindo também particular pertinência, Richard Ghunter e Larry Diamond (2001: 7-9) apresentam 7 funções centrais dos partidos políticos: 1) nomeação de candidatos; 2) mobilização eleitoral; 3) estruturação da escolha eleitoral; 4) representação da sociedade civil; 5) Agregação de interesses; 6) formação de governos e seu exercício e; 7) papel de integração social. Por seu turno, Philippe Schmitter (2001: 72 e 73) apresenta um modelo de funções dos partidos políticos igualmente pertinente: 1) função de estruturação eleitoral; 2) função de integração simbólica; 3) função governativa e; 4) função agregadora.

primeiro lugar, facilitam a escolha eleitoral através da disponibilização de um rol de argumentos destinados a convencer o eleitor a conceder-lhes o seu voto; em segundo lugar, a sua oferta de programas alternativos possibilita que os cidadãos possam fazer as suas opções eleitorais com base em linhas programáticas, e não somente em termos de atributos pessoais dos candidatos. Por fim, Fernando Farelo Lopes destaca o papel das formações partidárias na orientação/coordenação dos órgãos do Estado e das políticas públicas, contribuindo para dotar o sistema político de uma maior eficiência e integridade no seu todo.

## **Tipos de Partidos**

### **Partidos de Quadros e Partidos de Massas**

A mais clássica formulação sobre tipos de partidos é da autoria de Maurice Duverger (1961: 119-129) que, partindo da sua evolução, fruto das transformações do contexto social em que estes se inserem, formula a dicotomia entre partidos de quadros e partidos de massas.

O autor defende que, numa primeira fase, como consequência das limitações no sufrágio, surgem os partidos de quadros, que têm a sua origem no seio dos próprios parlamentos. Este tipo de partido político caracteriza-se por ser uma estrutura não muito formal, cujos membros provêm das classes mais favorecidas da sociedade, baseando-se essencialmente numa agregação de interesses que se manifesta sobretudo nos períodos eleitorais. Os partidos de quadros definem-se, no fundo, como estruturas pouco sólidas, com uma fraca burocracia e organização interna, e que representam a evolução gradual e lenta das facções que existiam antes do alargamento do sufrágio.

Com o alargamento do sufrágio, ou com o aproximar de condições políticas para que tal facto se viesse a verificar, um tipo diametralmente oposto ao partido de quadros começa a surgir: o partido de massas. Este tipo de partido, que servirá como modelo de referência até aos nossos dias, caracteriza-se pela solidez da organização que apresenta. Tendo por base ideologias socialistas, sociais-democratas ou de cariz social cristão, o partido de massas apresenta-se como resposta política dos grupos da população mais desfavorecidos na sua tentativa de integração no sistema político. O modelo da sua organização começa por ter origem na apropriação de algumas das redes sociais já existentes, nomeadamente dos sindicatos e da Igreja, tentando transformá-las em verdadeiras “máquinas de combate político” com uma direcção bastante centralizada, e com mecanismos de relação vertical bastante rígidos.

Com uma base numa fundamentação ideológica bastante forte, tentando penetrar em inúmeras esferas da vida social, com agrupamentos locais espalhados pela totalidade do território nacional, e assente num modelo de financiamento baseado na recolha de quotas dos seus associados, o partido de massas corresponde à fase de maior solidez dos partidos políticos, naquela que é chamada a “época dourada” dos partidos políticos. Este tipo de partido, teorizado inicialmente por Duverger, e para o qual Angelo Panebianco prestou um importante

contributo no aprofundamento da conceptualização da sua organização interna (Pasquino, 2002: 162), representará o modelo de referência de partido político durante décadas. Neste sentido, convém notar que a maioria das análises de ciência política, pelo menos até à década de 1970, revela um certo determinismo, encarando o partido de massas como o “estádio final” da evolução dos partidos políticos

Quadro 4 – Características dos Tipos de Partidos

---

### Características dos Tipos de Partidos – Modelo de Duverger

---

<i>Partidos de Quadros</i>	<i>Partidos de Massas</i>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Partidos de notáveis que visam menos recrutar um número elevado de aderentes, do que converter um capital de notoriedade em apoios eleitorais e políticos;</li><li>2. Confederações flexíveis e frouxas de comissões locais. A unidade de base da organização é a comissão de distrito ou de circunscrição. O laço entre as comissões locais e os eleitos parlamentares é frágil e irregular. O grupo parlamentar constitui o centro nervoso do partido e goza de uma proeminência em relação ao “aparelho central”;</li><li>3. Dedicam-se pouco a elaborações conceptuais, orientando a sua acção para a “luta dos sufrágios”, preocupados em manter e alargar o “capital eleitoral”.</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Partidos de militantes, orientados para o recrutamento maciço de novos membros;</li><li>2. Partidos fortemente estruturados e hierarquizados, no rasto dos quais se afirmam novos papéis políticos: emergência de um aparelho permanente, constituído por quadros remunerados pelo partido e disponíveis a tempo inteiro para o seu desenvolvimento. Cristalização de uma colectividade de militantes que exercem uma actividade profissional, mas que consagram uma parte importante da sua vida a pôr em prática as decisões do partido;</li><li>3. Partidos baseados numa intensa cultura de participação, exigindo dos seus aderentes ardor e lealdade, multiplicando os artifícios para manter e reactivar entre os militantes um poderoso sentimento de pertença ao partido e de completa identificação com os seus objectivos.</li></ol>

---

Fonte: Baseado em Baudouin, 2000: 224 e 225.

### **Catch All Party**

Em finais dos anos 1950 e essencialmente durante a década de 1960, começaram a denotar-se algumas transformações no seio das estruturas dos partidos políticos na Europa Ocidental. Num estudo e ensaio sobre os partidos políticos, Otto Kirchheimer (1966) defendeu alguns sintomas de transformação dos partidos de massas em *catch all parties*. Este tipo de partido teorizado por Kirchheimer correspondia à transformação e adaptação das estruturas partidárias aos novos ambientes sócio-políticos da Europa Ocidental na década de 60. Contrariando a rigidez ideológica dos partidos de massas, o emergir deste novo tipo de partido tinha como característica central a vontade dos seus dirigentes em alargar ao máximo a sua base de apoio eleitoral, em prejuízo da sua identidade e linhas ideológicas (Pasquino, 2002: 161).

Em expansão numa sociedade onde os meios de comunicação de massas, nomeadamente a televisão, se constituem como instrumentos privilegiados de difusão de mensagens políticas, o *catch all party* apresenta-se como tendência de flexibilização da rígida estrutura dos partidos de massas. Neste sentido, Gianfranco Pasquino (2002: 161) consegue sintetizar bem as principais

linhas de transformação dos partidos de massas em *catch all parties* apresentadas por Kirchheimer.

Quadro 5 – Características do *Catch All Party*

---

**Características do Catch All Party– Modelo de Kirshheimer**

---

1. Redução drástica da bagagem ideológica
2. Reforço dos grupos dirigentes da cúpula partidária, e avaliação das suas acções e omissões, não já do ponto de vista da identificação com os objectivos caracterizadores do partido, mas com a eficiência de todo o sistema social;
3. Redução do papel dos militantes no seio da estrutura partidária
4. Diminuição da importância conferida a uma determinada classe social ou a uma plateia religiosa ou confessional, passando a recrutar eleitores na maioria do espectro político-ideológico;
5. Abertura a certos grupos de interesse

---

Fonte: Pasquino, 2002: 161

Kirchheimer desempenhou, com o seu *catch all party*, um papel central no estudo dos partidos políticos, nomeadamente a nível da tipologia que estes podem assumir como um todo. A sua abordagem possuiu o mérito de abrir uma forte brecha na até então quase indiscutível tipologia apresentada por Duverger, abalando fortemente o carácter determinista com que era encarada a evolução dos partidos, sendo o partido de massas o estágio último de evolução deste tipo de organizações. Por outro lado, e baseando-se nas alterações do ambiente sócio-político em que os partidos políticos se inserem, a abordagem de Kirchheimer permitiu descortinar um tipo de evolução dos partidos políticos que ainda hoje continua a ser largamente discutida por académicos, e fortemente criticada pelo senso comum dos cidadãos – o eleitoralismo.

### **Partido Cartel**

Entre as principais críticas actualmente dirigidas aos partidos políticos, destaca-se o seu progressivo afastamento da sociedade civil. No seu texto *Party Organizations: From Civil Society to the State*, Peter Mair (1994) apresenta-nos uma explicação para o referido fenómeno baseando-se na teorização de um novo tipo de partido político – o partido cartel <sup>7</sup>.

Mair debruça-se sobre o declínio dos partidos políticos. Embora verifique que fenómenos como a quebra de militância, a quebra de identificação partidária, ou os fracos índices de confiança dos cidadãos relativamente aos partidos políticos, são de factos evidentes e comprovados empiricamente, o autor considera este conjunto de dimensões apenas como uma das realidades a ter em conta. O seu argumento baseia-se no facto de verificar que os partidos

---

<sup>7</sup> Peter Mair e Richard Katz teorizaram inicialmente este novo tipo de partido em textos anteriores, nomeadamente em: Katz, Richard S. e Peter Mair (1992), *Changing Models of Party Organization: The Emergence of Cartel Party*, texto apresentado no Workshop Democracy and the Organization of Political Parties, ECPR Joint Sessions, Universidade de Limerick.

políticos têm vindo a aumentar os seus recursos quer a nível das suas direcções centrais, quer no seu posicionamento no seio das instituições públicas. Mair considera, no fundo, que apesar dos partidos políticos terem vindo a perder poder a nível social, na sua ligação com a sociedade civil (embora tal fenómeno não suceda em muitos países), o seu poder tem vindo a aumentar na sua ligação ao Estado.

O autor fundamenta a colocação da sua hipótese baseando-se em dois pilares assentes em comprovação empírica. Em primeiro lugar, constata que há cada vez mais partidos a acederem ao governo, o que, por um lado, aumenta os seus recursos e, por outro, concede-lhes meios adicionais de legitimação. Em segundo lugar, Mair verifica que na generalidade dos países da Europa Ocidental<sup>8</sup>, as receitas dos partidos e o número de funcionários que os mesmos empregam tem crescido de forma considerável.

Partindo das referidas constatações, o autor considera que o acesso dos partidos aos cargos de poder estatais tem possibilitado o aumento dos seus recursos financeiros e de pessoal, afigurando-se como um dos principais meios na actualidade para os partidos garantirem a sua sobrevivência e continuidade da sua organização. Neste sentido, Peter Mair defende que a análise dos partidos políticos no presente e no futuro terá de prestar uma maior atenção na ligação entre estes e o Estado.

Paralelamente, o autor avança com a hipótese da situação actual reflectir a evolução de um período em que, devido ao alargamento do sufrágio, os partidos surgiam da sociedade civil, actuando junto do Estado em representação dos interesses desta, para um período em que os partidos são cada vez mais instituições intermédias e independentes, situadas entre a sociedade civil e o Estado.

Quadro 6 – Relação entre os Partidos e o Estado na Actualidade

---

#### **O Estado - Recurso Vital dos Partidos Políticos Actuais (Peter Mair)**

---

1. Os processos de comunicação actuais entre os partidos e a sociedade civil, baseados essencialmente em meios de comunicação social independentes, são cada vez mais regulados pelo Estado;
  2. O aumento de profissionais ligados aos partidos deve-se, em grande medida, ao exponencial crescimento do *staff* parlamentar, pago maioritariamente ou na totalidade por fundos estatais;
  3. O Estado revela-se, cada vez mais, como principal fonte de financiamento dos partidos políticos;
  4. Grande parte da organização e actividade partidária é regulada publicamente;
  5. Os partidos com assento nos executivos têm-se mostrado cada vez mais dispostos a aproveitarem-se dos recursos proporcionados pelo Estado para fins partidários.
- 

Fonte: Mair, 1994: 8-10.

---

<sup>8</sup> Mair baseia as suas afirmações em informação empírica recolhida nos Estados Unidos e nos seguintes países da Europa Ocidental: Austria, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Noruega, Suécia e Reino Unido.

Peter Mair termina a sua exposição focando as dimensões que mais têm sido passíveis de transformação no âmbito dos partidos políticos, e que têm dado origem, de forma directa ou indirecta, ao tipo de partido formulado pelo autor. Por um lado, no que diz respeito aos partidos e à sua progressiva integração nos aparelhos estatais, Mair refere o facto de os cargos públicos preenchidos por nomeação serem cada vez mais ocupados por dirigentes nacionais do partido, mais do que por representantes locais. O autor constata ainda, fazendo referência a dados empíricos, que os cargos partidários no poder central têm vindo a ser ocupados cada vez mais por profissionais especializados, em prejuízo dos tradicionais “burocratas” do aparelho partidário.

Por outro lado, focalizando a sua análise nas transformações em termos de militância e simpatias partidárias, Mair verifica que apesar da quebra de militância a nível partidário, esta continua a ser considerada como um valor em si mesmo por parte dos partidos políticos. São enumeradas quatro razões explicativas: a) as quotas e doações dos militantes continuam a ser uma fonte de receita não desprezível; b) os militantes constituem recursos eventualmente prontos a ser mobilizados pelos partidos, quer nas posições que ocupam, quer em outras posições que possam vir a ser designados por proposta do partido; c) os militantes podem ainda ser considerados importantes fontes de propostas políticas; d) o seu número constitui um factor de legitimação do partido enquanto instituição representativa e intermediária entre a sociedade civil e o Estado.

## **Sistemas de Partidos**

Após termos traçado um panorama sobre os tipos de partidos políticos, compete-nos agora centrar a nossa análise nos modelos de interacção entre estes no quadro dos regimes políticos. A análise dos sistemas de partidos, ou seja, dos modelos de cooperação e competição entre os partidos nos contextos políticos em que se inserem, assume-se como dimensão de estudo central ao presente trabalho de investigação. O recurso a esquemas classificativos para explicar a complexidade das dinâmicas partidárias afirma-se, à partida, como forma de simplificação de uma realidade bastante complexa, com variáveis de ordem diversa, com todos os problemas que tal facto acarreta. No entanto, consideramos importante que este esforço seja feito, sobretudo tendo em conta a necessidade e utilidade da sua aplicação nos domínios da política comparada.

Maurice Duverger (1961) apresenta-nos um dos mais clássicos esforços de conceptualização dos sistemas partidos. O politólogo francês considera que a configuração dos sistemas de partidos é o resultado de factores particulares de cada país, como por exemplo as tradições e história, as crenças religiosas, a composição étnica, as rivalidades nacionais, entre outros. Destaca, no entanto, três tipos de factores gerais que influem fortemente na configuração de um sistema de partidos: factores sócio-económicos, factores ideológicos e factores técnicos (1961: 289-291). Relativamente aos dois primeiros, Duverger afirma a estrutura de classes de

um determinado país como determinante para a definição do modelo de convivência entre as diversas forças políticas. Relativamente aos factores técnicos, sublinha a importância do sistema eleitoral. Considera que o sistema eleitoral influi decisivamente no estabelecimento do número, dimensão, alianças e representação dos partidos nos sistemas políticos<sup>9</sup>. Naquela que ficará conhecida como a “regra Duverger”, defende (1961: 291):

1. *A representação proporcional favorece um sistema de partidos múltiplos, rígidos, independentes e estáveis;*
2. *O escrutínio maioritário a duas voltas proporciona um sistema de partidos múltiplos, flexíveis, dependentes e relativamente estáveis;*
3. *O escrutínio maioritário a uma volta propicia um sistema de partidos dualista, com alternância de grandes partidos independentes.*

### **A Tipologia Duverger**

No que diz respeito à classificação dos tipos de sistemas de partidos, Duverger assume o número de partidos relevantes na arena política como principal critério. Neste sentido, distingue entre dois tipos de sistemas de partidos concorrenciais<sup>10</sup>: 1) sistemas dualistas ou bipartidários e 2) sistemas multipartidários. Neste sentido, o bipartidarismo, que encontra nos EUA e no Reino Unido os seus casos paradigmáticos, é considerado como modelo natural de formulação de oposições. Ou seja, Duverger considera que toda a oposição é dualista por natureza, implicando a rivalidade de dois pontos de vista simetricamente opostos. (1961: 320). Esta naturalidade pode, no entanto, ser posta em causa por dois tipos de factores, que estão por sua vez, na origem dos sistemas multipartidários: 1) fraccionamento interior das opiniões e 2) sobreposição de dualismos.

Relativamente ao primeiro tipo de factores, Duverger considera que no seio de cada corrente de posição existem extremistas e moderados. A ruptura entre estes dois tipos de opiniões contribui, neste sentido, para a formação de novos partidos no panorama político. A este respeito, destaca-se a título de exemplo paradigmático, a cisão entre comunistas (revolucionários) e socialistas (reformistas) na década de 1920. Duverger enquadra neste quadro explicativo a tendência da formação do centrismo que, enquanto apologia da moderação, mais não é do que um fenómeno de enfraquecimento de posições de direita ou de esquerda do espectro ideológico.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Por outro lado, e assumindo a importância dos sistemas eleitorais no seio dos regimes políticos, Duverger não deixa de considerar a importância que os partidos poderão deter na definição do sistema eleitoral que, enquanto mecanismo que estabelece a forma de transformação de votos em mandatos, adquire uma importância decisiva no delinear do sucesso ou insucesso das forças partidárias.

<sup>10</sup> Os sistemas não concorrenciais que possuem a base partidária como forma de intervenção política caracterizam-se pelo seu monopartidarismo,

<sup>11</sup> Giovanni Sartori argumenta por seu turno que, paradoxalmente, quando não existe um centro político, os sistemas de partidos manifestam uma tendência para o centrismo (1976: 328)

Por seu turno, e assumindo que as oposições são dualistas por natureza, Duverger sublinha a possibilidade de, em determinados contextos, se verificar uma sobreposição de dualismo. Tal facto, que varia de contexto político para contexto político, verifica-se quando as oposições são largamente independentes entre si, determinando que a adopção de um ponto de vista num determinado domínio deixe livre a escolha de posição noutra tipo de domínio. Ou seja, verifica-se uma independência recíproca de domínios de oposição. A este respeito, Maurice Duverger sublinha os tipos de oposições em causa: oposição política, oposição económica, oposição religiosa, oposição étnica e nacional, oposição diplomática, oposição histórica (1961: 324 e 325).

### **A Tipologia Sartori**

O critério numérico de classificação dos sistemas de partidos, que encontrou em Duverger o seu mais reputado autor, embora útil e reconhecido, começou desde logo a ser considerado limitado tendo em conta o fim a que se propunha: caracterizar a dinâmica de cooperação e competição entre os partidos políticos. Neste sentido, Giovanni Sartori desenvolveu em 1976 uma esquematização que procurou cobrir de forma mais sólida a complexidade dos sistemas de partidos (1976: 316-349).

Sartori considera importante o recurso à contagem do número de partidos presentes num sistema político, uma vez que tal facto permite compreender se o poder político é fragmentado ou não fragmentado, disperso ou não disperso. No entanto, o autor defende que, mais do que considerar o critério numérico absoluto, importa antes de mais definir regras de contagem a ter em conta na análise. Ou seja, que partidos são relevantes? Sartori estabelece, deste modo, duas dimensões de análise para determinar a relevância dos partidos. Por um lado, defende a importância da capacidade de acesso ao governo de um partido, através do seu potencial de coligação. Embora o referido potencial possa ser fortemente determinado pela influência eleitoral do partido, Sartori realça os casos de pequenos partidos que, apesar de tal facto, conseguem aceder em coligação ao poder. Por outro lado, o politólogo italiano destaca o potencial de chantagem dos partidos (*blackmail potential*), referindo-se nomeadamente ao caso dos partidos anti-sistema. A relevância destes partidos na classificação do sistema de partidos mede-se não pelo seu potencial de participação no poder, o que só raramente acontece em sistemas democráticos, mas pelo papel que desempenham na “arena” oposicionista, consubstanciado na sua capacidade de vetar decisões políticas devido ao seu peso nos órgãos representativos (1976: 319-322).

Um terceiro critério é estabelecido por Sartori: a fragmentação do sistema de partidos. Neste sentido, adverte que, mais importante do que classificar os sistemas simplesmente pelo número de partidos, importa estabelecer uma classificação que demonstre a real força dos partidos. Ou seja, defende condensar no critério numérico o número de partidos mas igualmente a representação da força dos partidos que compõem o sistema de partidos. Tal facto justifica-se, por exemplo, quando se pretende qualificar um sistema que, apesar de bipartidário ou tripartidário, caracteriza-se pela existência de um partido que acaba por manter

o poder democraticamente por longos períodos de tempo. Ou seja, Sartori defende que importa conseguir classificar um sistema que possui um partido que “conta mais que os restantes”.

Neste sentido, Sartori estabelece sete classificações de sistemas de partidos:

Quadro 7 – Giovanni Sartori, Classificações de Sistemas de Partidos (Critério Numérico)

<b>Classificação de Sistemas de Partidos - Critério Numérico</b>	
<b>Partido Único</b>	Sistema no qual o poder político é monopolizado por um partido político, não sendo permitida a existência de outros partidos.
<b>Partido Hegemónico</b>	Sistema com primazia de um partido, onde outros partidos existem, mas sobre a forma de satélites ou subordinados. A hegemonia do primeiro partido não pode ser posta em causa.
<b>Partido Predominante</b>	Sistema no qual um partido governa sozinho sem ser sujeito a alternância devido a vitórias eleitorais consecutivas com maiorias absolutas
<b>Bipartidário</b>	Sistema no qual dois partidos concorrem por uma maioria absoluta dos votos
<b>Pluralismo Limitado</b>	Sistema com 3 a 5 partidos ( <i>Ver pluralismo moderado</i> )
<b>Pluralismo Extremo</b>	Sistema com 6-8 partidos ( <i>Ver pluralismo polarizado</i> )
<b>Atomizado</b>	Sistema com número elevado de partidos no qual se verifica uma competição atomística, à semelhança das classificações económicas, que propicia que nenhum partido desenvolva qualquer efeito notável sobre outro partido.

Fonte: Sartori, 1976: 324-327.

Tal como representado no quadro acima exposto, Sartori ultrapassa a definição tripartida até então vigente (monopartidarismo, bipartidarismo e multipartidarismo), introduzindo uma nova categorização bastante mais complexa, onde se destacam por exemplo os sistemas de partido predominante ou os sistemas de pluralismo limitado ou extremo.

Para além do critério numérico, Sartori introduz também o critério do nível de fragmentação do sistema partidário. Aos sistemas com fragmentação baixa (com 5 ou menos partidos), atribui a classificação de pluralismo moderado. Aos sistemas com fragmentação elevada (mais de 5 partidos) classifica como sistemas de pluralismo polarizado.

Quadro 8 – Giovanni Sartori, Classificações de Sistemas de Partidos (Critério Fragmentação)

<b>Classificação de Sistemas de Partidos - Critério Fragmentação</b>	
<b>Pluralismo Polarizado</b>	<b>Pluralismo Moderado</b>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Presença de <i>partidos anti-sistema relevantes</i>;</li><li>2. Existência de <i>oposições bilaterais</i> (oposição não se coliga na totalidade em contraoposição ao Governo);</li><li>3. O <i>centro político encontra-se ocupado</i> (por um partido ou grupo de partidos);</li><li>4. <i>Polarização do sistema político</i> (opinião pública encontra-se polarizada rumo aos extremos políticos);</li><li>5. Perda persistente de votos para um dos extremos;</li><li>6. Forte presença da ideologia;</li><li>7. Presença de oposições irresponsáveis (acesso ao poder está limitado às posições centristas);</li><li>8. Política de prometimento excessivo (ou irresponsabilidade programática).</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Relativa curta distância ideológica entre partidos relevantes;</li><li>2. Governação assente em coligações alternativas, com forte tendência para o bipolarismo;</li><li>3. Competição com tendência ao centro.</li></ol>

Fonte: Sartori, 1976: 328-339.

Com a definição de um modelo de classificação dos sistemas de partidos por critério de fragmentação, Sartori acrescenta uma complexidade extra na definição dos sistemas de partidos. O enfoque do politólogo italiano na questão da fragmentação do sistema partidário afirma-se, deste modo, como mais uma tentativa de ultrapassar a definição tripartida dos sistemas partidários que encontrou em Duverger o seu principal autor.

Com vista a clarificar o modelo proposto, Sartori explora com alguma profundidade dois tipos de classificações: o sistema bipartidário e o sistema de partido predominante. Relativamente ao primeiro, que considera ser a tipologia mais explorada cientificamente e que encontra nos Estados Unidos e Grã-Bretanha os seus casos mais paradigmáticos, estabelece o seguinte leque de características cumulativas que devem ser cumpridas:

- a) Dois partidos encontram-se em posição de competir pela maioria dos assentos parlamentares;
- b) Um dos dois partidos obtém sucesso na conquista de uma maioria parlamentar,
- c) Este partido está disposto a governar sozinho;
- d) A alternância ou rotação no poder mantém-se como expectativa credível.

Por fim, Sartori destaca os sistemas de partido predominante. A primeira ressalva que o autor fornece é a pertença deste tipo de sistemas a contextos políticos concorrenciais. No entanto, o sistema caracteriza-se por a rotatividade no poder não ocorrer. Ou seja, o mesmo partido acaba por obter durante um período de tempo prolongado a maioria dos assentos

parlamentares. Para Sartori, o “tempo prolongado” em que o partido se mantém no poder deverá consubstanciar-se num mínimo de três mandatos consecutivos com maioria absoluta.

Neste sentido, é apresentada a seguinte definição (1976: 346):

*“Um sistema de partido predominante verifica-se quando, e enquanto, o seu maior partido é consistentemente suportado por uma maioria absoluta dos assentos parlamentares. Tal facto acarreta que um partido predominante pode deixar de ser, a qualquer altura, predominante. Quando o referido fenómeno acontece, ou o padrão é restabelecido ou o sistema muda a sua natureza, ou seja, deixa de ser um sistema de partido predominante.”*

Sartori termina a sua exposição sobre os sistemas de partido predominante sublinhando que, enquanto tipo de sistema que reflecte a distribuição de poder entre os partidos que nele coabitam, estes podem surgir no seguimento de sistemas de partidos bipartidários ou mesmo de sistemas de partidos atomizados. Apresenta-se, no fundo, como um modo de desenvolvimento de um sistema de partidos.

Embora ambas as tipologias de Duverger e Sartori apresentem virtudes e desafios, optaremos no presente a trabalho de investigação pela classificação de Giovanni Sartori por considerarmos que a maior abrangência e detalhe da mesma pode fornecer um contributo mais positivo no desenvolvimento da nossa investigação.

## ***Transição para a Democracia***

Os estudos sobre as transições para a democracia afirmaram-se já há algumas décadas como uma área consolidada no âmbito da ciência política. No entanto, a formação dos regimes democráticos, as suas origens e as condições propícias ao seu desenvolvimento são matérias que, de forma mais ou menos explícita, já eram abordadas por clássicos da filosofia política como Aristóteles, por exemplo, ou, mais recentemente, por Toqueville. Os estudos sobre a transição para a democracia surgem, deste modo, como sub-área moderna dos já bastante antigos estudos sobre a democracia enquanto regime político.

Na segunda metade do século XX, sobretudo no seio da ciência política norte-americana, o estudo dos regimes autoritários, sobre as suas bases de manutenção do poder, sobre as condições que estão na origem do seu enfraquecimento e conseqüente possível emergência de regimes democráticos, estão na origem dos modernos estudos sobre as transições. Estudiosos como Juan Linz, Alfred Stepan, Philippe Schmitter, Ghillermo O'Donnell ou Samuel Huntington apresentam-se como importantes referências nestes domínios.

Os anos 1970's assistiram a uma visível democratização do sul da Europa. Em Abril de 1974 dá-se o golpe de Estado do Movimento das Forças Armadas em Portugal. Apenas três meses

depois, o governo militar que liderava a Grécia desde 1967 caiu, dando lugar a um governo civil liderado por Constantine Karamalis. A 20 de Novembro de 1975, após 36 anos de ditadura em Espanha, dá-se o falecimento do General Franco. O ano e meio que se seguiu assistiu ao nascimento do regime parlamentar espanhol. O fenómeno de queda consecutiva de regimes autoritários nos anos seguintes na América Latina, na Ásia e, na década de 90, nos países da Europa Central e de Leste, abriu todo um novo campo de análise para os estudiosos da democracia. Nos 15 anos que se seguiram à queda da ditadura portuguesa em 1974, cerca de trinta países viram os seus regimes autoritários serem substituídos por democracias.

Aquela que foi celebrizada por Samuel Huntington (1993) como a “terceira vaga de democratização” fomentou, no fundo, toda uma série de teorias sobre as formas como se estabeleceram os regimes democráticos no final do século XX.

O conceito de transição envolve alguma complexidade, dificultando o consenso entre estudiosos desta matéria no âmbito da ciência política. Destacamos, no entanto, a definição que nos é fornecida Ghillermo O’Donnell e Phillippe Schmitter (1986: 6):

*“Transição diz respeito ao intervalo entre um regime político e outro (...). As transições [para a democracia] são delimitadas, por um lado, pelo lançamento do processo de dissolução do regime autoritário e, por outro lado, pela instalação de alguma forma de democracia, pelo regresso a alguma forma de governança autoritária, ou pela emergência de uma alternativa revolucionária”*

A definição de O’Donnell e Schmitter destaca o carácter incerto de todo o processo e a quase imprevisibilidade dos seus resultados finais. Esta é, de facto, uma das características mais sublinhadas pelos estudiosos da transição para a democracia: apesar do processo “desejável” ser a implantação da democracia, a análise histórica comparada destes fenómenos demonstra que esta é apenas uma das hipóteses decorrentes da sua complexidade.

Por seu turno, Juan Linz e Alfred Stepan (1996: 3) apresentam um importante conjunto de instrumentos para a determinação correcta do fim de um processo de transição:

*“A transição democrática está completa quando um acordo suficiente é alcançado sobre os procedimentos políticos para produzir um governo eleito, quando um governo assume o poder como resultado directo de votos livres e populares, quando este governo possui de facto a autoridade para gerar novas políticas, e quando os poderes executivo, legislativo e judicial, gerados pela nova democracia, não necessitam de partilhar o poder juridicamente com outros órgãos”.*

Richard Ghunther, P. Nikiforos Diamandouros e Hans-Jurgen Puhle, na sua obra de referência *The Politics of Democratic Consolidation: Southern Europe in a Comparative Perspective*, conseguem, de uma forma simples e clara, delinear os conceitos de transição e consolidação da democracia (1995: xii), reforçando a sua distinção:

*“Torna-se particularmente importante distinguir entre os processos de transição e consolidação. Transição de regime incorpora a criação das instituições políticas básicas do novo sistema democrático e a delimitação das novas normas para regular o comportamento político dos cidadãos, organizações e elites governantes. Consolidação democrática [...] envolve a legitimação das referidas instituições e a difusão interna das normas comportamentais/processuais básicas do novo regime democrático”*

Por as definições e contributos apresentados não se incompatibilizarem, complementando-se em numerosas dimensões, tomaremos como referência o conjunto das mesmas para a realização do presente trabalho de investigação.

### **Democracia: Versão minimalista ou maximalista?**

Difícilmente poderemos desenvolver uma tão importante dimensão dos estudos da democracia – a transição – sem procurarmos destrinçar que conceito de democracia adoptaremos. Neste sentido, torna-se necessário tentar definir com alguma precisão que tipo de concepção de democracia melhor se consegue adequar ao presente estudo.

O paradigma de democracia aparece-nos como bastante complexo à partida. De facto, é um conceito que é correntemente aplicado a objectos bastante diferentes. Hoje falamos em democracia local, em democracia nas famílias, nas escolas, nos empregos, etc. A democracia tornou-se um conceito utilizado por todos, mas que contém em si uma forte dose de ambiguidade quando se procura a sua definição correcta e exacta.

Mesmo entre os grandes teóricos da Ciência Política, continuamos bastante longe de vislumbrar um qualquer consenso sobre o conceito de democracia. Antes pelo contrário. Se nos restringirmos, no entanto, às características formais do sistema político democrático, conseguimos obter alguma base de acordo entre opiniões bastante divergentes. Por exemplo, referindo-nos ao âmbito do regime político, consegue ser consensual que um regime democrático necessita de separação dos poderes executivo, legislativo e judicial, que exige a realização de eleições livres, que os direitos civis e políticos dos cidadãos devem ser assegurados, que o Estado de Direito deve existir, entre alguns outros requisitos.

Todavia, o problema da delimitação da democracia surge quando tentamos aplicar as suas virtudes e os seus processos de funcionamento não simplesmente às instituições políticas, mas também aos domínios sociais, económicos ou culturais. Quando assim acontece, estamos ainda bastante longe de conseguir um consenso.

No fundo, o problema situa-se no carácter e dimensão que atribuímos à democracia. Se encaramo-la recorrendo a uma concepção minimalista ou se, pelo contrário, consideramos que ela exige um grau de aplicabilidade maximalista, muito mais transversal à sociedade que integramos.

Entre os grandes teóricos “minimalistas” da democracia, podemos destacar a obra de Joseph Schumpeter (1883-1950). Schumpeter singularizou-se por transpor alguns conceitos ou lógicas económicas para o seio da teoria da democracia. Segundo ele, a democracia mais não é do que o arranjo institucional para obter decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decidir competindo pelo voto popular (Heertje, 1998: 467). Ou seja, este ilustre economista, mais tarde reconhecido como importante cientista social, efectuou uma transposição dos mecanismos do mercado para os processos institucionais da democracia. Os eleitores representavam a procura, enquanto os políticos e os democratas procuravam ajustar a sua oferta às aspirações populares.

Schumpeter assume-se como um dos grandes teóricos da teoria elitista da democracia, que encara a democracia como mera possibilidade de escolha, por parte das massas, das elites dirigentes. Para além da participação esporádica através da eleição das elites dirigentes, a maioria do corpo social tem pouco ou nada a dizer sobre as decisões e as agendas políticas dos governos. É a competição entre as elites nos actos eleitorais que força a observância de algumas medidas que visam o bem comum. No fundo, uma verdadeira aproximação às teorias do mercado.

Em contraposição ao modelo acima apresentado, afigura-se o modelo de democracia participativa. Alexis Tocqueville (1805-1859) terá sido um dos pioneiros na aproximação clara entre a participação e “saúde” democrática. O autor francês, em viagem pelos Estados Unidos, afirma a importância da participação numa época em que a corrente dominante era a da democracia liberal, muito mais preocupada na limitação do poder real do que na efectiva participação e intervenção popular nos assuntos públicos. Tocqueville conclui, neste contexto, que onde existe liberdade e autonomia da sociedade civil face ao Estado, como acontecia na América do século XIX, o associativismo e a participação tornam-se uma prática corrente fortalecedora da própria democracia. A importância que o francês concedeu ao espírito associativo da sociedade civil americana levou-o a concluir sobre a importância que tal facto assumia na limitação dos poderes do Estado Central (Lively, 1998: 519). O associativismo livre serviria como escola cívica fundamental que poderia dotar os cidadãos que nele participassem de uma atitude política consciente e interventora, não concedendo passivamente ao Estado toda a autoridade central na formulação das políticas públicas para o território.

Apresentam-se, desta forma, dois paradigmas bastante diversos de democracia. Por um lado, um paradigma elitista e minimalista que define e valoriza a democracia exclusivamente pela instituições que possui e pela possibilidade de a vontade popular conseguir, através do voto, a rotação de elites no poder. Por outro, apresenta-se uma visão muito mais alargada, acima representada por Tocqueville, que entende a democracia como algo muito mais abrangente. O teórico francês é um dos primeiros a colocar o acento tónico na importância assumida pela sociedade civil e na participação popular como forma de controlar e limitar o poder político.

No âmbito dos estudos da democracia, ambas as visões apresentadas acabam por ser mobilizáveis. No entanto, e dado que o presente estudo visa debruçar-se especificamente na

temática da transição para a democracia, consideramos adequar-se melhor a concepção minimalista de democracia. Tal opção justifica-se pelo facto de entendermos que no tipo de momento político em que nos iremos debruçar, dificilmente todas as potencialidades da democracia se conseguiriam manifestar, tornando a sua análise verdadeiramente complexa.

## **As Vagas de Democratização**

Como foi referido anteriormente, um dos principais contributos para a construção das teorias da transição e consolidação da democracia teve como autor o politólogo norte-americano Samuel Huntington, com a sua obra *The Third Wave: Democratization in the late Twentieth Century* (1993). Sistematizando e articulando uma série de informação, Huntington defende que, ao longo do século XIX e XX, os fenómenos de democratização desenvolveram-se em vagas. Através de um vasto *benchmark* internacional sobre os processos de democratização no século XIX e XX, Huntington conseguiu estabelecer o seguinte conceito (1993: 15)

*“Uma vaga de democratização é um grupo de transições de regimes não-democráticos para regimes democráticos que ocorre durante um período de tempo específico e que ultrapassa significativamente o número de transições no sentido contrário durante este período de tempo.”*

Neste sentido, e examinando os séculos XIX e XX (séculos emblemáticos no desenvolvimento do Estado Moderno), Huntington identificou três vagas de democratização. Apesar de salvaguardar a possível arbitrariedade na delimitação dos períodos de tempo em que ocorreram cada uma das vagas, o autor avança com a respectiva demarcação temporal.

Quadro 9 – As Vagas e Reversos de Democratização por Período Temporal

<b>Vagas e Reversos de Democratização</b>	<b>Período Temporal</b>
Primeira grande Vaga de Democratização	1828-1926
Primeira Vaga de Reverso	1922-1942
Segunda curta Vaga de Democratização	1943-1962
Segunda Vaga de Reverso	1958-1975
Terceira Vaga de Democratização	1974-

Fonte: Huntington, 1993: 16.

Segundo o autor, a *primeira vaga* de democratização teve as suas raízes na Revolução Americana e Francesa, mas será em meados do século XIX que se viria a afirmar plenamente. Apresenta, deste modo, dois critérios razoáveis para o período em questão que permitem identificar os países onde se processa a formação de regimes com características democráticas: a) 50% dos homens adultos podem votar e b) a existência de um executivo responsável que tem a maioria num parlamento eleito ou que é escolhido em eleições

regulares. Seguindo os critérios apresentados, a primeira vaga de democratização começou nos Estados Unidos, com o sufrágio universal masculino branco na maioria dos Estados nas eleições americanas de 1828. Nas décadas seguintes, uma série de países, como a Suíça, a França, a Grã-Bretanha e seus domínios, e outros países europeus, expandiu o sufrágio e instituiu a responsabilidade do executivo perante o parlamento.

A *primeira vaga de reverso* teve a sua origem no pós-Primeira Grande Guerra, com a readopção generalizada em muitos países de formas autoritárias de governo e com a expansão das ideologias totalitárias, de índole fascista e comunista. A presente vaga de reverso teve o seu início com a *Marcha sobre Roma* de Benito Mussolini, expandindo-se depois para a Alemanha, Áustria, Grécia, Portugal, Brasil, Argentina, Espanha e Japão.

Quadro 10 – As Vagas e Reversos de Democratização por Grupos de Países

Categoria	Número de Países	Primeira Vaga	Primeiro Reverso	Segunda Vaga	Segundo Reverso	Terceira Vaga	Terceiro Reverso
L	3						
K	12						
J	6						
I	1						
H	9						
G	10						
F	3						
E	4						
D	5						
C	10						
B	1						
A	10						
Países Democráticos		33	11	52	30	65	61
Mudança		+33	-22	+41	-22	+35	-4
Total países = 24							

■ Fases Democráticas ou semi-democráticas  
 ■ Fases não Democráticas de Países que foram anteriormente democráticos

- A Austrália, Canadá, Finlândia, Islândia, Irlanda, Nova Zelândia, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos
- B Chile
- C Áustria, Bélgica, Colômbia, Dinamarca, Alemanha Ocidental, Itália, Japão, Países Baixos, Noruega
- D Argentina, Checoslováquia, Grécia, Hungria, Uruguai
- E Alemanha de Leste, Polónia, Portugal, Espanha
- F Estónia, Letónia, Lituânia
- G Botswana, Costa Rica, Gambia, Israel, Jamaica, Malásia, Malta, Sri Lanka, Trinidad e Tabaco, Venezuela
- H Bolívia, Brasil, Equador, Índia, Paquistão, Coreia do sul, Peru, Filipinas, Turquia
- I Nigéria
- J Burma, Fiji, Ghana, Guano, Indonésia, Líbano
- K Bulgária, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, Mongólia, Namíbia, Nicarágua, Panamá, Papua Nova Guiné, Roménia, Senegal
- L Haiti, Sudão, Suriname

Fonte: Huntington, 1993: 15.

A *segunda vaga de democratização* teve o seu início no pós-Segunda Guerra Mundial, com a inauguração das instituições democráticas em alguns países, fruto da ocupação aliada:

Alemanha Ocidental, Itália, Áustria, Japão e Coreia. No final da década de 1940, a Grécia e a Turquia rumaram à democracia, assim como alguns países da América Latina, como o Uruguai, Brasil, Costa Rica, Argentina, Colômbia, Peru e Venezuela. Por outro lado, o início da descolonização deu origem à formação de diversos novos Estados, tendo as instituições democráticas sido instauradas em alguns: Índia, Sri Lanka, Filipinas e Nigéria. Apesar do importante impulso democratizador obtido com a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, a segunda vaga de democratização revelou-se bastante limitada, não só pelo número de países que conseguiu abranger, mas pela fragilidade revelada por algumas das democracias estabelecidas.

A *segunda vaga de reverso* teve início logo nos princípios dos anos 1960's. O retorno a formas autoritárias de regime fez-se sentir de forma particularmente intensa na América Latina, tendo começado no Peru em 1962, seguindo para o Brasil, Bolívia, Equador, Uruguai e Chile. A instauração de governos militares marcou este período da história latino-americana. A vaga de reverso moveu-se também para Ásia, com diversas formas de autoritarismo a serem estabelecidas no Paquistão, Coreia, Indonésia, Filipinas e Taiwan. No Mediterrâneo, as frágeis democracias Grega e Turca foram tomadas por golpes militares. Por outro lado, a descolonização africana acabou por dar origem à emergência de regimes autoritários em diversos países: *“Trinta e três países que se tornaram independentes entre 1956 e 1970, tornaram-se autoritários com a independência ou pouco depois da independência”*. (Huntington, 1993: 20). A segunda vaga de reverso acabou por ser devastadora para a vigência de regimes democráticos a nível mundial.

A *terceira vaga de democratização* acabou por assumir proporções bastante significativas no quadro internacional. Tal como referido anteriormente, nos 15 anos que se seguiram à queda do Estado Novo em Portugal, os regimes democráticos substituíram o autoritarismo em 30 países na Europa, Ásia, e América Latina.

Assim como a primeira e segunda vaga de reverso proporcionaram olhares bastante cépticos quando à aplicabilidade universal da democracia, a terceira vaga de democratização conseguiu desenvolver um optimismo significativo em torno dos ideais democráticos. Optimismo este que, e sobretudo após a queda da União Soviética e a transição para a democracia de muitos dos países que integravam o Pacto de Varsóvia, deu origem a alguns ensaios que afirmaram inclusive a democracia como regime último do desenvolvimento político das sociedades contemporâneas<sup>12</sup>. O optimismo que rodeou a democracia encontrou nas transições ocorridas na terceira vaga uma real base de sustentação.

---

<sup>12</sup> Como exemplo paradigmático da referida questão encontra-se a obra de Francis Fukuyama *O Fim da História e o Último Homem* (publicada em Portugal pela editora Gradiva).

Quadro 11 – Democratização no Mundo Moderno

Ano	Estados Democráticos	Estados Não-Democráticos	Total de Estados	Percentagem de Estados Democráticos
1922	29	35	64	45.3
1942	12	49	61	19.7
1962	36	75	111	32.4
1973	30	92	122	24.6
1990	59	71	130	45.4

Fonte: Huntington, 1993: 26.

Entretanto, nos domínios da Ciência Política, a terceira vaga de democratização veio impulsionar a quantidade e qualidade de estudos que se debruçam sobre a transição e consolidação das democracias, desenvolvendo-se teorias variadas sobre as causas dos referidos fenómenos.

### **O Porquê da Terceira Vaga**

Apesar de não ser absolutamente consensual, o apuramento das principais causas da primeira e segunda vaga de democratização está mais ou menos consolidado no seio dos estudos da democracia. Enquanto a primeira vaga se desenvolveu de uma forma lenta mas mais ou menos progressiva no seio dos países mais industrializados, a segunda vaga teve como principal origem a vitória aliada na Segunda Guerra Mundial e a definição de uma esfera de influência ocidental pró-democrática. As causas da terceira vaga de democratização não reúnem ainda um consenso muito alargado no seio da comunidade académica. A ausência de um acontecimento tão determinante como uma Grande Guerra, por exemplo, acaba por dificultar o estabelecimento de consensos perante uma tão grande vaga de transições para a democracia.

Neste contexto, e perante a ausência de consensos, uma série de factores explicativos são mobilizados para justificar a terceira vaga de democratização. Alguns com base em teorizações já bastante antigas, remontando inclusive aos clássicos gregos. Outros, mais recentes, colocando o enfoque em dinâmicas que se desenvolveram durante o século XX. Entre a multiplicidade de variáveis que contribuem para os fenómenos de democratização, podem ser destacadas as seguintes a título de exemplo (Huntington, 1993: 37):

- Níveis elevados de desenvolvimento económico;
- Distribuição equitativa da riqueza;
- Vigência da economia de mercado;
- Classes médias fortes;
- Níveis elevados de literacia e educação;
- Baixos níveis de polarização política e de extremismo;
- Elites e líderes políticos favoráveis à democracia;

- Tradições de tolerância e de respeito pela lei e pelos direitos individuais.

Partindo da série de variáveis citada, torna-se necessário sublinhar que nenhum factor pode explicar por si só o desenvolvimento da democracia. A transição em cada país acaba por resultar de uma determinada combinação de causas. Ou seja, não existem, de facto, processos idênticos de democratização, resultando a combinação de causas numa determinada configuração das suas consequências.

No entanto, o que determina a existência de vagas de democratização é, precisamente, a existência de mudanças significativas nas variáveis expostas que poderão determinar o desenvolvimento da democratização em diversos países. Neste sentido, Huntington apresenta cinco variáveis que aparentam ter desempenhado um papel significativo no desenvolvimento da terceira vaga (1993: 40-108).

- 1) Aprofundamento dos problemas de legitimidade dos regimes autoritários num mundo onde os valores democráticos começam a ser massivamente aceites; a dependência destes regimes de uma performance que veio a ser posta em causa por derrotas militares, por falhanços económicos e pelos choques económicos de 1973-1974 e 1978-1979.
- 2) O crescimento económico sem precedentes dos anos 1960's, fazendo subir os níveis de vida, aumentando os níveis de educação e expandindo as classes médias urbanas em muitos países.
- 3) As mudanças nas doutrinas e actividades da Igreja Católica com base no Concílio Vaticano II em 1963-1965, fazendo com que muitas igrejas nacionais se tenham tornado opositoras dos regimes autoritários vigentes e actores destacados na apresentação de propostas de reformas sociais, económicas e políticas.
- 4) Mudanças nas políticas de actores de peso internacional, como a União Europeia e a sua nova atitude de expansão a novos membros, as políticas de promoção dos direitos humanos e da democracia dos Estados Unidos desde 1974, e a política de abertura de Gorbatchov e suas consequências na esfera de influência soviética.
- 5) O efeito "bola de neve" provocado pelas primeiras transições da terceira vaga, estimulando e providenciando modelos para esforços subsequentes de mudança de regimes noutros países.

### **A Transição como Momento Decisivo**

Principalmente na década de 1990, os estudos da democracia começaram a dedicar maior esforço e empenho na análise dos períodos de transição. A multiplicação de estudos de que esta área beneficiou favoreceu a profundidade académica das análises efectuadas, mas também a real percepção da importância do referido momento político na configuração das democracias. As transições para a democracia passaram a ser encaradas como momentos

decisivos para a constituição e configuração política de muitas democracias contemporâneas, sobretudo as mais recentes.

De facto, os períodos de transição apresentam características que os tornam especialmente interessantes para a análise dos fenómenos políticos. Arriscamos mesmo afirmar que os períodos de transição para a democracia representam verdadeiros “balões de ensaio” da realidade democrática. Entre os diversos tipos de fenómenos que integram as transições para a democracia, destacamos dois que nos parecem dotar os referidos períodos de uma pertinência decisiva para todos os interessados do fenómeno político.

### **1. Luta pelo poder**

A luta pelo poder afirma-se como um dos fenómenos políticos mais evidenciados e explicitados nas transições para a democracia. A queda do regime autoritário e a ainda não definida configuração do novo regime levam a que o espaço público se encontre livre dos anteriores constrangimentos à participação perpetuados pelo anterior regime, propiciando uma elevada politização da vida social e uma importante luta pelo poder entre as diversas forças políticas.

Neste domínio, assume particular relevância a análise do comportamento das elites políticas, económicas, sociais e culturais. A sua procura de posicionamento num momento tão decisivo, o seu alinhamento com os diversos tipos de projectos políticos em confronto, e a manifestação do seu interesse na construção de um novo regime, encontram nos períodos de transição um importante momento de manifestação. A busca/luta por um lugar privilegiado no desenho e construção de um novo regime político, que poderá favorecer ou não a sua posição futura, assume-se como fenómeno político com um destaque assinalável neste período.

Por outro lado, e na mesma ordem de ideias, a formação das novas forças políticas, impulsionada por quadros mais ou menos alargados de liberdades, afirma-se igualmente como fenómeno bastante interessante de análise política. O surgimento de projectos políticos variados, encontrando sobretudo no seio dos partidos políticos a sua base de sustentação e expressão, afirma-se como fenómeno determinante para a real compreensão da configuração de muitas democracias contemporâneas. Os partidos acabam por se assumir como actores centrais no desenho e construção do novo regime, servindo de intermediários entre as instituições provisórias e a vontade popular, com todo o poder que a referida posição contém.

A forte competição dos partidos políticos nos períodos de transição justifica-se pela importância determinante que poderá significar o facto de estes conseguirem colocar os seus quadros em posições-chave para a definição do novo sistema político. O exercício do poder, mesmo em instituições provisórias, e mesmo sem legitimidade eleitoral, pode assumir uma importância significativa, permitindo aos partidos começar a traçar políticas e beneficiar igualmente de toda a exposição mediática inerente ao exercício do poder.

O acesso às instituições de poder provisório determina igualmente a possibilidade das forças políticas poderem utilizar os recursos estatais em seu benefício. Neste contexto, o clientelismo assume-se como importante dimensão de análise. A capacidade de distribuição de benesses,

como por exemplo empregos no aparelho público, em muito pode favorecer a influência de uma força política.

A acesa luta entre as forças partidárias durante o período de transição impõe-se igualmente pela necessidade de obter rapidamente influência política junto de uma população até então ainda pouco politizada, fruto da ausência de liberdades políticas durante a vigência do regime autoritário. Neste sentido, a procura incessante de influência junto da população, e de recrutamento de novos quadros partidários, justifica-se pela importância de um bom desempenho nos primeiros actos eleitorais democráticos. Os resultados obtidos nos primeiros actos eleitorais determinarão significativamente o lugar que cada partido político ocupará no novo sistema partidário do regime democrático, fixando fortemente o peso da participação do partido na definição das *regras do jogo*, e fazendo-o beneficiar igualmente de uma exposição mediática geralmente proporcional ao seu peso eleitoral.

## **2. Definição das Instituições**

Mas a luta pelo poder tão manifesta entre forças políticas nos períodos de transição não acontece por acaso. Realiza-se de forma tão explícita porque os períodos de transição caracterizam-se precisamente por serem o espaço político temporal de definição das novas instituições democráticas. Ou seja, o referido período contém em si a definição das *regras do jogo* que vigorarão no novo regime, decorrendo daí a tão acesa concorrência dos diversos actores políticos.

A participação das forças políticas nas instituições de poder provisório, ou enquanto interlocutores do poder provisório, encerra em si uma exposição importante e não desprezível perante o eleitorado que em muito poderá influenciar a sua futura influência eleitoral. Por outro lado, a participação na definição das instituições políticas futuras encerra uma oportunidade privilegiada para as forças políticas influenciarem todo o novo quadro democrático com as suas ideias e projectos políticos.

As *regras do jogo* acordadas poderão determinar o sucesso ou insucesso das diversas forças políticas. A participação na definição das instituições políticas consubstancia-se normalmente na determinação de todo o quadro constitucional em que assentará o novo regime político democrático. Ou seja, significa uma oportunidade única de participação na definição de uma série de aspectos determinantes do novo regime que em muito interessam aos partidos políticos. Entre estes aspectos, podemos destacar a título de exemplo:

- Regime de direitos, liberdades e garantias a ser adoptado,
- Sistema político e económico que vigorará
- Sistema eleitoral a aplicar
- Papel reservado aos partidos políticos

Por todas as razões acima expostas, consideramos os períodos de transição para a democracia um campo de estudo e análise privilegiado para a compreensão da configuração de muitos sistemas democráticos contemporâneos, sobretudo os mais recentes. E neste sentido, dada a luta pelo poder que nestes períodos se verifica em busca de um lugar privilegiado que permita influenciar a configuração do novo sistema político, a análise das origens e posicionamentos dos partidos políticos assume uma importância decisiva.



## **Capítulo II**

### ***Açores: Regionalismo e as Origens do Ideal Autonomista***

## Açores: Regionalismo e as Origens do Ideal Autonomista

### O Paradigma Regionalista

O termo regionalismo aparece-nos como sendo pouco preciso dada a quantidade de definições que lhe são atribuídas. Afigura-se-nos como sendo um termo que contém em si enormes ambiguidades. Tal fica a dever-se à sua historicidade, tendo sido aplicado a contextos bastante diversos que explicam por si a sua própria evolução.

Por regionalismo podemos entender a *“tendência favorável à criação de centros de decisão (política ou administrativa) e sua distribuição por áreas dotadas de relativa homogeneidade económica, natural ou histórica, do território dos Estados, levando assim a cabo uma verdadeira “divisão de poderes” no plano territorial”* (Silva, 1987: 204).

Apesar desta definição moderna de regionalismo, a antiguidade do termo e sua aplicação em contextos variados determina que este se confunda frequentemente com outros conceitos. Transparece assim a grande diversidade de conceitos que surgem quando se tenta analisar um objecto como o regionalismo. Subsidiariedade, Descentralização, Federalismo, Nacionalismo, Separatismo, Autonomia, são todos conceitos que frequentemente se cruzam entre si. Cabe-nos assim delimitá-los o melhor possível e tentar, desta forma, eliminar algumas confusões que surgem à volta do conceito de regionalismo, tal como o pretendemos adoptar. A este respeito, recorreremos fortemente aos contributos de Carlos Amaral (1990;1998) dados os seus importantes estudos nestes domínios.

### **Subsidiariedade**

Este é talvez o conceito mais facilmente integrado em quase todas as doutrinas que defendam qualquer tipo de descentralização democrática. Podemos assim definir subsidiariedade como a defesa da atribuição da máxima componente possível de poderes às unidades infra-estaduais, ou seja às estruturas locais e regionais, só devendo o poder central decidir sobre competências de interesse geral dos cidadãos. Por outras palavras, todas as matérias cuja decisão pode caber a entidades locais, devem enquadrar-se efectivamente nas competências destas, evitando-se o centralismo e aproximando o poder dos cidadãos.

A ideia de subsidiariedade e regionalismo foi abordada por diversos clássicos da Ciência Política, destacando-se a título de exemplo: Aristóteles, cujas posições contra o centralismo viriam a ser adoptadas mais tarde pela doutrina social católica; Althusius, que defendeu a formação de *“uma comunidade estatal constituída por uma «sociedade simbiótica universal» com base em autarquias, províncias e regiões políticas, compostas, por sua vez, por famílias, por comunidades religiosas e laicas, corporações de artesãos e guildas de comerciantes”*; Proudhon, que *“exaltou a ideia federativa conduzindo-a até à utopia de uma associação de comunidades mais pequenas que decidiriam, na melhor medida possível, sobre os seus assuntos, evitando-se, assim, que um poder público centralizado, homogéneo e hierárquico, oprimisse os cidadãos* (Zippelius, 1997: 504).

Modernamente e mais próximo dos nossos dias, a subsidiariedade tem sido um conceito que assumiu uma importância fulcral, sendo defendido por todos, ou quase todos os quadrantes políticos, da esquerda à direita. Esta importância deve-se, em grande parte, à componente democrática que o seu significado encerra, mais precisamente, a aproximação dos centros de decisão aos cidadãos poderá ser uma das fórmulas para a obtenção de um condimento fundamental das democracias – a necessária participação. Por outro lado, a subsidiariedade assenta significativamente na defesa das especificidades locais e regionais, tema que tem vindo a receber particular relevo nos últimos tempos.

### **Descentralização**

Por descentralização regional entendemos uma delegação de poderes administrativos a órgãos de âmbito local. Ou seja, nesta acepção, assistimos a um prolongamento do poder centralista do Estado que, por uma questão de eficácia, contornando processos vulgarmente designados de burocráticos, atribui alguma autonomia administrativa a organismos locais (Amaral, 1998: 162). No entanto, tal processo não corresponde a qualquer tipo de autonomia política, uma vez que as políticas gerais continuam a ser competência exclusiva do Estado central.

### **Federalismo**

O Federalismo é um dos conceitos que mais conseguimos relacionar com temáticas como a descentralização ou autonomia política. O cerne deste conceito consiste no facto de considerar o Estado Central como uma criação artificial, ou seja, defende serem as regiões as entidades possuidoras da soberania. *“O Estado existe na razão em que serve os interesses das regiões e deve ser alterado, e, se for caso disso, abolido liminarmente, logo que estas entendam que tal se torna mais adequado aos seus interesses”* (Amaral, 1998: 162).

### **Nacionalismo e Separatismo**

Os conceitos de nacionalismo, separatismo e regionalismo foram e ainda continuam, de certa forma, a ser confundidos entre si. Aliás, podemos afirmar que grande parte do carácter pejorativo atribuído ao termo regionalismo advém fortemente do seu forte relacionamento com o nacionalismo e separatismo. No entanto, tal relacionamento pode não ser estabelecido como se de duas variáveis dependentes se tratasse. Neste caso, entenderemos por nacionalismo a defesa da emancipação total de uma determinada região tendo em conta as suas especificidades, que podem ser muito diversas – económicas, sociais, culturais, políticas, religiosas, entre outras. Tais especificidades são vistas como sendo incompatíveis com a ligação e dependência, a diversos níveis, com o resto de um determinado território. Ou seja, o nacionalismo e o separatismo consideram determinada região como devendo ser soberana a todos os níveis, com vários factores a legitimá-lo. Neste caso, as reformas no seio do Estado em que está inserida a região tornam-se irrelevantes pois há a crença na incompatibilidade da inserção da referida região no seio de uma instância estadual superior.

## **Autonomia**

A autonomia de subsistemas políticos inferiores ao carácter estadual, neste caso concreto, as regiões, apresenta-se-nos intimamente ligada ao princípio da subsidiariedade.<sup>13</sup> A autonomia representa uma certa emancipação perante os poderes centrais do Estado, que pode variar em grau e substancia, mas sem nunca pôr em causa o sentimento de pertença a este mesmo Estado. Assim, pode haver diversos graus de autonomia espalhados por diversos sectores governativos, neste caso, a nível administrativo, político, legislativo ou económico-financeiro, por exemplo.

## **Autonomia Regional**

Após termos delimitado, de forma sintética, diversos conceitos pertencentes à temática em questão, passaremos a explorar as relações de dependência que entre região e autonomia podem ser geradas.

O termo *região* afigura-se como possuindo um conceito bastante variável tendo em conta os diversos domínios a que se pode referir. Apresenta-se como a delimitação territorial de um determinado espaço tendo em conta circunstâncias histórico-geográficas, mas também factores culturais, económicos ou político-organizacionais. De todos estes factores, assume relevo fundamental a auto-percepção de determinada especificidade. No fundo, o factor essencial para a existência de uma região é a percepção da diferença relativamente ao todo nacional. Esta percepção assume particular relevo quando associada a factores culturais relacionados com contextos históricos e geográficos específicos. É a noção, com maior ou menor relevo, de identidade comum entre os seus habitantes que deverá delimitar as suas fronteiras.<sup>14</sup> É a percepção da referida identidade que reforça os laços entre os seus habitantes, nomeadamente aquando de ameaças externas às suas particularidades regionais.

No seguimento da percepção de pertença a uma região, as reivindicações autonómicas apresentam-se-nos como um factor que é despertado. Neste sentido, entenderemos autonomia como *“condição, carácter e capacidade de o ser autónomo se governar de acordo com um auto-retrato – isto é, da autonomia entendida como capacidade de autodirecção em função e para a execução da identidade própria (...) Deste modo, a autonomia pressupõe a consciencialização da individualidade e a vontade de execução de tal individualidade.”* (Amaral, 1998: 302) A autonomia afirma-se assim na capacidade de formular políticas próprias e sua consequente execução, sem excessiva interferência externa.

No entanto, a autonomia regional a que nos referimos distancia-se de tendências de foro nacionalista ou separatista pois, apesar de tudo, ela só é consequente se encarada no contexto

---

<sup>13</sup> Apesar de, não tanto nos dias que correm, mas no passado ter representado uma das maneiras de remediar os obstáculos territoriais entre o centro e uma periferia.

<sup>14</sup> *“Deste modo, a clivagem fundamental em causa no fenómeno regionalista é o factor identificacional. Hábitos, costumes, tradições e até mesmo a língua entram em palco num período posterior; após o estabelecimento da clivagem identificacional enquanto meio de demarcação do “eu colectivo”, assim unido sob a bandeira identificacional própria e, deste modo, o proteger do exterior e assegurar a vigência dessa mesma identidade”* (Amaral, 1990: 79)

de um todo nacional. Ou seja, há a consciência de pertença e de vínculo a um todo nacional, embora admitindo-se a não homogeneidade deste. Neste caso, a autonomia regional afigura-se como uma forma não de enfraquecimento do Estado, mas como uma solução para a manutenção de um modelo que, devido à sua já grande antiguidade (o Estado Nação, originário da Revolução Francesa), necessita de reformas para assegurar a sua viabilidade nos tempos que correm.

A autonomia visa também assegurar, através do princípio da subsidiariedade, uma participação mais activa dos cidadãos no seu próprio governo. Esta participação será mais provável dada a maior proximidade dos centros de poder relativamente aos cidadãos, mas também por dever proporcionar um espaço público talhado mais à medida de cada região, onde são discutidos os problemas resultantes das especificidades regionais.

No fundo, o regionalismo autonómico exposto defende que a organização política do Estado deverá resultar de uma visão da sociedade não homogénea, constituída por núcleos territoriais que encerram em si especificidades que devem ser preservadas, e que só através deste respeito poderá a democracia ser aprofundada. Tal visão opõe ao Estado Moderno tipicamente centralista, um Estado que assenta no *“reconhecimento e no respeito pela identidade e pela vontade das unidades políticas territoriais que o integram: as regiões.”* (Amaral, 1998: 193). Para que tal se torne possível, as regiões deverão ser dotadas de órgãos de poder próprios, com o fim de garantir não só a formulação e aplicação de políticas próprias, mas também com capacidades de representação da região no domínio nacional e internacional.

### **A “Açorianidade” enquanto expressão Regionalista**

Foi Vitorino Nemésio, conhecido escritor natural dos Açores, quem pela primeira vez utilizou o conceito de “açorianidade” como forma de definir os açorianos e a sua forma específica de se enquadrar no mundo. O conceito conta já com algumas décadas, conseguindo enquadrar, no entanto, um sentimento com uma antiguidade secular.

O conceito encerra em si o reconhecimento de uma especificidade latente da população das nove ilhas, constituindo, segundo a anterior referência que nos baseamos para a definição de regionalismo, um aspecto fundamental para a própria definição de uma região. Por outras palavras, Nemésio enquadra-se no paradigma anteriormente exposto ao confirmar e iluminar a auto-percepção que os Açores e os açorianos possuem de si próprios.

Verifica-se a assunção da forte influência que o meio ambiente desempenha na formulação da identidade de um povo. No caso particular dos Açores, o seu meio natural, a sua situação geográfica, sempre foram considerados raízes estruturantes na identidade das suas gentes, dotando as ilhas de especificidades marcantes e frequentemente exaltadas<sup>15</sup>. Deste modo, e

---

<sup>15</sup> *“A primeira impressão produzida pela ilha (S.Miguel) em todos os que a têm observado é de surpresa e assombro, ao contemplarem o espectáculo da acção exercida pelas forças físicas durante muitos séculos e a forma como ainda hoje se manifestam. Mesmos os Naturalistas não ocultam esses sentimentos perante fenómenos que, impressionando todas as imaginações, não podem deixar de actuar fortemente*

de forma sumária podemos distinguir três elementos importantes para a formação da “identidade açoriana”.

O Mar assume-se como um dos elementos mais marcantes. Defrontados com a imensidão do Atlântico em toda a sua volta, este é marcadamente encarado como ameaça ao meio insular, dado o seu poderio. Há, no entanto, a referência a uma noção de grande respeito entre o ilhéu e o mar devido a um quotidiano fortemente marcado por este, inclusivamente por este ser fonte de sustento. A relação do açoriano com o mar revela-se genuinamente retractada por José Enes:

*“O Atlântico das Ilhas não é como o que banha o continente. Ele constitui para estas montanhas pequenas, que emergem da amplitude das águas, a moldura, sempre variada é certo, mas sempre constante, que tolhe ao habitante a evasão e ao mesmo tempo que lhe abre a perspectiva para dimensões ilimitadas, o obriga a concentrar-se e a valorizar as suas possibilidades e os recursos do meio”<sup>16</sup>*

Por outro lado, relaciona-se directamente com o mar a sensação de isolamento a que eram votadas as populações das ilhas. A sua condição geográfica revelava-se extremamente limitadora do seu conhecimento de outros meios sociais, inclusivamente da metrópole. Portugal Continental era visto como um território distante, até ao passado recente praticamente só acessível às elites. Desta realidade cresce o sentimento de abandono a que está votado o arquipélago relativamente ao resto do país, e que viria a estar na base das reivindicações autonomistas.

Outro elemento físico incontornável das ilhas é o seu Vulcanismo e Sismicidade. Para além de reforçar o sentimento de vulnerabilidade do Homem perante a natureza, este elemento encontra-se particularmente ligado à própria religiosidade dos açorianos, à forma como encaram o domínio espiritual. As duas formas de vivência religiosa açorianas mais marcantes são: o culto do Divino Espírito Santo e a devoção à imagem do Santo Cristo dos Milagres (esta última presente essencialmente na ilha de S. Miguel):

*“O Micaelense encontra na imagem do Santo Cristo a síntese de sofrimento e opressão, temor e pouca esperança de ultrapassar a sua condição Humano-Social.”<sup>17</sup>*

É neste sentido, nesta consciência de si mesmo, que mais marcadamente se pode compreender o regionalismo açoriano.<sup>18</sup> Os factores expostos que, atribuindo relevo ao meio

---

*em organismos de sensibilidade muito viva, delicada e fina, como era o de Antero (de Quental).”* In Carreiro, 1981: 70 e 71.

<sup>16</sup> Enes, José, *Açorianidade de Roberto Mesquita*, in Onésimo Teotónio de Almeida (ed), *A questão da Literatura Açoriana*, págs. 35-42, Secretaria Regional da Educação e Cultura, Angra do Heroísmo, citado por Rosa e Trigo, 1987: 189.

<sup>17</sup> Serpa, Caetano de Valadão, *A Gente dos Açores*, Preto, Lisboa, 1978, citado por Rosa e Trigo, 1987: 191

<sup>18</sup> Sobre a questão da identidade açoriana, e a consciência de “açorianidade”, o estudo levado a cabo por José Manuel Oliveira Mendes (2003) chega a conclusões bastante pertinentes. Destaca-se,

natural como influenciador da personalidade e modo de ser de um povo, de forma científica ou não, são já em si mesmos reveladores da autoconsciência de uma determinada condição ligada a um determinado local. Até ao século XIX, a consciência da referida condição açoriana circunscrevia-se ao meio de cada ilha. Ou seja, cada ilha era considerada um elemento isolado, com as suas características próprias, ignorando-se as outras ilhas e não havendo o sentimento de um todo, o sentimento de arquipélago.

No século XIX, com a maior incidência da emigração das populações insulares, começou a crescer um sentimento de condição comum a todas as ilhas. A emigração revelou-se como fenómeno que proporcionou o encontro genuíno entre açorianos de ilhas diferentes que, na sua diáspora, abdicaram das sua condição de naturalidade de determinada ilha para abraçarem a condição de açorianos, pertencentes ao todo que passou a representar o arquipélago.

## **Açores – Origens da Autonomia**

A questão da autonomia, ou a própria necessidade de mecanismos descentralizadores de índole autonómica, sempre revelou uma grande intimidade com o meio açoriano. Tal torna-se compreensível dada a situação geográfica da região e o isolamento a que estava inevitavelmente votada.

As dificuldades de comunicações com o território continental levaram a que a região sempre tivesse de obter mecanismos de governação adaptados à sua situação específica uma vez que, durante séculos, o poder da metrópole possuía dificuldades em fazer-se comunicar. Assim, o poder político manifestou-se nos Açores primeiramente através dos Capitães Donatários que, em nome do monarca, eram responsáveis pela administração das ilhas, detinham o poder de aplicação de impostos e ministrar a justiça (Bento, 2000: 21). Não admira, desta forma que Marcelo Caetano os tenha apelidado de “verdadeiros senhores feudais”<sup>19</sup>.

A época que se seguiu ficou marcada pela chegada do Marquês de Pombal ao poder, no período josefino. As características centralizadoras do pombalismo logo se fizeram sentir sobre o arquipélago. O marquês extinguiu as donatarias com a justificação de que muitos dos donatários já não habitavam nas ilhas, o que correspondia à realidade. Desta forma, decretou-se a criação do cargo de capitão general, que exerceria o seu governo sobre a totalidade da região (o que significou um precedente neste arquipélago), possuindo poderes especiais a nível militar, administrativo e judicial, e tendo em algumas ilhas um governador seu delegado (Bento, 2000: 81).

Até ao advento do liberalismo, os capitães donatários primeiro, seguindo-se os capitães gerais, proporcionaram à população políticas próprias, dada a amplitude de poderes que

---

nomeadamente, a importância do discurso identitário levado a cabo pelas forças políticas regionais durante a transição e consolidação da democracia.

<sup>19</sup> Caetano, Marcelo (1994), *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*, p. 455, Coimbra Editora, citado por Bento, 2000: 21.

possuíam. No entanto, uma vez que a sua nomeação dependia do rei, e que muitas vezes não habitavam sequer nas ilhas, carregavam o simbolismo da dependência da região relativamente a Lisboa.

## **O Liberalismo**

O Liberalismo e o século XIX iriam representar já uma outra realidade para a região, ficando marcado pelo surgimento de reivindicações e movimentos autonomistas e até independentistas.

No final da década de 1860 e início da década de 1870, começaram a manifestar-se algumas posições fortemente regionalistas, que iam de concepções autonómicas relativamente moderadas até posições abertamente independentistas. As posições independentistas defendiam a secessão do arquipélago relativamente à soberania portuguesa e o estabelecimento de um protectorado de uma potência marítima, flutuando as opiniões entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, embora sendo esta última solução a mais reivindicada (João, 1991: 300).

O surgimento das referidos sentimentos nos círculos mais esclarecidos dos distritos açorianos tinha por base a crise financeira que vigorou durante o referido período, que afectou a economia açoriana principalmente nos domínios da exportação de cereais, vinhos e laranja., produtos que detinham um peso determinante nas transacções comerciais do arquipélago. (João, 1991: 234) O discurso independentista começa então a tornar-se regular em alguns artigos de opinião publicados na imprensa regional<sup>20</sup>. As posições separatistas justificavam-se sobretudo pelo sentimento de orfandade a que a *mãe-pátria* havia votado os distritos do arquipélago. Neste sentido, o discurso separatista acabava por não se basear em argumentos de identidade própria da população das ilhas, nas suas especificidades sociais ou culturais. Assentava sobretudo num confronto com o poder central, atribuindo-lhe responsabilidade pela carência de infra-estruturas, pelos pesados impostos lançados sobre o arquipélago, entre outras questões.

Quase em simultâneo, e a par das posições separatistas, esboçam-se igualmente posições algo mais moderadas de emancipação do arquipélago relativamente ao continente. Os projectos defendidos na década de 1860 acabam por dividir-se entre a reivindicação de uma autonomia ampla e a exigência de uma maior descentralização, sobretudo administrativa. Nos projectos esboçados denotam-se já algumas das contradições quanto à amplitude espacial que serão uma constante no movimento autonomista açoriano. Por um lado, existiam sectores que defendiam uma “autonomia provincial” através de uma concepção de unidade do arquipélago. Outros sectores defendiam a manutenção da divisão distrital consubstanciada nos três distritos então vigentes: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta (João, 1991: 242-244).

---

<sup>20</sup> Entre os órgãos de imprensa regional onde podem ser recenseados artigos de natureza independentista destacam-se: *A Persuasão* e o *Diário dos Açores* no distrito de Ponta Delgada, o *A Independência* e o *Independente da Terceira* do distrito de Angra do Heroísmo, e *O Atlântico* do distrito da Horta (João, 1991: 336)

Foi, no entanto, na última década do século que estas reivindicações se exprimiram com maior vigor, sustentadas por toda uma conjuntura política e económica.

Tais deveram-se sucintamente a uma série de medidas impopulares tomadas pelo então governo de José Dias Ferreira (Bento, 2000: 161-163; João, 1991: 247-251).

- A tentativa de extinção da Moeda Insulana em 1890, moeda mais fraca que garantia alguns benefícios à economia da região. Tal medida é justificada pelas despesas provenientes da instalação do cabo submarino entre o arquipélago e o continente.
- A criação do monopólio da indústria do álcool, através da extinção das fábricas da região e importação do produto do estrangeiro, contrariando, desta forma, os interesses das elites locais.
- O agravamento dos impostos, já pesados para a maioria dos contribuintes.
- A tentativa de extinção do Tribunal da Relação, sob o argumento da necessidade de alívio da despesa necessária ao seu sustento;
- A extinção da Junta Geral e desvio das respectivas receitas, que embora modestas, serviam para a manutenção de algumas infra-estruturas públicas locais.
- O fecho da Escola de Desenho Industrial de Angra do Heroísmo, na altura frequentada por 150 alunos.

É no decorrer desta onda de medidas impopulares que Mont'Alverne de Sequeira, médico de Ponta Delgada, publica em 1891 os dois primeiros folhetos das *Questões Açorianas*, obra que veio a assumir um importante protagonismo no seio do ideário autonomista. Num contexto de forte contestação às políticas delineadas pelo Governo Central, consideradas globalmente prejudiciais para os Açores, começam a despoletar uma série de ideais autonomistas.

Em 1892, é apresentado à Câmara dos Deputados por Arístides Moreira da Motta, médico eleito pelo distrito de Ponta Delgada, um projecto de autonomia bastante ambicioso para os distritos dos Açores. Neste projecto, as Juntas Gerais dos distritos açorianos passariam a gozar de uma ampla autonomia politico-administrativa, só limitada pelas "*atribuições dos poderes políticos do Estado que não possam ser delegadas e sobre tudo o que seja ofensivo dos direitos políticos e individuais dos cidadãos bem como das leis que regulam o recrutamento e serviço militar, a emigração e o recenseamento eleitoral*" (João, 1991: 273). No fundo, o projecto defendia uma ampla autonomia, limitada quase exclusivamente pelos direitos de soberania representados pelo Estado Nacional. O projecto não viria a ser aprovado.

Em Fevereiro de 1893 constituiu-se uma Comissão de Propaganda e Promotora da Autonomia, agrupando diversas facções das elites de Ponta Delgada. Destaca-se, neste contexto, a união política dos então líderes dos partidos micalenses em torno do ideal da autonomia administrativa: José Maria Raposo do Amaral do Partido Progressista, Conde Jácome Correia do Partido Regenerador, e Manuel Jacinto da Ponte do Partido Republicano. Na mesma altura foi nomeada uma subcomissão com o objectivo de redigir um novo projecto de autonomia

administrativa. Sob directrizes do Movimento Autónómico de Ponta Delgada, a referida subcomissão, constituída por Aristides Moreira da Motta, Gil Mont'Alverne Sequeira e Caetano de Andrade de Albuquerque (relator), visava a elaboração de um estatuto bastante menos ambicioso do que o apresentado em 1892 (João, 1991: 255). O projecto viria a ser apresentado à Câmara dos Deputados em Julho de 1893 por Diniz Moreira da Mora, não chegando a ser debatido porque o parlamento foi encerrado pouco tempo depois.

Em 1895, após sérias rupturas entre os partidos que integravam a “plataforma autonomista”, dando seguimento ao decreto de Hintze Ribeiro (natural dos Açores) e João Franco, foram concedidos poderes autonómicos excepcionais às Juntas Gerais açorianas, tendo por base o projecto apresentado em Julho de 1893. No entanto, só os distritos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo solicitaram a aplicação do regime administrativo especial, tendo-se mantido o distrito da Horta à margem do movimento autonomista (João, 1991: 300). Tal representou, no entanto, um importante momento na história do arquipélago, sendo recordado, exaltado, e servindo de exemplo para gerações vindouras, como veremos mais adiante (ver pág. 120)

No quadro da autonomia administrativa conseguida em 1895, torna-se importante salientar quatro aspectos que poderão ser importantes para a caracterização da história do movimento autonomista do arquipélago (João, 1991: 300-302):

- 1) O movimento autonomista da década de 1890 partiu de Ponta Delgada para o resto dos Açores.
- 2) O regime administrativo especial conseguido em 1895 manteve a divisão por distritos do arquipélago, herdada do Antigo Regime. A falta de expressividade de um sentimento regionalista que integrasse todo o arquipélago, unindo os seus três distritos, é um dos traços mais distintivos do movimento autonomista da década de 1890.
- 3) Sobretudo em S. Miguel, o movimento autonomista caracterizou-se sociologicamente por ter agregado importantes sectores da oligarquia e da pequena elite local: grandes proprietários fundiários, comerciantes, accionistas da poderosa indústria do álcool, quadros do funcionalismo e das profissões liberais.
- 4) Ao nível ideológico, o movimento autonomista apresentou-se como sendo nitidamente conservador, sendo os seus líderes destacadas figuras dos partidos monárquicos locais.

### **Da 1ª República à instauração da Ditadura Militar**

O estatuto administrativo especial obtido em 1895 permitiu que as Juntas Gerais dos dois distritos que a ele aderiram (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo) conseguissem algum fomento, sobretudo no domínio das obras públicas e na montagem de serviços de apoio a sectores económicos de elevado interesse para as ilhas, como a agro-pecuária, por exemplo. No entanto, e tal como refere Carlos Cordeiro (1991: 27), simultaneamente com a queda do regime monárquico, as Juntas Gerais padeciam de orçamentos adequados à concretização

das suas competências. Entretanto, os partidos do rotativismo, dos quais saiu a plataforma autonomista, foram sendo progressivamente enfraquecidos por cisões e lutas internas pelo poder.

Tal como no resto da país, as reacções à implantação da República nos Açores variaram bastante, desde as mais contestatárias, às mais eufóricas defensoras, passando inclusive por algumas que aceitavam o novo regime, mas abstinham-se de participar na sua construção e desenvolvimento. Esta última posição de “não participação” foi o caminho enveredado por alguns dos mais destacados líderes partidários do arquipélago, inclusive pelos grandes vultos do autonomia regional do final do século XIX: José Maria Raposo do Amaral, Mont’Alverne de Sequeira, Aristides Motta.

No entanto, as reacções, sobretudo dos círculos conservadores insulares, a algumas medidas e à desordem que parecia ter-se instalado no sistema político da I República, não se fizeram esperar, não tardando a resultar numa nova ascensão das ideias autonomistas. O antigo líder monárquico do extinto Partido Progressista Autonomista Micaelense, José Maria Raposo do Amaral, começou a conjecturar a reactivação do seu partido em 1917. Por seu turno o crescente descontentamento com o Partido Democrático possibilitou a formação, mais ou menos formal, de uma frente anti-democrata, reunindo monárquicos, unionistas republicanos e socialistas.

Foi então convocada uma grande reunião política para o Coliseu Micaelense, destinada a todos os que se preocupassem com a defesa dos interesses de S. Miguel, independentemente do seu partido político. A referida reunião, que contou inclusive com o apoio do Partido da União Republicana e com o Partido Socialista (Cordeiro, 1999: 76), visava coligar, em lista única, candidatos dos partidos e independentes. No entanto, na referida reunião foi aprovada uma moção que dava plenos poderes ao líder monárquico Raposo do Amaral para a constituição de listas, chegando este a afirmar que nunca fizera parte das suas intenções a procura de entendimentos com partidos republicanos. Ergueu-se, deste modo, o Partido Regionalista, cuja estrutura assentou numa comissão que viria a integrar os principais vultos da antiga comissão autonomista da última década do século XIX, nomeadamente Mont’Alverne de Sequeira e Aristides Motta.

Nas eleições autárquicas de 18 de Novembro de 1917, os Regionalistas alcançam uma visível vitória eleitoral no distrito de Ponta Delgada, vendo aumentar substancialmente a sua influência entre a população e ocupando cargos de poder em diversas Câmaras Municipais (Cordeiro, 1999: 80).

Pouco depois da referida vitória, dá-se a Revolução de 5 de Dezembro liderada por Sidónio Pais. Enquanto movimento conservador que visava colocar termo ao “clima anárquico” da 1ª República, teve em conta a recente influência do Partido Regionalista no distrito de Ponta Delgada. Foram concertadas posições para a eleição de Sidónio Pais e sua lista de senadores. José Maria Raposo do Amaral conseguiu, deste modo, ver serem eleitos os seus candidatos sem oposição (Cordeiro, 1999: 85). Ou seja, acabou, assim, por ser no período sidonista que o

Partido Regionalista assumiu um peso significativo na política local, apoiando as políticas governamentais do referido período e defendendo junto das autoridades nacionais os interesses do distrito.

A nível ideológico, o Partido Regionalista caracterizou-se por querer aglomerar as correntes mais conservadoras micaelenses. Nos *Tópicos do Programa do Partido Regionalista*, faz-se notar a forte influência da doutrina da Igreja Católica, verificando-se influências das ideias na altura defendidas pelo Centro Católico Português. Conseguem-se ainda denotar, em determinados aspectos, alguns dos traços defendidos na altura pelo Integralismo Lusitano (Cordeiro, 1999: 93-101). Verifica-se, no fundo, que as linhas de acção do partido não se caracterizavam pela exclusiva defesa da temática ligada à autonomia do arquipélago. O programa vigente apresentava propostas que pretendiam abarcar os diversos sectores da vida nacional. Neste sentido, a questão administrativa insular nem sequer era abordada com uma profundidade extraordinária, reforçando somente as vantagens do sistema descentralizador obtido em 1895.

À semelhança do movimento da década de 1890, o ideário regionalista teve eco sobretudo no distrito de Ponta Delgada, embora existam indícios de movimentações políticas significativas no distrito de Angra do Heroísmo (Cordeiro, 1999: 98-99). No entanto, nos projectos do Partido Regionalista deste período continuava-se a afirmar a tradicional divisão por distritos do arquipélago.

A morte de Sidónio Pais e o fim da “Republica Nova” viriam a abrandar as perspectivas autonomistas, com o recuo da influência do Partido Regionalista no distrito de Ponta Delgada. No entanto, a década de 1920 viria ainda a assistir a um significativo debate sobre as questões autonomistas, sobretudo no seio dos círculos mais conservadores de Ponta Delgada. Personalidades como Francisco D’Athayde Machado de Faria e Maia, Urbano de Mendonça Dias, Luís da Silva Ribeiro, José Bruno Carreiro e Luís Bettencourt, entre muitos outros, destacaram-se na defesa da causa autonómica, recorrendo a abordagens variadas, mais moderadas ou mais ousadas, algumas com fundamentos de cariz sobretudo teórico, outras tendo por base doutrinas relativamente estáveis de Direito Administrativo.

No entanto, e apesar de muita “tinta ter corrido” na imprensa regional na primeira metade da década de 1920 sobre questões de autonomia, descentralização ou desconcentração, realçando-se também acontecimentos como a tentativa de constituição de uma frente reivindicativa com o distrito do Funchal, a causa autonomista não viria a obter significativos progressos formais no referido período.

A instauração da ditadura militar do 28 de Maio de 1926 conseguiu arrecadar importantes consequências no seio do movimento autonomista, verificando-se divergências significativas nas reivindicações expressas. De um discurso de alargamento do regime administrativo especial obtido em 1895, assistiu-se também à ascensão de um discurso que reivindicava apenas um aprofundamento e alargamento da autonomia financeira distrital. A referida discrepância de posições viria a dividir um movimento autonomista que, na altura, já

apresentava sérias debilidades de união e coerência.<sup>21</sup> Embora não deixando de recolher críticas, este último discurso mais moderado viria a vigorar durante os primeiros dois anos da ditadura militar<sup>22</sup>.

O Decreto n.º 15035, de 16 de Fevereiro de 1928 veio significar uma vitória das aspirações autonomistas, aumentando o leque de receitas adjudicadas às juntas distritais (Cordeiro, 1999: 409). A ditadura, obteria, com este acto, uma importante popularidade junto das elites locais, não deixando a imprensa local, sobretudo a mais conservadora, de elogiar o trabalho que vinha sendo desenvolvido.

A chegada de António de Oliveira Salazar ao Ministério das Finanças viria, no entanto, a alterar os referidos ânimos. O controlo financeiro então imposto viria a obter importantes reflexos no funcionamento das Juntas Gerais autónomas. Verificou-se, deste modo, um importante golpe no ambiente de euforia que se verificara após a aprovação do decreto de 16 de Fevereiro. Com a sua política de apertada contenção financeira, Salazar viria a alterar o decreto 15035 de 16 de Fevereiro de 1928 com o decreto 15805, de 31 de Julho de 1928. A coberto de um discurso que exaltava a descentralização, o decreto de 31 de Julho viria a impor um alargamento das competências das Juntas Gerais Autónomas sem o correspondente aumento das suas receitas.

As críticas à medida de Salazar não se fizeram esperar. No entanto, e pelo facto de a medida ter sido inclusive aprovada por importantes rostos simbólicos do movimento autonomistas, nomeadamente Luís Bettencourt ou Luís Ribeiro, criou-se um ambiente de expectativa em relação à ditadura militar. Por um lado criticava-se o não alargamento das receitas das Juntas Autónomas, mas por outro lado não se deixava de elogiar o génio do Ministro das Finanças e os importantes sacrifícios patrióticos que a todo o país era necessário impor para o bom governo de Portugal.

## **Traços Comuns nas origens da Autonomia Açoriana**

Após termos procurado desenhar um breve retrospectiva sobre as origens do movimento autonomista nos Açores, destacando os desenvolvimentos operados na última década do século XIX e as movimentações também ocorridas durante a I República e instauração da ditadura militar, conseguimos obter, tendo por base algumas conclusões expostas por Maria Isabel João (1991: 300-302), alguns traços que se revelaram constantes durante os referidos períodos.

---

<sup>21</sup> Para um maior aprofundamento da temática em questão, consultar *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a Primeira República*, de Carlos Cordeiro (1999), especialmente o Capítulo V (págs. 371-427).

<sup>22</sup> Neste sentido, Carlos Cordeiro apresenta-nos, entre outras, uma explicação que merece ser destacada: “A moderação do discurso, no respeitante às críticas ao poder central, poderá ser explicado pela expectativa que o «28 de Maio» gerou nas hostes autonomistas sobre a possibilidade de as suas propostas serem bem acolhidas, tanto mais que dois dos seus principais representantes haviam merecido a plena confiança do Governo: Luís Bettencourt era presidente da Comissão Executiva da Junta Geral de Ponta Delgada; José Bruno carreiro, chefe da secção civil do Gabinete do Delegado Especial do Governo nos Açores.» (Cordeiro, 1999: 408)

- a) As movimentações autonomistas assumiram sempre uma maior preponderância no distrito de Ponta Delgada. Quer na primeira vaga autonomista, quer durante a Primeira República e instauração da Ditadura Militar, Ponta Delgada assumiu-se sempre como cidade e distrito impulsionador das questões autonomistas, agregando no seu seio os principais vultos da causa. Angra do Heroísmo obteve também um protagonismo significativo, consubstanciado aliás pela sua adesão ao estatuto administrativo especial de 1895. Por seu turno, o distrito da Horta acabou por se manter, nos referidos períodos, aparte dos impulsos autonomistas manifestados.
- b) As reivindicações autonomistas só pontualmente puseram em causa a divisão distrital do arquipélago. No fundo, o regionalismo com fronteiras delineadas em torno das nove ilhas raramente se manifestou nas vagas autonómicas expostas.
- c) A nível ideológico, as correntes autonomistas dos dois períodos analisados caracterizaram-se por um nítido conservadorismo político. Apesar de, em algumas fases, as ideias autonómicas terem reunido em seu torno figuras e partidos com posições ideológicas bastante diversas do conservadorismo político (como o Partido Republicano em 1893-1894 e o Partido Socialista em 1917), verifica-se que foram sobretudo figuras ligadas ao conservadorismo local que assumiram maior protagonismo e vigor na defesa do ideário autonomista

Os traços apresentados são apenas constatações empíricas, não cabendo no âmbito do presente projecto a busca das suas causas. No entanto, a exposição das constatações ajuda-nos a obter traços distintivos do movimento autonomistas cuja manutenção ou não importará verificar na transição para a democracia em 1974-1976.

## **Evolução Político-Jurídica da Autonomia Açoriana (1895-1974)**

Após termos delineado sinteticamente os traços mais significativos do movimento autonomista no final do século XIX e durante a 1ª República e Ditadura Militar, tendo em consideração períodos significativos da luta autonómica antes de 1974, consideramos pertinente a apresentação de um curto panorama sobre a evolução político-jurídica da autonomia açoriana entre 1895 e 1974. O panorama a apresentar revela-se útil para demonstrar que, antes de 1974, as ilhas açorianas beneficiaram de vários regimes de autonomia administrativa especial em relação aos distritos continentais.

Tal como referido anteriormente (ver pág. 48), o Decreto Ditatorial de 2 de Março de 1895, de Hintze Ribeiro e João Franco, ratificado pelas Cortes através da Carta de Lei de 14 de Fevereiro de 1896, revelou-se o primeiro diploma que institucionalizou um regime autonómico cuja aplicabilidade poderia ser materializada aos três distritos dos Açores. No entanto, a aplicabilidade do regime administrativo especial dependia: a) do requerimento de dois terços

dos cidadãos do distrito elegíveis para cargos administrativos e; b) da autorização do Governo por decreto.

Reflectindo o peso da divisão distrital então vigente no arquipélago, o regime especial foi aplicado no distrito de Ponta Delgada pelo Decreto de 18 de Novembro de 1895 e, três anos mais tarde, no distrito de Angra do Heroísmo pelo Decreto 6 de Outubro de 1898. O distrito da Horta, reflectindo a heterogeneidade de posições relativamente à questão autonomista no seio do arquipélago, nunca viria a requerer a aplicação do referido regime.

Quadro 12 – Evolução Político-Jurídica da Autonomia Açoriana: Principais Diplomas (1895-1974)

<i>Regime Político</i>	<i>Principais Diplomas</i>
Monarquia Constitucional	Decreto Ditatorial de 2 de Março de 1895 Âmbito: Estatuto Administrativo Especial dos Distritos dos Açores
	Carta de Lei de 12 de Junho de 1901 Âmbito: Revê o Decreto de 11 de Março, limitando competências dos órgãos distritais
1º República	Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913 Âmbito: Regimes Especiais aplicáveis aos Distritos Açorianos
Ditadura Militar	Decreto n.º 15035, de 16 de Fevereiro de 1928 Âmbito: Reforça Fontes de Receita dos Órgãos Distritais
	Decreto n.º 15805, de 31 de Julho de 1928 Âmbito: Aumenta despesas correntes dos Órgãos Distritais
Estado Novo	Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de Dezembro de 1940 Âmbito: Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes
	Decreto-Lei n.º 36453, de 4 de Agosto de 1947 Âmbito: Revê Estatuto

Fonte: Baseado em Medeiros e Silva, 1997: 11-14.

A organização administrativa especial consubstanciada no decreto de 2 de Março de 1895 previa a constituição de uma Junta Geral, composta por 25 procuradores eleitos pelos concelhos do distrito, com um mandato de 3 anos. A Junta Geral, supervisionada pelo Governador Civil do distrito, possuía competências consultivas e competências deliberativas de natureza administrativa e financeira. Na sua primeira sessão, a Junta Geral nomeava uma Comissão Distrital, composta pelo presidente da Junta Geral e 4 procuradores, encarregue de executar as deliberações tomadas (Medeiros e Silva, 1997: 11-12).

No entanto, o pleno vigor do estatuto obtido em 1895 duraria apenas até 1901, dado que a Carta de Lei de 12 de Junho do referido ano, que alargou a aplicabilidade do regime especial ao distrito do Funchal, viria a reduzir substancialmente a autonomia decisória das Juntas Gerais. A aplicabilidade de muitas das deliberações das Juntas Gerais passou, deste modo, a carecer da aprovação do Governo ou do Governador Civil. Por outro lado, o Decreto de 1901 viria igualmente a reduzir os membros das Juntas Gerais de 25 para 15 e os membros das comissões distritais de 5 para 3.

Com a instauração da República, viria a ser aprovado, a título provisório até à publicação do Código Administrativo, a Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, que estabelecia a “*organização, funcionamento, atribuições e competências dos corpos administrativos*”. Embora tenha sido ressalvada a aplicação de alguns artigos do decreto de 1895, o novo regime destinado aos distritos açorianos em pouco se diferenciava do regime aplicado nos distritos continentais. A limitação do regime administrativo especial dos Açores apresentar-se-á como uma das causas do reaparecimento com algum vigor dos movimentos autonomistas, sobretudo no distrito de Ponta Delgada.

Em 1928, após a instauração da Ditadura Militar, os distritos insulares vieram a beneficiar de uma importante alteração do seu regime administrativo. O Decreto n.º 15035, de 16 de Fevereiro, consagrou um aumento substancial das receitas dos distritos. Com esta medida, a Ditadura Militar obteve significativos apoios e viu expandir a sua popularidade junto das elites açorianas. No entanto, e com a chegada de António de Oliveira Salazar ao Ministério das Finanças, o Decreto n.º 15 805 de 31 de Julho de 1928 reviu o seu antecessor, aumentando o volume de despesas correntes a serem cobertas pelos orçamentos distritais.

O Estado Novo viria a dotar os Açores e a Madeira com o *Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes*, através do Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de Dezembro de 1940, posteriormente revisto pelo Decreto-Lei n.º 36453, de 4 de Agosto de 1947.<sup>23</sup> Da autoria de Marcelo Caetano (que, para a sua elaboração, percorreu demoradamente as ilhas dos Açores e da Madeira), o referido Estatuto regeu a organização político-administrativa dos arquipélagos até ao 25 de Abril de 1974<sup>24</sup>.

O Estatuto de 1947 dotou os distritos das ilhas de autonomia administrativa e financeira. A organização político-administrativa consubstanciou-se na existência de Juntas Gerais – órgãos de administração distrital autónoma – cujas competências eram exercidas por uma Comissão Executiva. Entre as competências da Junta Geral enumeradas pelo Estatuto, destacam-se: administração dos bens distritais, fomento agrário, florestal e pecuário, coordenação económica, obras públicas, fiscalização industrial, viação, saúde pública, assistência, educação, cultura, polícia administrativa.

Em cada distrito, o Governo central era representado por um Governador Civil, encarregue da gestão dos interesses políticos e administrativos do Estado, da superintendência na polícia cívica geral, da tutela da administração distrital autónoma, podendo inclusive elaborar

---

<sup>23</sup> De salientar que o presente estatuto alterou a significativamente a situação do distrito da Horta que, tal como referido anteriormente, nunca chegara a requerer a aplicação do regime autonómico. O distrito passou, deste modo, a beneficiar do mesmo regime administrativo aplicado em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo.

<sup>24</sup> Convém referir, no entanto, a criação das regiões de planeamento dos Açores e da Madeira em 1969 que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 48905, de 11 de Março, eram dotadas de uma “*comissão consultiva com competência em matéria de elaboração e execução dos planos de desenvolvimento regional*” (Medeiros e Silva, 1997: 14). Estas estruturas de planeamento regional representaram então um importante sinal de esperança para as aspirações autonomistas que na altura começavam a ressurgir no arquipélago.

“regulamentos legislativos sobre quaisquer matérias não reguladas em lei ou decreto” (Medeiros e Silva, 1997: 14).

Da breve análise à evolução político-jurídica da autonomia açoriana entre 1895 e 1974, conclui-se sobre as já longas raízes da autonomia regional nos Açores, conseguindo-se igualmente denotar alguns traços que se revelaram mais ou menos constantes no decorrer do referido período:

1. A realidade distrital do arquipélago foi uma constante, em termos formais, no decorrer do referido período. A ausência de um enquadramento político-administrativo que integrasse os três distritos regionais justifica-se aliás, tal como anteriormente referido, pela ausência de correntes políticas regionais que reivindicassem tal facto.
2. A análise da evolução do estatuto político-jurídico dos distritos açorianos permite obter uma visão significativa sobre os avanços e retrocessos da autonomia regional. No entanto, e recorrendo à distinção entre *Law in Books* e *Law in Action*, a situação financeira a que eram votados os órgãos autónomos distritais nos orçamentos nacionais, consoante o período em questão, acabou por ser igualmente determinante para a capacidade efectiva que estes detinham para exercer as suas competências.



## **Capítulo III**

### ***Os Açores nos Finais do Estado Novo***

## Capítulo III – Os Açores nos Finais do Estado Novo

No presente capítulo, que pretendemos que seja bastante breve, procuraremos fazer um enquadramento sumário da realidade regional açoriana nos últimos anos do regime autoritário. Procuraremos destacar alguns factos e acontecimentos que permitirão contextualizar o ambiente político e social vivido no arquipélago antes do 25 de Abril de 1974.

Neste sentido, começaremos por caracterizar sinteticamente a realidade sócio-demográfica dos Açores, recorrendo a indicadores estatísticos diversos que procurarão situar a posição do arquipélago a nível nacional em diversos domínios.

Seguidamente, abordaremos três acontecimentos que, embora antecedendo a revolução, conseguem demonstrar, por um lado, a menor rigidez repressiva do regime desde os finais da década de 1960 até à sua queda definitiva e, por outro lado, a crescente insatisfação social relativamente aos modelos políticos então vigentes. Abordaremos então primeiramente as “*Semanas de Estudo*”, eventos organizados durante a década de 1960 por um conjunto de personalidades católicas reformistas ligadas à Igreja na região, que tiveram um importante impacto simbólico junto das elites regionais

Seguidamente, e como não podia deixar de ser, debruçar-nos-emos nas eleições de 1969 e 1973 no contexto açoriano, nomeadamente no distrito de Ponta Delgada, focando as personalidades envolvidas, os resultados eleitorais obtidos e seus impactos políticos no arquipélago.

### **Caracterização Sócio-Demográfica**

Para uma análise da situação sócio-demográfica dos Açores, torna-se necessário sublinhar previamente dois factores determinantes de todo o panorama regional: a insularidade e a situação arquipelágica.



A *insularidade* determinou, e ainda hoje continua a determinar, inevitavelmente a forma como os Açores se relacionam com o resto do país. O isolamento das ilhas relativamente a Portugal Continental, com todo o tipo de constrangimentos económicos, sociais, políticos e culturais que tal facto acarreta, assume-se como factor substancialmente justificativo da

realidade regional nas mais diversas esferas sociais.

Intimamente relacionada com a insularidade, mas com raízes distintas, encontra-se a *situação arquipelágica* dos Açores. O facto de a região ser constituída por nove ilhas determina a existência de nove realidades semelhantes, mas mesmo assim distintas entre si. Antes de mais, são naturalmente distintas em termos de dimensão geográfica e densidade populacional, acarretando, em última instância consequências em termos de governação e de aplicação de políticas públicas.

Quadro 13 – Açores: Dimensão Geográfica e Densidade Populacional das Ilhas

	Área		População		
	Km2	%	Habitantes	%	Pop/Km2
Açores	2314	99,59	285015	100,00	123,17
Sta. Maria	96,99	4,19	9765	3,43	100,68
S. Miguel	746,82	32,27	149000	52,28	199,51
Terceira	396,75	17,15	65500	22,98	165,09
Graciosa	60,84	2,63	7180	2,52	118,01
S. Jorge	237,59	10,27	12970	4,55	54,59
Pico	433,2	18,72	18125	6,36	41,84
Faial	172	7,43	16375	5,75	95,20
Flores	142,84	6,17	5630	1,98	39,41
Corvo	17,45	0,75	470	0,16	26,93

Fonte: Grande Enciclopédia do Conhecimento e Censos 1970

O Quadro 13 ilustra a diversidade das ilhas entre si, reflectindo a existência de realidades tão distintas como a da ilha de S. Miguel, com mais de metade da população do arquipélago, e com uma densidade populacional substancial, e as ilhas do Grupo Ocidental (Flores e Corvo), que apresentam valores significativamente menores. A preponderância destes factores na realidade açoriana proporciona, inclusive nos nossos dias, a existência de níveis de desenvolvimento diferenciados na região, subsistindo inúmeras discrepâncias a diversos níveis.

No contexto da década de 1970, os níveis de desenvolvimento dos Açores encontravam-se bastante abaixo das médias nacionais em diversos domínios. Se tomamos em consideração, a título de exemplo alguns indicadores na área da saúde<sup>25</sup> (Quadro 14), a situação revela-se bastante paradigmática.

<sup>25</sup> Por uma questão de disponibilidade de indicadores que possam ser comparados entre si para o período em questão, devido a diferentes nomenclaturas, tomamos a título de exemplo a área da saúde, que nos parece ser bastante elucidativa e representativa da realidade nos referidos períodos.

Quadro 14 – Açores: Indicadores de Saúde (1970-1982)

Taxa de Mortalidade Infantil (1970-1982)					Médicos por 100 000 Habitantes (1970-1982)				
	1970	1974	1978	1982		1970	1974	1978	1982
Portugal	55.5	37.9	29.1	19.8	Portugal	94.1	116.1	166.2	220.8
Continente	54.5	37.5	28.8	19.5	Continente	98.0	120.7	172.0	228.2
Madeira	71.0	39.2	25.9	21.1	Madeira	41.5	45.9	66.6	97.5
Açores	65.9	48.9	32.1	26.9	Açores	31.7	35.2	51.4	66.2

Fonte: : Indicadores Estatísticos de Base Regional, INE, 1986.

Os dois indicadores acima apresentados, referentes a um período de 12 anos, são bastante explícitos quanto aos níveis de desenvolvimento dos Açores quando comparados com o todo nacional. No que à taxa de mortalidade infantil diz respeito, verifica-se uma diminuição progressiva ao longo do tempo em análise. Denota-se, no entanto, uma discrepância significativa entre a média nacional e a realidade açoriana que, apesar de apresentar na década de 1970 valores mais favoráveis do que os do arquipélago da Madeira, vê a situação inverter-se nos períodos de referência seguintes.

Se atentarmos ao número de médicos por cada 100 000 habitantes, os dados revelam-se ainda mais esclarecedores. Neste sentido, da observação do Quadro 14 destacamos o facto de a posição da região Açores se encontrar visivelmente abaixo da média nacional, com cerca de um quarto dos valores apresentados, mas também o facto de se notar uma discrepância tremenda entre a realidade das duas futuras regiões autónomas portuguesas relativamente ao restante panorama nacional. A assunção de uma posição similar dos Açores e da Madeira não deixa de ser curiosa tendo em conta todos os determinantes acima apontados relativamente à insularidade.

Analisando seguidamente a estrutura de qualificações da população portuguesa em 1960 (Quadro 15), tendo sempre como referência os Açores, algumas conclusões são também possíveis de serem retiradas.

Destaca-se desde logo o facto de os Açores possuírem uma taxa de analfabetismo abaixo da média nacional, o que consegue contrariar, pelo menos aparentemente, os fracos níveis de desenvolvimento da região. No entanto, e atentando à percentagem da população que não possui ou frequenta qualquer grau de ensino, verifica-se que o arquipélago possui quase seis pontos percentuais acima da média nacional. Ou seja, verifica-se a existência de uma percentagem significativa da população açoriana que sabe ler mas que nunca chegou a completar o ensino primário.

Quadro 15 - Estrutura de Qualificações (1960) (População que frequenta ou possui Grau de Ensino) (%)

	Portugal	Continente	Madeira	Açores	Açores/Portugal
Não Sabe ler	31,11	31,12	34,65	27,99	-3,13
N/Possui Ou Frequenta Grau de Ensino	24,47	24,28	23,32	30,33	5,87
Primário	38,11	38,14	37,93	37,51	-0,60
Secundário	5,38	5,49	3,72	3,82	-1,55
Superior	0,94	0,97	0,38	0,35	-0,59

Fonte: Censos 1960

Por outro lado, se nos cingirmos aos números da população que possui de facto um grau de ensino (primário, secundário ou superior), verificamos que as percentagens dos Açores se encontram sempre aquém das médias nacionais. E se tivermos em conta a condição arquipelágica da região, com fortes discrepâncias populacionais entre as ilhas, e onde apenas três ilhas possuem de facto localidades urbanas, não nos é difícil deduzir que uma parte significativa do arquipélago possuía uma estrutura de qualificações deveras debilitada.

Atentando agora à estrutura profissional da população activa dos Açores relativamente ao todo nacional (Quadro 16), conseguimos igualmente detectar alguns sinais de heterogeneidade relativamente à média nacional.

Quadro 16 - População Activa e Actividade Económica (%)

	Portugal	Continente	Madeira	Açores
Total	3315639	3126245	82270	107124
Pessoas exercendo uma profissão liberal, técnicos e equiparados	2,78 %	2,80 %	2,60 %	2,12 %
Directores e pessoal dos quadros administrativos superiores	1,44 %	1,48 %	0,75 %	0,68 %
Empregados de escritório	4,93 %	5,00 %	3,61 %	3,82 %
Comerciantes e vendedores	6,32 %	6,30 %	7,59 %	5,98 %
Agricultores, pescadores, caçadores, silvicultores e trabalhadores equiparados	43,37 %	42,55 %	52,88 %	59,91 %
Mineiros, operários de pedreiras e equiparados	0,60 %	0,62 %	0,12 %	0,17 %
Trabalhadores dos transportes e das comunicações	3,04 %	3,06 %	2,27 %	2,99 %
Operários, qualificados, especializados e não especializados e não especializados	27,78 %	28,27 %	21,98 %	17,86 %
Trabalhadores especializados dos serviços, desportos e actividades recreativas	9,21 %	9,39 %	6,92 %	5,60 %
Pessoas com profissão mal definida	0,56 %	0,53 %	1,27 %	0,86 %

Fonte: Censos 1970

Tendo em conta categorias como a percentagem de *directores e pessoal dos quadros administrativos superiores, operários qualificados* ou mesmo *trabalhadores especializados dos serviços*, consegue-se deduzir facilmente que o desempenho menos positivo dos Açores se deve igualmente a debilidades na estrutura de qualificações da sua população. Ou seja, é precisamente nas categorias que englobam algum tipo de qualificação especializada que o desempenho dos Açores se revela claramente negativo.

Por outro lado, e assumindo a percentagem de população activa empregue no sector primário como um indicador importante de desenvolvimento, denota-se claramente um atraso substantivo quando comparados os valores dos Açores com a média nacional. De facto, no princípio da década de 1970, cerca de 60% da população activa açoriana trabalhava ainda nos sectores agrícola, piscatório, ou similares.

Muitos outros indicadores podiam ser apresentados relativos ao período em questão que ajudariam a caracterizar de forma bastante mais profunda a realidade regional, e que demonstrariam igualmente o atraso do arquipélago em termos de desenvolvimento relativamente ao todo nacional.

Tal não significa que consideremos os Açores como a região menos desenvolvida do país no espaço temporal em questão. Portugal é um país de assimetrias regionais manifestas, com grandes disparidades entre o litoral e o interior onde, por exemplo, subsistem ainda nos nossos dias manifestações claras de ruralidade a alguns quilómetros dos grandes centros urbanos. No entanto, o que o pequeno conjunto de indicadores que apresentamos pretende demonstrar é que é quase natural que a proliferação de indicadores de fraco desenvolvimento em regiões que, devido à sua insularidade, possuem características sociais e culturais bastante específicas, possa desembocar em manifestações autonomistas. Como é evidente, a relação não é directa, mas certamente consegue assumir traços de correlação.

No fundo, os indicadores apresentados mais não fazem do que tentar demonstrar e justificar que, por entre outras razões culturais, sociais, e políticas até, o facto dos Açores permanecerem como região claramente atrasada em termos de desenvolvimento relativamente ao todo nacional, funcionou, tal como no século XIX, como importante factor propulsor do despoletar dos ideais autonomistas no seio das elites e da população em geral.

## ***As Semanas de Estudo***

Devido a uma grande diversidade de factores, que vão desde o isolamento insular, o sentido de vulnerabilidade perante os fenómenos naturais, a ruralidade a que se associa facilmente o desenvolvimento de um quadro de valores conservador, a religiosidade da população assume-se como fenómeno social de relevo para caracterizar a realidade açoriana.

Quadro 17 – População e Crenças Religiosas (1960) (%)

	Portugal	Continente	Madeira	Açores
Católicos	97,89	97,77	99,68	99,59
Cristão não Católicos	0,43	0,44	0,23	0,32
Não Cristãos	0,02	0,02	0,02	0,01
Sem Religião	1,66	1,78	0,07	0,08

Fonte: Censos 1960

O quadro acima apresentado, representando a população portuguesa em 1960 sobre o ponto de vista das suas crenças religiosas, consegue, apesar de não muito explicitamente, demonstrar o peso do Catolicismo nos Açores. Se somarmos aos dados apresentados o peso de manifestações religiosas como as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres ou as Festas do Espírito Santo, ou mesmo a importância do Seminário de Angra do Heroísmo na formação dos quadros que constituirão uma proporção significativa das elites regionais, conseguimos sem grande dificuldade apercebermo-nos do peso e influência da Igreja na região.

No fundo, a Igreja Católica, como todo o seu peso e influência social, funcionou como importante pilar de estabilidade do regime ditatorial em Portugal, não sendo os Açores excepção neste aspecto. De forma mais ou menos explícita, e é essa a opinião quase consensual que obtivemos de todos os protagonistas políticos que tivemos oportunidade de entrevistar com vista à realização da presente dissertação (ver pág. 186), a Igreja Católica na sua generalidade funcionou como instituição que contribuiu significativamente para a manutenção da tão importante “paz social” necessária à sobrevivência do regime.

No entanto, e tal como a História demonstra, pode ser precisamente nas instituições em que um regime se apoia que se podem encontrar algumas das suas mais fortes vulnerabilidades. Nos primeiros anos da década de 1960, numa altura em que o Concílio Vaticano II (1962-1965) começou a surtir os seus primeiros efeitos reformadores, alguns sectores da Igreja Católica nos Açores começaram-se a mobilizar com vista à organização de um evento que, reunindo intelectuais do arquipélago, pudesse discutir a actualidade da Igreja, das ilhas e do País.

Neste contexto, e sobretudo com o impulso de José Enes e de Artur da Cunha de Oliveira, intelectuais ligados à Igreja na região, realizaram-se as primeiras *Semanas de Estudo*, entre os dias 3 e 8 de Abril de 1961 em Ponta Delgada. Cumprindo o seu propósito, o encontro reuniu diversos intelectuais açorianos ou residentes nos Açores, que apresentaram e discutiram temas tão diversos como “*Cristo e a Crítica Moderna*” ou “*As Dominantes Ocultas das Situações Sociais*”<sup>26</sup>.

As *Semanas de Estudo*, organizadas pelo Instituto Açoriano de Cultura, cujas edições se repetiram ao longo da década de 1960, acabaram por ter um efeito significativo na realidade açoriana, nomeadamente entre as elites intelectuais e na posição da própria Igreja Católica,

---

<sup>26</sup> A primeira comunicação referida foi apresentada pelo reverendo Dr. Américo Caetano Vieira, e a segunda pelo reverendo Dr. Simão Leite de Bettencourt.

vendo esta última a manifestação explícita no seu seio de um movimento reformista em termos sociais e políticos. Abordando também questões tão sensíveis como os direitos e as liberdades do indivíduo, os regionalismos e as formas de autonomia, e as características específicas da população e do meio açoriano, as *Semanas de Estudo* acabam por ser um acontecimento marcante da década de 1960. A reunião e a tomada de posições mais ou menos explícitas de conjuntos alargados de intelectuais, insuspeitos de estarem ligados a quaisquer organizações políticas que conspirassem contra o regime, abalou a estabilidade das estruturas de legitimidade do Estado Novo nos Açores.

Por outro lado, nas *Semanas de Estudo* os Açores são concebidos como uma região por inteiro (Ferreira, 1996: 163), o que constitui um passo importante dada a divisão distrital a que o arquipélago estava então sujeito. O sublinhar de traços comuns da realidade açoriana, abordando questões como a religiosidade, a etnografia, dominantes histórico-sociais ou questões económicas, contribuíram bastante para um reforçar da realidade regional como um todo, temática esta que assumirá uma importância tão significativa na década seguinte.

Muitas das personalidades que participaram nas *Semanas de Estudo* vieram mais tarde a assumir papéis relevantes no contexto da transição e da consolidação da democracia nos Açores, e na construção e desenvolvimento do modelo de autonomia política e administrativa adquirido pela região em 1976. Muitas dessas personalidades assumirão os referidos papéis quer através dos partidos políticos, quer a título individual assumindo cargos públicos de relevo na região.

Como seria de esperar, as *Semanas de Estudo* ajudaram também a criar/contagiar determinados grupos de seminaristas que, desde então, e alimentados também pelo espírito do Concílio Vaticano II (acontecimento que Samuel Huntington identificou como determinante para o desenvolver da Terceira Vaga de Democratização – ver pág. 35), começam a manifestar posições sociais e políticas pouco ortodoxas para com o regime vigente. Muitos destes seminaristas que não optaram pela via do sacerdócio, alguns anos mais tarde, desempenharão também papéis importantes no quadro da autonomia açoriana.

No fundo, as *Semanas de Estudo* não se constituíram como evento oposicionista do regime, não sendo objectivamente responsáveis por manifestações claras de contestação à ditadura. Revestiram-se, no entanto, de um simbolismo não desprezível num contexto ainda bastante conservador, onde a oposição política organizada ao regime fazia-se sentir pouco. Revelam, acima de tudo, o progressivo desgaste a que o regime foi sendo sujeito, acabando por ver alguns dos sectores em que se apoiava, como no caso da Igreja, serem igualmente sujeitos a “contágios reformistas”.

Ou seja, caso alguns “ventos reformistas” consigam atingir este tipo de instituições, a força de um regime começa a ser imediatamente posta em causa, precisamente num ponto em que o mesmo encontrará sérias dificuldades em controlar. As *Semanas de Estudo*, enquanto iniciativa de personalidades com ligações estreitas à Igreja Católica, acabam por representar precisamente o referido paradigma.

## **O Marcelismo**

De um modo geral, podemos afirmar que os Açores tiveram uma fraca dinâmica oposicionista ao Estado Novo. Exceptuando alguns casos bastante particulares (dos quais destacamos a revolta de 1931<sup>27</sup>), até meados da década de 1960, a oposição ao regime não possuía qualquer tipo de organização minimamente consistente, baseando-se apenas em algumas individualidades que, recorrendo a meios diversificados, manifestavam a sua discordância com as políticas então vigentes. Mesmo o PCP, que desempenhou uma actividade oposicionista importante em diversas zonas do país, não possuía qualquer tipo de organização nos Açores nos anos 1960's e 1970's.

Apesar de se terem feito sentir de uma forma particular, as reformas levadas a cabo por Marcelo Caetano nos anos finais do Estado Novo proporcionaram também consequências políticas importantes na realidade açoriana. A maior abertura do regime, associada a uma multiplicidade de factores como as já referidas *Semanas de Estudo*, a acção de alguns estudantes açorianos no Continente que desenvolviam alguma actividade oposicionista durante as suas férias de Verão, entre outros, levou a que o desgaste do modelo político vigente se fizesse sentir na realidade do arquipélago.

No contexto da presente dissertação, realizaremos uma curta análise às eleições para a Assembleia Nacional em 1969 e 1973. Por uma questão de constrangimentos de fontes que consigam cobrir a realidade dos três distritos açorianos, centraremos a nossa análise no distrito de Ponta Delgada.

### ***Expectativas de Liberalização: as Eleições de 1969***

As eleições para a Assembleia Nacional de Outubro de 1969 representaram um acontecimento decisivo na dinâmica do Marcelismo. Convencido da popularidade das suas políticas, Marcelo procura então realizar um acto eleitoral que, apesar de não aspirar ao cumprimento de todos os requisitos democráticos, visa dotar o regime de alguma legitimidade eleitoral, ao mesmo tempo que demonstrava sinais de abertura e reforma.

Crentes de que a chegada ao poder de Marcelo Caetano possibilitaria uma reforma progressiva do regime, diversos sectores políticos e sociais aderem ao projecto. Caetano consegue, deste modo, colocar em lugares de destaque no seu governo personalidades cujas posições reformistas eram já conhecidas pelo país: Veiga Simão, Baltazar Rebelo de Sousa, entre outros. Por outro lado, Marcelo consegue igualmente que uma jovem geração de políticos, com posições manifestamente liberais e que pugnava a necessidade de reforma do regime, integre

---

<sup>27</sup> Aquela que ficou conhecida como a Revolta da Madeira em 1931 (Rosas, 1994: 222-224), que teve início na Madeira a 4 de Abril, acabou por originar focos insurreccionais nos Açores: Angra do Heroísmo (7 de Abril), Praia da Vitória e Ponta Delgada (8 de Abril) e Graciosa (10 de Abril). Possível sobretudo devido a uma sobreconcentração de deportados civis e militares nas ilhas, beneficiando de uma ampla liberdade de movimentos que lhes era negada em Portugal Continental, as referidas insurreições verificadas neste período representaram um dos principais marcos oposicionistas açorianos até à década de 1960. Ver a este respeito os artigos *A Revolta dos Açores* e *Os Deportados* de Ermelindo Ávila (2002: 250-258).

as suas listas da União Nacional para as eleições de 1969. Aquela que viria a ser conhecida como “Ala Liberal” incluiu personalidades como Francisco Sá Carneiro, Mota Pinto, Francisco Balsemão, entre outros, totalizando um grupo de cerca de 30 deputados (Rosas, 1994; 548-549). Entre os candidatos a deputado da “Ala Liberal” encontrava-se o jovem advogado promissor João Bosco Mota Amaral, natural dos Açores e antigo aluno de Marcelo Caetano, que integrou como independente a lista da União Nacional pelo distrito de Ponta Delgada.

Nos Açores, nomeadamente em Ponta Delgada, as eleições de 1969 proporcionaram a aproximação de diversos sectores políticos que não se reviam na política marcelista, desde antigos opositores ao regime, a católicos progressistas, militares e algumas correntes próximas do socialismo<sup>28</sup>. Foi então elaborado um documento – *Declaração de Ponta Delgada*, como viria a ficar conhecido – que se revestirá de um importante simbolismo. A *Declaração de Ponta Delgada* foi um texto bastante moderado quando comparado com os documentos da Oposição Democrática do continente. Resultou da negociação do Major Melo Antunes, que havia sido colocado no Quartel-General de Ponta Delgada, e um grupo de católicos progressistas<sup>29</sup>. A Declaração debruçou-se sobre diversas questões, prevendo a necessidade de *revisão e reforma profunda* do Estatuto dos Distritos Autónomos, preconizando a eleição democrática por sufrágio directo e universal dos corpos directivos das Juntas Gerais, e defendendo o estabelecimento de um salário mínimo do trabalhador rural e a revisão da lei do arrendamento rural, com vista a combater a tão precária situação dos trabalhadores rurais da ilha de S. Miguel (João, 1996: 126-127). A declaração abordou ainda a questão da “pressão das liberdades públicas”, em clara provocação ao regime vigente (Mesquita, 2005). O documento conseguiu obter as assinaturas de um variado leque de personalidades regionais, inclusivamente de indivíduos que virão mais tarde a dar a cara pelos movimentos autonomistas e independentistas, como o empresário José Franco.<sup>30</sup>

A oposição em Ponta Delgada, nas eleições da 1969, reuniu-se em torno da lista da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), encabeçada por uma individualidade com um currículo apreciável de oposição ao regime, António Borges Coutinho<sup>31</sup>. Com o apuramento dos resultados eleitorais, o distrito de Ponta Delgada revelou-se o segundo círculo eleitoral do país, a seguir a Setúbal, onde a oposição obteve um melhor resultado eleitoral: 22.2% do total dos sufrágios (João, 1996: 122).

---

<sup>28</sup>A nível nacional, a unidade da oposição consubstanciou-se na criação da Comissão Democrática Eleitoral, cujas listas integraram quadros ligados a diversos movimentos e organizações da oposição democrática, nomeadamente o PCP, a Acção Socialista Portuguesa (ASP), católicos socialistas independentes, entre outros. No entanto, por não ter havido entendimento quanto à constituição das listas em Lisboa, Porto e Braga, os membros da ASP constituíram-se nestes círculos em listas autónomas sob a sigla CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática. (Reis, 2000: 57)

<sup>29</sup>Eng. Júlio Quintino, padre Weber Machado, António Pimentel, entre outros.

<sup>30</sup>Jaime Gama e Mário Mesquita, este último então estudante no Continente, encarregaram-se da recolha de assinaturas em Lisboa.

<sup>31</sup>Inicialmente, o candidato era para ser o então Major Melo Antunes. No entanto, por falta de autorização dos seus superiores militares, o candidato acabou por ser António Borges Coutinho. (Amaral, 2004).

Como é natural, as inúmeras irregularidades que ocorreram no antes, no durante e no após as eleições em todo o país, fizeram com que os resultados eleitorais tornados oficiais pelo regime se encontrassem longe de se revelarem insuspeitos. Em alguns casos, constata-se inclusive que um mau resultado do partido do poder podia ser uma das formas dos seus representantes locais obterem maiores apoios e benesses do poder central. De qualquer modo, não seria razoável deixar de afirmar que os resultados obtidos pela CDE nos Açores demonstraram o efeito de desgaste de que o regime padecia na região nos seus últimos anos, mesmo nos tempos reformistas de Marcelo Caetano.

No seguimento das eleições de 1969, surge em Ponta Delgada a Cooperativa Cultural Sextante, associação cultural que organizava colóquios, *workshops*, entre outros eventos públicos. Este tipo de cooperativas não se assemelhava à organização de um movimento político. Eram, no entanto, organizações que possibilitavam acções oposicionistas e participadas por inúmeros activistas ou mesmo militantes políticos. A cooperativa Sextante foi liderada por António Borges Coutinho, tendo participado nas suas actividades individualidades como José Jorge Couto, futuro fundador do PS em S. Miguel, José Decq Mota, futuro líder do PCP no arquipélago, e Carlos César, futuro presidente do Governo Regional. Em 1972, o regime determinou por diploma a extinção deste tipo de cooperativas culturais, dado o carácter incómodo que vinham assumindo em diversos pontos do país.

### ***A Desilusão e o Regresso à Linha Dura: As Eleições de 1973***

Devido a incapacidade de gestão interna das reformas prometidas, o regime acabou por colocar termo ao período de liberalização em curso. Verifica-se, de facto, a partir de 1970, uma inversão da linha de liberalização, crescendo a oposição política e social à sua manutenção. Factores tão diversos como a nova legislação sindical (que permitia a destituição de direcções sindicais “subversivas”), a radicalização do movimento estudantil, o ressurgimento de uma forte perseguição política a forças oposicionistas, a falta de caminhos para colocar fim à guerra colonial, o falhanço das expectativas que rodearam a revisão constitucional de 1971, e a reeleição de Américo Thomaz em 1972, sublinharam a mudança de rumo na política marcelista (Rosas, 1998: 19-27). O referido retrocesso não deixou de acarretar consequências que determinaram o definhamento do regime.

Após o falhanço da revisão constitucional, e vendo muitas das suas propostas de liberalização chumbadas pela ala mais dura do regime, a maioria dos deputados da “Ala Liberal”, encabeçada por Francisco Sá Carneiro, renunciou ao mandato. No entanto, e contrariando alguma expectativas nele depositadas, o deputado por Ponta Delgada - Mota Amaral - optou por permanecer nas listas da ANP nas eleições de Outubro de 1973, tendo sido reeleito pelo círculo de Ponta Delgada. Contrariamente às eleições legislativas anteriores, as eleições de 1973 decorreram num período de já claro fechamento do regime sobre si próprio. Realizaram-se já sob apertados condicionamentos, o que levou a que as listas de oposição, reunidas em todos os distritos do país sob a sigla CDE, acabassem por abandonar o acto eleitoral antes da ida às urnas.

A reeleição de Mota Amaral nas listas da União Nacional criou um “grande desconforto” nos círculos da oposição ao regime nos Açores, sobretudo em Ponta Delgada (Couto, 2005). Se até então, a sua presença no grupo da “Ala Liberal” permitia que este fosse considerado externo ao regime, a sua reeleição fez com que sobre ele recaísse um forte desagrado por não se ter desvinculado da tentativa frustrada de liberalização marcelista. No entanto, com o início dos debates, Mota Amaral acabou por assumir uma postura crítica, abordando assuntos incómodos para o regime como a manutenção da guerra colonial ou o desrespeito das liberdades individuais. Tal facto melhorou substancialmente a sua reputação junto da oposição, sendo ainda hoje recordados os ferozes insultos de que foi alvo pelas suas posições, pelo deputado da linha dura Casal Ribeiro no plenário da Assembleia Nacional (Couto, 2005; Mesquita, 2005)<sup>32</sup>.

Durante o seu primeiro mandato, e enquanto durou o seu segundo mandato, Mota Amaral foi multiplicando as suas intervenções políticas no distrito de Ponta Delgada. Desde 1969, procurou sempre manter o diálogo directo com as populações de S. Miguel e Sta. Maria. Segundo o próprio, todos os anos visitou as 57 freguesias do distrito, promovendo sessões abertas à população, com conferências, debates e outros tipos de iniciativas. Paralelamente, procurou mobilizar e dinamizar conhecidos seus para questões políticas, tendo-se formado um pequeno mas substancial movimento político em torno da sua figura (Amaral, 2004)<sup>33</sup>.

Convém salientar que, e também segundo o próprio, a realização das referidas sessões não era muito apreciada por alguns membros da Acção Nacional Popular. Em algumas sessões, o protagonista refere inclusive que “*o representante da DGS era presença obrigatória*”. De qualquer modo, e olhando retrospectivamente para actuação de Mota Amaral, é indiscutível a importância de que se revestiram estas sessões. Garantiram-lhe um conhecimento profundo da realidade do distrito no seu todo, mas também uma noção profunda sobre as especificidades das diversas freguesias, ao mesmo tempo que foi arrecadando um capital de simpatia e confiança junto das suas populações.

---

<sup>32</sup> Apesar de termos notado que, hoje em dia, alguns adversários políticos de Mota Amaral reconhecem que a sua presença na Assembleia Nacional após 1973 não significou necessariamente um alinhamento com a doutrina por este professada, José de Almeida, antigo líder da Frente de Libertação dos Açores, eleito deputado em 1973 pelo círculo de Viana do Castelo, teceu-nos a seguinte consideração relativamente ao assunto: “*O Dr. Mota Amaral é um dos que nunca veio a romper com o Marcelo. Rompe com o Marcelo depois do 25 de Abril, antes nunca. Manteve permanentemente uma ostentação do seu relacionamento privilegiado com o Marcelo.*”

<sup>33</sup> Uma das particularidades da rede de influências de Mota Amaral é que muitos dos seus conhecidos que as integravam antes do 25 de Abril de 1974, também influenciados pelo seu papel de deputado, acabaram por se inscrever na União Nacional, enquanto o mesmo nunca o fez, mantendo sempre o estatuto de independente (Mesquita, 2005).



**Capítulo IV**  
***O 25 de Abril e o Emergir dos Partidos***

## **Capítulo IV – O 25 de Abril e o Emergir dos Partidos**

No presente capítulo procuraremos fazer uma retrospectiva dos primeiros impactos do 25 de Abril de 1974 nos Açores. Numa primeira fase, centralizaremos o nosso enfoque nos primeiros dias ou semanas que se seguiram à revolução. A forma como a revolução foi recebida pela população e as primeiras movimentações políticas verificadas serão alvo de alguma atenção no sentido de enquadrar o início da transição para a democracia nos Açores. No fundo, procuraremos analisar sinteticamente a forma como foi inicialmente recebida e vivida a Revolução no contexto açoriano.

Numa segunda fase, analisaremos de forma sintética o surgimento dos movimentos democráticos, sobretudo no distrito de S. Miguel. A sua constituição, as personalidades que os encabeçaram e as suas primeiras acções no contexto político de então merecerão a nossa atenção. O fenómeno de saneamento dos cargos públicos será analisado, sobretudo tendo em conta a dinâmica da ocupação dos mesmos pelas forças políticas emergentes e as suas consequências no meio político de então.

Numa terceira fase do presente capítulo, analisaremos o emergir dos partidos políticos na região, dimensão central da presente dissertação. A forma como surgiram, as personalidades que os encabeçaram, as suas linhas programáticas, a sua implantação e afirmação no terreno, e o seu enquadramento no contexto regional serão algumas dimensões centrais da nossa análise. Dado tratar-se de um dos objectos centrais na presente dissertação, as referidas dimensões merecerão alguma profundidade na nossa análise.

### ***A Revolução e os Dias que se Seguiram***

A descrição da forma como foi vivido o 25 de Abril nos Açores acaba por destoar fortemente do tipo de relatos que nos habituamos a obter sobre o acontecimento a nível nacional. O 25 de Abril e os dias que se seguiram são-nos normalmente recordados como momentos de efusão popular, com a população a sair à rua apoiando os militares, celebrando a queda de uma ditadura de 48 anos e aplaudindo as promessas de liberdade e igualdade então proclamadas. A revolução é-nos assim apresentada como um facto a que ninguém ficou indiferente.

No contexto açoriano, a história decorreu de forma bastante diferente. Como é natural, houve uma percepção de que o regime havia caído. No entanto, a opinião de muitos dos que hoje recordam aqueles dias é de que o 25 de Abril foi recebido na região com alguma prudência.

Não se verificou uma explosão popular de alegria, generalizando-se mais um comportamento que variou entre o alheamento e a expectativa<sup>34</sup>.

Exemplo paradigmático da cautela que se viveu na região logo após o anúncio do derrube do regime é a forma com a imprensa regional relata os acontecimentos. Por exemplo, o semanário *Açoriano Oriental* de 27 de Abril faz pouquíssimas referências à revolução. Apenas descreve o emergir da Junta de Salvação Nacional e faz referência ao discurso de Spínola na noite de dia 25 de Abril. Não fala em golpe de Estado, revolução, acções populares. Limita-se a descrever a 1ª conferência de imprensa da Junta de Salvação Nacional.

Tal facto não é de estranhar se tivermos em conta constrangimentos atrás descritos como, por exemplo, o isolamento que as ilhas então viviam, onde as notícias chegavam apenas pela rádio e os jornais nacionais eram postos à venda com cerca de uma semana de atraso. Por outro lado, os Açores eram uma sociedade onde a agitação social era quase inexistente. A prevalência generalizada de um quadro valorativo assente numa ruralidade largamente dominante nas ilhas, aliado a uma Igreja fortemente presente e à quase inexistência de oposição política até ao 25 de Abril, assim o determinou. No entanto, e como fizemos também questão de realçar anteriormente, a “calma” vivida nos Açores assemelhou-se ao que se passou em largas zonas do país, ou seja, nas zonas que não nos grandes centros urbanos, predominantemente no centro e norte do território continental.

Quando questionados sobre os acontecimentos dignos de relevo nos dias que se seguiram à revolução, os protagonistas políticos que tivemos oportunidade de entrevistar para a presente dissertação (ver pág. 186) destacam dois momentos marcantes: o encerramento das instalações da Direcção Geral de Segurança (DGS) e as Comemorações do 1º de Maio.

A acção de encerramento das instalações da DGS em Ponta Delgada assumiu um simbolismo significativo no contexto social em que se inseriu. O jornal diário “Açores” do dia 28 de Abril faz referência ao acontecimento, referindo que uma pequena multidão se concentrou na Praça Gonçalo Velho (principal praça da cidade), para assistir ao encerramento das instalações da DGS. Os relatos que nos chegam falam em poucas dezenas de pessoas que se reuniram na praça para aplaudir o acto. O referido encerramento foi levado a cabo por uma coluna de militares sobre o comando de Melo Antunes e de Vasco Lourenço (este último havia sido deslocado na região pouco tempo antes da revolução) (Amaral, 2004). Procedeu-se então à detenção do inspector distrital da DGS e de alguns agentes da organização.

As comemorações do 1º de Maio assumiram uma proporção mais significativa. O semanário *Açoriano Oriental* de 4 de Maio assume uma postura bastante mais aberta passados cerca de dez dias da revolução, dedicando muitas das suas linhas à descrição dos acontecimentos a

---

<sup>34</sup> Quebrando a normalidade daquele que poderia ser um dia muito semelhante a todos os outros, destaca-se o encerramento dos aeroportos insulares e o encerramento em Ponta Delgada de algumas instituições bancárias com sede em Portugal Continental. (*Correio dos Açores*, 26 de Abril de 1974, citado por Andrade, 1999: 21)

nível regional e nacional. Em Ponta Delgada foi organizado<sup>35</sup> um desfile que percorreu as principais artérias da cidade e que contou com a participação de cerca de duas mil pessoas<sup>36</sup>. Comemorações semelhantes verificaram-se igualmente nas duas outras capitais dos distritos da região, Angra do Heroísmo e Horta.

As comemorações do Dia do Trabalhador incorporaram assim uma relevância substancial se tivermos em conta a inexistência de uma real tradição de manifestações políticas de rua na região. O facto de, nesse dia, se terem reunido cerca de 2000 pessoas em Ponta Delgada acaba deste modo por ser um facto a ter em conta.

Outro dos fenómenos que nos compete destacar é o súbito surgimento na região de associações profissionais que, em variados sectores, começam a reclamar melhores condições de trabalho. Se durante o Estado Novo os Açores ficaram marcados por um fraco nível de mobilização civil e social, reflectindo-se tal facto na fraca movimentação oposicionista ao regime, o 25 de Abril veio alterar significativamente tal fenómeno.

De facto, poucos dias passados da revolução, uma série de movimentos de teor sindical começa a surgir na região. O semanário *Açoriano Oriental* faz testemunho deste aspecto publicando nas suas páginas uma série de comunicados de movimentos pró-sindicais que começam a organizar-se. A título de exemplo, em apenas duas edições do semanário (25 de Maio e 1 de Junho), manifestam-se 6 sindicatos ou associações/comissões de trabalhadores, anunciando a sua formação ou reactivação e apresentando as suas primeiras reivindicações profissionais e, regra geral, o seu apoio às linhas de acção do MFA<sup>37</sup>.

No fundo, através da análise da imprensa de então, nomeadamente a originária do distrito de Ponta Delgada, consegue-se obter um quadro bastante elucidativo dos dias que se seguiram ao 25 de Abril na região. Depois de uns primeiros dias em que uma certa apreensão se fez notar entre a população, não havendo relatos de grandes manifestações de euforia, a situação logo começa a alterar-se e a demonstrar os primeiros efeitos de um processo de transição para a democracia em curso, com todo o despoletar da actividade política e social na esfera pública.

---

<sup>35</sup> Apesar de não termos conseguido obter referências sobre quem de facto convocou a referida manifestação em Ponta Delgada, inclinamo-nos a supor que a mesma tenha sido organizada pelo mesmo círculo de individualidades que personificaram a oposição ao regime nos últimos anos do Marcelismo, i.e. António Borges Coutinho, Major Melo Antunes, entre outros.

<sup>36</sup> Segundo o *Açoriano Oriental* de 4 de Maio, foi convocada a concentração do desfile para as 14h no Campo de S. Francisco. O itinerário foi o seguinte: Campo de S. Francisco, Avenida do Infante, Largo da Matriz, Rua António José de Almeida, Rua Machado dos Santos, Rua Marquês da Praia, Rua Dr. Montalverne de Sequeira, terminando no Campo de S. Francisco.

<sup>37</sup> Nas edições do *Açoriano Oriental* de 25 de Maio e de 1 de Junho, é feita referência aos seguintes movimentos sindicais: Sindicato Livre do Funcionalismo Público, Trabalhadores da SATA (Serviço Açoriano de Transportes Aéreos), Comissão Provisória dos Professores do Distrito de Ponta Delgada, Trabalhadores da Prolacto, Trabalhadores Rurais de S. Miguel, União dos Trabalhadores da Junta Autónoma dos Portos do Distrito de Ponta Delgada.

## **Movimentos Democráticos e Saneamentos**

O restabelecimento das liberdades políticas trazido pela Revolução de Abril originou um súbito despertar de dinâmicas de uma sociedade civil submetida a 48 anos de ditadura. A liberdade de associação adquirida começou a surtir efeitos em todo o país, e o caso dos Açores não se revelou excepção.

Os sectores oposicionistas até então começaram imediatamente a organizar-se. O jornal *Açoriano Oriental*, na sua edição de 4 de Maio, noticia a constituição de Comissões Democráticas Provisórias em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo<sup>38 39</sup>. Nenhuma das duas organizações se assumia como partido político, mas como movimento que, visando reunir todas as sensibilidades democráticas, procuraria dar respostas a um leque variado de necessidades emergentes (esclarecimento da população, articulação com o MFA, etc)<sup>40</sup>.

Num comunicado reproduzido no *Açoriano Oriental* de 11 de Maio, a Comissão Democrática Provisória de Ponta Delgada faz a sua primeira grande apresentação à população do distrito. O Documento tenta fazer um ponto de situação quanto aos movimentos e partidos emergentes (PCP, PS, SEDES, Ala Liberal, etc). Refere o papel do MDP, que integra todas as Comissões Democráticas Eleitorais que disputaram as duas últimas campanhas de eleição de deputados

---

<sup>38</sup> O *Açoriano Oriental* de 18 de Maio anuncia a formação do Movimento Democrático do Faial.

<sup>39</sup> A Comissão Democrática Provisória de Ponta Delgada foi inicialmente constituída por Álvaro Soares de Melo, António Silva Melo, Eduardo Fontes, Humberto Pereira, Jacinto da Câmara Soares Albergaria, Júlio Quintino e Manuel Barbosa. Por sua vez, a Comissão de Angra do Heroísmo foi constituída por Odemiro de Figueiredo, Rui Weber de Mendonça, Ivone Chinita, Paulo Jorge Carvalho, José Guilherme Fernandes, Manuel António Pimentel e José Orlando Bretão (*Açoriano Oriental*, 4 de Maio de 1974). Como teremos oportunidade de demonstrar mais à frente, alguns dos nomes agora apresentados estarão na origem dos partidos políticos até então inexistentes no arquipélago.

<sup>40</sup> O *Açoriano Oriental* de 4 de Maio noticia igualmente um Encontro de Açorianos realizado na Casa dos Açores de Lisboa, onde é constituída uma Comissão “*Ad Hoc*” encarregue de coordenar o movimento dos democratas açorianos residentes na capital e promover sessões de trabalho para estruturar a forma como se deverá informar a população do arquipélago acerca dos assuntos de interesse nacional e local. No referido encontro, assume protagonismo António Borges Coutinho (antigo oposicionista e cabeça de lista pela CDE no distrito de Ponta Delgada nas eleições de 1969), apresentando uma comunicação sobre a resistência nos Açores durante os 48 anos de Ditadura. No seguimento desta reunião, realizou-se outra onde ficaram definidas as linhas gerais de trabalho e constituídas comissões, entre as quais se destaca a Comissão de Saneamento Moral e Civil, com o objectivo de averiguar e requerer a punição dos crimes políticos cometidos durante 48 anos.

Por seu turno, as edições do *Açoriano Oriental* de 25 Maio e de 1 de Junho noticiam a formação de uma Associação dos Estudantes das Ilhas Adjacentes (em Lisboa), reunindo estudantes dos Açores e da Madeira, e visando a substituição da extinta Procuradoria dos Estudantes da Madeira e dos Açores. A assembleia-geral constituinte da associação teve lugar no Instituto Superior Técnico e contou com a presença de cerca de 300 estudantes. A associação assumiu como principais objectivos “*facultar apoio económico já oferecido demagogicamente pela procuradoria dos Estudantes das Ilhas e mobilizar os estudantes das ilhas para uma intervenção activa na luta do povo insular por uma sociedade em que seja abolida a exploração do homem pelo homem*”. O jornal noticia a eleição de uma comissão provisória encarregue de redigir um projecto de estatutos e de estabelecer contactos com o Fundo de Apoio a Organismos Juvenis, com vista à obtenção de uma sede

As reuniões na Casa dos Açores de Lisboa e a formação da Associação dos Estudantes da Madeira e dos Açores acabam, deste modo, por demonstrar a existência de um número significativos de quadros regionais que, embora não residindo no arquipélago, assumiram papéis de destaque na luta contra a ditadura. Com o advento da Revolução, muitos destes quadros, apesar de ausentes do arquipélago, não deixaram de acompanhar e procurar assumir um papel no rumo dos acontecimentos na região.

para a Assembleia Nacional, afirmando a sua firme adesão à linha de acção do referido movimento. Acaba o comunicado convidando à participação de todos, recusando no entanto indivíduos que alinharam conscientemente no partido único ou que desempenharam cargos de confiança política no regime deposto. No fundo, a Comissão Democrática começa, desde logo, a assumir-se como “braço local” do MDP, movimento que virá a assumir no curso dos acontecimentos um papel substantivo na transição para a democracia nos Açores.

Num comunicado reproduzido na semana seguinte no *Açoriano Oriental* de 18 de Maio de 1974, o Movimento Democrático de Ponta Delgada assume a sua adesão ao MDP e apela ao “saneamento dos cargos políticos do fascismo” (Governos Civis, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia).

A temática do saneamento dos cargos públicos, que começava a emergir em todo o país, entra deste modo no vocabulário dos movimentos emergentes em Ponta Delgada. O saneamento assume-se como prioridade com vista a “limpar” a Administração Pública de cariz nacional, regional e local, de quadros que tenham colaborado com o regime deposto.

A 8 e 9 de Junho de 1974, realizou-se em Ponta Delgada o 1º Encontro dos Movimentos Democráticos dos Açores, com representantes dos movimentos dos três distritos do arquipélago. Reafirmou-se que o MDP não aspirava à constituição de um partido ou frente partidária, sublinhando-se que, nos Açores, o objectivo dos movimentos seria a formação política das populações. Declara-se a existência de movimentos democráticos em todas as ilhas e volta-se a insistir na nomeação, ainda que provisória, de governadores para os distritos do arquipélago. (*Açoriano Oriental*, 15 de Junho de 1974).

Respondendo ao apelo de diversas forças políticas, são concedidos ao Ministro da Administração Interna plenos poderes para dissolver os corpos administrativos. A referida medida acabou por ter um impacto importante no processo de transição para a democracia a nível nacional. Dado que a maioria das forças políticas só agora começavam a ser formadas e a adquirir implantação local, o processo favoreceu claramente as forças que já se encontravam no terreno relativamente organizadas, nomeadamente o MDP e o PCP, devido ao seu historial de luta contra a ditadura. Neste sentido, por todo o país, quadros do PCP e do MDP (muitos deles pertencendo a ambas as organizações) assumiram provisoriamente o controle de cargos políticos, sobretudo a nível das autarquias locais, apesar de, muitas vezes, não estarem garantidas condições de legitimidade e representatividade junto da generalidade da população..

Voltaremos a abordar mais à frente a temática do sistema de governo provisório da região, a forma como se estruturou e suas consequências (ver pág. 110).

## **Os Partidos Políticos**

Tal como já foi referido e sublinhado em diversos momentos anteriores do presente trabalho de dissertação (ver pág. 35), as transições para a democracia revelam-se tempos de tremenda competição entre novas forças políticas emergentes. A procura de um espaço num terreno político e social que se apresenta mais ou menos virgem em termos de organização política, leva a que uma importante batalha seja desencadeada no período em questão.

Tendo em conta o caso português, onde se verificou uma transição por ruptura, com a tomada do poder pelas forças armadas com largo apoio popular, e dada a inexistência de organizações políticas democráticas implantadas a nível da sociedade civil, verificou-se um substancial vazio de poder no campo das forças políticas ascendentes. Tal facto determinou substancialmente a forma como foi alicerçado o sistema de partidos.

Esse vazio de poder pode ser caracterizado, aquando da revolução, por duas ordens de razões que, na nossa perspectiva, se revelam centrais para a compreensão das origens do sistema partidário português no pós-25 de Abril:

- ? A quase inexistência, à excepção do PCP, MDP e PS<sup>41</sup>, de uma rede de partidos políticos já organizados aquando do 25 de Abril. Ou seja, à excepção das três forças políticas referenciadas, não existiam ainda movimentos com capacidade para tirar proveito imediato e organizado de um vazio de poder;
- ? A ausência inicial de qualquer regulamentação que enquadre a formação de partidos políticos até Novembro de 1974, com os Decretos-Leis 594/74 e 595/74.

Neste contexto, os meses que se seguiram à revolução assistiram a uma verdadeira multiplicação de partidos e movimentos políticos<sup>42</sup>, muitos deles carecidos de qualquer organização interna ou mesmo apoio popular (Sousa, 1983: 237). De facto, no referido período a constituição de um partido político dependia apenas do anúncio público da sua fundação e respectiva comunicação ao Movimento das Forças Armadas que, não possuindo ainda regulamentação específica para o domínio em questão, mais não podia fazer do que reconhecer a nova organização política.

Após o momento da fundação, onde a escolha de designação e a redacção dos estatutos assumiam-se como procedimentos centrais, a procura de apoio popular, consubstanciada na adesão de militantes e na formação de estruturas locais, tornava-se o passo imediato a tomar. Se tivermos em conta o facto de o *terreno político democrático* se encontrar então relativamente virgem, apercebemo-nos facilmente da importância de chegar aos possíveis simpatizantes, efectuando uma captação de quadros antes de outro qualquer adversário.

---

<sup>41</sup> Embora o Partido Socialista tenha sido fundado em Abril de 1973 em Bad Munsteirefel na Alemanha, importa ressaltar que, aquando da Revolução, este caracterizava-se tipicamente como partido de quadros, com uma organização e implantação social bastante limitadas (Ver Lopes e Freire, 2002: 43; Sablosky, 2005: 279).

<sup>42</sup> A multiplicação de partidos e movimentos políticos nos primeiros meses que se seguiram à revolução é evidenciada numa listagem feita em Janeiro de 1975 que apresentamos no Anexo I (ver pág. 2).

Nos Açores, a emergência do sistema de partidos assumiu características bastante peculiares. A fraca informação e mobilização política de grande parte da população da região, fruto do isolamento e ruralidade características do arquipélago, levou a que o fenómeno do “*chegar primeiro*” assumisse uma importância significativa. Será sobre estes e outros prismas da análise da origem de um sistema partidos que nos debruçaremos no presente capítulo. No fundo, procuraremos centrar-nos na seguinte questão já formulada anteriormente (ver pág. 9):

- Qual a origem dos diversos partidos políticos que emergiram no arquipélago, qual a sua modalidade de aparecimento?

Para responder à presente questão, focaremos a nossa análise nos quatro maiores partidos que então se afirmaram no arquipélago, à semelhança do que aconteceu em Portugal continental: Partido Popular Democrático, Partido Socialista, Partido Comunista e Centro Democrático e Social. Dado o maior protagonismo assumido pelo PPD e PS nos referidos períodos, e dada também a maior facilidade no acesso a fontes, estes merecerão um tratamento mais detalhado. Como é natural, assumimos que a escolha das referidas forças partidárias apresenta limitações visto que há referências à actividade de outros partidos na região no período em questão (e.g. Movimento da Esquerda Socialista, Partido da Democracia Cristã, Partido do Progresso, entre outros). Consideramos, no entanto, que a escolha das quatro forças políticas acima referidas justifica-se pelo papel central por estas desempenhado no processo político da transição para a democracia em Portugal.

Por uma questão de limitação no acesso a fontes, e tal como referimos anteriormente (ver pág. 6), a nossa análise centrar-se-á sobretudo no contexto do Distrito de Ponta Delgada. Em termos temporais, delimitaremos a análise do presente capítulo ao período que vai desde o 25 de Abril de 1974 a Março de 1975. A escolha da referida delimitação temporal justifica-se por considerarmos que a partir de Março de 1975 a dinâmica da transição deverá merecer um tipo de análise diverso, que teremos oportunidade de colocar em prática no capítulo seguinte do presente estudo.

## **PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO (AÇOREANO)**

### **A Fundação**

Poucos dias passados do 25 de Abril, numa entrevista concedida à Emissora Nacional a 4 de Maio de 1974, o então ex-deputado micalense à Assembleia Nacional, João Bosco Mota Amaral, anuncia a sua intenção de regressar aos Açores e “*começar imediatamente a trabalhar*” para a constituição de uma associação política (*Correio dos Açores*, 5 de Maio de 1974, in Andrade, 1999: 71-76). Na sua chegada a Ponta Delgada, no dia 10 de Maio, Mota Amaral volta a sublinhar as intenções do seu regresso à ilha: “*iniciar contactos com várias pessoas para o estabelecimento de uma delegação do Partido Popular Democrático* (*Correio dos Açores*, 11 de Maio de 1974, citado por Andrade, 1999: 23 e 24).

Convém recordar que, quatro dias antes, havia nascido o Partido Popular Democrático, sob a liderança de Francisco Sá Carneiro, Pinto Balsemão e Magalhães Mota e Pinto. Como nos refere Marcelo Rebelo de Sousa (2000: 13):

“O PPD *nasceu como se nasce na sociedade mediática dos nossos dias: no Telejornal da Rádio Televisão Portuguesa, com a leitura de um breve comunicado*”.

Segundo a análise de Marcelo (*ibidem*: 14-15), o partido nasce da confluência de três correntes ideológicas: 1) uma *linhagem católica-social, nascida entre 1955 e 1965, como reacção contra o Corporativismo de Estado, e encorpada no final dos anos 60 e no início dos anos 70*; 2) uma *linhagem social-liberal e social-democrática, defensora da democratização do Estado Novo, com a intervenção de muitos dos destacados membros da chamada “ala liberal”, durante o Marcelismo*; 3) uma *linhagem tecnocrático-social, sobretudo preocupada com os imperativos de desenvolvimento e justiça, privilegiando as mudanças económicas, sociais e culturais como meio determinante de promover e alargar a democracia*.

Na afirmação do recente partido, e seus líderes, Marcelo destaca três organizações: a extinta Ala Liberal, a SEDES e o já influente semanário *Expresso* (*ibidem*).

Nos Açores, no dia 14 de Maio, realiza-se uma reunião no Centro Social da Fajã de Baixo, que contou com a presença de cerca de 100 pessoas, com vista à aprovação da criação de um partido regionalista, e sua filiação num partido nacional. Foi então eleita uma comissão organizadora<sup>43</sup>. Dois dias depois, realiza-se uma nova reunião no mesmo local, sendo definida a adopção da designação Partido Popular Democrático Açoreano (PPDA). O Comunicado do PPDA refere que já foram estabelecidos contactos com outros distritos do arquipélago e que a Comissão Nacional do PPD aceitara já a filiação do PPDA. Neste sentido, prefaciando um livro sobre a História do PPDA, Mota Amaral sublinha: *A comunhão de ideais e objectivos, então aprofundada e cimentada, manteve-se depois do termo da curta “primavera marcelista”, na mira já das novas oportunidades que, mais tarde ou mais cedo, haveriam de surgir, uma vez superados os impasses em que se ia afundando o regime ditatorial*” (Amaral, 1999: 12). Ou seja, e à semelhança do que Mota Amaral já fizera transparecer na entrevista à Emissora Nacional, a formação do partido em Ponta Delgada foi primeiramente articulada com os líderes nacionais do PPD. Mota Amaral apresenta um esboço da Declaração de Princípios, expondo as principais linhas políticas que orientarão o partido, tendo ficado ainda decidida a criação de várias comissões sectoriais.

Importa, neste contexto, sublinhar uma particularidade na formação do partido na região. Este foi primeiro fundado enquanto “*Partido Regionalista*”, transformando-se em *Partido Popular Democrático Açoreano* dois dias depois. Logo na reunião fundadora, a 14 de Maio, é expressa a intenção de filiação no PPD nacional. De qualquer modo, a edição do *Açoriano Oriental* de 18

---

<sup>43</sup> A Comissão Organizadora, eleita a 14 de Maio, foi constituída por: António Lagarto, Fernando Pacheco Costa, João Bernardo Pacheco Rodrigues, João Bosco Mota Amaral, José Nascimento Cabral, José Eduardo Gouveia, José Francisco Ventura e Tibério Ribeiro (*Açoriano Oriental*, 18 de Maio de 1974).

de Maio começa por referir a fundação de um *Partido Político Regionalista*. Ou seja, houve uma intenção deliberada de proceder-se primeiro à fundação de um partido de teor regional que depois filiar-se-ia no PPD. Sobre esta questão, Mota Amaral esclarece-nos da seguinte forma:

“A base regionalista partiu da necessidade de se concentrarem nas questões de desenvolvimento dos Açores. O facto de se ter denominado nos jornais de Partido Regionalista revestiu todo um carácter simbólico, com referência aos movimentos dos finais do século XIX e princípios do século XX.” (Amaral, 2004)

Neste sentido, o facto de o partido ser inicialmente designado por PPDA, e não como uma regular delegação do PPD, merece igualmente uma breve consideração. As alternativas de designação da nova organização como *Partido Popular Democrático Açoreano*<sup>44</sup> ou como *Núcleo de Ponta Delgada do PPD*<sup>45</sup>, permaneceram abertas desde o início, ficando a escolha da primeira assente inicialmente, mas tendo em consideração que tal podia não ser definitivo, uma vez que não havia ainda regulamentação legal sobre os partidos políticos. Esta só surgirá, tal como referido anteriormente, em Novembro de 1974, não prevendo a existência de partidos políticos regionais ou regionalistas. Nos finais de Outubro de 1974 deixará, deste modo, de se designar PPDA, assumindo-se então como núcleo de Ponta Delgada.

Verificamos, deste modo, que a fundação do PPDA corresponde a um tipo de construção territorial partidária por *difusão*, i.e., verifica-se que uma estrutura local pré-formada adere à estrutura nacional do partido (Lopes e Freire, 2002: 19-20).

Em reunião plenária de 21 de Maio de 1974, são então constituídas as diversas comissões de trabalho sectoriais e seus responsáveis<sup>46</sup>. Apresentam-se, deste modo, os rostos fundadores do partido na região e sua primeira forma de organização. Neste sentido, torna-se importante procurar analisar e caracterizar os seus membros fundadores. Em termos profissionais, e pelo que nos é dado a conhecer através de pesquisa de imprensa, os fundadores do PPDA assumem actividades bastante diversas, desde Octaviano Mota, que é técnico de contas, até Fernando Costa, engenheiro, passando por, Raul Gomes dos Santos, empresário comercial. Ou seja, pessoas profissionalmente ligadas ao sector terciário, mas com actividades bastante diversas entre si. Cabe-nos então questionar o que as une? Qual o elo de ligação entre os diversos membros fundadores? A resposta é substancialmente simples: João Bosco Mota Amaral.

---

<sup>44</sup> Torna-se curioso realçar que a sigla PPDA assumiu igualmente o carácter simbólico de *Pelo Povo dos Açores*. (Amaral, 1999: 16).

<sup>45</sup> Importa realçar que a designação “*Núcleo de Ponta Delgada*” se justifica pela então ainda presente divisão distrital do arquipélago. Ou seja, a criação de uma estrutura regional não se coadunava ainda com a já quase natural realidade distrital em que o arquipélago se encontrava dividido.

<sup>46</sup> O PPDA constituiu-se com 9 comissões de trabalho sectoriais, lideradas então pelos rostos fundadores do partido: Formação Cívica e Politização, Fernando Costa; Actividades Sócio Profissionais, António Lagarto; Financeira, Octaviano Mota; Funcionalismo Público, Eduardo Miranda Cabral; Extensão Regional, Tibério Ribeiro; Juventude, José Gouveia; Secretariado, José Ventura; Meios de Comunicação Social, Jorge do Nascimento Cabral; Meio Rural, Valdemar Oliveira e José Rodrigues (*Açoriano Oriental*, 25 de Maio de 1974).

Na fundação do PPDA, o papel do líder assume-se, deste modo, como preponderante no surgimento dos primeiros nomes fundadores. O papel determinante de Mota Amaral é aliás assumido pelo próprio, afirmando que os fundadores do PPD eram todos amigos e conhecidos seus (Amaral, 2004).

Por outro lado, no que à experiência política dos fundadores diz respeito, para além do próprio Mota Amaral que havia já cumprido cerca de cinco anos na função de deputado, alguns dos primeiros rostos do PPD haviam anteriormente aderido à Acção Nacional Portuguesa. Segundo o próprio Mota Amaral (2004), tal facto aconteceu porque muitos identificavam a sua actuação no Marcelismo com a actuação de Marcelo Caetano. No entanto, e sublinhando o cuidado que foi tido no referido período inicial com vista a acautelar eventuais críticas, nomeadamente do MDP, quando o PPD se organiza, os referidos elementos com ligações mais estreitas à ANP ficam de fora. Acabam por assumir a direcção outros elementos. Tal facto assume particular importância se tivermos em conta que uma das principais críticas apontadas pelas restantes forças políticas ao PPDA de então era a ligação anterior de muitos dos seus membros à ANP, inclusive de Mota Amaral.

Em 14 de Dezembro de 1974, cerca de sete meses após a fundação do partido, reúne-se então a Assembleia Distrital do PPD de Ponta Delgada. Mota Amaral é eleito presidente da Comissão Política<sup>47</sup>. Formaliza-se, deste modo, uma liderança assumida desde o início da fundação do partido em S. Miguel.

Seguindo a experiência levada a cabo em Ponta Delgada, o PPD foi pouco depois fundado nos outros dois distritos do arquipélago: a 10 de Junho em Angra do Heroísmo e a 30 de Junho no Faial. Apesar de serem mantidos contactos entre as organizações distritais, a divisão administrativa distrital do arquipélago fez-se sentir fortemente no modelo de formação do PPD na região: *“Tudo foi inicialmente pensado na já centenária base distrital”*. (Amaral, 2004). Só em 1976 surgirá uma estrutura de âmbito regional do PPD.

## **Entre o Liberalismo e a Social-Democracia**

O posicionamento ideológico do partido emergente assume-se como importante critério de análise. Apesar da sua filiação no PPD, com o natural perfilhamento dos seus principais traços ideológicos, torna-se importante analisar sinteticamente a forma como a ideologia do PPDA foi sendo tornada pública e como se foi manifestando através das primeiras posições tomadas no contexto da região.

---

<sup>47</sup>Henrique Aguiar Rodrigues é eleito vice-presidente. São também eleitos para os órgãos directivos distritais: Américo Natalino Viveiros, António Lagarto, João Vasco Paiva, Alberto Rodrigues, José Maria Carmo, José Miguel Tavares, Dinarte Teixeira, Eduardo Gil Cabral, Raul Gomes dos Santos, Roberto Vaz do Rego, Octaviano Mota, Manuel Francisco Guimarães, Henrique Martins, Silveira Rosa, Justino Madeira, Carlos Tovar e Teodoro Sousa Pedro. (Trigueiro, 2000: 57).

A análise de um partido como o PPD assume sempre natural complexidade. Em primeiro lugar, por ter resultado a nível nacional, tal como referido anteriormente (ver pág. 76), da confluência de sectores ideológicos diversos: *católico-social*, *social-liberal* e *tecnocrático-social*. No fundo, e utilizando uma terminologia mais consolidada, podemos afirmar que o PPD, já nos seus períodos iniciais, possuía uma linha ideológica que se situava algures entre a social democracia, o liberalismo e a democracia cristã. Se tivermos em conta as matrizes político-ideológicas europeias, o PPD revela-se um verdadeiro caso de estudo.

Em segundo lugar, e tendo em conta a afirmação da maioria dos partidos portugueses num contexto de transição para democracia em que a queda do regime autoritário se deu por ruptura, a análise do seu real posicionamento ideológico torna-se algo complexa. Entre outros factores, o natural tombar do sistema de partidos para a esquerda numa fase inicial transforma a análise programática numa tarefa complicada, e algo inglória até dado o inevitável reajustamento ideológico que terá de se processar depois de ultrapassado o período de transição.

Sobre a originalidade ideológica do PPD/PSD, o politólogo francês Yves Léonard fornece-nos uma visão bastante elucidativa:

*“L’histoire de PSD est frappée du sceau de l’ambiguïté. Elle est celle d’une parti à l’identité incertaine qui se présente au départ comme un parti de gauche et qui se positionne, non sans regret, au centre-droit du spectre politique. C’est l’histoire d’une «sociale-démocratie» spécifiquement portugaise.”* (Léonard, 1998: 391)

A originalidade ideológica paradoxal do PPD sublinhada por Yves Léonard é patente quando procuramos analisar a sua auto caracterização nos primeiros tempos. Na já citada entrevista concedida por Mota Amaral à emissora nacional nos primeiros dias de Maio de 1974, afirma-se a intenção de formação de partido político de linha *liberal*<sup>48</sup>. No primeiro comunicado dirigido à imprensa anunciando a intenção de criação de um partido político, é avançada a caracterização centrista (*Açoriano Oriental*, 18 de Maio de 1974). A 17 de Maio, em telegrama enviado ao General Spínola, anunciando a criação do partido, caracteriza-se o partido como sendo de *“Linha Social Democrática”* (*Correio dos Açores*, 17 de Maio de 1974, in Andrade, 1999: 78). Ou seja, em menos de duas semanas, adoptam-se linhas semelhantes, mas mesmo assim diversas entre si, para qualificar o recém-formado partido. Tal situação afirma-se como sendo relativamente normal tendo em conta todos os condicionalismos acima apresentados. Importa, no entanto, verificar que a flutuação na definição ideológica do partido acaba por revelar traços de um partido de tipo *catch all* (vide págs. 19-20).

Neste sentido, a análise do documento programático *“Linhas para um Programa”* (in Andrade, 1999: 116-130), formulação programática escolhida para anteceder a efectiva aprovação de um

---

<sup>48</sup> Quando questionado sobre o sua intenção de regressar aos Açores com vista à formação de uma “associação política”, Mota Amaral afirma: “... *contanto esse movimento, dentro de uma linha que poderíamos dizer, para usar uma terminologia, que se dá por assente, de uma linha liberal.*” (*Correio dos Açores*, 5 de Maio de 1974, in Andrade, 1999: 75)

programa (à semelhança do que foi feito pelo PPD nacional), publicado em Julho de 1974, permite desde logo distinguir alguns traços que colocam o PPDA na linha do centro, ou mesmo centro-direita, quando comparado com as restantes forças políticas que então começavam a surgir sobretudo a nível nacional. Há uma rejeição clara de qualquer forma de totalitarismo, nomeadamente na sua formulação de inspiração marxista, rejeitando-se a dissolução da pessoa humana na colectividade (*Ibidem*: 117). Acautela-se a subordinação dos interesses privados ao interesse social, pondo de parte o dogmatismo da apropriação colectiva (*Ibidem*: 118). Propugna-se o necessário saneamento da vida pública, rejeitando-se sempre qualquer tipo de generalizações extremistas em tais actos (*Ibidem*: 120).

No capítulo dedicado às questões económicas, denominado “*Progresso Económico e Justiça Social*”, o documento revela-se bastante mais alinhado com o “espírito revolucionário” de então. Apesar de se denotarem reticências à aplicação da reforma agrária no arquipélago (*Ibidem*: 124), o PPDA afirma que a necessária “*colocação da economia ao serviço do homem implica a rejeição do lucro e do crescimento como motores exclusivos da actividade económica*” (*Ibidem*, 121). O capítulo, entre outros objectivos, chega mesmo a propugnar a necessidade da reforma da empresa, com a participação dos trabalhadores “*nos lucros, na fiscalização e cogestão*” (*Ibidem*: 121)

Apesar de tudo, a análise das linhas programáticas não é por si mesma suficientemente reveladora sobre a real linha ideológica do partido. Alguns traços conseguem ser esboçados, principalmente tendo em conta todo o cenário partidário que começa então a esboçar-se a nível nacional. Arriscamo-nos inclusive a afirmar que, no período em questão, os partidos que então se afirmavam de centro esquerda, logo se começaram a assumir de centro direita (caso do PPD/PSD), e os partidos que se afirmaram de centro, logo se posicionaram no espectro da direita política (caso do CDS). O já referido anormal “tombo” para a esquerda do espectro partidário nos tempos que se seguiram à revolução assim o determinou.

## **Regionalismo e Autonomia como Bandeiras Políticas**

Outras das características programáticas importantes do PPDA é a sua já referida afirmação como partido político regionalista. No documento “*Declaração Preliminar*”, distribuído em massa a 14 de Julho de 1974, é afirmado o seguinte:

*“O PPDA apresenta-se com feição regionalista. Isto é: a reflexão e a acção política dos seus membros incidem primordialmente sobre os problemas – numerosos, graves e complexos – dos Açores”.* (*Correio dos Açores*, 14 de Julho de 1974, in Andrade, 1999, 112)

Ou seja, o regionalismo é desde logo adoptado pelo PPD. Tal facto verifica-se quer num prisma simbólico, apoderando dos já antigos ideais autonomistas do século XIX, quer num prisma efectivo, assumindo sempre a realidade regional e suas particularidades como os seus principais domínios de actuação.

Neste sentido, a questão da autonomia do arquipélago, ainda assente numa base distrital, começa desde logo a ser esboçada. No documento “Linhas para um Programa”, publicado no *Correio dos Açores* a 14 de Julho de 1974 (in Andrade, 1999: 116-130), são desde logo sublinhadas as intenções do partido relativamente à autonomia do arquipélago, afirmando-se a necessidade de instituições político administrativas de base regional, nomeadamente “a criação de Assembleia Representativa do Povo dos Açores, à qual, para além de outras funções, incumbiria, por intermédio de uma Comissão por ela eleita, a coordenação da actividade exercida, a diversos níveis, por outras entidades, designadamente as Juntas Gerais dos distritos autónomos”.

A autonomia revelou-se, de facto, uma “bandeira” que foi prontamente agarrada pelos fundadores do partido. As propostas neste domínio foram assumindo um crescendo ao longo do período em questão, e desde logo o PPDA se auto-afirmou como o *Partido da Autonomia*.<sup>49</sup>

No Açoriano Oriental de 16 de Novembro, é publicado um extenso comunicado onde o núcleo do PPD em Ponta Delgada propõe a debate público uma proposta de Bases do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. Vincando a primazia e o pioneirismo do PPDA nestes domínios, propõe-se a criação de dois órgãos regionais, a Assembleia Regional e o Conselho (de natureza executiva), sendo a Soberania Portuguesa representada por um governador, com categoria e honras de ministro, mas com competências reduzidas. Defende-se a manutenção da eleição directa das Juntas Gerais que, em conjunto, constituiriam a Assembleia Regional. Os órgãos do Distrito Autónomo propostos são a Junta Geral, composta por procuradores eleitos por períodos de 4 anos, segundo círculos eleitorais de concelho (5000 habitantes = 1 Procurador), e por uma Comissão Executiva. Defende-se ainda que às autarquias locais devem ser atribuídos todos os rendimentos tributários gerados nas ilhas, propugnando-se igualmente para que todas as receitas fiscais cobradas na região, à excepção das taxas e emolumentos dos serviços de Estado e das receitas próprias das Instituições de Segurança Social, pertençam e devam ser entregues aos órgãos administrativos autónomos dos Açores<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> Para termos ideia da importância que tal temática assumiu, num Comunicado publicado pelo *Correio dos Açores* em 15 de Setembro de 1974 (in Andrade, 1999: 165-167), o PPDA já fazia questão de proclamar-se como primeiro partido a assumir a questão da autonomia como prioritária: “O PPDA foi o primeiro agrupamento político, surgido após o 25 de Abril, a reivindicar a consolidação, em bases democráticas, do regime autónómico vigente nos Açores, na linha da evolução da tendência centralizadora da administração insular, desde finais do século passado.”

<sup>50</sup> Não nos querendo alongar muito sobre proposta de Bases do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, consideramos pertinente referir ainda outros aspectos que constavam na proposta, demonstrando, deste modo, o detalhe e consideração e atenção dedicados pelo PPD aos referidos domínios. Neste sentido, o PPD propõe como domínios abrangidos pela descentralização as Obras Públicas, a Educação e Cultura, a Fiscalização e Coordenação das Juntas Gerais, a Assistência, e a Representação dos Interesses das Populações. Como domínios de responsabilidade do Estado Nacional manter-se-iam a Defesa, a Justiça, a Saúde e a Segurança Social. Em termos de sistema político local, o PPDA propõe a eleição indirecta dos Presidentes das Câmaras pelos vereadores e dos Presidentes das Juntas de Freguesia pelos restantes membros da Junta. No que ao sistema político regional diz respeito, o Conselho (órgão executivo) deveria ser composto por 10 vogais eleitos pela Assembleia Regional e presidido pelo Presidente da Assembleia (Presidente da Junta Geral que preside anualmente a Região

O documento é bastante detalhado, apresentando um modelo de autonomia regional que, embora assente na já centenária base distrital, aproxima-se já em alguns aspectos do que virá a ser constitucionalmente consagrado em 1976. O PPDA dá, deste modo, um importante passo na sua afirmação enquanto “*Partido da Autonomia*”.

Esta afirmação assumiu um protagonismo ainda maior quando, no I Congresso Nacional do PPD, realizado em Novembro de 1974, as autonomias dos Açores e da Madeira são integradas nas linhas programáticas. Sob proposta de Mota Amaral, e com o apoio de Sá Carneiro, Magalhães Godinho e Mota Pinto, ficou assente que as autonomias regionais dos dois arquipélagos constariam do Programa Básico do PPD<sup>51</sup> e do Projecto de Constituição a ser apresentado. (*Açoriano Oriental*, 7 de Dezembro de 1974).

Por outro lado, o assumir do regionalismo e autonomia como *bandeiras políticas* será ainda mais vincado com a proximidade, e quase dualidade, assumida pelo PPDA relativamente à temática independentista, que assumirá um relevo importante sobretudo a partir dos primeiros meses de 1975. Tendo em conta a sua importância, a referida temática merecerá uma análise mais detalhada no Capítulo V do presente trabalho.

## **Posicionamento no Contexto Regional e Nacional**

Um dos aspectos caracterizadores da implantação do PPDA, distinguindo-a das outras forças políticas, é a forma como a recém criada estrutura partidária, e consequentemente os seus fundadores, se afirmaram a nível regional e nacional.

Começaremos por abordar este último ponto. Como já foi referido, o PPDA revestiu-se da particularidade de ser primeiramente fundado como um agrupamento de teor regional ou regionalista que só depois (dois dias) aderiu à estrutura nacional. A criação de um agrupamento regional assumiu o simbolismo já referido de procurar captar as memórias dos primeiros movimentos autonomistas dos finais do século XIX e princípios do século XX, nomeadamente através da autodenominação inicial de *Partido Regionalista*. Mas a referida particularidade de fundação não está isenta de um evidente sentimento de afirmação de autonomia relativamente às estruturas centrais.

Neste sentido, a própria forma como Mota Amaral nos descreve a referida opção revela-se paradigmática: “*Em sintonia com os fundadores do PPD, decidi organizar o PPD nos Açores, mas com uma particularidade: Formaria um partido próprio que depois articularia com o partido*

---

Autónoma dos Açores. Ainda segundo a proposta do PPDA, a Assembleia Regional deveria reunir apenas duas vezes por ano, sendo nos intervalos as suas competências exercidas por delegação, pelo Conselho (excepto a função legislativa e a de representação da população). O Governador seria nomeado e exonerado pelo Presidente da República, tendo como competência a promulgação das leis da Assembleia, só podendo vetá-las por irregularidade Constitucional.

<sup>51</sup> Neste contexto, no Programa do Partido Popular Democrático constou o seguinte: “*A estrutura do Estado deverá comportar a existência de duas regiões autónomas, constituídas pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira. Estas regiões deverão possuir estatutos político-administrativos próprios, que estabelecerão um esquema de descentralização das funções do Estado adequado às respectivas condições geo-económicas e sociais e necessidades de desenvolvimento.*” (*Programa do Partido Popular Democrático*, pág. 39, citado por Trigueiro, 2000: 64)

a nível nacional. E assim foi.” (Amaral, 2004) Por outro lado, logo nas primeiras linhas do documento “*Primeiro Esboço de Declaração de Princípios*”, afirma-se o seguinte para caracterizar o novo partido: *1- Partido Açoreano: Para todo o arquipélago, com ideologia e programas próprios. Articulado em termos de autonomia, com partido de âmbito nacional.*” (Correio dos Açores, 29 de Maio de 1974, in Andrade, 1999: 85).

A referida afirmação de autonomia relativamente às estruturas nacionais, não implicando no entanto divergências programáticas, determinou uma grande liberdade de acção do PPDA, conseguindo formar uma doutrina e forma de actuação bastante próprias. A sua capacidade de posicionamento relativamente a diversas temáticas que foram dominando a realidade regional nestes primeiros tempos, desde as implicações da implantação do salário mínimo nacional na economia da região, até à necessidade de representantes açorianos nas negociações com os Estados Unidos para a utilização das Base das Lajes, revelou-se estratégica. Verificou-se, no fundo, um constante sublinhar de autonomia manifesto tanto em iniciativas tomadas, posições adoptadas, e na não menos importante formulação de documentos programáticos próprios (e.g: *Primeiro Esboço de Declaração de Princípios; Declaração Preliminar; Linhas para um Programa*).

Como é natural, a autonomia do agrupamento açoriano não foi igualmente recebida pela totalidade das estruturas nacionais do partido. Se, por um lado, se evidencia um apoio constante do líder Francisco Sá Carneiro à linha seguida pelo PPDA, a análise de alguma documentação do Arquivo do PSD/Açores, e algumas declarações de Mota Amaral, revelam também a existências de algumas fricções. O líder do PPDA afirma a este respeito que “*Em certas franjas no PPD nacional, a ideia do PPDA não foi muito bem recebida inicialmente*” (Amaral, 2005). Exemplo da fricção existente é também um ofício do núcleo de Ponta Delgada, datado de 30 de Agosto de 1974, em que se manifesta desagrado pela forma equívoca como a organização vinha sendo tratada pelos órgãos centrais do partido, exigindo-se uma clarificação formal do papel do PPDA enquanto Núcleo do PPD no Distrito Autónomo de Ponta Delgada. (Arquivo PSD/Açores, in Andrade, 1999: 155-159). Sobre esta questão, a qual consta que depois ficou resolvida, o líder do PPDA refere o seguinte:

*“O certo é que foi possível vencer as desconfianças que, numa segunda fase, houve quem semeasse contra nós em Lisboa. E assim, quando se realizaram as diligências cruciais para a designação das comissões administrativas dos órgãos da administração local [durante o Verão de 1974], a posição do PPD Açoreano é confirmada, assegurando-se-lhe a parcela devida de intervenção no poder”.* (Amaral, 1999: 16)

Outra questão que merece igualmente algum relevo na análise da implantação do PPDA é a forma como este partido se afirmou no seio do contexto regional. Surgiu como estrutura em Ponta Delgada em Maio de 1976. Os primeiros núcleos do PPD nos outros distritos do arquipélago, Angra do Heroísmo e Horta, surgiram durante o mês de Junho. Embora tenham existido contactos entre os diversos núcleos aquando da sua fundação, nunca foi formalmente assumida a criação de uma estrutura regional do partido nos meses que se sucederam à

Revolução de Abril: *“Tudo foi inicialmente pensado na já centenária base distrital”* (Amaral, 2004).

No entanto, alguns factos levam-nos a considerar a hipótese de o PPDA surgido em Ponta Delgada aspirar, desde o seu início, a uma vocação regional. Nos primeiros comunicados do partido, a base distrital só muito esporadicamente é utilizada. A vocação regional é utilizada na maioria dos casos, pelo menos em termos evocativos. Nos primeiros documentos programáticos, a região é quase sempre assumida como um todo, pelo menos no que à linha de intervenção do partido diz respeito<sup>52</sup>. O PPDA raramente se cinge nas suas intervenções e proclamações ao distrito de Ponta Delgada. Parece-nos haver, portanto, uma certa dualidade na linha de actuação do partido a este respeito.

Como é evidente, poderá sempre invocar-se a já antiga tendência da população micalense se expressar em nome de toda a realidade regional. Poderá inclusive argumentar-se que, num período inicial, não faria sentido intervenções e tomadas de posição que se circunscrevessem ao âmbito distrital nestes domínios.

De qualquer modo, importa referir que alguns indícios demonstram que havia alguma dualidade e paradoxo na forma como o PPDA se relacionava com a realidade distrital e regional. A este respeito sublinhamos o papel assumido pela comissão organizadora do PPDA (Ponta Delgada), nomeadamente do seu líder, na implantação e afirmação do partido a nível da região como um todo. No fundo, e à semelhança com o que aconteceu com as restantes forças políticas, a actividade política verificada em S. Miguel, nomeadamente em Ponta Delgada, rapidamente se repercutia nas restantes ilhas do arquipélago.

### **Implantação Rápida e Eficaz**

Um dos traços que se evidencia logo à partida quando analisada a imprensa regional de 1974 e 1975 é a rapidez e eficácia da implementação do PPDA na região, nomeadamente no distrito de Ponta Delgada. Tal como já sublinhado anteriormente (ver pág. 35), no contexto de uma transição para a democracia, tais factos apresentam-se, se não como determinantes, pelo menos como muito importantes para a futura influência da organização política emergente.

Neste sentido, destacamos três aspectos que consideramos incontornáveis para caracterizar a implantação do PPDA no contexto regional:

1. Experiência e Capacidades Políticas do Líder;
2. Mobilização de redes políticas já existentes;
3. “Pioneirismo” e Capacidade de Afirmação Ambiental

Tal como referido anteriormente, o grande mentor, impulsionador e líder incontestado do PPDA foi João Bosco Mota Amaral. O facto de ser já possuidor de uma já considerável experiência

---

<sup>52</sup> No domínio do sistema político proposto, as propostas do PPDA manifestam sempre um relativo respeito pela realidade distrital do arquipélago. A proposta de Bases do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, apresentada em Novembro de 1974, é paradigmática a este respeito,

política, adquirida enquanto deputado à Assembleia Nacional pelo Distrito de Ponta Delgada durante cinco anos, e o facto de o PPDA ter surgido e se ter desenvolvido em torno da sua figura, em muito influenciaram o sucesso da organização.

Neste sentido, revela-se pertinente destacar as opiniões dos diversos protagonistas políticos por nós entrevistados relativamente ao papel de Mota Amaral na implantação do PPDA. Segundo José de Almeida (2004), Mota Amaral era um homem *“com doutrina, com projecto pessoal, com já alguma vasta experiência política determinante para colocar em funcionamento uma máquina política”*. O líder histórico da Frente de Libertação dos Açores afirma ainda que Mota Amaral *“Tinha uma qualidade muito importante para um homem político: parecer ser tudo aquilo que os outros queriam que ele fosse. Era visto como socialista, social-democrata, cristão, independentista. Era um homem com todas as faces.”* Por seu turno, José Jorge Couto (2005), fundador do PS em Ponta Delgada, sublinha que Mota Amaral *“era já muito conhecido, não vinculado ao regime, com respeito pela democracia, e que não agitava o “papão” do socialismo. Mota Amaral correspondia a uma matriz que assentava lindamente na sociedade micaelense.”* Procurando caracterizar o papel de Mota Amaral na implantação do PPDA, Jaime Gama (2004) refere que *“O movimento em torno dele foi o de que «aqui está alguém que nos pode proteger.» Era interclassista, pois era considerado o homem da transição.”* Por seu turno, Borges Coutinho (2004), líder do MDP e Governador do Distrito de Ponta Delgada entre Agosto de 1974 e Junho de 1975, para além de partilhar de muitas das ideias acima expressas, sublinha ainda que deverá igualmente ter-se em conta o bom relacionamento que Mota Amaral possuía com a estrutura clerical da região.

No fundo, todos os protagonistas políticos por nós entrevistados sublinham a importância da figura de João Bosco Mota Amaral na implantação regional do PPDA. Procurando fazer uma súmula das características a ele atribuídas, destacamos a sua experiência política, a sua habilidade enquanto actor político e a já alguma popularidade de que gozava junto da população regional<sup>53</sup>.

Intimamente relacionado com a importância assumida pelo líder do partido, consubstanciada sobretudo na sua experiência política, o segundo factor por nós apontado como determinante para caracterizar a implantação no arquipélago do PPDA foi a capacidade e possibilidade do partido aproveitar redes políticas já existentes.

---

<sup>53</sup> A título de curiosidade, mas não só, reproduzimos parte de uma carta de Mota Amaral enviada aos seus correligionários, onde é patente a manifestação de vasta experiência política do líder no aconselhamento dos outros membros do partido: *“Voltando à posse do Governador, acho que pelo menos vocês os dois deveriam estar presentes em nome da Comissão Organizadora do PPDA. Na altura de cumprimentar o empossado, como é da praxe, dir-se-ia do interesse que temos numa troca de impressões; e logo no dia seguinte conviria telefonar a marcar uma entrevista para a Comissão Organizadora em peso. Nessa entrevista, dar-se-ia conta, muito sumária, das actividades desenvolvidas e do nosso propósito de colaboração com o Governo Provisório – no qual aliás participamos como núcleo do PPD (vincar bem este respeito); oferecer-se-ia ainda um exemplar dos documentos «Declaração Prelimina» e «Linhas para um Programa».”* (Arquivo PSD/Açores, in Andrade, 1999: 145)

Tal como referido anteriormente (ver pág. 78), o núcleo fundador do PPDA foi constituído por amigos e conhecidos de Mota que, já com alguma experiência política adquirida sobretudo na “Primavera Marcelista”, conseguiram que o partido desse os primeiros importantes passos de implantação a nível distrital, numa primeira fase, e a nível regional, numa segunda fase. No entanto, um outro factor foi ainda mais determinante. Aquando do exercício dos seus cinco anos de deputado, Mota Amaral desenvolveu uma série de contactos locais a nível das freguesias do Distrito de Ponta Delgada. Segundo o próprio, desde a sua primeira eleição *“procurei manter o diálogo directo com as populações das duas ilhas (S. Miguel e Sta. Maria).”* Neste sentido, todos os anos procurava visitar as 57 freguesias do distrito, promovendo sessões de esclarecimento com a população. (Amaral, 2005). Como é natural, estas iniciativas dotaram Mota Amaral não só de um forte capital de popularidade junto de vastos sectores da população, como lhe permitiram deter uma invejável rede de contactos locais que viria a ser mobilizada para o projecto do PPDA. Segundo Mota Amaral, o partido arrancou com reuniões em diversos sítios, não deixando de aproveitar a rede de simpatizantes seus que fora sendo formada nos últimos anos.

Num período em que a detenção de meios para se implantar num terreno ainda relativamente virgem em termos políticos podia ser determinante, como aconteceu de facto nos dias que se seguiram à Revolução de Abril nos Açores, a detenção de uma rede mais ou menos consolidada de contactos concedeu uma evidente mais valia à força política em questão, o PPD. A presente mais valia foi-nos aliás sublinhada tanto por José Jorge Couto como por Jaime Gama, ambos responsáveis pela implementação do PS na região.

Segundo José Jorge Couto: *“A força do PPDA residiu na utilização de todo o aparelho da Acção Nacional Popular. O Mota Amaral beneficiou muito de uma rede já montada de relações de concelhia e de freguesia que foi muito preciosa à implantação local do PPD.”* (Couto, 2005) Jaime Gama, por seu turno, corrobora a ideia da seguinte forma: *“O Mota Amaral há uns anos que exercia uma actividade política como independente no quadro da ANP. Isso permitiu-lhe estabelecer um núcleo de contactos nas freguesias, que é a estrutura básica de organização do PPD em S. Miguel. Um deputado na ANP tinha essa possibilidade.”* (Gama, 2004)

Como é natural, o partido não se erigiu com base apenas na referida rede construída durante o Marcelismo. Houve, sem dúvida, um trabalho muito bem estruturado no sentido de criar novas redes junto da população açoriana. Exemplo disso, revelador de uma larga experiência de organização do trabalho político, foi a imediata procura de apoios junto das consideráveis comunidades açorianas residentes sobretudo nos Estados Unidos.

Por fim, e em terceiro lugar, outro dos factos que destacamos como determinantes para caracterizar os primeiros tempos do PPDA foi a sua rapidez de implantação e capacidade de afirmação ambiental. Tal como já referimos anteriormente, consideramos que a regra do *“quem chega primeiro”*, à qual acrescentamos agora uma segunda que podemos designar por regra do *“quem melhor se faz ouvir”*, assumiram uma importância substantiva na implantação das

forças políticas democráticas nos pós-25 de Abril. Neste sentido, o PPDA afirmou-se nos Açores como verdadeira força política pioneira, lado a lado com o MDP.

De facto, poucos dias depois da Revolução, Mota Amaral encontrava-se já em Ponta Delgada para trabalhar na fundação do PPDA, que ocorreu a 16 de Maio de 1974, ou seja, cerca de três semanas depois do 25 de Abril<sup>54</sup>. A partir de então a comissão organizadora realizou um trabalho contínuo e bastante organizado com vista à implantação local do partido. Essa implantação consubstanciou-se, por um lado, na necessária captação de quadros locais para a organização e na conquista de simpatizantes através de sessões de esclarecimento e criação de núcleos concelhios e de freguesia do recém-formado partido. Note-se que tal trabalho começou ainda em Maio, numa altura em que apenas o MDP se afirmava como força política organizada na região à altura de competir com a implantação do PPDA.

Por outro lado, e não menos relevante do que o referido modelo de implantação, o PPDA realizou, desde a sua fundação, uma importante acção de auto-afirmação no contexto distrital e regional, assumindo uma série de iniciativas e tomadas de posição sempre muito bem noticiadas e documentadas na imprensa açoriana. De facto, quando analisamos os periódicos do período em questão, conseguimos traçar com uma precisão substancial o caminho seguido pelo recém-formado partido político. Certamente apoiando-se na experiência política de Mota Amaral, o PPDA vai lançando com uma regularidade bastante significativa uma série de comunicados que em muito deverão ter contribuído para que a população se mantivesse constantemente informada sobre quais as iniciativas, prioridades e reivindicações do partido. A referida regularidade terá também contribuído para uma constante exibição pública do trabalho realizado pela Comissão Organizadora, com todos os benefícios em termos de captação de simpatias junto da população que tal facto proporciona.

Por fim, e intimamente relacionado com o “*mostrar trabalho*” realizado com recurso à comunicação social, destacamos a quantidade e diversidade de assuntos sobre os quais o PPDA teve oportunidade de se pronunciar, demonstrando a dedicação e sobretudo a organização do seu núcleo fundador. De facto, e apenas a título exemplificativo, nos primeiros meses de actividade o PPDA demonstrou trabalho realizado com: apresentação do *Primeiro Esboço da Declaração de Princípios* (*Correio dos Açores*, 29 de Maio de 1974); reivindicação da urgência de substituição dos corpos administrativos do Distrito Autónomo de Ponta Delgada (*Correio dos Açores*, 1 de Junho de 1974); defesa da urgência da instalação de serviço de TV nos Açores (*Correio dos Açores*, 16 de Junho de 1976); defesa da participação de representantes açorianos nas negociações entre Portugal e os Estados Unidos relativamente à utilização da Base das Lajes (*Correio dos Açores*, 18 de Junho de 1974); manifestação de preocupação pelas perturbações no funcionamento dos transportes marítimos (*Correio dos Açores*, 26 de Junho de 1974); Defesa de revisão da tributação prevista para os rendimentos mais baixos (*Correio dos Açores*, 3 de Julho de 1974); Manifestação de preocupação

---

<sup>54</sup> Tal como já referimos, a formação de núcleos do PPDA nos outros dois distritos da região, ocorreu durante o mês de Junho de 1974.

relativamente à débil situação financeira dos órgãos administrativos locais em consequência da aplicação do salário mínimo nacional (*Correio dos Açores*, 7 de Julho de 1974). E a enumeração poderia prosseguir, continuando a demonstrar a importante afirmação no contexto regional levada a cabo pelo PPDA desde a sua fundação.

No fundo, e para concluir, a confluência dos três factores agora expostos – 1) Experiência e Capacidades Políticas do Líder; 2) Mobilização de Redes Políticas já Existentes; 3) “Pioneirismo” e Capacidade de Afirmação Ambiental – determinam que a implantação do PPDA possa ser qualificada como rápida e eficaz no contexto do distrito e da região. As referidas características da implantação do partido serão fundamentais para perceber o percurso percorrido pelo partido no período da transição para a democracia.

## **PARTIDO SOCIALISTA**

### **Surgimento**

A fundação do Partido Socialista nos Açores, nomeadamente em Ponta Delgada, assumiu a forma porventura típica de um partido que não possuía uma rede minimamente consolidada em que pudesse assentar.

Como já foi referido anteriormente (ver págs. 64 e seguintes), apesar de ter existido alguma actividade de oposição à ditadura nos Açores, sendo o resultado das eleições de 1969 disso exemplo, a realidade é que tal facto não deixa de situar a região no agrupamento de zonas do país com menor actividade oposicionista. As organizações cívicas e profissionais não proliferavam, antes pelo contrário, o que demonstra a fraca dinâmica associativista e de mobilização política da população das diversas ilhas durante a ditadura.

Ou seja, entre estes e outros factores característicos da região que já tivemos oportunidade de sublinhar anteriormente, muitas premissas estavam alinhadas para que a formação e implantação dos partidos mais esquerda do espectro partidário se revelassem tarefas substancialmente complicadas. No que ao PS diz respeito, é importante referir que este não assumiu qualquer actividade na região antes do 25 de Abril, o que pode até revelar-se natural dado que o partido só foi fundado um ano antes<sup>55</sup>.

No entanto, a implantação do PS nos Açores beneficiou de uma importante mais valia no âmbito do quadro traçado: alguns destacados quadros do partido recém-formado a nível

---

<sup>55</sup> Fundado em 19 de Abril de 1973 em Bad Munstereifel na Alemanha. O partido apareceu com base na então Acção Socialista Portuguesa, movimento político criado em Abril de 1964, saído da Resistência Republicana, sob o impulso de Tito de Morais, Ramos da Costa e Mário Soares. (Martins, 2005: 95-102). À semelhança da Acção Socialista, o PS começou por ser um partido de quadros, sem grande implantação social. Só após o 25 de Abril é que o partido começa a assumir uma configuração aproximada ao modelo de “partido de massas”. (Ver Lopes e Freire, 2002: 43; Sablosky, 2005: 279);

nacional eram originários dos Açores. Destacamos Jaime Gama, Mário Mesquita e José Medeiros Ferreira.

Tanto Jaime Gama como Mário Mesquita possuíam já uma actividade oposicionista significativa antes do 25 de Abril. O primeiro integrou o núcleo dos Jovens Socialistas em 1968 (Martins, 2005: 100), desenvolvendo então uma actividade oposicionista significativa no âmbito da Acção Socialista Portuguesa (ASP). Por seu turno, Mário Mesquita, estudante em Lisboa desde 1967, integrou a ASP em 1969 aquando das eleições para a Assembleia Nacional. Em 1969, ambos desenvolveram actividade oposicionista significativa. Mário Mesquita integrou a CDE, sendo representante de Ponta Delgada nas estruturas nacionais. Ambos participaram na campanha de 1969 que deu à lista da oposição o segundo melhor resultado a nível nacional, nomeadamente na recolha de assinaturas para a então criada *Declaração de Ponta Delgada* (ver pág. 65). De destacar que, em Abril de 1973, Mário Mesquita, então jornalista no *República*, participou na reunião de fundação do Partido Socialista, enquanto delegado da ASP de Lisboa. Por sua vez, Jaime Gama foi membro do primeiro Concelho Directivo do PS, formado logo em 1973.

José Medeiros Ferreira apresenta, por seu turno, um currículo político “pré-25 de Abril” bastante mais extenso. Foi dirigente estudantil entre 1963 e 1965. Candidatou-se a deputado pela oposição democrática em 1965. Em 1968, é expulso de todas as universidades do país, exilando-se na Suíça durante 7 anos, onde vem a assumir funções de docência na Universidade de Genebra. Faz então parte daquele que viria a ficar conhecido como o *Grupo de Genebra*, juntamente com António Barreto, Eurico de Figueiredo, que integrará mais tarde o Partido Socialista. Importa ressaltar que, apesar de desde cedo ter estado muito próximo da actividade do partido, José Medeiros Ferreira só se filiou no PS em Abril de 1975.

No entanto, a implantação do PS no terreno nos dias que se seguiram à revolução, nomeadamente em S. Miguel, não se fez com recurso a estes “destacados quadros”, mas sim com base em adesões que foram surgindo de forma espontânea. Foi este o caso de José Jorge Couto, que até então pertencia ao MDP-CDE<sup>56</sup>:

*“No dia 2 de Maio, depois de ouvir os discursos na rádio, escrevi para Lisboa para pedir a minha adesão ao PS. Desde 5 de Maio de 1974, sou oficialmente membro do PS.(...) Entretanto tinha aderido também o Albano Soares Ferreira. Fomos os dois primeiros militantes locais a desenvolver o trabalho de implantação em S. Miguel.”* (Couto, 2005)

A fase inicial de implantação do PS na ilha de S. Miguel foi feita em grande parte com recurso às redes pessoais dos primeiros militantes do partido. Deste modo, recorrendo a familiares,

---

<sup>56</sup> Então chefe de secretaria da Escola Preparatória Roberto Ivens, na altura a prestar serviço militar no Quartel de S. Brás em Ponta Delgada. Em 1969, José Jorge Couto havia participado na campanha da CDE (na altura possuía apenas 18 anos), tendo então ficado ligado aos seus líderes Borges Coutinho e Melo Antunes. Após cumprimento do serviço militar em Tavira, regressa a S. Miguel nos princípios de 1974, sendo colocado no Quartel de S. Brás em Ponta Delgada. Retoma então os contactos com Melo Antunes e com Vasco Lourenço, colocado em Ponta Delgada em Março de 1974. Manteve-se no MDP até ter recebido a confirmação da sua adesão em 5 de Maio de 1974 (Couto, 2005).

amigos, colegas de trabalho e conhecidos dos seus militantes, o partido começou a desenvolver esforços no sentido de captar quadros para formar estruturas em diversas localidades micalenses<sup>57</sup>. A este respeito, José Jorge Couto (2005) concede-nos um depoimento bastante elucidativo:

*“Tudo começou com inscrições espontâneas. Essas pessoas começaram então a reunir nas suas localidades, procurando formar grupos. Então começou sim a formar-se uma rede. Mas tudo começou de forma espontânea. O PS não possuía nenhuma rede. Criou uma estrutura através de adesões espontâneas”.*

Em Junho de 1974, as estruturas nacionais do partido enviaram um grupo de militantes, dos quais se destaca Eduardo Âmbar, para apoiar a implantação do PS. Foi então lançado um comunicado a anunciar a fundação do PS em Ponta Delgada. A partir de Junho, começam-se então a organizar reuniões regulares<sup>58</sup>. Através dos comunicados então lançados, começaram a surgir adesões espontâneas, embora os contactos individuais desempenhassem um papel determinante na rede partidária então em processo de formação.<sup>59</sup>

Apesar de José Jorge Couto (2005), e também Mário Mesquita (2005), referirem que a fundação do PS em Ponta Delgada datar de Junho de 1974, dois factos levam-nos a ponderar que até Julho ou Agosto, a actividade pública foi bastante reduzida ou quase inexistente. Por um lado, o primeiro registo na imprensa local de um comunicado do PS em Ponta Delgada data de Agosto de 1974 (*Açoriano Oriental*, 24 de Agosto de 1974). Por outro lado, e tendo por base documentos do Arquivo do PSD/Açores, é curioso notar que Mota Amaral, em carta enviada aos seus colegas de partido a 18 de Agosto, pede confirmação sobre a abertura de sucursal do PS em Ponta Delgada, interrogando-se sobre quem são os responsáveis locais<sup>60</sup>, o que manifesta um claro desconhecimento sobre a actividade desenvolvida pelo partido.

### **Verão de 1974: Reforço da Implantação e Organização**

Durante o Verão de 1974, chegam a Ponta Delgada Jaime Gama, Medeiros Ferreira e Mário Mesquita, com vista a reforçar a implantação do PS no distrito e na região. A partir de então,

---

<sup>57</sup> Durante esta fase, os primeiros quadros dirigiram convites à participação no partido de pessoas então ligadas ao MDP. A referida iniciativa foi mal acolhida pelos responsáveis do movimento, nomeadamente Borges Coutinho, que considerou tal facto uma *“iniciativa divisionista”* (Coutinho, 2004).

<sup>58</sup> Nas referidas reuniões destaca-se a participação das seguintes personalidades: Francisco Macedo, Angelino Páscoa (engenheiro), Silvano Neves Pereira (médico), Antero Pacheco (operário oposicionista), Henrique Chaves, João Luís de Medeiros, José Manuel Garcia, Carlos César (primeiro militante da Juventude Socialista local e actual Presidente do Governo Regional dos Açores). (Couto, 2005; Mesquita, 2005)

<sup>59</sup> Segundo José Trigueiro (2000: 55), o Partido Socialista conseguiu ainda durante o ano de 1974 obter representações em todas as ilhas do arquipélago. Em Angra do Heroísmo destacam-se como fundadores Emídio Ribeiro, João Alberto Miranda, Leonildo Garcia de Vargas e Henrique Lopes. Por seu turno, na Horta destacam-se Luis Carlos Decq Mota, José António Martins Goulart, Manuel Paulino, Carlos Carepa, Zulmira Vaz, Joaquim Furtado Cardoso, Jorge Serpa, Manuel Vieira Cardoso e José Vítor Alves.

<sup>60</sup> Mota Amaral, em carta enviada, refere o seguinte: *“Pelo que me disse ontem o Octaviano, pareceu-me depreender que o Partido Socialista também abriu sucursal por aí. É assim mesmo? Em caso afirmativo, quem são os responsáveis?”* (Arquivo PSD Açores, in Andrade, 1999: 144),

denota-se um crescendo significativo de actividade quando comparado com os meses de Maio e Junho.

Tal como já referimos, o *Açoriano Oriental* publica em 24 de Agosto de 1974 um extenso comunicado do Núcleo para a Instalação do PS em Ponta Delgada. Refere-se que um grupo de militantes tem vindo a trabalhar no estabelecimento de uma secção do PS em Ponta Delgada, tendo sido aprovado um esquema organizativo provisório, com a criação de um Secretariado encarregue de coordenar politicamente o partido<sup>61</sup>. Sublinha-se a posição do PS sobre a Autonomia Administrativa dos Açores, defendendo a também necessária autonomia financeira das instituições e vincando a necessidade de autonomia administrativa. Em termos organizativos, realça-se a necessidade de constituição de núcleos PS nos concelhos, freguesias e comissões de empresa, e defende-se a criação de uma “*Comissão Coordenadora das actividades do PS nos Açores*”, composta por elementos de todos os distritos. O comunicado refere ainda que a articulação das secções distritais com os organismos directivos do Partido em Lisboa será feita através do “Núcleo de Apoio”, constituído por açorianos residentes no Continente<sup>62</sup>.

Nos finais de Agosto e princípios de Setembro, verifica-se uma clara intensificação da aposta de implantação do PS nos Açores. Mário Soares, Secretário-Geral do PS e Ministro dos Negócios Estrangeiros, participa então em comícios em Angra do Heroísmo, na Horta e em Ponta Delgada. No comício do Coliseu Micaelense (maior sala de espectáculos de Ponta Delgada), para além dos líderes locais do partido, estiveram também presentes Magalhães Godinho, César Ramos, Henrique Lopes, Manuel Serra e Marcelo Couto, todos importantes quadros do partido a nível nacional. Em conferência de imprensa realizada em Ponta Delgada, Soares sublinha, entre outras questões, a importância da instalação de uma estação de televisão no arquipélago, afirmando igualmente o “*apoio do PS a uma Autonomia Real dos Açores, em contraposição à autonomia limitada da autoria de Marcelo Caetano*” (*Açoriano Oriental*, 7 de Setembro de 1974).

Em Novembro de 1974, o PS volta a ter um pico de actividade pública, com a visita de Salgado Zenha, Pedro Coelho, Lopes Cardoso e Jaime Gama. São então realizados comícios e sessões de esclarecimento em Vila Franca do Campo, Ribeira Quente e Ponta Delgada, solidificando-se as relações entre as estruturas locais e nacionais. (*Açoriano Oriental*, 22 de Novembro de 1974).

---

<sup>61</sup> O secretariado foi constituído por: Angelino Almeida Páscoa, António Manuel Silva Melo, Eduardo Martins Fragoso, José Ferreira Coelho, José Jorge Couto, Silvano Neves Pereira e Tomás Borba Vieira.

<sup>62</sup> De destacar que, para além dos conteúdos já enunciados, no comunicado aconselha-se precaução contra “movimentos autonomistas” que se afirmam acima das plataformas partidárias, defendendo-se igualmente que o MDP deverá dissolver-se para dar lugar aos partidos. Depois de manifestar apoio à nomeação do Governador Borges Coutinho, o PS sugere que, após consulta aos partidos e ao MDP, o Governador nomeie as Comissões Administrativas das Câmaras Municipais, substituindo os actuais dirigentes da Junta Geral do Distrito. O comunicado defende igualmente a necessidade de saneamento das Juntas de Freguesia e da Administração Pública.

No fundo, após um período inicial não muito intenso em termos de actividade partidária pública, o PS começa então a desenvolver esforços significativos, e sobretudo visíveis, para intensificar a sua implantação no contexto açoriano.

Em termos organizativos, a estreita relação com as estruturas nacionais revela-se um traço distintivo do esforço de penetração do PS nos Açores. Podemos inclusive verificar que o facto de alguns membros destas mesmas estruturas serem naturais da região, contribuiu de forma decisiva para a articulação entre as estruturas nacionais e as estruturas locais. O importante papel desempenhado pelas estruturas nacionais, que se reflecte nomeadamente no número significativo de dirigentes que visitaram a região no Verão de 1974, favoreceu inclusive uma articulação significativa entre as estruturas distritais. Tal facto manifesta-se aliás pelo repetido sublinhar, durante o referido período, da necessidade de criação de uma estrutura partidária de âmbito regional.

No entanto, inclusive por constrangimentos geográficos, os núcleos locais do partido adquiriram uma autonomia considerável quando comparados com os seus congéneres continentais em termos de tomadas de posição e desenvolvimento de iniciativas locais. (Gama, 2005)

A análise do tipo de construção territorial do PS nos Açores leva-nos à constatação de que verificou-se um fenómeno de formação por *penetração* (Lopes e Freire, 2002: 19-20), i.e., a construção regional do partido foi significativamente determinada pela acção das estruturas nacionais.

### **Ideologia: A Via Portuguesa para o Socialismo**

Numa fase inicial, as propostas dos núcleos do PS da região não assumiram modelos substancialmente originais em termos ideológicos e programáticos relativamente ao que era defendido a nível nacional.

O PS apresentou-se ao país como partido de esquerda democrática, defendendo uma “via portuguesa para o socialismo”. O partido demonstrava-se então inspirado nos modelos dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus, embora integrando também posições ideológicas provenientes do radicalismo revolucionário que proliferou nos períodos que antecederam a revolução em Portugal. A este respeito, António Reis escreve o seguinte:

*“Era visível o esforço feito nestes documentos no sentido de um compromisso entre um modelo democrático parlamentar pluralista, tributário da tradição europeia-ocidental, e uma estratégia de ruptura com a organização capitalista da economia, de inspiração revolucionária, num equilíbrio precário e não isento de ambiguidades e potenciais contradições.”* (2000: 55)

Quando analisada a Declaração de Princípios e Programa aprovados em 1973, é notório o esforço de compromisso ideológico. O Marxismo é adoptado como “*inspiração teórica dominante*”, acentuando-se a necessidade de ruptura com as práticas capitalistas que

acentuam as desigualdades sociais. A criação em Portugal de uma sociedade sem classes assume-se como objectivo último do partido expresso no documento. Neste sentido, procede-se a uma demarcação dos modelos sociais-democratas vigentes no norte da Europa que, de uma maneira ou de outra, considerava-se contribuir para a conservação das estruturas do capitalismo e os interesses do imperialismo. Por outro lado, e com vista a uma demarcação dos regimes socialistas autoritários ou mesmo totalitários, sublinha-se o respeito pelas regras da democracia representativa de base parlamentar, afastando-se os modelos de sistemas políticos de “tipo partido único” e que se auto-proclamam como “ditaduras do proletariado” (Declaração de Princípios, 1973: 5-8).

No capítulo dedicado à política económica, denominado “*Uma Política Económica ao Serviço do Trabalhador*”, alguns aspectos devem ser sublinhados. Por um lado, reconhece-se ao Estado competências fundamentais de coordenação e intervenção no plano económico. A necessidade de coordenação pública dos diversos domínios económicos devia ser garantida, reforçando-se as virtudes do planeamento. Esta coordenação deveria consubstanciar-se igualmente num vasto plano de nacionalizações, abrangendo desde os sectores financeiro, das energias, das comunicações e transportes, até às indústrias de base que desempenhem papéis de relevo na satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos. Neste sentido, defendia-se que o sector privado devia restringir-se aos domínios considerados não decisivos para o desenvolvimento económico. Defendia-se também a necessidade de uma reforma agrária, prevendo-se a expropriação de terras com dimensões elevadas, entregando a sua exploração a cooperativas ou outros modelos de associação cooperativa. Em zonas onde predominasse o minifúndio, defendia-se a promoção de cooperativas que procurassem apoiar e organizar a produção entre os pequenos proprietários. Em termos de direitos dos trabalhadores em geral, o programa previa, entre outras coisas, o direito à greve, ao salário mínimo, a um horário de trabalho que não ultrapassasse as quarenta horas, e o direito à reforma aos 65 anos. A participação dos trabalhadores na gestão dos meios de produção afirmava-se então como linha programática bastante sublinhada. (Declaração de Princípios, 1973: 27)

No fundo, em termos ideológicos, demarcando-se quer da social-democracia de tipo europeu, quer dos modelos de democracias populares então existentes, o PS procurava um caminho novo rumo ao socialismo. Tal caminho original aparecia influenciado pelas novas linhas traçadas pelo eurocomunismo e pelos contributos da nova esquerda marxista que então se afirmava sobre diversas correntes em alguns países da Europa Ocidental. A linha humanista preconizada pelos primeiros escritos do jovem Marx, a teorização do comunista italiano Gramsci, e os contributos teóricos de Marcuse, eram então influências teóricas que percorriam a esquerda ocidental no referido período, influenciando a Declaração de Princípios e Programa do PS lançados em 1973. (ver Reis, 2000; Martins, 2005)

Ou seja, o PS apresentava então um forte dualismo entre a moderação e o radicalismo, entre o reformismo e a tónica revolucionária. A relativa flexibilidade ideológica do PS aquando da sua

formação leva-nos a constatar que nos encontramos perante um partido de tipo *catch all* (ver pág. 19), não possuidor de uma linha programática bem definida, e procurando captar simpatias em sectores sociais e políticos bastante diversificados.

Tal não é alheio ao facto de ser um partido ainda bastante recente, que surgiu num período em que se verificava uma clara radicalização das forças oposicionistas, fruto sobretudo da desilusão marcelista. António Reis é, a respeito deste último aspecto, bastante claro:

*“Deste conjunto de factores políticos, culturais, socioeconómicos, resultava, assim, uma considerável pressão ideológica estratégica sobre a oposição de esquerda, e particularmente sobre a corrente socialista, para tornar indissociável o derrube da ditadura fascista da construção de uma alternativa de ruptura com o neocapitalismo liberal. (...) Por conseguinte, o modelo democrático a implantar em Portugal, mesmo quando fiel aos princípios da democracia representativa pluralista, como os socialistas pretendiam, não podia deixar de se diferenciar do modelo dominante na Europa Ocidental pelas inovações e rupturas que introduziria no plano económico e social.”* (2000: 58 e 59)

Nos Açores, não se verificaram inicialmente iniciativas no sentido de formação de estatutos e programas próprios, o que demonstra bem a influência e capacidade centralista da estrutura nacional perante a estruturas regionais/locais. Foi com base nas linhas programáticas difundidas a nível nacional, reforçadas pelos discursos e tomadas de posição dos seus líderes difundidos na comunicação social, que o PS orientava a sua acção política e que mobilizava os seus simpatizantes:

*“As pessoas aderiram ao PS com base no programa nacional. Haviam as ideias do socialismo democrático. Essa era a prioridade, sobretudo no domínio da justiça social. A desigualdade social foi a primeira prioridade. Era absolutamente chocante a desigualdade social que se vivia em S. Miguel”.* (Couto, 2005)

Ou seja, foi sobretudo com base em temáticas como a justiça social que o PS inicialmente guiou a sua acção política a nível regional. Como é natural, e como hoje chega inclusive a ser admitido, a mobilização das linhas programáticas nacionais, dotadas então de algum radicalismo político, revelou-se desde logo complexa dadas as características específicas do meio regional. Ou seja, determinadas temáticas que, numa fase inicial, eram levantadas pelo PS regional, nomeadamente de Ponta Delgada, começam a encontrar resistências no seio de uma sociedade à altura ainda não muito familiarizada com linhas programáticas mais à esquerda do espectro político. Neste sentido, José Jorge Couto (2005) recorda um exemplo paradigmático:

*“Começamos de forma ingénua. Lançámos um manifesto a favor do divórcio. Uma estratégia bastante errada numa sociedade tão conservadora como S. Miguel. A Igreja entendeu-o como um ataque violento aos costumes”.*

## **Dualidade no Tratamento da Temática Autonómica**

Um dos aspectos programáticos que assume uma importância destacada na análise da implantação do PS a nível regional é forma como o partido e seus quadros inicialmente encaram a questão da autonomia política e administrativa. Ou seja, a forma como o PS encarou uma temática tão específica e paradigmática do meio Açoriano. Importa determo-nos um pouco sobre este aspecto dado que, nas entrevistas aos protagonistas políticos de então, manifestaram-se algumas incongruências de discurso, o que demonstra aliás a sensibilidade da temática em questão.

Antes do 25 de Abril, a questão da autonomia foi já bastante abordada quer por pessoas ligadas ao PS, quer pelos movimentos oposicionistas na região. Em 1973, no âmbito da Cooperativa de Estudos e Documentação, um grupo estudantes em Lisboa ligado ao PS, dos quais se destacam Jaime Gama e Mário Mesquita, chegaram a constituir um centro de estudos açorianos, que se dedicava à análise das temáticas da autonomia, dos regionalismos na Europa e no Mundo (Mesquita, 2005; Gama, 2004). Por outro lado, a questão da autonomia havia igualmente sido bastante teorizada no seio da oposição democrática em Ponta Delgada, quer em 1969, quer em 1973, destacando-se o impulso de Melo Antunes, de Jaime Gama e de Mário Mesquita.

No entanto, e embora tanto Jaime Gama como Mário Mesquita tenham sido quadros destacados aquando da fundação e dos primeiros passos dados pelo Partido Socialista, a questão da autonomia regional não ficou minimamente consagrada na Declaração de Princípios e Programa do partido aprovados em Setembro de 1973. Os documentos acabam por apenas aludir muito vagamente, no ponto dedicado às *Instituições Locais e Administrativas* inserido no capítulo *Uma Política institucional ao Serviço do Cidadão*, a defesa de uma “descentralização administrativa a todos os níveis”. A referida descentralização parece ser preconizada essencialmente para as autarquias locais, não sendo feita qualquer referencia ao domínio regional, muitos menos à sua aplicação aos distritos autónomos dos Açores ou da Madeira. Esquecimento? Desadequação? O que é certo é que a referida questão assumirá uma importância significativa nos tempos que se seguiram à revolução.

Embora sublinhando que a temática da autonomia regional foi de facto bastante abordada no âmbito da oposição democrática em Ponta Delgada antes do 25 de Abril, Mário Mesquita refere no entanto que a temática não era absolutamente consensual. Afirma inclusive que a defesa da autonomia foi um traço característico seu, de Jaime Gama, e de outras pessoas mais próximas da linha de Melo Antunes: “A questão separava-nos da oposição tradicional, nomeadamente do Borges Coutinho, que sempre achou que a autonomia era sinónimo de conservadorismo. Eu e o Jaime Gama sempre fomos muito a favor da autonomia. Achávamos que a autonomia não era bem assim, o que contrastava com o resto da esquerda nos Açores” (Mesquita, 2005).

Ou seja, a questão da autonomia regional não era pacífica no seio da esquerda açoriana antes do 25 de Abril, vindo a revelar-se não o ser também no seio do próprio PS nos Açores nos dias

que se seguiram à revolução. Por um lado, a questão era fortemente sublinhada pelos quadros açorianos presentes nas estruturas nacionais do partido, como fica aliás demonstrado com o destaque da temática nos comunicados do PS aquando das visitas de quadros nacionais durante o Verão de 1974 (ver pág. 91). No entanto, os quadros locais do partido não se inclinaram muito para a questão da autonomia numa fase inicial da implantação do partido. A este respeito, José Jorge Couto (2005) é bastante claro:

*“Para nós, a questão específica do regionalismo não foi uma prioridade nestes primeiros tempos. Até o encarámos como uma forma hábil encontrada pelos grupos dominantes para escaparem às alterações sociais e políticas então em curso.(...) Para nós, nessa época, a regionalização não era um valor essencial. Era mais importante introduzir reformas sociais e promover reduções das desigualdades do que a promoção pura e simples da autonomia. (...) A temática da Autonomia foi introduzida sobretudo por Jaime Gama, Medeiros Ferreira, Mário Mesquita, todos com uma formação política muito superior à nossa em S. Miguel. Consideraram portanto útil articular o sistema regional com base num modelo regional e abandonando o modelo distrital.”*

Em Dezembro de 1974, com o Congresso do PS realizado em Lisboa em Dezembro de 1974, cerca de um mês depois do Congresso do PPD, a autonomia dos Açores e da Madeira passa a constar no Programa do partido. Nele se preconiza que *“atendendo às condições geográficas, económicas e sociais, e à necessidade de realizar um desenvolvimento em benefício das classes trabalhadoras, os arquipélagos dos Açores e da Madeira constituirão regiões autónomas dotadas de estatuto político e administrativo próprio, o qual assegurará, nos termos de uma ampla descentralização, em autonomia administrativa e financeira dos respectivos órgãos da administração local.”* (Citado por Trigueiro, 2000: 65)

Por outro lado, em Fevereiro de 1975, uma série de personalidades ligadas ao MDP e alguns militantes socialistas apresentaram uma proposta de Estatuto da Região Açores. Entre diversas outras questões, o documento preconizava a constituição de uma Junta Geral dos Açores, extinguindo as juntas gerais distritais (*Açoriano Oriental*, 22 de Fevereiro de 1975).

No entanto, e segundo Jorge Couto, a introdução da autonomia no discurso do PS acontecerá sobretudo após eleições de 1975, com o evoluir dos debates na Assembleia Constituinte. Tratou-se portanto de um processo dinâmico, onde a articulação com o Núcleo de Apoio aos Açores do PS assumiu um papel preponderante. Contudo, e sobretudo com os efeitos do Verão Quente nos Açores, a posição do PS acabou por denotar algumas incongruências fruto das diferentes sensibilidades dos socialistas locais relativamente aos quadros açorianos nacionais.

### **Inserção no Meio Político da Região**

Apesar da sua afirmação no contexto regional se ter efectuado algo tardiamente, quando comparada com outras forças políticas, nas quais o PPDA se assume como exemplo paradigmático, o PS logo conseguiu assumir um papel destacado no meio político açoriano.

Embora tal facto esteja algo associado à estreiteza de relações entre as estruturas regionais e as estruturas nacionais, onde personalidades como Jaime Gama, Mário Mesquita e Medeiros Ferreira assumiram papéis preponderantes, os recém-formados núcleos distritais, nomeadamente em Ponta Delgada, conseguiram de imediato adquirir um importante espaço no contexto político açoriano de então.

No entanto, alguns factores críticos importantes, externos e internos ao próprio partido, podem ser realçados com vista a caracterizar o período de implantação inicial do partido:

1. Dificuldades na definição do seu espaço político
2. Fraca receptividade do meio açoriano ao discurso político da esquerda
3. Liderança partidária difusa e ausente

De algum modo à semelhança do que aconteceu a nível nacional, o PS nos Açores, nomeadamente em S. Miguel, deparou-se com algumas dificuldades iniciais na definição do seu espaço político no contexto de então. Estas dificuldades revelaram-se a nível programático, ora distinguindo-se ora assemelhando-se às outras forças mais à sua esquerda. A defesa de algumas medidas económicas e sociais consideradas bastante radicais, coexistia com a sua desvinculação de qualquer tipo de sistema político totalitário e com a defesa de uma democracia pluralista de modelo ocidental. No entanto, e como é natural, o PS saiu prejudicado pelas constantes tentativas dos seus adversários à direita de o empurrar para a esquerda,, associando-o ao “perigo comunista”<sup>63</sup>.

Em termos programáticos, a questão da autonomia fornece-nos também um exemplo claro: embora as opções políticas socialistas convergissem com muitas das forças mais à esquerda do espectro partidário regional, a posição oficial pró-autonomista do partido era um ponto de divergência.

Mas as dificuldades iniciais na definição e obtenção de espaço político revelam-se sobretudo com a penetração e obtenção de influência no terreno. Aquando da sua implantação, o PS encontrou por um lado um PPDA que, fruto também do seu recurso a redes de influência anteriores ao 25 de Abril, estava já a conseguir hegemonizar largos sectores sociais, desde o sector empresarial, à lavoura, incluindo a pequena burguesia rural e urbana, caracteristicamente liberal economicamente e conservadora socialmente. O carisma e experiência política do seu líder Mota Amaral conseguiram que o PPDA ganhasse um terreno substancial no eleitorado do centro.

Por outro lado, à sua esquerda, o PS encontrou um MDP já substancialmente implantado, auto-assumindo-se como força política dominante da oposição. O movimento conseguira captar para o seu seio personalidades bastante marcantes da oposição democrática, gerando em seu torno simpatias alargadas entre as tendências mais à esquerda do espectro político. A

---

<sup>63</sup> Mário Mesquita (2005) recorda um exemplo paradigmático a este respeito, lembrando que nas suas primeiras acções locais de colagem de cartazes do PS em S. Miguel, no dia seguinte os mesmos apareciam com inscrições “socialismo = comunismo”.

formação do PS, sobretudo em Ponta Delgada, realiza-se em parte com base em membros, colaboradores e simpatizantes do MDP, como por exemplo José Jorge Couto ou António Silva Melo, o que origina sérias desconfianças entre as duas forças políticas. Sobre o relacionamento do PS com o MDP, Jaime Gama revela-se paradigmático:

*“Atenção que a nossa afirmação também se faz em ruptura com esses grupos. Havia uma espécie de clima de oposição unitária e a constituição do PS colide com todos esses interesses. Somos vistos como os traidores da oposição.”* (Gama, 2005)

Fruto, entre outros factores, de uma rápida implantação no terreno (o *Açoriano* Oriental de 4 de Maio de 1974 já noticiava a formação dos Movimentos Democráticos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo) e do protagonismo assumido pelos seus membros - nomeadamente Borges Coutinho em Ponta Delgada - , o MDP conseguiu obter um papel de destaque no sistema provisório, incluindo os Governos Cívicos, as comissões administrativas de câmaras e de juntas de freguesia.

No fundo, e numa fase inicial, o MDP assumiu-se como força política que conseguiu hegemonizar, pelo menos temporariamente, a esquerda açoriana. À direita (e ao centro), o PPDA encontrava-se também alguns passos à frente em termos de implantação na região. A afirmação do “recém-chegado” PS teve, deste modo, de ser feita numa clara competição com um movimento político que tivera oportunidade de se enraizar bem na nova ordem política – o MDP, e com um partido que, num curtíssimo espaço de tempo, conseguiu dar preciosos passos com vista à sua inserção no meio regional.

Associadas às capacidades de ocupação de espaço político encontram-se as características económicas, sociais e culturais do meio em questão. O meio açoriano caracterizava-se então por um forte desconhecimento das ideias políticas da esquerda, que encontra raízes em factores como o isolamento a que estava votado o arquipélago, a forte religiosidade da sua população que residia sobretudo em meios rurais, a ainda fraca expressão dos sectores secundário e terciário, entre outros. Neste contexto, a chegada das ideias novas trazidas pela revolução, que se revelavam muitas vezes pouco conhecedoras da realidade regional, gerou climas de apreensão e desconfiança substanciais em relação às novas forças políticas mais à esquerda que entretanto começaram a surgir no arquipélago.

O Partido Socialista, apesar de não ser o principal prejudicado com as referidas reacções, acabou igualmente por as sentir bastante. A sua conotação com as ideias revolucionárias, que colocavam muitas vezes em causa de forma brusca o *status quo* até então existente, determinou que a sua implantação não se desse ao ritmo do verificado nas zonas mais industrializadas do país. Numa fase inicial, o PS nos Açores deparou-se com as mesmas dificuldades de penetração encontradas nos meios mais rurais do país, nomeadamente nas zonas mais interiores do centro e norte de Portugal Continental.

Por último, e bastante inter-relacionado com os dois factores acima expostos, importa destacar a carência de popularidade, acentuada inclusive por alguma ausência do espaço do

arquipélago, dos principais rostos liderantes do PS a nível regional. Tal como já foi mencionado, a implantação do partido na região, principalmente no distrito de Ponta Delgada, beneficiou bastante do impulso de açorianos que, embora sendo destacados quadros nacionais do partido, há muito não residiam na região. Antes do 25 de Abril, regressavam aos Açores sobretudo durante as férias de Verão, concentrando a sua actividade profissional e política fora do arquipélago. Ou seja, personalidades como Jaime Gama, Medeiros Ferreira e Mário Mesquita não eram assim tão bem conhecidas entre a população do arquipélago. O facto da maior parte das suas actividades se concentrarem fora da região, grande parte delas sob o manto da clandestinidade, acrescido da sua juventude (em 1974, Jaime Gama tinha 27/28 anos e Mário Mesquita tinha 24/25 anos, sendo apenas Medeiros Ferreira um pouco mais velho com então 32/33 anos), justifica a carência de alguma popularidade no arquipélago.

Deste modo, e após a eclosão da revolução, a sua presença na região, sobretudo pontual uma vez que nunca chegaram a fixar residência nos Açores, acabou por determinar que sobre eles recaíssem críticas acusando-os de “outsiders”, com poucas provas dadas e com fraco conhecimento da realidade regional.

Por seu turno, a nível local, e debruçando-nos no caso de Ponta Delgada, muitos dos rostos fundadores eram ainda bastante novos e dotados de um ainda pouco reconhecimento junto da população. Apesar da relevância social de personalidades como por exemplo do médico Silvano Pereira e o engenheiro Angelino Páscoa, a maioria dos primeiros rostos do PS local não detinham ainda um reconhecimento social ou político significativo.

No fundo, e para concluir, alguns factores críticos acabaram por influenciar a capacidade de penetração e de obtenção de influência do Partido Socialista junto da população. No entanto, e como teremos oportunidade de demonstrar mais à frente, apesar das dificuldades, o PS foi conseguindo, muitas vezes de forma quase surpreendente, afirmar-se como segundo partido no contexto político da transição para a democracia nos Açores.

## **PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**

### **Início da Organização**

Um dos principais traços distintivos do Partido Comunista Português, relativamente às restantes forças políticas que disputavam o quadro partidário nos dias que se seguiram à revolução, era a já enorme longevidade da sua organização. Remontando a sua fundação a 1921, tendo a sua origem sobretudo no seio do movimento anarco-sindicalista, o PCP atravessou os 48 anos da ditadura votado à clandestinidade. A história do partido durante de 1926 a 1974 confunde-se com a história da resistência. Organizado desde os finais dos anos 1920's sob a doutrina do marxismo-leninismo, firmemente alinhado com as posições da Internacional Comunista liderada por Moscovo, o PCP marcou a sua presença em praticamente todos os grandes marcos de resistência ao Estado Novo, desde o levantamento

popular de Janeiro de 1934, até às listas oposicionistas do período Marcelista, passando pelas candidaturas presidenciais de Norton de Matos e Humberto Delgado e pelas crises académicas de 1962 e 1969. De notar também que, quase desde o início da sua oposição à ditadura, o PCP fomentou sempre a constituição de frentes oposicionistas únicas, que se consubstanciaram em organizações como a Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), o Movimento de Unidade Democrática (MUD) ou a Comissão Democrática Eleitoral (CDE)

Enquadrando-se bem na tipologia de *partido de massas* de tipo leninista (ver págs. 18 e seguintes), com uma forte rigidez organizativa e com uma doutrina quase total de explicação do mundo, o PCP foi único partido português que sobreviveu à repressão política do regime autoritário, detendo um largo historial de prisões políticas dos seus militantes. A sua antiguidade, mas também a sua organização e métodos de trabalho, assentes no rígido centralismo democrático, tornaram possível que, antes da revolução, o PCP possuísse uma organização que se estendia pela quase totalidade do território nacional. Logo que se dá a revolução, o PCP afirma-se rapidamente como a força política melhor organizada, procurando desde logo reforçar a sua implantação e expandir a sua influência no quadro do novo contexto político.

Nos Açores, antes do 25 de Abril, o PCP não possuía qualquer actividade digna de relevo<sup>64</sup>. Apesar de ser possível denotar, de vez em quando, o *Avante!* a circular (Mesquita 2005), a verdade é que, e segundo todos os protagonistas por nós entrevistados, não existe registo de qualquer organização do PCP na região.

Pese embora a sua falta de implantação regional até então, o PCP terá sido dos partidos que mais cedo se organizou verdadeiramente no arquipélago (Bento, 2004; Trigueiro, 2000). Sob o impulso de militantes diversos, dos quais se destaca o faialense Carlos Frayão, antigo dirigente da Associação Académica de Coimbra e que mantivera actividades de oposição ao regime autoritário. Carlos Frayão é então um dos quadros do partido destacado para a região. Segundo José Decq Mota, actual líder do PCP Açores, surgem as primeiras estruturas no Verão de 1974 e as primeiras sedes no final de 1974.

A implantação do PCP nas várias ilhas do arquipélago surge com base, por um lado, num destacamento de quadros nacionais, açorianos ou não, que se deslocam para a região com o objectivo de organizar uma nova estrutura e rede partidária. Como é natural, a este esforço

---

<sup>64</sup>Em termos de quase curiosidade histórica, há no entanto a destacar a presença de Bento Gonçalves na região em 1936, exilado nas Lajes do Pico durante cerca de um ano, antes da sua partida para o Campo do Terrafal. Aí, apesar de isolado, desempenhou alguma actividade junto da população local, nomeadamente ajudando na alfabetização. (Mota, 2004; [www.pcp.pt](http://www.pcp.pt)) Por outro lado, nos primeiros anos da década de 1930, muitos deportados políticos da ditadura foram fixados nas diversas ilhas da região, desenvolvendo então alguma actividade política que ainda hoje é pontualmente recordada (*vide* nota de rodapé n.º 27).

levado a cabo a nível central, logo surgem simpatizantes que se aproximam voluntariamente da organização e que aderem a esta<sup>65</sup>.

Numa primeira fase, o PCP forma uma estrutura de coordenação conjunta para os Açores e para a Madeira (Outubro de 1974). Designou-se DORIA – Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes. Como afirma Decq Mota, o nome acabou por ser contestado dada a designação “ilhas adjacentes”, que a muitos recordava a pouco feliz designação que era dada aos Açores e Madeira pelo regime que entretanto fora derrubado.

Entre Novembro de 1974 e o *Verão Quente*, o PCP abriu centros de trabalho em Ponta Delgada, na Horta, em Angra, em S. Roque do Pico e Santa Cruz da Graciosa. Nas outras ilhas, o partido estava já organizado, não possuindo, no entanto, sedes próprias<sup>66</sup>.

Podemos, deste modo, constatar que o tipo de construção territorial do PCP nos Açores verificou-se por *penetração* (Lopes e Freire, 2002: 19-20), i.e., a construção regional do partido foi significativamente determinada pela acção das estruturas nacionais.

## **Das Conquistas da Revolução à Autonomia Regional**

Se o Partido Socialista encontrou inicialmente dificuldades de implantação na região devido às linhas programáticas então preconizadas, o caso do Partido Comunista Português revela-se bastante mais paradigmático a este respeito.

Dotado de uma ideologia marxista-leninista, doutrina que encontra sobretudo na sua vertente marxista uma explicação holista da realidade, e no leninismo fortes linhas de acção e organização, o PCP não possuía um programa especificamente direccionado para a realidade regional. As simpatias e militâncias que em sua volta surgiam justificavam-se por uma adesão ao programa nacional do partido.

O programa do partido, sobretudo nos domínios da justiça social, podia ter encontrado condições bastante objectivas de aplicabilidade à realidade regional. Tal como já foi referido e demonstrado (ver pág. 57 e seguintes), os Açores eram então uma sociedade onde os indicadores de desenvolvimento se encontravam geralmente abaixo, ou muito abaixo mesmo, da média nacional. Sobretudo em S. Miguel, por exemplo, dominava o regime de latifúndios pertencentes a elites económicas e sociais. Tal facto acarretava a proliferação de um verdadeiro proletariado rural que se submetia a condições e remunerações salariais muito precárias, sob pena de não obter sustento. Por outro lado, o regime de arrendamentos então existente era bastante crítico. Os detentores da propriedade impunham preços elevados a

---

<sup>65</sup>A este respeito, Decq Mota (2004) sublinha a importância de quadros jovens com experiência associativa estudantil, que aderem espontaneamente ao PCP na região.

<sup>66</sup> Em S. Miguel, destacaram-se como quadros do PCP no período em questão Luis Santos, Martins Coelho, António Machado Lemos, João Borges e Carlos Frayão. Na Terceira destacaram-se Américo Luis, José Carlos Fonseca e Fauto Cristóvão. No Faial: António Espínola, Manuel Gonçalves, Manuel Flores, Dionísio Rocha, António Manuel Freitas, Eduardo Freitas, Henrique Maria dos Santos, António Medeiros e Gaspar Neves. No Pico: Maria da Graça Rodrigues e Augusto Molarinho. Nas Flores: Paulo Valadão e José Gonçalves Gomes. (Trigueiro, 2000; 55 e 56)

pedaços diminutos de terreno para cultivo. O pequeno agricultor não possuía alternativa a não ser submeter-se a um regime que lhe era significativamente desfavorável, não conseguindo recorrer a qualquer tipo de regulação pública que impedisse este facto. (Coutinho, 2004) A imigração, rumo sobretudo à América do Norte, afirmava-se então como uma das alternativas mais adoptadas pelas classes mais desfavorecidas da população.

Ou seja, pelo menos a nível da agricultura, o PCP encontrava domínios vastos de aplicação das suas linhas programáticas nos Açores, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de levar a efeito uma reforma agrária.

No entanto, o partido não conseguiu afirmar-se substancialmente nestes domínios. Quer por determinantes que podem ser identificadas pela elevada influência política e social que os grandes proprietários locais gozavam, quer pela própria dificuldade de penetração num sector onde as formas de organização e associativismo reivindicativo entre os trabalhadores não existiam ou eram bastante localizadas. A capacidade de penetração do PCP nos meios rurais, então dominantes no arquipélago, via-se deste modo posta em causa.

Por seu turno, o partido sofreu também desde o início do forte estigma anti-comunista presente na região, que virá inclusive a assumir proporções bastante mais significativas no decorrer de 1975, como teremos oportunidade de aprofundar mais à frente (ver Capítulo V). Num contexto onde a cultura social e política predominante era pouco receptiva às linhas programáticas mais à esquerda do espectro político, o papel do PCP acabou por ficar sujeito às mesmas vicissitudes ocorridas nas zonas do território continental a “norte de Rio Maior”.

A questão da autonomia adquire na análise às linhas programáticas do partido uma importância peculiar. De facto, e como sublinha José Trigueiro (1999, 65), a questão das autonomias das regiões autónomas não constava do programa nacional do PCP, quer no programa dos últimos tempos de clandestinidade, quer no programa aprovado já em Outubro de 1974.

Os argumentos de regionalismo e autonomia começaram por ser encarados pelos comunistas como manobras para evitar a aplicabilidade na região daquelas que já eram consideradas as conquistas da revolução. Ou seja, a defesa da unidade nacional, colocando reticências à questão autonómica surge, precisamente, na linha da defesa das medidas de teor revolucionário preconizadas pelo MFA, e que então começavam a ser difundidas de forma mais veemente pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves, sobretudo após o 28 de Setembro. Neste sentido, não será por acaso que a defesa da autonomia fosse sobretudo assumida pelas forças mais à direita do espectro político, inclusive por personalidades que, de forma mais directa ou menos directa, haviam estado ligadas ao Estado Novo.

A este respeito, José Decq Mota (2005) tece a seguinte consideração:

*“As forças que mais se identificavam com o 25 de Abril (PS, PCP, MES, MDP) não tiveram facilidade em encontrar no plano político soluções que respondessem às particularidades e especificidades regionais. As circunstâncias da altura determinam os*

*processos. É inconcebível que a questão da autonomia tenha sido agarrada pelas forças anti-democráticas como forma de combater algumas evoluções democráticas em curso.”*

### **Força Inicial: Realidade ou Mito?**

Quando procuramos hoje aferir a real capacidade política do PCP nos dias que seguiram ao 25 de Abril nos Açores, sérias dificuldades colocam-se devido à indisponibilidade de fontes imparciais a este respeito. O discurso que predomina nos protagonistas que representam espectros políticos mais à direita, sublinha sobretudo a imediata capacidade de actuação e organização dos comunistas no contexto da região. No entanto, verifica-se uma séria dificuldade em apontar factos que comprovem a força inicial preconizada. Por outro lado, mesmo quando analisada a imprensa regional do referido período, nomeadamente a de Ponta Delgada, poucas (ou quase inexistentes) são as referências a actividades, iniciativas ou tomadas de posição levadas a cabo pelos comunistas no arquipélago.

Tal como referido anteriormente, e enquanto protótipo de um partido de massas de tipo leninista, é natural que a implantação dos comunistas na região tenha sido feita com base na estruturação leninista da organização. Ou seja, os comunistas terão ganho algum destaque inicial relativamente aos outros partidos pela sua experiência organizativa, consubstanciada numa acção política bastante estruturada. A luta pelo poder fez-se com recurso a estratégias características, como por exemplo a tentativa de formação de frentes únicas de luta política ou a prioridade dada à penetração em organizações sócio-políticas intermédias, como sindicatos e movimentos profissionais, associações de estudantes, órgãos de poder local, associações cívicas diversas, entre outros.

No entanto, e pelo que nos foi dado a conhecer através da análise da imprensa regional, a actividade organizada dos comunistas não parece ter sido dotada de um sucesso substancial. Antes pelo contrário. Por outro lado, o não muito extenso número de militantes de que o partido dispôs numa primeira fase de implantação - Decq Mota (2004) estima que fossem cerca de duzentos no Verão de 1974, aliado à dificuldade de penetração em muitos meios, não parece ter permitido ao partido deter a influência política que lhe é atribuída.

A este respeito, apontamos duas hipóteses explicativas quanto à sobre-avaliação feita à força inicial de implantação do PCP.

Em primeiro lugar destacamos a indeliberada ou deliberada confusão com outras organizações políticas que actuavam numa linha política próxima dos comunistas. A este respeito destacámos o MDP, que abarcava uma série de reconhecidas personalidades oposicionistas caracterizadas pela defesa do processo revolucionário então em curso e que, de uma maneira ou de outra, conseguiram no referido período assumir um protagonismo político assinalável. Personalidades do MDP como Borges Coutinho, por exemplo, eram directa ou indirectamente acusadas de manterem com o PCP uma proximidade comprometedora, sendo portanto fácil serem atribuídas responsabilidades das suas acções aos comunistas. Este tipo de confusão pode também ser atribuído a personalidades então ligadas ao MES que, apesar de bastante

minoritário, levou a cabo acções radicais cujas responsabilidades foram depois atribuídas ao PCP.

Em segundo lugar, e não menos importante, destacamos a importância legitimadora que o discurso de sobrevalorização da acção do PCP assume como justificação de uma reacção deliberada ao processo revolucionário que então se começava a fazer sentir. No fundo, o sobredimensionamento da acção dos comunistas é uma peça consideravelmente importante com vista à justificação do discurso, posições e acções políticas reactivas que as forças mais à direita do espectro partidário então começam a preconizar.

## **CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL**

### **Antecedentes e Surgimento**

Comparativamente às restantes forças políticas que então começavam a ocupar o espaço partidário a nível nacional, o Centro Democrático Social surge já relativamente tarde, a 19 de Junho de 1974, sob o impulso de Diogo Freitas do Amaral e de Adelino Amaro da Costa.

Analisando o contexto político de então, onde os partidos e movimentos mais à esquerda se multiplicavam, e onde se denotava já uma clara inclinação do debate político para a esquerda, todo um espaço político situado mais ao centro e centro direita parecia estar ainda pouco ocupado, o que se justifica pelo derrube de 48 anos de uma ditadura de matriz conservadora. No entanto, alguns partidos de direita e extrema-direita encontravam-se entretanto em pleno surgimento, como o Movimento Popular Português, o Partido Cristão Social Democrata, o Partido Nacionalista Português, o Partido Liberal e o Movimento Federalista Português, que adoptou mais tarde a designação de Partido do Progresso (Amaral, 1996: 185). O objectivo do novo partido de Freitas do Amaral e Amaro da Costa seria então a ocupação do centro político, desígnio que ficaria inclusive consagrado na sua designação.

Apesar da hostilidade ambiental que o CDS começou por sofrer, dada a sua “particularidade” de não se proclamar socialista, o partido recebeu apoios de quadrantes diversos. Estes, não se tendo enquadrado no recém-formado PPD, que se proclamava social democrata e de centro esquerda, também não se reconheciam nos propósitos dos pequenos partidos de direita que então começaram a surgir intitulado-se nacionalistas, conservadores, e alguns até saudosos do regime recentemente deposto. Neste sentido, entre apoios recebidos com base na influência dos seus dois grandes impulsionadores, o CDS começou por ser também apoiado por algumas alas do MFA, sobretudo spinolistas que, proclamando-se fieis à democracia, não se identificavam com os três partidos então existentes no I Governo Provisório (PCP, PS e PPD), todos se auto-proclamando pertencentes à esquerda política. Importa salientar que a nomeação de Freitas do Amaral para o Conselho de Estado em finais de Maio de 1974, contribuiu decisivamente para a captação de simpatizantes. (Amaral, 1996: 173-189).

Como partido que não participou nos governos provisórios, o CDS não beneficiou das vantagens que estes proporcionaram ao PS, PSD e PCP. Por outro lado, o contexto político que se vivia acarretou grandes dificuldades de implantação no terreno deste partido que se assumia, no mínimo, como sendo diferente, como sendo moderado.

O 28 de Setembro de 1974 viria a proporcionar um dos grandes momentos do reforço de apoio social ao CDS. Dado o desmantelamento do Partido do Progresso, do Partido Federalista Português e do Partido Liberal, e também ao enfraquecimento do Partido da Democracia Cristã (PDC), o CDS acabou por receber muitos dos adeptos destes partidos, que passaram assim a concentrar-se no projecto deste e a reverem-se nos seus ideais (Ferreira, 1994: 252).

Se no território continental, o CDS surgiu já relativamente tarde, nos Açores, a situação é ainda mais paradigmática. O partido surge só em Fevereiro de 1975, tendo como principais impulsionadores Manuel Cordovil e Augusto Cymbron. Manuel Cordovil, engenheiro agrónomo natural de Évora, que casara com uma açoriana, encontrava-se então a residir em Ponta Delgada. O cumprimento do serviço militar na Marinha proporcionou o conhecimento de Amaro da Costa e de Freitas do Amaral.

Por seu turno, Augusto Cymbron era então empregado comercial numa empresa de Ponta Delgada. Com a visita no Verão de 1974 de dirigentes do Partido do Progresso (PP) a Ponta Delgada, envolve-se então na actividade deste partido na região. Segundo o próprio, era uma estrutura então muito pequena, que nem possuía sede, limitando-se grande parte da sua actividade à distribuição de propaganda de teor “socialismo=comunismo”, ficando envolvido em alguns episódios de violência com militantes de partidos e organizações de esquerda (Cymbron, 2004). No entanto, com o 28 de Setembro e a consequente ilegalização do PP, os seus activistas ficaram órfãos. Segundo Augusto Cymbron (2004), *“foi aí que muitas das pessoas que depois abraçaram o CDS se iniciaram”*.

A partir do seu lançamento em Fevereiro de 1975, realizado no Hotel do Infante em S. Miguel (onde depois ficou instalado o Cine de S. Pedro), e que terminou marcado por alguns descatos, o CDS começou a organizar-se, recorrendo sobretudo a sessões de esclarecimento. Segundo Augusto Cymbron, a implantação do partido, sobretudo em S. Miguel, revelou-se bastante difícil, sendo os seus militantes vítimas de agressões e outros tipos de violências nas acções partidárias então desencadeadas<sup>67</sup>.

Augusto Cymbron destaca a importância que a sua profissão acabou por ter na implantação do partido em S. Miguel. Enquanto funcionário de uma empresa que revendia gás, acaba por conhecer muito bem todas as localidades da ilha. O contacto com os revendedores de gás (em S. Miguel eram cerca de 160), acabou por ser um dos meios, recorda Augusto Cymbron, para expandir a influência do partido. No entanto, a captação de quadros para o partido seguiu,

---

<sup>67</sup> Na Terceira, José Trigueiro aponta como fundadores do CDS: Luis Soares Guiod de Castro, José S. Bispo, Rogério Contente, Edgar da Silveira, Walter Mendonça e Hernâni Cunha. No Faial destacam-se: Guilherme Pinto, Guilherme Silveira, , Ramiro Pereira, Manuel da Rosa, Maria João Amaral e Armando Amaral. (Trigueiro, 2000; 59 e 60).

regra geral, um modelo aleatório, baseado nos conhecimentos pessoais dos seus fundadores, adesões espontâneas, entre outras.

Neste sentido, e a título de curiosidade, Augusto Cymbron refere um episódio que reflecte a forma como foi feita por vezes a implantação dos partidos políticos no arquipélago:

*“Uma vez, precisávamos de uma representação do Corvo. Soube que o representante do gás no Corvo estava em Ponta Delgada e ia partir nesse dia para a sua ilha. Falei com ele para o convencer. Ele respondeu-me que tinha acabado de ser nomeado representante do PS há meia hora!” (Cymbron, 2004)*

A situação acima referida demonstra bem o esforço das diversas forças políticas emergentes em captar quadros para as suas organizações. Tal como referido anteriormente, o recrutamento era muitas vezes feito com base em afinidades familiares, pessoais, profissionais, entre outras. Estas acabavam, deste modo, por ter um peso tão ou mais determinante do que o recrutamento com base ideológico-programática.

Verificamos, deste modo, que a fundação do CDS corresponde a um tipo de construção territorial por combinação das modalidades *difusão e penetração* (Lopes e Freire, 2002: 19-20). Ou seja, apesar do impulso inicial ser da sua responsabilidade, não podemos afirmar que a direcção do partido desempenhou um papel preponderante na implantação regional do partido. Esta ficou a dever-se sobretudo ao esforço dos responsáveis locais.

## **Do Centrismo à Autonomia**

A opção por uma linha ideológica centrista assumiu-se como traço caracterizador da fundação do CDS. Num contexto onde a larga maioria do panorama partidário português se situava à esquerda, a auto-proclamação de centrista surge como marca de moderação política.

O fundador Diogo Freitas do Amaral é bastante claro quanto à linha ideológica adoptada. Sob assumida influência da linha política então seguida pelo líder francês do Partido Republicano Independente, Valéry Giscard d’Estaing, que então vencera as eleições presidenciais de Maio de 1974 contra o socialista François Mitterrand, Freitas do Amaral considerava-se *“centrista liberal e europeu”* (1996: 179 e 180). Por outro lado, sentia-se muito próximo da linha da democracia cristã, designação que fora inclusive pensada para a designação do partido (1996: 185). O CDS afirmava-se, deste modo, com uma linha política bastante diferente dos restantes três principais partidos de então.

Em termos de espaço político a ocupar, preconizava-se que o CDS se situasse à direita do PPD, que na altura se intitulava de centro-esquerda, e à esquerda dos restantes partidos de direita e centro direita que então se começavam a formular. Em termos de linhas programáticas centrais, Freitas consegue-nos demonstrar em algumas palavras as opções do CDS:

*“Conhecendo bem a «doutrina social da Igreja», sabia que o capitalismo e a propriedade privada não podiam ser defendidos sem importantes correctivos reformistas, nomeadamente pela intervenção reguladora do Estado na economia, por uma política de*

*justiça social avançada, e pela partilha de lucros e da gestão da empresa privada entre capitalistas e trabalhadores. Quanto ao “Ultramar Português”, era para mim evidente que, com esse nome e com esse carácter, ele tinha acabado no dia 25 de Abril (...). Finalmente, eu era favorável à adesão de Portugal à Comunidade Europeia e preconizava a união económica, monetária e política da Europa, (...).* (Amaral, 1996: 180)

Ou seja, numa fase inicial, e num período caracterizado pelo tombar do sistema partidário para a esquerda, o CDS caracterizava-se pelo centrismo das suas opções, o que no entanto o colocava como força política mais à direita entre as que tinham obtido representação nas estruturas provisórias.

Nos Açores, dado também o seu já tardio aparecimento e debilidade das suas estruturas numa fase inicial, o CDS não possuía linhas programáticas especificamente centradas na realidade regional. Numa fase inicial, o partido não possuía um rumo ideológico muito próprio, sendo inclusive muito pouco o destaque às suas iniciativas e posições quando consultada a imprensa regional do período em questão.

No entanto, e à semelhança do que aconteceu no continente, a nova força política procurou logo colocar-se à direita do PPD, partido que então já hegemonizava fortemente o centro e a direita do contexto político açoriano. A sua afirmação torna-se, por isso, crítica. Com o seu surgimento em Fevereiro de 1975, a autonomia era já uma das principais temáticas da agenda política regional, tendo sido já consagrada nos programas quer do PPD como do PS a nível nacional. Dado que os primeiros passos do partido foram já dados após o 11 de Março, é natural que os seus dirigentes tenham desde logo abraçado o discurso autonomista e regionalista, até como forma de reacção à radicalização que então se fazia sentir sobretudo em Lisboa. A autonomia assumiu-se então, para as forças políticas mais à direita, como bandeira política de arremesso e resistência contra algumas medidas e posições que se extremaram sobretudo em Lisboa no referido período.



**Capítulo V**  
***A Transição ao Rubro***

## Capítulo V – A Transição ao Rubro

Após termos caracterizado a formação dos partidos políticos na região, abrangendo um período que decorre sensivelmente entre Maio de 1974 e Março de 1975, centraremos agora a nossa análise nos tempos que seguiram até Novembro de 1975. A delimitação temporal do presente capítulo justifica-se por considerarmos que o referido período demonstra ser um dos mais ricos da transição portuguesa, pela sucessão de acontecimentos, tensões e conflitos que o caracterizaram, e que culminam com o 25 de Novembro de 1975. Procuraremos, deste modo, proceder a uma análise que procure destrinçar a capacidade de adaptação e posicionamento das diversas forças políticas num período de manifesta turbulência política e que se revelará decisivo, no nosso entender, para a configuração do sistema de partidos emergente na região.

A nível nacional, a radicalização das medidas preconizadas pelos governos provisórios de Vasco Gonçalves, a realização do primeiro acto eleitoral que atribuiu às principais forças políticas até então relativamente paritárias legitimidades diferentes, que depois se consubstanciará num forte embate entre a legitimidade revolucionária e a legitimidade eleitoral, fez do ano de 1975 um período bastante rico, mas também complexo de análise.

Nos Açores, o referido período não se demonstrou menos intenso. Naturalmente influenciada pelos acontecimentos que então se processavam no território continental, a realidade regional viu originarem-se no seu seio tensões bastante específicas, das quais se destacam o despoletar em força do regionalismo e do independentismo açoriano. As tensões entre as diversas forças políticas intensificaram-se então, dando origem a um complexo jogo de actores e papéis desempenhados com vista à obtenção de influência política e, em última análise, da própria conquista do poder. Será precisamente toda esta dinâmica que então se viveu na região que procuremos analisar no presente capítulo.

Neste sentido, procuraremos numa primeira fase abordar a questão das instituições provisórias, a forma como foram sendo constituídas, e a crescente falta de legitimidade que lhes foi sendo apontada.

Numa segunda fase, centraremos o nosso enfoque em dinâmicas institucionais do período de transição que em muito influenciaram a configuração do sistema de partidos. Começaremos por analisar três acontecimentos e seus impactos: *a)* a entrada em vigor da Lei dos Partidos, *b)* o 11 de Março e *c)* a celebração do Pacto MFA-Partidos e suas consequências. Em seguida, analisaremos a forma como se processaram as eleições para a Assembleia Constituinte nos Açores, momento do primeiro embate formal entre as diversas forças políticas, destrinchando os papéis assumidos por cada um dos concorrentes e consequentes resultados obtidos. Neste sentido, procuraremos verificar o real peso de cada partido político e as suas zonas de influência.

Por fim, numa terceira parte do presente capítulo, analisaremos o emergir da causa independentista na região no período em questão. Os movimentos que então começaram a actuar, as suas formas de acção e relacionamento com as restantes forças políticas serão objecto da nossa atenção e análise. Neste contexto, daremos uma especial atenção aos acontecimentos ocorridos em 6 de Junho de 1975 em S. Miguel e as suas consequências no jogo político regional. Como não podia deixar de ser, dedicaremos uma especial atenção ao clima de hostilidade política que, à semelhança do que aconteceu no continente, caracterizou o Verão de 1975 nos Açores. As consequências do referido Verão na afirmação regional das diversas forças políticas merecerão destaque na nossa abordagem.

À semelhança do que aconteceu no capítulo anterior, centraremos a nossa análise sobretudo na ilha de S. Miguel. Apesar de vincarmos mais uma vez que a heterogeneidade do arquipélago limita a abordagem que adoptamos, temos consciência que, no período em questão, S. Miguel se revelou de facto a zona mais quente do arquipélago em termos de actividade política, tendo grande parte dos acontecimentos que ocorreram na ilha despoletado consequências nas restantes ilhas.

No fundo, o presente capítulo constitui-se como um dos mais importantes do presente trabalho. Nele se procurarão espelhar e analisar alguns dos factos mais relevantes que caracterizaram a transição para a democracia nos Açores. Mas o esforço de análise aqui dedicado justifica-se não só pela análise *per si* da transição para a democracia, mas por considerarmos que é sobretudo no período em questão que se definiram muitas das linhas mestras que caracterizarão, nos anos que se seguiram, o sistema político autonómico açoriano, nomeadamente o sistema de partidos.

### ***A Legitimidade Crítica das Instituições de Governo Provisório***

Tal como já foi abordado anteriormente no sub-capítulo referente aos Movimentos Democráticos que surgiram no contexto regional nos dias que se seguiram à revolução (ver pág. 72 e seguintes), a substituição dos membros dos órgãos de poder, o modo como se processou e as suas consequências, reveste-se de uma importância significativa para compreender todo o jogo político que se verificou aquando da transição para a democracia. No caso concreto dos Açores, a compreensão de tal fenómeno revela-se importante para conseguir descodificar muitos dos acontecimentos que vieram a ocorrer durante o ano de 1975.

Recordando o que já foi anteriormente descrito (ver pág. 54), aquando do 25 de Abril, os Açores e a Madeira eram regidos pelo Decreto-Lei n.º 31095, de 31 de Dezembro de 1940, posteriormente revisto pelo Decreto-Lei n.º 36453, de 4 de Agosto de 1947. A organização dos distritos consubstanciava-se na existência de Juntas Gerais cujas diversas competências eram exercidas através de uma Comissão Executiva. Em cada distrito, o Governo Central era representado por um Governador Civil, encarregue da gestão dos interesses políticos e administrativos do Estado.

Com o advento do 25 de Abril, a Junta de Salvação Nacional (JSN) adquiriu plenos poderes de substituição dos principais responsáveis dos órgãos distritais. No caso concreto dos Açores, o recém-nomeado Governador Militar dos Açores – Almirante Décio Braga da Silva – assume-se então como representante oficial do MFA na região, arrecadando diversos poderes civis.

Por decreto da JSN poucos dias depois da revolução, os secretários dos Governos Civis assumem as funções dos Governadores, até novas nomeações. No caso de Ponta Delgada, assume então a liderança Augusto Branco Camacho, personalidade já bastante reconhecida mas que não se livrará, mesmo assim, de algumas de acusações de ligação ao regime deposto. A nomeação para os cargos directivos provisórios far-se-á apenas em Agosto de 1974.

No entanto, um comunicado do Comando Militar dos Açores, suportado pela Lei n.º 203/74 de 15 de Maio relativa à Reorganização dos Corpos Administrativos, anuncia a substituição dos presidentes e vice-presidentes e vice-presidentes das câmaras municipais que não tenham sido confirmados nos seus cargos num prazo de 15 dias. Os recém-formados partidos e movimentos políticos na região lançam então propostas com vista à ocupação dos diversos cargos tornados disponíveis<sup>68</sup>.

Apenas em meados de Agosto de 1974 é então anunciada a esperada nomeação dos Novos Governadores Civis dos Distritos Açorianos:

- Distrito da Horta – Capitão-Tenente Rui Vasco de Vasconcelos e Sá Vaz
- Distrito de Angra do Heroísmo - Odemiro Cardoso Figueiredo
- Distrito de Ponta Delgada - António Borges Coutinho.

Particularizando o caso de Ponta Delgada, a nomeação de Borges Coutinho acabou por não ser muito consensual entre as elites do distrito. Conhecido pelo radicalismo de algumas das suas ideias, a sua governação acabará por ser muito pouco apreciada devido às “políticas progressistas” que procura implementar no distrito. Entretanto, com a implantação crescente

---

<sup>68</sup> Dada a sua importância no sentido de enunciar as elites políticas regionais então emergentes, destacamos algumas propostas de nomes divulgadas no *Açoriano Oriental* de 22 de Junho de 1974:

1. *Proposta de Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada – Proposta do PPDA*: João Carlos do Couto Macedo, funcionário público, Fajã de Baixo; Octaviano Geraldo Cabral Mota, técnico de contas, Pópulo; Valdemar de Lima Oliveira, regente agrícola, Pópulo; Carlos Manuel Cabral Teixeira, técnico administrativo, Ponta Delgada; Marieta Chichoro de Medeiros, Técnica de Vendas, Ponta Delgada; Raul Gomes dos Santos, Empresário Comercial, Ponta Delgada; Justino Madeira, professor ensino secundário, Ponta Delgada.
2. *Proposta de Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada – Proposta do MDP*: António Mendonça, funcionário da Direcção Geral de Portos; Carlos Pinto Guedes, Eng. Silvicultor; Francisco Amâncio Macedo, bancário; João Carlos Macedo, funcionário do Serviço Nacional de Emprego; José Jorge Couto, funcionário administrativo da E. P. Roberto Ivens; Manuel Baptista Ferreira Coelho, funcionário dos serviços de Radiodifusão da Emissora Nacional; Vicente Borges de Sousa, comerciante
3. *Proposta de Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada – Proposta MDP*: Eduarda Santos Cordeiro, enfermeira; Henrique Oliveira Rodrigues, médico; Manuel Noia, professor ensino básico; Maria Isabel Chichorro de Medeiros, assistente social; Roberto Rocha Amaral, economista; Tomás Borba Vieira, pintor: (Vários representantes dos sindicatos e Associações profissionais ainda não designados).

dos partidos políticos e com a absorção de muitos quadros por estas organizações, o papel do MDP e a representatividade do seu líder começam a ser postos em causa. A sua visível implantação nos órgãos de poder começa a ser considerada excessiva tendo em conta a sua real influência na região. A observação recente de Mota Amaral a este respeito revela-se paradigmática:

*“A velha frente da Oposição Democrática ao regime ditatorial, abrigada sob a sigla MDP/CDE, julgava-se – sem fundamento, como depois se viu, desde que começou a haver eleições livres – investida da missão histórica de conduzir os Açores na Transição para a Democracia”.* (Amaral, 1999).

Em entrevista publicada no *Açoriano Oriental* a 14 de Dezembro de 1974, o recém nomeado Governador do Distrito de Ponta Delgada, Borges Coutinho, faz referência ao processo de escolha das Comissões Administrativas para a Junta Geral e Câmaras Municipais. Após criticar o “caciquismo” verificado nas consultas aos partidos e à sociedade civil, o Governador sublinha que o modelo adoptado consistiu em devolver “sobre os partidos políticos a iniciativa de nomearem eles próprios, e na presença uns dos outros, as pessoas que desejavam ver escolhidas para as comissões administrativas”.

Na mesma edição do jornal é então anunciada a composição da Junta Geral e Comissões administrativas das câmaras municipais do distrito de Ponta Delgada<sup>69</sup>. O processo de nomeações, como seria de esperar, não é consensual, provocando resistências junto das elites regionais. O MDP, e outros antigos opositores à ditadura, acabam por assumir um protagonismo bastante discrepante com a sua real influência na região. As reacções a esta desproporção na representatividade política do MDP serão desencadeadas sobretudo pelas novas forças políticas que começam a implantar-se em todas as ilhas do arquipélago – os Partidos Políticos. Estes, da direita à esquerda, lutam com o MDP pela conquista de influência

---

<sup>69</sup> Composição da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada: Álvaro Soares de Melo (Presidente), Júlio Diogo Soromento Quintino, António Joaquim Carvalho de Coelho, Manuel Noia, Virgínio Humberto de Sousa, António Gentil Lagarto, Roberto de Sousa Roda Amaral.

Câmara Municipal de Ponta Delgada: Raúl Gomes dos Santos (Presidente), Carlos de Aguiar Rego Costa, Manuel João Baptista Ferreira Coelho, José Jorge da Costa Couto, Tibério Teixeira de Sousa, Vicente Borges de Sousa, Francisco Amâncio Oliveira Macedo.

Câmara Municipal da Ribeira Grande: Joaquim Forte de Sampaio Rodrigues (Presidente), José Luís Furtado Rocha Pontes, Viriato Herminio do Rego Costa Madeira, João José da Silva Oliveira, Heitor de Medeiros Vieira.

Câmara Municipal da Lagoa: Eduardo Martins Fragoso (Presidente), Eugénio Manuel Tavares Pacheco, José Eduardo de Arruda Oliveira.

Câmara Municipal de Nordeste: Padre Florêncio Lino da Silva (Presidente), José de Simas Moniz, Albano Salvador Almeida Sousa.

Câmara Municipal da Povoação: António Manuel de Medeiros Ferreira (Presidente), João Manuel Medeiros Pacheco, José Paiva Pimentel.

Câmara Municipal de Vila Franca do Campo: Raul Eduardo do Vale Raposo Borges, José Altino de Melo, José Maria Teixeira Dias,

Câmara Municipal de Vila do Porto: António Moura Chaves (Presidente), Liberal Farias Correia, Miguel Minhoto de Sousa Coutinho. (*Açoriano Oriental*, 14 de Setembro de 1974)

junto das populações e pelo exercício do poder político, como é aliás a sua mais genuína e característica missão.

*“O Sistema Provisório – o Governo Civil, as comissões administrativas de câmaras e de juntas de freguesia – era comandado sobretudo pelo MDP, com apoio de um sector mais à esquerda do MFA.” (Gama, 2005)*

Deparamo-nos, no entanto, com alguma dificuldade em verificar objectivamente o peso de cada uma das forças políticas representadas. Quando analisada a composição da Junta Geral de Ponta Delgada, denota-se uma posição próxima da paridade entre o MDP, o PPDA e o PS, com a “nuance” de que o primeiro possui a presidência do organismo. Tal ter-se-á justificado no período em questão pelo facto do MDP representar então uma frente única que agrupava muitos antigos militantes da luta anti-fascista e que, por essa via, obteve uma organização e legitimação substancialmente rápida. Com o passar dos meses após a revolução, e com a estruturação dos partidos, a sua representatividade começou rapidamente a decrescer, pondo em causa o seu excessivo peso nos órgãos de governo provisório.

Tal facto contribuirá, no ano de 1975, para a justificação de inúmeros comportamentos, acções e tomadas de posição partidárias verificadas, como teremos oportunidade de sublinhar mais à frente.

### ***Do Enquadramento dos Partidos às Eleições para a Assembleia Constituinte***

As eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas a 25 de Abril de 1975, constituíram o primeiro grande embate institucionalizado entre as forças políticas emergentes. Os partidos e movimentos políticos que então proliferavam encontraram neste primeiro acto eleitoral em liberdade uma “prova de fogo” no sentido da sua legitimação e institucionalização.

Se por um lado os resultados a obter significavam a possibilidade de interferir na feitura da Lei Fundamental do novo regime político, significavam igualmente um teste crucial à popularidade das forças políticas, seus programas e seus líderes. A obtenção de um bom resultado eleitoral neste primeiro acto eleitoral afigurava-se, deste modo, como objectivo decisivo e fulcral a atingir.

Como enquadramento do momento eleitoral, importa ter em conta a forma como a competição política se foi desenvolvendo até então. Por outras palavras, importa ter em conta a forma como o sistema político vigente no país foi absorvendo a realidade da competição partidária até à realização das Eleições para a Assembleia Constituinte.

Segundo Marcelo Rebelo de Sousa (1983: 236), podem destacar-se dois períodos distintos de formação do sistema partidário:

- a) O primeiro período, compreendido entre o 25 de Abril e Novembro de 1974, caracteriza-se pela ausência de regulamentação legal que enquadre a actividade partidária;
- b) O segundo período, que se enquadra entre Novembro de 1975, mês da entrada em vigor do diploma que regulamenta a actividade dos partidos políticos, até Abril de 1975, com a realização das eleições para a Assembleia Constituinte.

Segundo o autor, o primeiro período de formação do sistema partidário caracteriza-se sobretudo pela falta de capacidade do sistema em regular a actividade partidária, com todas as consequências inerentes a este facto. Assiste-se à multiplicação do número de partidos políticos, a fortes traços de debilidade estrutural de muitas estruturas partidárias (e.g. poucos militantes, fracos recursos financeiros, organização pouco estruturada, fraca implantação regional), e à importância crescente atribuída à capacidade de aceder ao exercício do poder nas instituições provisórias enquanto forma de legitimação. A este respeito, não é igualmente de menosprezar a possibilidade que o acesso ao poder acarretava no sentido de distribuição de recursos públicos (e.g. empregos) com fins captação de quadros e aumento da influência política.

Importa realçar que, nesta primeira fase, a ausência de regulamentação legal sobre os partidos políticos os tornava organizações bastante à mercê dos órgãos do Poder Provisório (Sousa, 1983: 237), assim se explicando, por exemplo, a extinção de alguns deles no referido período.

O segundo período de formação do sistema partidário inicia-se com a aprovação do diploma que regulamenta a actividade dos partidos políticos: Decreto-Lei n.º 595/74 de 7 de Novembro. O referido decreto, acompanhado posteriormente pela Lei Eleitoral para a Assembleia da República<sup>70</sup>, impôs uma diminuição do número de partidos políticos fruto dos requisitos que estabeleceu para o adquirir do referido estatuto. Destacamos, neste contexto, que a obtenção de capacidade jurídica de uma organização enquanto partido político requeria a inscrição no Supremo Tribunal de Justiça por um mínimo de 5000 cidadãos. Neste contexto, torna-se elucidativa a comparação entre o número de partidos auto proclamados entre 1974 e 1975 – cerca de cinco dezenas (ver Anexo I) – e o número de organizações que efectivamente se legalizaram segundo a regulamentação em vigor – 16 em Janeiro de 1975 (Ferreira, 1994: 206).

O Decreto-Lei de Novembro de 1974 propiciou, deste modo, uma maior organização no panorama partidário emergente, dotando a competição política de uma nova dinâmica.

---

<sup>70</sup> A Lei Eleitoral para a Assembleia Constituinte foi constituída por três diplomas de 15 de Novembro de 1974: Decreto-Lei n.º 621-A/74 (Lei Eleitoral relativa ao Recenseamento Eleitoral), Decreto-Lei n.º 621-B/74 (Retira capacidade eleitoral a indivíduos que exerceram determinadas funções no antigo regime) e; Decreto-Lei n.º 621-C (Lei Eleitoral 2ª Parte).

## **Do 11 de Março ao Pacto MFA–Partidos**

O período anterior às eleições ficou já marcado por alguma turbulência política. A polémica em torno da data e moldes em que se realizaria o acto eleitoral é a este respeito paradigmática da importância de que se revestiu este primeiro acto eleitoral. Por um lado, podemos destacar o desejo das facções “*spinolistas*” do MFA de que as eleições presidenciais antecedessem as eleições para a Constituinte, dotando o Presidente da República de uma legitimidade acrescida junto do órgão constituinte. Por outro lado, algumas alas mais radicais do MFA chegaram a defender o retardamento das eleições para a Constituinte, apoiando-se no argumento da “falta de preparação popular” para um acto com tamanha envergadura.

Quando se começaram a manifestar as primeiras grandes divergências programáticas entre as principais forças políticas, começou-se a antever o choque entre dois tipos de legitimidade: a revolucionária e a eleitoral. A primeira era sobretudo defendida pelas forças mais à esquerda do panorama político, incluindo partidos políticos e algumas alas do MFA. A base argumentativa destas forças assentava na necessidade de não abrandar as “conquistas da revolução”, mesmo que estas fossem levadas a efeito por organizações ou movimentos espontâneos, carentes de uma legitimidade formal. O processo revolucionário e a toda a sua dinâmica evolutiva eram defendidos dado o seu carácter progressista. Assente num apoio “popular de rua”, a revolução devia seguir o seu caminho, ultrapassando barreiras e obstáculos que, pelos meios formais, dificilmente seriam transpostos.

A esta lógica opunham-se os defensores da legitimidade eleitoral, constituídos sobretudo pelas alas mais moderadas do MFA, pelo PS, PPD e CDS. Defendendo a absoluta urgência de uma consulta popular institucional, consubstanciada nas eleições para a Assembleia Constituinte, os mais emblemáticos defensores da legitimidade eleitoral argumentavam a necessidade da acção política ser levada a cabo sobretudo por órgãos políticos eleitos. Só assim se poderia garantir, por um lado, a real vontade da população e, por outro lado, acautelar os inevitáveis excessos que se poderiam cometer ao abrigo da lógica revolucionária.

José Medeiros Ferreira (1994: 206) sintetiza do seguinte modo as grandes temáticas que opuseram os dois campos:

*“Estas duas posições revestiram várias formas durante o ano de 1975, desde a dicotomia entre a via eleitoral e a via revolucionária, entre o MFA-árbitro ou motor da revolução, entre a unicidade e a liberdade sindical, entre a defesa da democracia parlamentar e a oposição a essa forma de democracia.”*

Após a tentativa de golpe no 11 de Março de 1975, o papel do MFA, enquanto “guardião” das conquistas da revolução, intensificou-se. A sua procura de legitimidade e de espaço político durante o sistema provisório, visando sobretudo a manutenção do seu papel preponderante no quadro do novo regime político, foi um dos factos marcantes do período que antecedeu as eleições. Como é natural, a pressão exercida pelo MFA recaiu sobre todas as instituições

políticas, destacando-se os partidos políticos enquanto representantes da vontade popular na Assembleia Constituinte.

Foram, deste modo, adoptadas medidas de base jurídica que restringiam o campo de actuação dos partidos. A Lei Constitucional n.º 5/75, de 3 de Março, reforçada depois pelo Decreto-Lei n.º 184-A/75, de 3 de Abril, previa a concentração em órgãos estritamente militares algumas competências antes dispersas por órgãos com participação civil como o Conselho de Estado, subalternizando deste modo o papel do Governo Provisório. Por outro lado, foi alargada a competência do Conselho da Revolução, de modo a abranger a possibilidade de exercício de poder constituinte até à entrada em vigor da Constituição<sup>71</sup>. Ficou delineado inclusive que competiria ao Conselho da Revolução aprovar as medidas da reforma estrutural da economia portuguesa, sem necessidade de prévia deliberação do Governo Provisório (Sousa, 1983: 260).

No seguimento do acima exposto, realizaram-se negociações entre o MFA e os partidos que terminaram com a celebração da Plataforma de Acordo Constitucional (mais conhecida como *Pacto MFA-Partidos*), em 11 de Abril de 1975. Apesar de não ter prevalecido a ideia da participação do MFA na composição da própria Assembleia Constituinte, a última palavra sobre o texto constitucional pertencer-lhe-ia. Quanto ao conteúdo da Constituição, os projectos dos partidos subscritores da plataforma com o MFA conteriam necessariamente disposições consagrando as “conquistas sócio-económicas da Revolução”, visando a construção do socialismo. Previa-se ainda a eleição indirecta do Presidente da República, sendo simultaneamente designado pela futura assembleia representativa e pela assembleia do MFA. Estabeleceu-se com o *Pacto MFA-Partidos* um sistema pluripartidário condicionado, em que o papel dos partidos políticos era visivelmente subalternizado por um órgão com composição militar – Conselho da Revolução.

O Pacto MFA-Partidos marcou, deste modo, profundamente a dinâmica de competição e luta política que antecedeu as eleições para a Constituinte. O carácter programático assumido pelo acordo acabou por limitar a liberdade das principais forças políticas na Assembleia Constituinte. A sua celebração apresenta-se, sobretudo, como fruto da radicalização do processo revolucionário após o 11 de Março, assumindo o MFA um papel condicionador da acção e posições das forças políticas emergentes (Sousa, 1983: 262-265).

## **Eleições para a Assembleia Constituinte**

A campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte decorreu num clima de elevadíssimo activismo partidário, com as diferentes forças políticas a procurarem expandir a sua influência junto da população. O confronto de diferentes propostas programáticas, associado ao já referido crescimento da radicalização política do Governo Provisório, levou a que diversos

---

<sup>71</sup> Revogava-se assim o exposto no art. 13º, nº 1-1º da Lei Constitucional nº 3/74 de 14 de Maio, segundo o qual, após a eleição da Assembleia Constituinte, não coexistiria com ela nenhum outro órgão de soberania dotado de poder constituinte.

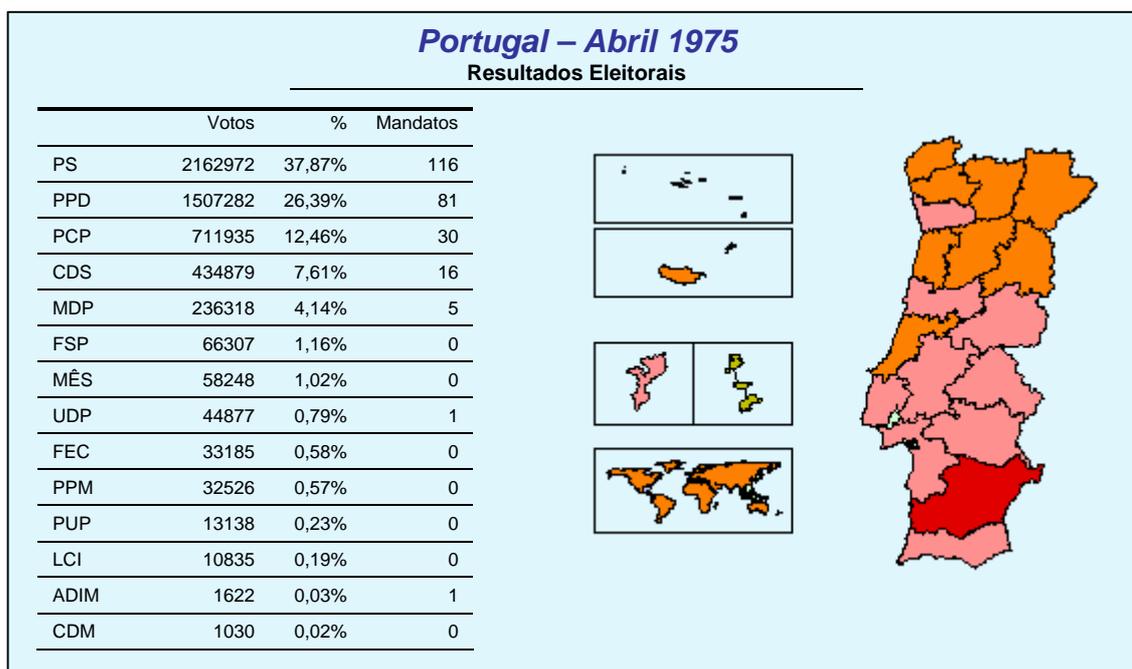
incidentes entre forças políticas tenham ocorrido. O clima de tensão começava-se então a intensificar.

Tendo presente a radicalização política do Governo Provisório, podemos afirmar que um dos principais embates que as eleições poderiam influenciar fortemente era aquele que oponha os defensores de políticas mais moderadas e os apologistas de um processo revolucionário mais arrojado, que não se prendesse a opções que implicassem cedências quanto às conquistas já alcançadas ou a alcançar. O primeiro grupo era constituído sobretudo pelas forças políticas de direita, centro e esquerda moderada do espectro partidário, nomeadamente PS, PPD, CDS, PPM, entres outros. O segundo grupo reunia sobretudo as forças políticas mais à esquerda, designadamente o PCP, o MDP, a UDP, o MES, entre outras.

No fundo, e parafraseando José Medeiros Ferreira (1994: 206), sobressaiu então a divisão entre os que pretendiam institucionalizar rapidamente um regime político de democracia pluralista de tipo ocidental e os que, dando prioridade à execução de reformas económicas e sociais, subordinavam o modelo de regime político a essa questão.

Os resultados eleitorais verificados a nível nacional constituíram então um marco importante de clarificação institucional do sistema provisório.

Quadro 18 – Portugal: Resultados Eleições para a Assembleia Constituinte (Abril 1975)



Fonte: Comissão Nacional de Eleições, <http://eleicoes.cne.pt>

A vitória clara alcançada pelo PS, o resultado algo inesperado do PPD, o facto do CDS ter conseguido impor-se como quarta força política e a relativamente baixa percentagem de votos alcançada pelo PCP, apresentam-se como as principais conclusões a retirar dos resultados eleitorais.

Apesar de poder ser argumentado que os resultados representaram uma vitória das forças que se posicionavam à esquerda do espectro partidário, consideramos que os resultados demonstraram sobretudo uma vitória das forças políticas mais moderadas (PS e PPD) que se começavam então a afastar claramente das políticas levadas a cabo pelos Governos Provisórios de Vasco Gonçalves. Ou seja, estavam então lançados os dados para o intensificar das tensões entre os moderados defensores da legitimidade eleitoral e as forças mais radicais apologistas da dinâmica revolucionária. As referidas tensões far-se-ão sentir, em termos institucionais, entre a Assembleia Constituinte (constituída por uma larga maioria reformista) e o Governo Provisório. Por outro lado, e como não podia deixar de ser, a oposição programática transferir-se-á inclusive para as acções dos partidos políticos no terreno, ficando o presente período de Maio a Novembro de 1975 marcado por acções e confrontos violentos por todo o país.

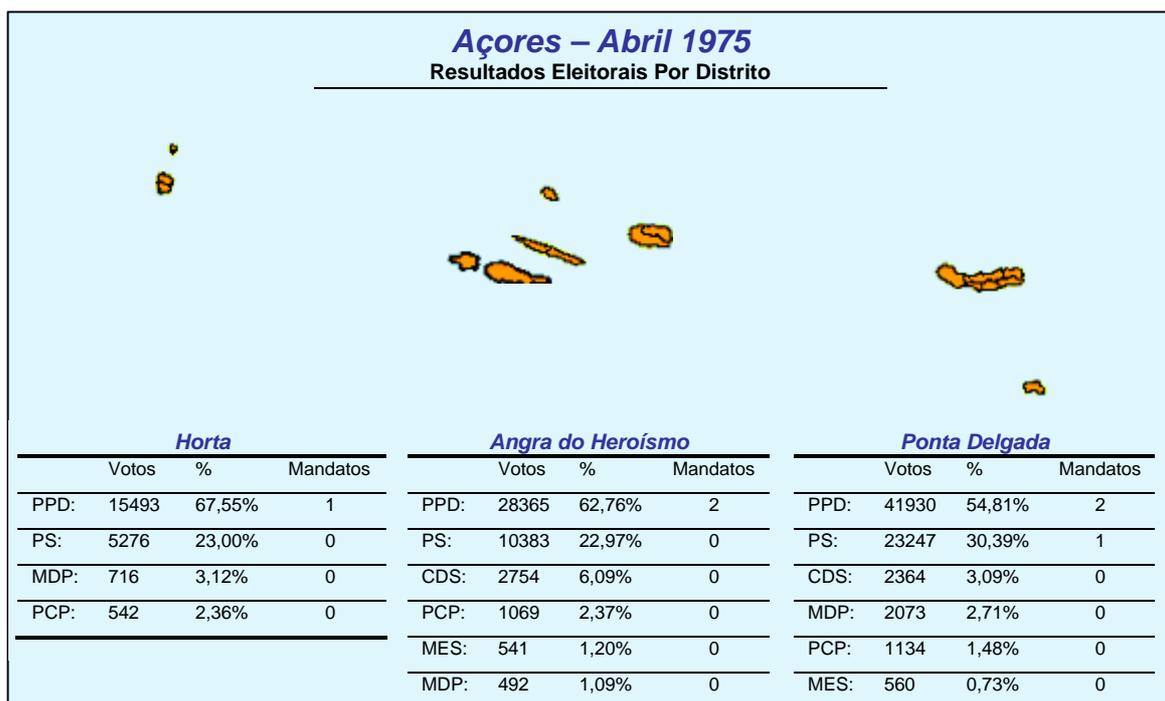
Os resultados eleitorais proporcionaram igualmente um reposicionamento de forças entre os partidos políticos. Se antes de 25 de Abril de 1975, o PCP e o MDP se afirmavam como hegemónicos, com todas as consequências no jogo político verificado até então, após as eleições outras forças viram a sua força legitimada. O PS obteve uma maioria confortável e o PPD conseguiu, apesar de tudo, hegemonizar grande parte do eleitorado menos eufórico com o rumo socialista da revolução. Se até então o PS adoptara uma postura por vezes desconfortável no espectro partidário, encurralada entre o reformismo do PPD e o radicalismo do PCP, os resultados das eleições para a constituinte permitiram que o PS se afirmasse como principal partido no contexto político de então. Baseando a sua legitimidade nos resultados eleitorais obtidos, o PS encostar-se-á naturalmente às restantes forças políticas moderadas e reformistas, em oposição aos defensores da legitimidade revolucionária.

Nos Açores, contrariamente ao que se passou no continente, os resultados eleitorais nos três distritos saldaram-se numa estrondosa vitória do PPD (ver Quadro 19, pág. 119).

Nos três distritos do arquipélago, o PPD obteve grandes maiorias absolutas, conseguindo eleger 5 deputados constituintes. O PS, apesar de se afirmar indiscutivelmente como segunda força política, obteve um resultado muito aquém da média nacional. Por seu turno, as restantes forças políticas obtiveram resultados bastante insignificantes, ditando o bipolarismo das preferências partidárias dos eleitores açorianos.

A região elegeu, deste modo, seis representantes para a Assembleia Constituinte. No distrito de Ponta Delgada, foram eleitos pelo PPD João Bosco Mota Amaral e Américo Natalino Viveiros, e pelo PS Jaime Gama. O PPD elegeu ainda pelo círculo de Angra do Heroísmo Ruben Raposo e José Manuel Bettencourt, elegendo pela Horta Germano da Silva Domingos.

Quadro 19 – Açores: Resultados Eleições para a Assembleia Constituinte (Abril 1975)



Fonte: Comissão Nacional de Eleições, <http://eleicoes.cne.pt>

Se no Continente os resultados eleitorais vincaram a preferência das populações por opções políticas mais moderadas, nos Açores, à semelhança do que aconteceu em outras regiões do país, as referidas preferências foram mais que evidentes, tendo as forças mais apologistas do processo revolucionário uma imensa dificuldade em alcançar em conjunto o patamar dos 5 %.

Neste contexto denotou-se, por um lado, um crescendo da oposição institucional e de rua relativamente aos apologistas da dinâmica revolucionária. Tanto o MDP como o PCP eram cada vez mais encarados como forças com uma fraquíssima legitimidade popular, considerando-se a sua presença nos órgãos de governo provisório distritais e locais como largamente desproporcional à sua real influência. À semelhança do que aconteceu no Continente, as instâncias de governo provisório começaram a ser seriamente postas em causa pelas forças políticas legitimadas pelos resultados eleitorais.

Por outro lado, a afirmação do PPD como partido hegemónico levou a um insistente empurrar do PS a nível regional para fora do campo político moderado, procurando-se frequentemente associá-lo ao PCP e ao MDP. Ou seja, contrariamente ao que aconteceu a nível nacional, sobretudo no sul e no litoral do país, nos Açores o PPD afirmou-se, em prejuízo do PS, como principal força política representante do reformismo e moderação face aos excessos revolucionários.

Como não podia deixar de ser, também nos Açores os resultados eleitorais tiveram consequências em termos institucionais, mas igualmente na competição/luta no terreno entre as diversas forças políticas. Esta tensão fez-se notar sobretudo durante o Verão de 1975, como teremos oportunidade de abordar nos sub-capítulos seguintes.

## ***Regionalismo e Independentismo***

A dinâmica do processo revolucionário no Continente, com o Governo Provisório fortemente empenhado na construção de uma via para o socialismo em Portugal, não deixou de provocar visíveis reacções no meio açoriano. Tal como exposto anteriormente, o isolamento, a religiosidade, a ruralidade, ou a fraca dinâmica de associativismo político e profissional, levou a que a turbulência política que, sobretudo após o 11 de Março, se manifestou no Continente, fosse olhada com alguma apreensão pela população açoriana em geral, e pelas suas elites políticas e económicas em particular.

Seguindo quase uma tradição secular, a turbulência política com origem em Portugal continental originou um despoletar dos sentimentos regionalistas e independentistas, como forma de desvinculação de acções e valores considerados estranhos à realidade regional. A tradição regionalista começou então a ser reavivada entre alguns círculos sociais, resultando no aparecimento de movimentos políticos fortemente regionalistas e mesmo independentistas durante o período de transição para a democracia.

## **Os Movimentos Independentistas: Surgimento e Afirmação**

Logo após o 25 de Abril de 1974, alguns círculos começaram quase de imediato a defender a necessidade de uma autonomia aprofundada dos Açores relativamente ao todo nacional. Baseando-se mais em grupos de notáveis do que em qualquer outro tipo de estruturas organizadas, algumas personalidades açorianas começaram a difundir a necessidade do arquipélago se autonomizar política e administrativamente, aproveitando deste modo a então tão falada temática da descolonização.

Em Junho de 1974, encontram-se já referências ao Movimento pela Autodeterminação do Povo Açoriano (MAPA) (*Açoriano Oriental*, 22 de Junho de 1974). Formado em S. Miguel, encabeçado por Francisco José Costa Matos, o MAPA assentava o seu discurso sobretudo na defesa da autonomia do arquipélago. Em comunicado publicado no *Açoriano Oriental* de 3 de Agosto de 1974, para além de defender um modelo de “autonomia administrativa descentralizada”, o movimento proclama a necessidade de um “plena autonomia administrativa que vá até ao direito de veto e do referendo das leis nacionais que possam afectar gravemente o viver açoriano”

A linha ideológica do movimento afirma-se bastante nítida desde a sua fundação. No referido comunicado, a comissão organizadora do MAPA fala já na agitação social que ocorre no Continente, sublinhando a necessidade de “ordem” nos Açores e afirmando inclusive que o “trabalho e convivência pacífica e democrática não se discute, acata-se!”. O comunicado sublinha ainda que o MAPA é um movimento democrático, e não um partido político.

Um passo importante para a institucionalização do MAPA deu-se em Dezembro de 1974 com a redacção dos estatutos do movimento por um grupo de três juristas locais. O movimento começa então a adquirir uma dinâmica bastante mais relevante, afirmando-se no seu seio diferentes sensibilidades. Por um lado, uma sensibilidade mais moderada, com vertentes inclusivamente românticas, encabeçada por Francisco Costa Matos. Apesar da sua profunda convicção da necessidade maior autonomia do arquipélago face ao todo nacional, a facção moderada caracterizava-se sobretudo por um forte regionalismo.

No entanto, e por outro lado, foi crescendo no seio do movimento uma ala mais radical. Liderada inicialmente pelo grupo de juristas que redigiu os estatutos do movimento, a ala radical era sobretudo constituída por grupos mais jovens que não encaravam a autonomia como solução final. A independência deveria ser o caminho a ser seguido. Deste grupo destacam-se, entre outros, José da Silva Pereira, Carlos Melo Bento<sup>72</sup> e José de Almeida<sup>73</sup>. A progressiva divergência de posições dentro do MAPA levou a que ala mais radical se agrupasse em torno de uma nova sigla: a Frente Revolucionária para a Independência dos Açores (FRIA), esta sim uma organização totalmente clandestina (Almeida, 2004).

A influência do MAPA surgiu sobretudo em S. Miguel, meio onde se encontravam os seus principais impulsionadores. No entanto, não era estranha alguma actividade do movimento nas restantes ilhas. Não havia uma organização estruturada. A actuação do movimento fazia-se sobretudo em torno do seu núcleo dirigente e dinamizador, envolvendo algumas personalidades já com algum destaque na sociedade micalense. As acções de rua, de campanha e propaganda eram feitas de forma mais ou menos espontânea, determinadas sobretudo pela vontade de um ou outro grupo de simpatizantes. (Bento, 2004; Almeida, 2005).

O MAPA auto-intitulava-se como movimento político. Tal facto possibilitou que muitos dos seus simpatizantes desempenhassem actividades políticas nos partidos. A referida situação verificou-se sobretudo com os partidos mais à direita, nomeadamente o PPD. No entanto, dado o teor do movimento e suas causas, a referida participação dificilmente era assumida publicamente. A ligação do movimento aos partidos existia de facto, no entanto o discurso

---

<sup>72</sup> Antes do 25 de Abril, Carlos Melo Bento desempenhava já um papel de algum destaque no meio de Ponta Delgada. Advogado de profissão, foi aluno de Marcelo Caetano, tendo já nessa altura defendido as ideias autonomistas. Em Dezembro de 1973 toma posse como Vice-Presidente da Concelhia de Ponta Delgada da Acção Nacional Popular, tendo assumido igualmente a Vereação da Câmara Municipal de Ponta Delgada. Dada a sua ligação aos “círculos autonomistas” micalenses, tornou-se membro do MAPA após o 25 de Abril, tendo colaborado na redacção dos estatutos do movimento apresentados em Dezembro de 1974. (Bento, 2004)

<sup>73</sup> Natural das Capelas, S. Miguel, José de Almeida rumou ao Continente com apenas 14 anos. Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, tendo sido funcionário no Ministério da Defesa Nacional na área de informações geoestratégicas. Após terminar o curso é colocado em Viana do Castelo, tendo assumido mais tarde a presidência de uma escola local. Em 1973 é eleito para a Assembleia Nacional nas listas da Acção Nacional Popular. Em Outubro de 1974 regressa a S. Miguel. Após um período que denomina de isolamento político, foi sendo abordado por conhecidos e familiares (Carlos Melo Bento e Francisco Costa Matos) para intervir politicamente na causa independentista. Segundo o próprio, resistiu inicialmente. No entanto, terá sido sobretudo o ataque à sede do MAPA em princípios de 1975, com todo o simbolismo que assumiu, que o fez decidir aderir ao movimento, integrando a ala mais radical que depois se autonomizará sob a sigla FRIA. (Almeida, 2004)

oficial dissimulava a mesma, levando a que tal facto esteja ainda hoje envolto em algum secretismo<sup>74</sup>.

As reacções às movimentações em prol do independentismo fizeram-se sentir desde o seu surgimento, vindas sobretudo de partidos e movimentos da esquerda política. Se por um lado, estas reacções rejeitavam singularmente a questão da autodeterminação, a principal acusação que era dirigida aos movimentos autonomistas/independentistas era sobre o seu teor conservador, avesso às conquistas de Abril, e a ligação dos seus principais elementos ao regime deposto. De facto, algumas figuras de vulto, como por exemplo José de Almeida ou Carlos Melo Bento, haviam exercido cargos políticos nos tempos do *marcelismo* (ver notas de rodapé 72 e 73, pág. 121). Se compararmos o teor da sua ligação com a de Mota Amaral, este último sempre possuiu o “álibi” de ter pertencido à Ala Liberal e de ter manifestado publicamente sérias oposições ao rumo dos acontecimentos no tempo de Marcelo Caetano. Pelo contrário, no que aos protagonistas do MAPA que destacamos diz respeito, não lhes é reconhecida qualquer actividade ou iniciativa relevante de oposição efectiva à ditadura. Tal facto, como é natural, terá sido aproveitado pelos seus opositores no pós-25 de Abril, pondo em causa as suas convicções relativamente ao sistema democrático que então estava a ser implantado.

A forte oposição que vinha sendo desenvolvida por algumas forças políticas relativamente ao MAPA culmina com um assalto, acompanhado de actos de vandalismo, à sede do movimento em Ponta Delgada nos finais de Janeiro de 1975. Como é natural, o acto não foi reclamado por nenhuma das forças políticas que se opunham ao movimento, embora haja fortes suspeitas que tenha sido desencadeada por activistas de extrema-esquerda que não estavam associados nem ao PS nem ao PCP (Mota, 2004). O referido acontecimento ficou então marcado como um dos primeiros actos de forte violência política na região, com um elevado teor simbólico.

Segundo Carlos Melo Bento e José de Almeida (2004), o assalto à sede do MAPA representou um ponto de viragem na actividade do movimento em particular, e dos independentistas em geral. O assalto legitimou a assunção de uma postura política mais ofensiva por parte dos independentistas, procurando atingir sobretudo as forças políticas de esquerda quase como um todo, aproveitando deste modo a ausência de reclamação de responsabilidades pelo acto.

*“O assalto foi realizado por organizações que se sentiam ameaçadas pelo MAPA. É minha convicção total. Todos os partidos à esquerda estavam envolvidos.”* (Bento, 2004)

---

<sup>74</sup> No âmbito da presente investigação, revela-se complicado comprovar categoricamente a participação de membros dos partidos políticos nas actividades do MAPA. Por um lado, a pesquisa que fizemos em periódicos da altura não é esclarecedora a este respeito. Por outro lado, quando questionados os protagonistas do movimento, as respostas dadas são sempre algo dúbias. No entanto, na maioria das entrevistas aos restantes protagonistas, a ligação entre o MAPA, e os movimentos regionalistas e independentistas em geral, e partidos como o PPD e CDS é afirmada categoricamente. Os próprio rumo que os acontecimentos tomarão, como teremos oportunidade de analisar, leva a que tal hipótese seja dada como correcta.

A partir de então, a violência política passou a ser encarada, se não como uma forma legítima de acção, pelo menos como um acto que podia ser aproveitado em termos políticos, como uma manifestação de actividade e força por parte de quem a pratica.

Apesar do MAPA aglutinar a maioria dos independentistas, outras organizações de âmbito semelhante actuavam no contexto do arquipélago, nomeadamente em S. Miguel. A já citada FRIA é um dos exemplos. Por outro lado, existiam ainda alguns simpatizantes em torno do Movimento Independentista Açoriano (MIA), organização com origem nos açorianos que estudavam no Continente, caracterizada pelo seu “romantismo”, mas que não vingou muito, tendo tido alguma actividade apenas entre algumas elites locais (Almeida, 2004).

A procura da internacionalização da causa independentista foi um dos caminhos seguidos para apoiar e legitimar as suas acções. José de Almeida é escolhido pelos três grupos (MAPA, FRIA e MIA) para internacionalizar a questão. Em Março de 1975, rumo aos Estados Unidos em busca de apoios oficiais, aproveitando igualmente para conquistar simpatizantes na extensa comunidade de emigrantes açorianos naquele país. Segundo o próprio, as visitas ao State Department eram frequentes. Depois dos Estados Unidos, José de Almeida prosseguiu procurando apoios em diversos países, desde a Espanha, Alemanha, Inglaterra, países da América Central e Africanos. O circuito internacional deste durará até ao Verão de 1976.

Entretanto, a 8 de Abril de 1975, realiza-se uma reunião em Londres com todos os líderes dos movimentos independentistas dos Açores, sediados quer na região, quer no continente, ou mesmo no estrangeiro: cerca de 23 ou 24 pessoas. Nesta cimeira é fundada uma frente que procura uma representatividade acima de todas as organizações até então existentes. Surge então a Frente de Libertação dos Açores (FLA). Neste contexto, é formado um governo provisório e clandestino dos Açores, sendo José de Almeida escolhido como presidente desse governo. Passam-se credenciais e são assumidas responsabilidades. Os pilares de legitimidade do referido Governo eram, segundo José de Almeida (2004), os reconhecidos pela Organização dos Estados Americanos: o apoio popular e a afirmação revolucionária.

Na expressão de José de Almeida “a FLA passa a ser a mãe do movimento independentista”. A formação da Frente possibilitou uma acção mais organizada e uma visibilidade maior do movimento. As lideranças consolidaram-se, apesar do tipo de organização do movimento permanecer ainda hoje bastante desconhecido.<sup>75</sup> Carlos Melo Bento (2004) sublinha que as reuniões eram feitas em casas particulares, não sendo a organização muito estruturada, antes pelo contrário. Á semelhança do que sucedeu no MAPA, existiam várias lideranças tornadas

---

<sup>75</sup> A obtenção de informações concretas quanto à estrutura e organização da FLA revela-se complicada por uma série de razões que vão desde o carácter clandestino da organização no período em questão, até ao facto de alguns dos seus simpatizantes de então não quererem ser hoje identificados como tal. Por outro lado, pesa o facto do líder da organização, José de Almeida, ter sido julgado por crimes de traição à pátria já na década de 1990. O discurso encobridor sobre o que de facto acontecia no seio da FLA é portanto naturalmente recheado de reticências. Neste sentido, torna-se curioso referir que, quando questionados sobre a organização da FLA, tanto Carlos Melo Bento como José de Almeida tenham proferido imediatamente a seguinte frase: “A FLA era um estado de espírito.” (Bento, 2004; Almeida, 2004)

possíveis também pela ausência do líder. Grande parte das ações políticas do movimento era feita de forma espontânea, pela iniciativa de grupos de membros e simpatizantes.

Em termos de discurso político utilizado, a questão da independência justificava-se também pela “deriva vermelha” que então “assolava” o Continente. Num meio que se vinha mostrando conservador quanto ao rumo dos acontecimentos políticos no continente, onde a Igreja detinha um peso social muito significativo, o discurso anti-comunista era então fortemente utilizado pelos independentistas como uma das formas de legitimação da causa. A este respeito, José de Almeida é paradigmático:

*“Nós aproveitamos sim o anti-comunismo açoriano para ganhar influência. Aproveitamo-lo conscientemente, tirando todos os proveitos políticos. Foi aproveitado à exaustão como veículo para chegar às pessoas. Mas nunca fomos anti-comunistas primários nem nunca fomos insensíveis à verdade do comunismo na história contemporânea.” (Almeida, 2004)*

## **O 6 de Junho**

A radicalização política que se verificou no continente após o 11 de Março de 1975 e a crise económica que começava já a assolar de forma visível o país, não deixaram de gerar consequências no meio açoriano. Se por um lado assistiu-se a um crescendo de tensão ideológica e programática entre os diversos partidos políticos então presentes no arquipélago, por outro lado a contestação às estruturas de governo provisório de base distrital e local intensificou-se significativamente.

Neste sentido, podemos inclusive afirmar que, se no Continente grande parte da contestação recaiu sobre a figura do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, em S. Miguel a actuação do Governador do Distrito, António Borges Coutinho, começa a ser profundamente colocada em causa. A fraca popularidade e consequente legitimidade do MDP demonstrada nos resultados das eleições para a Assembleia Constituinte, acrescida da impopularidade de algumas das reformas económicas que propunha para o distrito, levaram a que a sua posição fosse cada vez mais criticada pelas forças políticas colocadas mais à direita do sistema partidário, inclusive os movimentos independentistas.

Uma das políticas defendidas pelo governador que, paradoxalmente, gerou maior oposição foi a denominada “questão das rendas”. Contrariamente às restantes ilhas do arquipélago, em S. Miguel predominavam alguns latifúndios na posse de um reduzido número de grandes proprietários. (Coutinho, 2004; Couto, 2005) O arrendamento das terras era, deste modo, feito a preços elevadíssimos, colocando em sérias dificuldades uma larga franja da população que vivia da agricultura. A vontade expressa por Borges Coutinho para regular a referida situação valeu-lhe uma forte oposição de alguns dos grandes proprietários da ilha. O receio da reforma agrária que era então proclamada no continente assim o justificava. A tensão entre o Governador e os grandes proprietários tornou-se então evidente.

Em Maio de 1975, a crise económica começou a atingir fortemente o sector da lavoura em S. Miguel, confrontado com dificuldades em escoar os seus produtos e em obter produtos do continente essenciais à manutenção da sua actividade. Exigia-se a intervenção do Governador para a satisfação de um leque de reivindicações. A ameaça de realização de uma grande manifestação já corria então em determinados meios. Segundo Borges Coutinho (2004):

*“Durante semanas já se ameaçava com a referida manifestação. A mobilização foi feita pela lavoura, que dizia ter uma série de reivindicações que queria que o Governador Civil fizesse em Lisboa. Eu disse que as faria. Mais tarde recebi um telefonema que julgo ter sido do José Franco a dizer que não era preciso, que era minha obrigação tratar disso. Por isso, iam fazer a manifestação na mesma.”<sup>76</sup>”*

José Medeiros ferreira (1994: 182) expressa do seguinte modo a forma como se constituiu a movimentação do 6 de Junho:

*“Aproveitando o descontentamento crescente da lavoura micalense, quer quanto ao preço do leite fornecido às indústrias de lacticínios, quer quanto ao preço das rações para o gado, onerado com o custo dos fretes de transporte marítimo para algumas das suas componentes, movimentam-se grandes proprietários e rendeiros, a quem se juntam agentes da construção civil e, sobretudo, quadros urbanos favoráveis à independência dos Açores ou defensores de uma ampla autonomia que colocasse o território fora do âmbito de aplicação das leis elaboradas em Lisboa, no sentido de convocar uma manifestação para o dia 6 de Junho de 1975, em Ponta Delgada.”*

A manifestação realizou-se então no dia 6 de Junho, percorrendo as principais artérias de Ponta Delgada e reunindo-se no fim no largo em frente ao Palácio do Governador. A dinâmica dos acontecimentos, ajudada pelo mal-estar económico generalizado que então se começava a fazer sentir no arquipélago, levou a que o cortejo agrupasse milhares de pessoas, desde lavradores à pequena burguesia urbana. Rapidamente a manifestação deixou de ser um momento reivindicativo da lavoura para se transformar numa demonstração contra as políticas gonçalvistas e o “perigo vermelho” que então ensombrava o Continente, representado no distrito sobretudo pela figura do Governador do Distrito Borges Coutinho. De uma forma mais ou menos espontânea, os gritos pró-independência tomaram conta do grosso da manifestação. Como afirma José Estrela Rego, na altura ligado ao movimento independentista: “A primeira manifestação contra o comunismo não foi a da Fonte Luminosa – foi o 6 de Junho. A queda do Gonçalvismo começou nos Açores.” (citado por Santos, 2002: 82)

Após a chegada ao largo em frente ao palácio do Governador, uma comitiva de doze pessoas foi recebida por este, tendo apresentado o seu leque de reivindicações para o sector da lavoura. Perante todo o cenário que então se perfilou, ainda hoje envolto em diversas

---

<sup>76</sup> Importa referir que Borges Coutinho não autorizara a realização da manifestação por, segundo consta, estar então estacionada nos mares do arquipélago uma frota da NATO. (Santos, 2002: 81)

versões<sup>77</sup>, o Governador apresentou a sua demissão à multidão. As suas competências foram então assumidas pelo General Altino de Magalhães, então Comandante Militar dos Açores Caía assim uma das figuras mais marcantes do processo de transição para a democracia nos Açores.

A dinâmica dos acontecimentos levou a que, no próprio dia 6 de Junho, um grupo de manifestantes ligados à causa independentista invadissem o aeroporto de Ponta Delgada e a sede da Emissora Regional da Radiodifusão Portuguesa, mudando a programação para música açoriana. Procurava-se, deste modo, aproveitar o rumo dos acontecimentos para proclamar a independência açoriana. No entanto, e sob ordens do General Altino de Magalhães, a normalidade foi resposta ainda nesse dia.

O 6 de Junho representou, desde modo, o ponto mais alto da acção política independentista, sendo ainda hoje fortemente recordado pelo simbolismo que assumiu. José de Almeida que, tal como referido, na altura se encontrava em digressão internacional para recolher apoios para a causa independentista, interpreta da seguinte forma os acontecimentos:

*“Quem faz o 6 de Junho são os independentistas, servindo-se dos pretextos formais que na altura possibilitavam uma vinda para a rua. Foi isto que foi feito no terreno. Simplesmente as coisas aconteceram com tal facilidade, e com tal adesão, que ficaram sem saber o que fazer. Não tinham ninguém para esclarecer e tomar conta da situação. (...) Depois, bastou a habilidade de um General Altino de Magalhães, manhoso, com experiência do ultramar...”* (Almeida, 2004)

## **Consequências e Repercussões do 6 de Junho**

Após a normalização da situação logo no dia 6 de Junho por parte das Forças Armadas, mais de 30 cidadãos foram detidos na madrugada do dia 9 de Junho em S. Miguel e enviados para uma prisão em Angra do Heroísmo. Ainda hoje recordados por alguns como os “mártires do 6 de Junho”<sup>78</sup>, muitos ao que consta não chegaram sequer a ter um envolvimento directo na

---

<sup>77</sup> António Borges Coutinho recorda o processo da sua demissão da seguinte forma: “*Um grupo veio falar comigo. Sentámo-nos a conversar. Até que então entra o General Altino de Magalhães e diz-me: Sr. Dr, eu acho que o senhor devia demitir-se. Aquilo lá fora... Eu também já não estava com muita motivação. Chamei o Altino à parte e disse-lhe que ele me estava a desautorizar, sendo inútil o meu diálogo com os lavradores. O Altino, pediu-me desculpas, reconhecendo o erro. Mas disse que uma vez que o tinha feito, já não havia nada a fazer. (...) Eu estava desmotivado, confesso. Por outro lado, afligia-me que pudesse criar-se ali uma clivagem entre as forças civis e as forças armadas. Por outro lado ainda, com o Altino a tirar-me o tapete debaixo dos pés, publicamente, ainda por cima... Enfim, pedi a demissão.*” (Coutinho, 2004)

<sup>78</sup> Os detidos do 6 de Junho foram: António da Costa Santos, Bruno Tavares Carreiro, Gustavo Moura, Luís Moreira, António José Amaral, António Sousa Dourado, Fernando Mont’Alverne de Sequeira, António Gomes de Menezes, Tomás Caetano, Abel Carreiro, Luís dos Reis Índio, Armando Goyanes, José Vasconcelos Franco, Carlos Melo Bento, Vítor Cruz, Álvaro Moreira Branco, Manuel Tavares Brum, João Gago da Câmara, José Nuno de Almeida e Sousa, Aguinaldo Almeida, Paulo Tadeu Brum Pacheco, António Nunes Alves da Câmara, Luís Octávio dos Reis Índio, José Luís Índio, Valdemar de Lima Oliveira, Eduardo Almeida Pavão, Luís Manuel Duarte Domingues, José Duarte Domingues, Manuel Oliveira da Ponte, João Manuel Rodrigues, Gualberto Borges Cabral, e Luís Vasconcelos Franco. (Andrade, Manuel Jacinto de, *Autonomia: Vultos e Factos*, pág. 11, citado por Trigueiro, 2000: 87.

manifestação levada a cabo. A lista dos nomes que foram detidos parece ter sido feita visando atingir indivíduos ligados à causa independentista, provocando significativas repercussões no movimento. O facto de haver pessoas que foram presas, apesar de por apenas algumas semanas (uma vez que todos foram libertados até ao dia 1 de Julho) martirizou os seus protagonistas, o que originou um endurecimento do seu combate pela causa, dotando simultaneamente o movimento de uma carga simbólica de luta contra uma injustiça. A “caça aos injustos” adquiriu, deste modo, uma nova base de legitimidade, procurando-se as responsabilidades junto das forças da esquerda regional<sup>79</sup>.

Procurando contrariar o simbolismo adquirido pelo 6 de Junho, e suas consequências, realizou-se a 17 de Junho de 1975 em Ponta Delgada uma manifestação patriótica convocada por partidos políticos (PCP, MDP, MES, PS e PPD), sindicatos e associações de estudantes. Conforme acordado nas convocatórias, não foram expressas insígnias partidárias na manifestação, apenas a bandeira nacional. Depois do desfile pela cidade, a manifestação concentrou-se em frente ao Castelo de S. Brás onde o General Altino Pinto de Magalhães discursou proclamando a *portugalidade* dos Açores, e reforçando a ideia das mais valias da autonomia regional (*Açoriano Oriental*, 21 de Junho de 1975). No entanto, e apesar do aparato gerado em seu torno, a referida manifestação não contou com uma participação significativa, não chegando possivelmente aos 200 manifestantes. Ou seja, o evento acabou por não obter o resultado esperado, sendo apelidado pelos independentistas como a “manifestação da vergonha”. A este respeito, Carlos Melo Bento (2004) é bastante paradigmático:

*“Não se pode chamar aquilo uma contra-manifestação. Eu chamo-a a manifestação da escumalha ou da vergonha.(...) Um oficial disse então alto e bom som: «Se é só este o apoio que nós temos, estamos lixados!»”*

No entanto, a contra-manifestação obteve o importante simbolismo de reunir as principais forças políticas em oposição à vaga independentista que se havia manifestado. A participação dos partidos mais à esquerda procurou sobretudo repudiar um movimento que assumia a forma de reacção contra a dinâmica da revolução, lamentando na sua maioria a queda de Borges Coutinho. A posição do PS pode ser considerada um pouco diferente. Devido ao seu afastamento relativamente ao MDP e a Borges Coutinho, os seus responsáveis acabaram por não manifestar explicitamente o seu acordo ou desacordo com a demissão, principalmente porque a dinâmica do processo aparecia liderada pelas forças mais à direita do espectro político. Ou seja, e no fundo, o PS encontrou-se algo “ensanduichado” num rumo dos

---

<sup>79</sup> Até hoje, não existe um consenso claro sobre a responsabilidade da elaboração da referida lista de pessoas a serem detidas. Na altura, e durante alguns anos, existiu uma imputação de responsabilidades ao Governador deposto António Borges Coutinho. No entanto, a este respeito o próprio afirma o seguinte: *“Nunca percebi a prisão de uma série de individualidades independentistas. Inicialmente acusaram-me de ter sido eu. Mas isso está fora de questão. Não o posso provar, é claro... Quem quiser acredite, quem não quiser não acredite.”* (Coutinho, 2004). A este respeito, numa peça publicada na revista *Grande Reportagem*, o autor Nuno Costa Santos (2002: 82) avança como responsável António Silva Melo, personalidade ligada ao MDP antes do 25 de Abril mas depois filiada no PS. Como não são apresentadas quaisquer referências, o enigma permanece.

acontecimentos em que tinha razões para não se sentir muito confortável. Quando questionado a este respeito, José Jorge Couto (2005) afirma o seguinte:

*“O PS encontrava-se numa situação muito difícil. Por um lado era claramente contra os acontecimentos no Continente. Por outro lado, estava em desacordo com o governador e o seu alinhamento com o MDP e o PCP. Por outro lado ainda, o PS não concordava com a Independência. Portanto, era uma situação deveras complexa...”*

Por seu turno, o posicionamento do PPD relativamente aos acontecimentos do 6 de Junho acaba por ser bastante paradoxal. Alguns dos militantes do partido participaram de facto na manifestação, estando inclusive envolvidos na vaga independentista<sup>80</sup>. No entanto, apenas 10 dias depois, o partido apoiou oficialmente a contra-manifestação. Esta situação reflecte paradigmaticamente a duplicidade que o PPD na região assumiu perante a causa da independência. A este respeito, Mota Amaral afirmou o seguinte: *“A presença de elementos do PPD nas duas manifestações manifesta a existência de diversas correntes no seio do partido”*. Aprofundaremos, no entanto, esta questão mais à frente (ver subcapítulo *Os Partidos e o Independentismo*, pág. 134 e seguintes).

Impulsionado igualmente pelos acontecimentos de 6 de Junho, nomeadamente pela demissão dos governadores civis de Ponta Delgada (Borges Coutinho) e Angra do Heroísmo (Odemiro de Figueiredo) e pelo impulso autonomista então em plena difusão, foi criada a Junta Administrativa dos Açores. Aprovada pelo Decreto-Lei 458b/75 de 22 de Agosto, o organismo provisório adquiriu poderes administrativos e financeiros significativos, ficando as Juntas Distritais na sua dependência. Ou seja, após longos anos de divisão distrital do arquipélago, é finalmente criado um órgão de poder com competências que abrangem toda a região. A unidade dos Açores ganha, deste modo, um novo impulso, sobretudo se tivermos em conta que um dos principais atributos do novo órgão foi a definição de um projecto de estatuto provisório político-administrativo para os Açores.

Deste modo, e sob a presidência do General Altino de Magalhães, a Junta foi constituída por sete vogais, indigitados segundo os recentes resultados eleitorais, tomando posse em 26 de Agosto de 1975 e estabelecendo a sua sede em Ponta Delgada.<sup>81</sup> Em Janeiro de 1976, é então apresentado ao Governo Provisório do Almirante Pinheiro de Azevedo e ao Conselho da Revolução, presidido por Costa Gomes, o projecto de Estatuto Provisório da Região Autónoma

---

<sup>80</sup> Sublinhando a participação de militantes do PPD na manifestação de 6 de Junho, Borges Coutinho recorda inclusive que Natalino Viveiros (fundador do PPDA) assumiu mais tarde a um jornal local que tinha sido responsável pela convocatória da manifestação em Ponta Delgada (Coutinho, 2004). Por falta de uma referência mais específica de Borges Coutinho, não conseguimos no entanto comprovar a referida afirmação.

<sup>81</sup> Da Junta Regional fizeram parte os seguintes vogais: Henrique Aguiar Rodrigues (PPD), José Adriano Borges de Carvalho (PPD) (mais tarde substituído por Álvaro Monjardino, por indicação do PPD), José Pacheco de Almeida (PPD), José António Martins Goulart (PS), Leonildo Garcia Vargas, António de Albuquerque Jácome Correia (Independente). (Trigueiro, 2000: 90)

dos Açores. Com vista à sua revisão, o Conselho da Revolução nomeou uma comissão constituída por diversas personalidades, algumas inclusive ligadas ao meio da região<sup>82</sup>.

Em Fevereiro de 1976, os arquipélagos dos Açores e da Madeira passaram a gozar de um regime administrativo uniforme, fruto da aprovação dos Decretos-Leis n.º 100/76 e n.º 101/76, ambos de 3 de Fevereiro. Presididas pelos Governos Militares, as Juntas Regionais dos Açores e da Madeira adquiriram competências no âmbito do planeamento e finanças, administração local, equipamento social e ambiente, transportes e comunicações, assuntos sociais, trabalho, emigração, agricultura e pescas, indústria, comércio e turismo, e administração escolar. Com capacidade de elaborar portarias e regulamentos, as Juntas viam no entanto explicitamente limitadas as suas competências em “*matérias reservadas à competência do Governo*”, nomeadamente: defesa e segurança, justiça, política externa, política monetária e financeira, política nacional de transportes e comunicações, correios, telecomunicações e meteorologia (Ferreira, 1994: 189).

No fundo, e apesar de revestir um carácter provisório, a Junta Regional veio cumprir o “sonho secular” de instituição de um órgão único comum a todo o arquipélago, dotado de uma significativa autonomia política e administrativa. Enquanto tal processo se desenrolava, decorriam na Assembleia Constituinte, os debates sobre a forma política a ser atribuída aos Açores e Madeira no quadro do novo regime democrático. Teremos oportunidade de aprofundar a referida temática no subcapítulo *Assembleia Constituinte: a Definição do Modelo de Autonomia* (ver pág. 139 e seguintes).

## **Tensões e Violência Política**

À semelhança do que aconteceu em Portugal continental, o período de transição para a democracia nos Açores, com todas as suas lutas pela conquista de influência e poder por parte das forças políticas, ficou marcado pelo natural despoletar de diversas tensões. Com o evoluir do processo, sobretudo após o 11 de Março de 1975, as tensões políticas foram então crescentemente consubstanciadas em actos de violência entre as forças opositoras.

Durante o período da transição, o recurso à violência como forma de afirmação política fez-se sentir à semelhança do que aconteceu na generalidade do país. Não podemos afirmar que os referidos actos possam ser considerados acções organizadas dos partidos e movimentos políticos. Pelo que nos foi dado a entender pelas diferentes sensibilidades em confronto, tais fenómenos surgiram como acções sobretudo espontâneas por parte de militantes e activistas de base, carecendo de apoio formal por parte das respectivos órgãos de topo das organizações. No entanto, tal facto não impede que as lideranças políticas tivessem conhecimento do que se passava, tirando inclusive proveito do sucedido. Indica simplesmente que tais acções, como é natural aliás, nunca eram reivindicadas por qualquer força política.

---

<sup>82</sup> A Comissão foi constituída por Vitorino Nemésio, Álvaro Monjardino, Manuel Meneses, Mota Pinto, Carlos Bettencourt, Henrique Granadeiro, João Salgueiro e Miguel Galvão Teles. (Ferreira, 1996a: 165).

A dinâmica da utilização da força para fins políticos variou consoante o período em questão da transição nos Açores. Numa primeira fase, que durou até pouco depois do 11 de Março de 1975, verificou-se uma tendência para que os actos de violência fossem despoletados sobretudo, embora não exclusivamente, por movimentos e partidos mais à esquerda. As acusações de reaccionarismo e de comprometimento democrático duvidoso dirigidas às forças de direita propiciaram que alguns simpatizantes de esquerda desencadeassem diversos tipos de acções de violência política contra os seus adversários. As referidas acções iam desde a agressão individual até ao interrompimento de comícios e sessões de esclarecimento político. No entanto, e é importante realçar, partidos como o PS e o PCP também sofreram nesta fase com a hostilidade ambiental de um meio, à partida, ainda não muito propício à implantação dos novos ideais trazidos pela revolução.

Focando na principal tendência desta primeira fase do período de transição, as acções dirigidas contra forças como o Partido da Democracia Cristã ou contra o CDS aquando da sua implantação revelaram-se sistemáticas. Este último acabou aliás por ver grande parte das suas acções iniciais serem dificultadas por outras forças políticas. A sessão de apresentação do CDS em Janeiro de 1975 em Ponta Delgada terminou em cenas de violência com manifestantes de esquerda (Cymbron, 2004). Por outro lado, o Açoriano Oriental de 22 de Março de 1975 refere também que uma sessão de esclarecimento do partido na biblioteca do Liceu Antero de Quental, em Ponta Delgada, foi interrompida com alguma violência. Augusto Cymbron (2004) concede-nos a este respeito um depoimento bastante elucidativo:

*“Nos primeiros tempos, éramos recebidos nos sítios sendo intitulados de fascistas. Implantamo-nos mais nas freguesias e menos nas cidades.(...) No liceu e no Cine S. Pedro, como já disse, queriam-nos bater. Nas Capelas queriam-me virar o carro. Em Vila Franca furaram-me os quatro pneus do carro, assim como na Lomba da Maia... Um tipo com uma faca que subiu mesmo para o palco de Vila Franca, tendo sido então detido pela Polícia...”*

Por outro lado, tal como referido anteriormente (ver pág. 122), o assalto à sede do MAPA em Ponta Delgada no início de 1975 transformou-se num importante acto de violência política ocorrido na região. Devido ao simbolismo de que se revestiu, o assalto à sede do movimento regionalista por parte de um grupo de activistas de extrema esquerda, concedeu aos simpatizantes independentistas a possibilidade de uma acção com base numa legitimidade de defesa e reacção ao rumo dos acontecimentos. Ainda hoje recordado como um acontecimento marcante tanto por Carlos Melo Bento como por José de Almeida, o referido acto proporcionou que os simpatizantes independentistas adoptassem uma “postura reactiva bastante mais activa”. Deste modo, os mais simbólicos acontecimentos de violência política que ocorreram na região durante os anos de 1975/1976, contaram com o envolvimento da causa independentista.

No fundo, durante aquela que consideramos a segunda fase do processo de transição, a relação de forças no terreno entre a esquerda e a direita alterou-se de forma significativa. O radicalismo que se manifestou em Lisboa no pós-11 de Março concedeu às forças mais

conservadoras da região uma maior legitimidade de acção política contra os seus oponentes. A título de exemplificativo, a análise do jornal Açoriano Oriental concede-nos uma visão bastante esclarecedora.

Quadro 20 – Violência Política: Algumas Referências do Jornal *Açoriano Oriental* (1975)

<b>Violência Política</b>	
<i>Algumas referências do jornal Açoriano Oriental</i>	
<b>Edições do Açoriano Oriental</b>	<p><b>22 de Março de 1975</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ameaça de ocupação do Jornal “A União” em Angra do Heroísmo. Motivo: Conteúdos Reaccionários</li> <li>- Interrompida sessão de esclarecimento do CDS na biblioteca do Liceu Antero de Quental, em Ponta Delgada (15 de Março)</li> <li>- Não foi possível realizar no Teatro da Ribeira Grande um Comício do PS (25 de Março)</li> <li>- “Há muitas semanas”, o PCP foi impedido de realizar uma sessão de esclarecimentos no Teatro da Ribeira Grande</li> </ul>
	<p><b>9 de Agosto de 1975</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em Agosto de 1975 (princípios), na noite de sexta-feira, cerca de 200 pessoas cercaram a sede do MÉS, na Rua Tavares de Resende, em Ponta Delgada. Verificou-se a destruição de papeis e livros e a agressão de 2 cidadãos (um dos quais o líder local do partido – Jorge de Figueiredo Falcão)</li> <li>- Em Julho, verificou-se uma tentativa de assalto à sede do PCP em Ponta Delgada (Rua da Misericórdia)</li> </ul>
	<p><b>23 de Agosto de 1975</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 17 de Agosto – foram incendiadas em Angra as sedes do PCP, MDP, MES e do Jornal “O Trabalhador” (dirigido por padres católicos)</li> <li>- 18 de Agosto – foram arrombadas e destruídas as sedes do PCP, MDP e MES em Angra do Heroísmo</li> <li>- Durante a semana, em Angra e Ponta Delgada, houve pessoas molestadas, espancadas e feridas</li> <li>- Satisfazendo os pedidos insistentes de manifestantes, o General Altino de Magalhães providenciou a retirada para o Continente de alguns membros do PCP</li> <li>- 15 de Agosto – Roubados dos depósitos da MICOL (empresa de construção civil da Ribeira Grande) 150 Kg de dinamite e detonadores eléctricos</li> </ul>
	<p><b>30 de Agosto de 1975</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 19 de Agosto - Queimada propaganda comunista e roupas de jovens considerados comunistas na Ribeira Grande,</li> <li>- 20 de Agosto – destruída propaganda comunista em Vila Franca do Campo</li> <li>- Na Graciosa, por exigência popular, foi encerrada a sede do PCP em Sta. Cruz</li> <li>- Na Terceira, foi encerrada a sede do MES em S. Mateus</li> <li>- 23, 24 e 25 de Agosto - Manifestações e destruição da sede do PCP na Horta</li> </ul>
	<p><b>8 de Novembro de 1975</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Explosão junto ao Forte de S. Brás em Ponta Delgada</li> <li>- Outra explosão verificada em frente à casa do Sr. Francisco Amâncio de Oliveira Macedo, director da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, na Rua Padre Serrão em Ponta Delgada</li> </ul>

Fonte: *Açoriano Oriental*, edições citadas do ano de 1975

A recolha aleatória de referências ocorridas no arquipélago é esclarecedora quanto à relação de forças no terreno durante o ano de 1975. A violência política recaiu, não exclusivamente, mas sobretudo nas forças políticas mais à esquerda do espectro partidário, nomeadamente o PCP, o MDP e o MES, que viram simpatizantes e membros seus serem agredidos e muitas das suas sedes serem assaltadas e até incendiadas.

Os referidos actos ficaram sobretudo associados à acção dos movimentos independentistas do arquipélago. No entanto, tal como referido anteriormente, não consta que às mesmas

estivessem associadas orientações políticas formais por parte das estruturas dirigentes. As acções eram levadas a cabo assentes numa dinâmica de radicalismo assumida por activistas e simpatizantes das forças mais à direita presentes na região. Nestas forças incluem-se os movimentos independentistas, mas também partidos como o PPD ou o CDS que, embora não formalmente, acabaram por ter membros seus ou individualidades conotadas com as suas estruturas a participarem nas referidas acções de violência política. Ou seja, estas eram levadas a cabo num contexto de reacção radical ao curso que a revolução havia tomado, agrupando por isso indivíduos conotados com forças diversas.

Quando questionado sobre a violência política que ainda hoje é imputada à FLA, Carlos Melo Bento (2004) assume o seguinte discurso:

*“A FLA não tinha uma postura ofensiva, mas sim reactiva. (...) Uma vez a tropa bateunos e dez minutos depois rebentou uma granada defensiva em frente a S. Joaquim, que era onde moravam muitos dos militares. Alguém veio falar comigo. Eu nem sabia o que se passava. Disse, no entanto: «já sabem, nós não tomamos iniciativa de bater em ninguém. Mas quando baterem num de nós, levam logo a seguir!». (...) Um dia prenderam o João Grande (indivíduo conotado com a FLA). Eu fui lá dizer que era um acto contraproducente. Disse isso aos magistrados. No dia seguinte, rebentou uma bomba de madrugada no tribunal, não ficando um vidro inteiro.”*

No mesmo sentido, mas com uma abordagem diferenciada, José de Almeida (2004) refere o seguinte quando questionado sobre a violência política que se verificou no arquipélago em determinados períodos da transição, nomeadamente sobre o envolvimento dos independentistas e as posições assumidas pelas estruturas dirigentes:

*“A violência acontece pela falta de organização efectiva no terreno. Éramos surpreendidos por estes acontecimentos, sem possibilidade sequer de lhes dar cobertura. Vamos entregar essa gente à polícia? (silêncio) Os ganhos ou perdas dependiam do respectivo aproveitamento, mas isso é outra coisa. (...) Nos Açores há o fenómeno da “justiça da noite”. Quem a faz são os ofendidos. Portanto, há sim uma postura reactiva. É um autêntico “marialvismo” político. (...) O aproveitamento ou não da questão é precisamente outra questão. (...) A violência nos Açores nunca foi um argumento independentista. Sempre soubemos que esse não era o nosso argumento.”*

Como não podia deixar de ser, a violência política, sobretudo no pós-11 de Março no qual se verifica uma clara intensificação do fenómeno, não deixou de ter os seus naturais efeitos sobre a implantação das diferentes forças políticas do arquipélago. A instalação de um cenário de hostilidade ambiental para com as forças mais à esquerda do espectro partidário dificultou a implantação das mesmas em determinadas zonas do arquipélago.

Neste sentido, entre as mais relevantes forças políticas, destaca-se o caso da forte hostilidade ambiental que foi desenvolvida sobre o PCP. À semelhança do que aconteceu em algumas regiões mais a norte do país, o partido viu muitas das suas sedes na região serem assaltadas e

incendiadas, sendo muitos dos seus militantes alvo de agressões. Como é natural, tal facto prejudicou a implantação do partido na região, bloqueando o desenvolvimento de muitas das suas estruturas até então em actividade. Neste contexto, não podemos deixar de assinalar o facto de o partido ter visto um elevado número dos seus activistas serem “convidados a sair” do arquipélago por forças da autoridade<sup>83</sup> durante o Verão de 1975. Tal facto pouco documentado, mas referenciado na imprensa do arquipélago (e.g. *Açoriano Oriental*, 23 de Agosto de 1975) , fez com que cerca de 100 pessoas abandonassem a região rumo ao Continente, impossibilitando grande parte da actividade do partido a partir de então. A este respeito, José Decq Mota (2004) refere o seguinte:

*“Em mais nenhuma parte do país houve pessoas expulsas administrativamente. Cerca de 104 militantes do PCP saíram dos Açores obrigados em Agosto de 1975. O número 104 pode não ser muito rigoroso pois muitos podem não ter sido directamente convidados a sair. Perderam empregos, etc. No entanto, os quadros mais conhecidos foram convidados a sair. (...)O caminho de criação de uma estrutura normal estava a ser feito aqui como em todo o resto do país, só que foi interrompido de uma forma particularmente violenta e radical. “*

A expulsão de activistas do PCP assume-se como o mais flagrante caso de hostilidade ambiental verificado nos Açores durante o período de transição, afectando de forma determinante a implantação de um partido político. A acção do PCP quase que paralisou no referido período.<sup>84</sup> Será já só no período que antecederá as eleições legislativas de Abril de 1976 que o PCP voltará a ter actividade significativa na região. Aproveitando o processo eleitoral, muitos dos militantes expulsos regressaram como mandatários e candidatos, beneficiando da protecção prevista pela lei. No entanto, o partido perdera já alguns meses de possibilidade de implantação no terreno e continuou a sofrer durante os anos que se seguiram com acções contra militantes seus e contra as suas sedes em diversas ilhas do arquipélago<sup>85</sup>.

Embora com uma intensidade bastante menor, o PS também foi alvo de diversas manifestações de violência política. Entre ataques às suas sedes e agressões a militantes seus, a implantação do partido no referido período não ficou isenta da hostilidade ambiental que então se fazia sentir sobre as forças políticas mais à esquerda do espectro partidário. A

---

<sup>83</sup> O *Açoriano Oriental* de 23 de Agosto de 1975 atribui a responsabilidade de tal acto ao General Altino de Magalhães

<sup>84</sup> O quase interropimento da acção do PCP na região após Agosto de 1975 foi exceptuado quase exclusivamente devido à participação de alguns dos seus quadros numa movimento político criado em Setembro de 1975. Sob a sigla LAPA – Liga de Acção Patriótica dos Açores, que contou também com pessoas ligadas ao PS, e ao MES, alguns quadros do PCP desenvolveram acções políticas em oposição à corrente independentista que então se manifestava, defendendo a unidade do país. (Mota, 2004)

<sup>85</sup> Importa sublinhar que a violência política contra o PCP continuou mesmo depois do período de transição para a democracia. A este respeito, José Decq Mota (2004) relembra o seguinte:

*“Até finais de 1979, não se podia fazer o que se queria. Tinha de se ter algum cuidado... Em 1979, abrimos uma sede na Rua João do Rego (Ponta Delgada). Mas ainda em 1979, nas eleições para a AR, a sede foi atacada. (...) Havia ainda um ambiente relativamente anormal tendo em conta a distância a que já nos encontrávamos do Verão Quente.”*

este respeito, embora não empolando a questão da violência política que recaiu sobre o partido como questão absolutamente central para explicar a sua implantação na região, Mário Mesquita (2005) considera o seguinte: *“Em 1975/1976, ir à sede do PS envolvia algum risco. Não era um acto normal.”*

## **Os Partidos e o Independentismo**

Como temos vindo a demonstrar, o independentismo, ou a defesa de modelos avançados de autonomia, assumiu-se como temática marcante no período de transição para a democracia nos Açores. A entrada da temática na agenda política da região, sobretudo como reacção ao radicalismo verificado no Continente após o 11 de Março, e fruto também de acções políticas aparatosas por partes dos seus simpatizantes, determina a pertinência de se analisar as relações destes movimentos com as forças partidárias que no período em questão se movimentavam no arquipélago. A forma como partidos e movimentos independentistas se relacionavam no espaço público regional, a mutualidade ou conflito de interesses, a proximidade das suas elites e apoiantes de base, são dimensões que procuremos analisar de seguida.

Tanto o MAPA como a FLA não aspiravam, de uma forma geral, a constituir-se como partidos políticos. As suas próprias denominações de movimento ou frente permitiram que pudesse não haver incongruência de participação nas suas actividades de quadros e simpatizantes partidários, como de facto parece ter vindo a verificar-se. Interrogado sobre a participação de indivíduos comprometidos partidariamente nas estruturas independentistas, Carlos Melo Bento (2004) afirma o seguinte:

*“Assumíamo-nos sempre «acima e fora dos partidos». Tínhamos gala em dizer que tínhamos indivíduos de direita e de esquerda. Claro que do PS para a esquerda, a receptividade não existia.”*

A participação de militantes partidários fez-se sentir desde o despertar do movimento independentista. Como é natural, dada a inclinação ideológica existente, a referida participação e quase articulação com os movimentos independentistas, deu-se sobretudo com o PPD e com o CDS. A convergência de muitos posicionamentos, sobretudo no combate político ao radicalismo de esquerda com recurso à defesa da autonomia e independência do arquipélago relativamente ao todo nacional, levou a que no período em questão a pertença ou simpatia por partidos como o PPD ou o CDS podia corresponder a uma simpatia pelo movimento independentista.

No que diz respeito ao caso concreto do CDS, o depoimento de Augusto Cymbron (2004) não deixa margem para dúvidas quanto às ligações entre o seu partido e os movimentos independentistas, enquadrando também tal facto no contexto do relacionamento do seu concorrente:

*“Houve um partido que se apropria logo da FLA que foi o PPD. O CDS não quis ficar à margem, sobretudo por intermédio do Eng. Manuel Cordovil (líder do CDS em S. Miguel), que mantinha alguns contactos com eles. (...) O PPD mantinha relações muito próximas com a FLA. De vez em quando zangavam-se e a FLA vinha ter connosco a dizer que nos ia privilegiar. Mas assim nunca aconteceu.”*

Quando questionados sobre as ligações entre o movimento independentista açoriano e o PPD, todos os protagonistas políticos que entrevistamos confirmam a referida relação. António Borges Coutinho (2004), por exemplo, afirma o seguinte:

*“Acho que havia uma relação muito forte entre os dois. Em Ponta Delgada, havia uma conotação muito forte entre o PPD e o MAPA. As pessoas eram simultaneamente simpatizantes de ambas as forças”*

Mário Mesquita, por seu turno, também declara o seguinte:

*“A sensação que eu tenho é que havia uma fronteira muito fluida entre o PPD e a FLA. Julgo que havia uma zona larga de indefinição, principalmente no período quente.”*

No entanto, quando questionamos protagonistas tanto do PPD como da FLA, apesar de haver um consentimento sobre esta questão, denota-se uma forte sensibilidade atribuída ao assunto. Verifica-se que a referida convergência existiu sobretudo durante aquele que é designado como o “Verão Quente”, entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975. No entanto, torna-se mais complexo descodificar a forma de relacionamento efectivamente existente.

Por um lado, verifica-se que a participação de militantes ou simpatizantes de base do PPD nas frentes da FLA era manifesta. Tal como demonstrado anteriormente, a manifestação do 6 de Junho é um exemplo claro a este respeito (.ver pág. 128). Por outro lado, o verdadeiro relacionamento entre as lideranças de ambas as forças políticas revela-se mais complicado de descodificar.

Segundo Valdemar de Oliveira, um dos membros fundadores do PPDA que participou também na campanha independentista, vários dos elementos que criaram o partido faziam parte do movimento independentista: *“O Mota Amaral, o Natalino Viveiros, o António Lagarto fizeram parte da FLA”*. (citado por Santos, 2002: 84).

Em resposta a estas e outras afirmações, em Setembro e Outubro de 2002, Mota Amaral desmistificou o seu relacionamento com os movimentos independentistas: *“Intervim nas movimentações independentistas açoreanas no decurso do Verão quente da luta antigonçalvista”* (Amaral, 2002b). Para o futuro presidente do Governo Regional dos Açores, os anos de 1974 a 1976 corresponderam a um período *“tumultuoso de luta contra o Gonçalvismo, que teve características peculiares nos Açores. (...) Houve, claramente, o receio de estarmos a sair de um ditadura salazarista e fascista para passarmos a uma comunista. Quem nunca conspirou no decurso dos anos de 1974 e 1975 que atire a primeira pedra. (...) Foi um cruzamento. Caminhos cruzados que, de maneira particular, logo se descruzaram assim que*

*estava garantido o regresso à vida normal das instituições democráticas.*” (citado por Santos, 2002: 88).

No fundo, constata-se que houve uma convergência e articulação de posições durante o *Verão Quente* de 1975 entre as lideranças do PPD e a FLA. Recordando a presença de militantes e simpatizantes dos partidos nas actividades da FLA, José de Almeida (2004) afirma o seguinte:

*“Havia dois partidos com conhecimento sistemático destas acções: o PPD e o CDS. Quer o CDS e o PPD tinham independentistas tão independentistas como os independentistas que não têm partido. (...) Na altura, o facto de alguém ser do PPD ou do CDS não me era relevante. O problema não se me colocava. Hoje, e com alguma distância, julgo que os partidos estavam na expectativa”.*

Ou seja, ainda nos nossos dias, a relação entre a militância de então no PPD e CDS e a FLA é sobretudo justificada pelo “calor” do período em questão. A batalha anti-gonçalvista justificou portanto o estabelecimento de alianças, mais ou menos explícitas, com os movimentos independentistas. Esta é a ideia que os principais intervenientes no processo procuram transmitir ainda nos nossos dias, assumindo tal facto, tal como refere Mota Amaral, como um “cruzamento de caminhos” entre forças políticas claramente demarcadas entre si.

No entanto, quando procuramos analisar mais a fundo as referidas questões, outro tipo de conclusões podem ser retiradas. De facto, e se tivermos em conta algumas declarações obtidas, podemos verificar que a proximidade entre o PPD e CDS e a FLA não foi tão circunstancial quanto muitas vezes se procura vincular. À conveniência de articulação de posições entre forças políticas, pode também juntar-se um mais estreito relacionamento tendo por base o próprio projecto político para a região. Sobretudo durante o *Verão Quente* de 1976, mas também em períodos posteriores, a autonomia foi defendida como uma solução moderada e de compromisso entre o centralismo defendido por Lisboa e a independência reivindicada pela FLA. Ou seja, e por outras palavras, a actividade independentista que se verificou na região favoreceu a adesão ao projecto autonomista defendido sobretudo pelo PPD. Se a isto aliarmos o facto de serem claras as substantivas correlações entre as duas forças políticas, não nos é muito difícil constatar que, no cenário em questão, a convergência de interesses proporcionou um aproximar de posições, e mesmo alguma articulação, entre forças políticas legais – os partidos políticos PPD e CDS – e uma força política que desenvolvia actividade clandestina – a FLA.

Quando questionados sobre a eventualidade de interesses comuns entre o PPD e a FLA, os intervenientes apresentam versões distintas, não negando no entanto a estreiteza de relacionamentos entre as forças políticas. Do lado dos independentistas, há um claro sublinhar do interesse do PPD na FLA. Segundo Carlos Melo Bento (2004): “O PPD tentou absorver a FLA, convencendo os seus membros para a autonomia.” De forma igualmente clara, mas num tom mais moderado, José de Almeida (2004) afirma que “A FLA aproveitou-se do PPD e o PPD aproveitou-se da FLA. Não quer dizer que tal tenha sido feito de forma consciente. Mas estes aproveitamentos fizeram-se.”

Por seu turno, e numa inversão de posição relativamente ao que nos é afirmado pelos independentistas, Mota Amaral (2004) realça que “O PPD era a jóia da coroa, toda a gente tentou pôr-lhe a mão... A FLA tentou apanhar o PPD e servir-se da influência que o PPD tinha junto das populações. (...) Se é verdade que houve um período de convergência, esse terminou com o 25 de Novembro<sup>86</sup>.”

De facto, um dos principais momentos em que se verificou uma convergência significativa entre a militância PPD e a militância independentista ocorreu em Novembro de 1975. Como reacção a acções radicais ocorridas no Continente, nomeadamente o cerco à Assembleia Constituinte, foi convocada em Ponta Delgada uma manifestação para o dia 17 de Novembro, visando sobretudo apoiar os trabalhos da Junta Regional dos Açores e do Governo do Almirante Pinheiro de Azevedo. Estando envolvidos elementos do PPD e da FLA, a manifestação rapidamente ultrapassou os seus objectivos iniciais, tendo sido protagonizados actos algo violentos por parte de jovens independentistas, invadindo o rés-do-chão do Palácio da Conceição, o que obrigou a acções policiais de dispersão. Uma das principais reivindicações dos independentistas era a convocação de um referendo na região sobre a independência (Trigueiro, 2000: 110-112).

Depois de alguns momentos mais tensos vividos durante o dia, Mota Amaral avançou com um discurso manifestando apoio à Junta e apelando à manutenção da democracia (*Açoriano Oriental*, 22 de Novembro de 1975). No contexto em questão, a sua intervenção acabou por ser vaiada pelos manifestantes (Trigueiro, 2000: 111). Segundo José Estrela Rego, individualidade micaelense envolvida nas movimentações independentistas, a manifestação de 17 de Novembro foi arquitectada pelo próprio Mota Amaral com o objectivo de “avançar com a independência caso «Lisboa lhe tirasse o tapete». No entanto, e com alteração do panorama político nacional, Mota Amaral fez vários contactos para desmarcar a manifestação, mas em vão uma vez que esta prosseguiu. A partir de então, a imagem de Mota Amaral junto dos independentistas começou a deteriorar-se. (citado por Santos, 2002: 85)

Com o evoluir das horas, aquela que se destacou como a segunda maior manifestação independentista do arquipélago dispersou. No entanto, marcou de forma importante a posição

---

<sup>86</sup> No entanto, importa sublinhar que as indicações de relacionamento estreito entre o PPD e a FLA se prolongam para além do período de transição para a democracia. Entre os acontecimentos mais relevantes que justificam tal afirmação, destacamos a ruptura verificada em 1978. No referido ano, e segundo José de Almeida (2004), a constelação de diversos factores, sobretudo internacionais (e.g. perda de crédito de Portugal junto dos seus parceiros da NATO), propiciavam o sucesso do independentismo. Foi então agendado o dia 10 de Outubro para uma proclamação unilateral da independência da região. Cerca de 48 horas antes, naquela que ainda hoje é considerada como a “grande traição”, Mota Amaral demarcou-se da movimentação, alertando as Forças Armadas sobre o planeado, que se encarregaram de impedir a sublevação. O real envolvimento do então líder do Governo Regional encontra-se ainda hoje por esclarecer na totalidade. No entanto, a postura que o mesmo tem assumido sobre a referida questão (Amaral, 2002b: 20; Amaral, 2005) leva-nos a acreditar que a sua denúncia dos acontecimentos foi um acto que representou algo mais do que uma simples denúncia de alguém que não se encontrava minimamente a par dos acontecimentos.

da direita açoriana contra as movimentações mais radicais que ocorriam no Continente naquele período, e que vieram a culminar no “25 de Novembro”<sup>87</sup>.

Como é natural, a convergência de posições entre os partidos que representavam sobretudo a direita política e o movimento independentista teve os seus efeitos na implantação das forças políticas de esquerda no panorama regional. A actividade e posicionamento da FLA, tal como já foi referido, beneficiou não apenas o posicionamento indirecto das propostas autonomistas do PPD, como através do seu recurso a alguma violência política, intimou, de forma mais ou menos directa, a actividade dos partidos de esquerda. No caso do PCP, por exemplo, com os ataques às suas sedes durante o Verão Quente, que culminaram na expulsão de muitos dos seus militantes e simpatizantes da região, a acção independentista prejudicou nitidamente a sua implantação.

No que ao PS diz respeito, os seus protagonistas por nós entrevistados são moderados quanto ao reconhecimento dos efeitos perversos da interligação entre o PPD e o independentismo na sua implantação. No entanto, não deixam de reconhecer a influência negativa que tal facto desempenhou na implantação inicial do partido na região. Na opinião de Jaime Gama (2004), *“A pressão exercida no terreno por esses grupos, em certos momentos, dificultava a adesão sem problemas às opções do PS, sobretudo a assunção de um certo protagonismo político. (...) O PPD tentava instrumentalizar o potencial da FLA numa lógica anti-PS. Mas com a chegada do PPD ao Governo Regional, nota-se uma desilusão desses sectores”*.

Mário Mesquita (2005), por seu turno, considera *“que essa ligação prejudicou a implantação normal do PS”*. O ex-militante do Partido Socialista realça, neste contexto um aparente paradoxo da história política ocorrida nos Açores. Considera que, apesar de o PS ter emergido no Continente sobretudo num contexto de antigonçalismo, nos Açores quem emergiu foi o PPD, procurando empurrar o PS para a esquerda revolucionária. Tal facto acabou por acontecer apesar de Jaime Gama, líder do partido no distrito, se distinguir no Continente pelas suas posições contra o rumo radical da revolução, não lhe tendo sido reconhecido este perfil no contexto açoriano.

---

<sup>87</sup> Segundo o jornal *Correio dos Açores* de 18 de Novembro de 1975, idênticas manifestações ocorreram noutros concelhos do arquipélago no mesmo dia: Angra do Heroísmo, Horta, Santa Cruz da Graciosa, Calheta, Velas, Lajes do Pico, Madalena, Santa Cruz das Flores e Corvo (Trigueiro, 2002: 112).



**Capítulo VI**  
***Institucionalização da Autonomia Açoriana***

## **Capítulo VI – Institucionalização da Autonomia Açoriana**

No capítulo anterior analisamos aquele que foi considerado o período mais turbulento da transição para a democracia nos Açores, centrando o enfoque nas tensões que se desenvolveram entre as diversas forças políticas no arquipélago sensivelmente entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975. No presente capítulo iremos direccionar a nossa abordagem no processo de criação e institucionalização formal do modelo de autonomia.

As condições e processos que se verificaram no terreno durante o período da transição para a democracia em muito influenciaram a forma como foi sendo concebido e negociado o modelo de autonomia a ser implementado na região no novo regime democrático. Exemplo disto mesmo foi o facto de, ainda muito antes das eleições para a Assembleia Constituinte, a questão da autonomia já se ter imposto na agenda das principais forças políticas na região, com a sua consequente inclusão no discurso e programas políticos. Tal como já analisado anteriormente, a questão da autonomia tornou-se inclusive uma temática central na disputa de influência entre as diversas forças políticas, estando mesmo interrelacionada em muitas dimensões com o surgimento dos movimentos independentistas no arquipélago.

O modelo autonómico que veio a ser consagrado na Constituição da República Portuguesa de 1976 é igualmente o resultado de uma luta política bastante mais institucionalizada ocorrida nas instâncias formais de poder. Ou seja, embora os acontecimentos no terreno tenham em muito contribuído para moldar a forma assumida pelo modelo autonómico de 1976, foi sobretudo no seio de instâncias como a Assembleia Constituinte que se determinou os seus reais moldes. E é precisamente no seio de instituições como a Constituinte que uma luta igualmente determinante é travada pelas forças políticas representadas. Enquanto órgão máximo na definição das novas regras e instituições que regularão o novo sistema democrático, a procura de influência e poder no seu seio revela-se sobretudo um comportamento com vista à definição de um ambiente formal no qual estas mesmas forças políticas se movimentarão no futuro. Daí a importância dos trabalhos então realizados.

Neste sentido, e numa primeira fase do presente capítulo, procuremos descrever e analisar os trabalhos na Assembleia Constituinte. Uma especial atenção será dada aos projectos e papéis desempenhados pelos diversos partidos políticos na formulação do modelo de autonomia a ser consagrado constitucionalmente. Faremos igualmente uma breve análise do modelo de autonomia adoptado, das suas principais características e determinantes.

Numa segunda fase do presente capítulo, analisaremos a forma como decorreu o primeiro ciclo eleitoral em democracia. Examinaremos as primeiras eleições legislativas, as primeiras eleições legislativas regionais e as primeiras eleições autárquicas, sequência decisiva do processo de transição dada a sua capacidade de demonstrar a verdadeira influência de cada

uma das forças políticas do arquipélago<sup>88</sup>. Aproveitaremos igualmente para fazer uma curta análise ao sistema eleitoral aplicado nas eleições legislativas regionais dos Açores e os seus impactos no sistema de partidos da região.

### ***Assembleia Constituinte: a Definição do Modelo de Autonomia***

A Assembleia Constituinte foi o primeiro órgão democraticamente eleito após o 25 de Abril. E assim se manteve durante um longo ano do processo de transição. De certa forma contrariando todo o jogo de legitimidades entre forças políticas que também se processava nas ruas por todo o país, a Assembleia Constituinte assumiu-se como único órgão assente no principal e mais simbólico processo democrático: as eleições.

A forma e proporção de como ficaram representados os partidos políticos na Assembleia Constituinte assumiram uma importância significativa no processo de transição. Tal como referido anteriormente, e contrariando de certa forma as expectativas que então se formularam, sobretudo o PS, mas também o PPD, foram “catapultados” formalmente para a posição de principais forças políticas assentes na legitimidade eleitoral.

A posição maioritária do Partido Socialista no plenário permitiu que dificilmente pudesse ser firmado um acordo no órgão sem a sua participação. Por outro lado, devido ao seu posicionamento político ideológico, o PS encarnou o importante papel de mediador entre as forças mais radicais – alguns sectores do MFA, o PCP, a UDP – e as forças mais moderadas da Constituinte – o PPD e o CDS. No fundo, a conjugação dos papéis de partido maioritário e partido mediador na Constituinte, tornaram o PS na força política com um papel mais preponderante nos trabalhos constitucionais.

O referido quadro político contrariava, no entanto, o cenário político açoriano, onde o PPD se havia afirmado indiscutivelmente como força com maior influência política e com um papel determinante no evoluir dos turbulentos acontecimentos nos Açores durante o Verão de 1975. Ou seja, o quadro político da transição para a democracia proporcionou que o partido com maior influência a nível nacional não fosse o partido com maior influência no contexto açoriano. Tal acarretou consequências visíveis, nomeadamente quanto à discussão e definição do modelo autonómico para os Açores e Madeira a ser consagrado no texto constitucional.

Tal como já abordado anteriormente, depois de uma fase inicial em que o PPD conseguira ser o primeiro partido a hastear a questão da autonomia como prioridade, esta foi sendo progressivamente introduzida na agenda política da região, assumindo-se já nas eleições de Abril de 1975 como um dos principais pontos programáticos das forças políticas em competição. Com base em projectos mais arrojados e outros mais moderados, a autonomia acabou no entanto por criar uma tensão no espectro esquerda/direita na região, sobretudo

---

<sup>88</sup> Não abordaremos na referida análise as eleições presidenciais porque, apesar de termos em conta o importante papel dos partidos políticos no referido acto eleitoral, consideramos que a análise dos seus resultados e a sua influência na formulação do sistema de partidos acaba por não ser linear, podendo inclusive complexificar desnecessariamente a análise.

durante o Verão Quente. Baseando-se no radicalismo revolucionário que então decorria sobretudo em Lisboa, a direita açoriana usava a temática da autonomia como arma de demarcação da sociedade e política açoriana relativamente à “vaga comunista” que provinha de Portugal Continental. Com o surgimento e propagação da questão independentista, sobretudo nos períodos de maior tensão, a defesa de uma autonomia alargada aparecia como face legal de uma corrente que se aproximava em muitos domínios do próprio independentismo. Neste contexto, e por oposição, a autonomia acabou por se revelar um ponto bastante sensível para a esquerda política do arquipélago, nomeadamente para o PS. Se por um lado, algumas das suas principais individualidades possuíam já um longo historial na defesa da referida solução política para a região, esta era por outro lado encarada como um argumento e ameaça da direita contra a implementação de algumas das conquistas da revolução nos Açores (ver pág. 95 e seguintes).

Ou seja, foi todo este quadro de competição e conflito agora descrito que se transpôs para a discussão na Assembleia Constituinte sobre as autonomias regionais. Esta consubstanciou-se sobretudo nos trabalhos da VIII Comissão, encarregue de redigir o articulado sobre as regiões autónomas. A comissão era presidida por Jaime Gama, integrando igualmente outras personalidades ligadas à região como Mota Amaral e Emanuel Rodrigues (PPD), Mário Mesquita (PS), Américo Natalino Viveiros (PPD). Depois da interrupção dos trabalhos em Novembro de 1975, a VIII Comissão voltou a reunir nos dias 10, 11, 12 e 16 de Março, tendo as discussões no plenário da Constituinte ocorrido nos dias 18, 20, 24 e 26 de Março de 1976. (Ferreira, 1994: 190).

Com a sua aprovação a 2 de Abril de 1976, a Constituição da República Portuguesa (CRP) viria a consagrar para Portugal um Estado Regional Parcial. Foi concedida Autonomia Política e Administrativa aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, sendo reservado para o território continental a sua divisão em Regiões Administrativas.

Relativamente à origem, fundamentação e funções atribuídas às Regiões Autónomas, destaca-se o Artigo 27º:

#### **Artigo 227º**

*(Regime Político-Administrativo dos Açores e Madeira)*

1. *O regime político-administrativo próprio dos arquipélagos dos Açores e da Madeira fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares.*
2. *A autonomia das regiões visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.*
3. *A autonomia político-administrativa regional não afecta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da constituição.* (Miranda, 1997b: 508)

Desta forma, no número 1 do referido artigo verifica-se uma clara consagração das especificidades locais de cada um dos arquipélagos, e há um claro sublinhar do facto da autonomia em questão ser uma aspiração já antiga destas regiões. No número 2 deste artigo é explicitada a ideia de subsidiariedade (por nós já anteriormente referida no Capítulo II, ver pág. 40) e o conteúdo democrático de que esta se reveste, nomeadamente no que diz respeito à participação dos cidadãos. A parte final do número 2 e o número 3 do exposto artigo reforçam a ideia de que o carácter da autonomia visa, não o aumento da “distância” entre os Açores e a Madeira relativamente a Portugal Continental, mas o reforço do todo nacional, não afectando a soberania do Estado nos territórios insulares. Tais ideias coincidem aliás com o que anteriormente expusemos sobre a génese conceptual de autonomia regional (ver pág. 42).

Relativamente aos órgãos de que as regiões foram dotadas, ficou consagrada a existência de um Governo Regional (poder executivo), uma Assembleia Legislativa Regional (poder legislativo) e um Ministro da República (essencialmente fiscalizador dos decretos regionais).

No que diz respeito ao poder legislativo, a Assembleia Legislativa Regional assumiu a competência de legislar em matérias de interesse específico da região. Por interesse específico da região podemos entender “...o modo próprio como em cada uma das regiões determinados problemas se colocam e equacionam, em função das «características geográficas, económicas, sociais e culturais»<sup>89</sup>. (Miranda, 1997a: 395)

O Ministro da República é o representante do Estado em cada uma das Regiões Autónomas. Este tem sido um cargo que tem sofrido inúmeras contestações não só pelos poderes que possui, mas acima de tudo pelo carácter simbólico que apresenta. É correntemente visto como o “braço controlador” do poder central do Estado nas Regiões Autónomas, especulando-se inclusive sobre a sua possível extinção, sobretudo com o evoluir dos anos e a consolidação das instituições regionais<sup>90</sup>.

Pelo que acima expusemos, não só a autonomia regional dos Açores e da Madeira apresenta um relativo destaque no regime constitucional português, como até a tendência verificada nos últimos anos tem sido para o seu progressivo aprofundamento.

No presente contexto, importa igualmente destacar uma especificidade consagrada no texto constitucional com manifestas repercussões no sistema político regional. Dada a manifestação da vaga independentista durante a transição para a democracia nos Açores e na Madeira, a Constituição consagrou a impossibilidade de formação de partidos de âmbito regional. O Artigo 311º, no seu número 2, contemplava o seguinte:

---

<sup>89</sup> Por outro lado, não podemos deixar de referir que as consecutivas revisões constitucionais a que a CRP foi sujeita originaram quer um certo aprofundamento das competências dos órgãos regionais, quer uma progressiva ampliação dos assuntos considerados de interesse específico regional, que no fundo representa o cerne da autonomia dos dois arquipélagos.

<sup>90</sup> Com a Revisão Constitucional de 2004, o cargo de Ministro da República passou a designar-se “Representante da República”. Á semelhança do que tem vindo a acontecer com o passar dos anos da Autonomia Regional, o seu papel e competências foram mais uma vez reduzidos.

*“Não podem constituir-se partidos que, pela sua designação ou pelos seus objectivos programáticos, tenham índole ou âmbito regional.”<sup>91</sup>”*

Ou seja, a “Lei Fundamental” acabou por consagrar, de forma negativa, o perigo independentista que ocorreu nos arquipélagos durante a transição. A referida interdição formal procura dificultar a emergência formal de movimentos regionalistas ou mesmo independentistas<sup>92</sup>.

Por outro lado, e como sequência do trabalho da Junta Regional dos Açores, o Conselho de Ministros e o Conselho da Revolução aprovaram o Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores, Decreto-Lei 318-B/76 de 30 de Abril de 1976. A região viu-se, deste modo, dotada de um documento próprio que, detalhando as disposições constitucionais, representou uma resposta significativa às seculares aspirações autonomistas do arquipélago

## ***O Primeiro Ciclo Eleitoral***

Os actos eleitorais constituem um dos momentos privilegiados de análise da transição para a democracia. Enquanto instituição que permite aferir de forma precisa a influência de cada força política junto da população, as eleições transformam-se em momentos decisivos na montagem do quadro político do futuro regime político democrático. A vitória de uma força política, e a sua consequente capacidade de aceder ao poder no período imediato à transição, garante-lhe uma capacidade singular para ganhar influência junto da população, devido à capacidade de actuação e exposição pública e à possibilidade de exercício do poder e participação na construção do modelo democrático. Por outro lado, o exercício do poder no período subsequente à transição concede às forças políticas uma oportunidade singular de distribuição de recursos e benesses públicas em seu próprio proveito. A este respeito destacamos, a título de exemplo, a possibilidade de distribuição de empregos no sector público que em muito pode favorecer a expansão da influência da força política sobre a população.

No quadro da transição para a democracia portuguesa, o ano de 1976 deu início ao primeiro ciclo eleitoral, com a realização de eleições legislativas, seguidas de eleições presidenciais, regionais e autárquicas. Tal como referido anteriormente (ver nota de rodapé n.º 88, pág. 141) no quadro da presente dissertação, não seria pertinente a análise das eleições presidenciais, uma vez que as candidaturas, segundo o sistema constitucional, não dependem formalmente

---

<sup>91</sup> Apesar das sucessivas revisões constitucionais, a referida norma continua a constar da Lei Fundamental até à actualidade. Com a revisão constitucional de 2004, o referido articulado integra o n.º 4 do Artigo 51º.

<sup>92</sup> No entanto, o regionalismo/independentismo acabou por criar os seus caminhos, contornando a referida disposição constitucional. A 30 de Abril de 1976, formou-se com sede em Ponta Delgada a União Democrática Açoriana (UDA), partido que procurou ser a frente legal dos regionalistas e independentistas não integrados noutras forças políticas, integrando também elementos madeirenses. A UDA transformou-se posteriormente no Partido Democrático do Atlântico (PDA), partido que até hoje foi concorrendo a diversos actos eleitorais, não obtendo no estando uma expressividade significativa.

do apoio partidário. No entanto, cada um dos restantes actos eleitorais merecerá a nossa atenção, sobretudo as eleições regionais, dado a sua extrema relevância para o nosso objecto de estudo, e as eleições autárquicas, que nos permitem aferir o grau de implantação a nível local de cada uma das forças políticas em confronto no arquipélago.

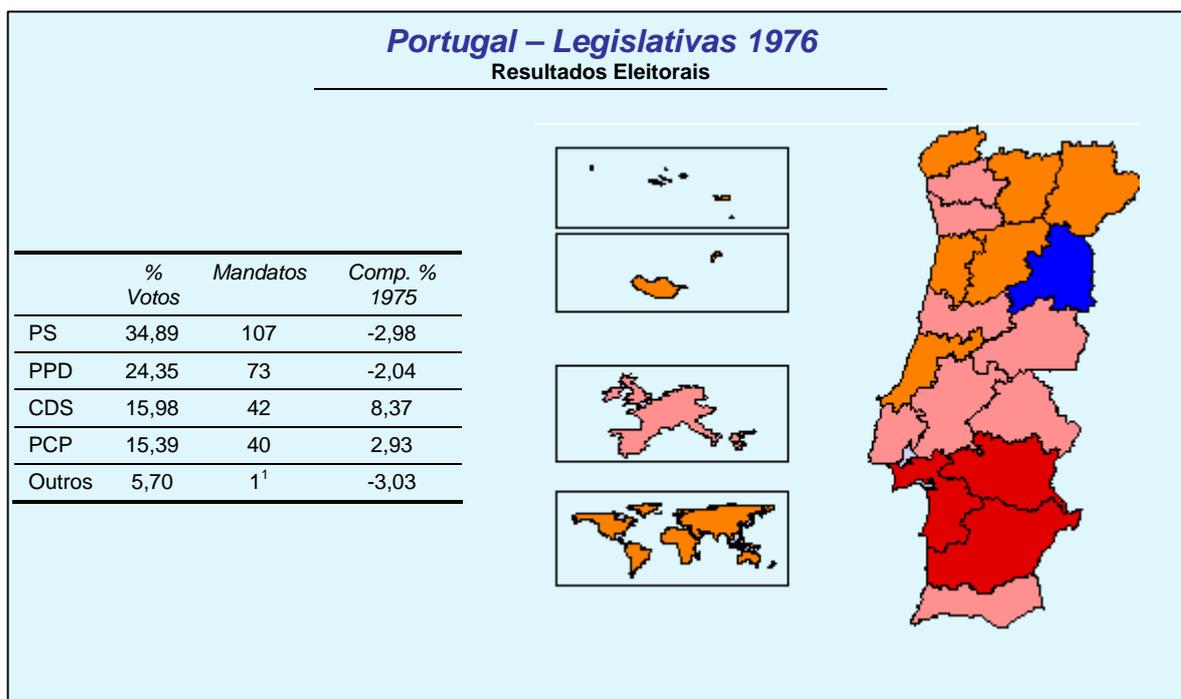
A concretização deste primeiro ciclo eleitoral, juntamente com a aprovação da Constituição, marcaram o encerrar do período de transição para a democracia.

## Eleições Legislativas

As primeiras eleições legislativas nos Açores basearam-se num sistema de círculos assente na então divisão distrital do arquipélago, à semelhança do que acontecera um ano antes na eleição para a Assembleia Constituinte. Neste sentido, o distrito de Ponta Delgada detinha então capacidade de eleger 3 deputados, o distrito de Angra do Heroísmo 2 deputados, e o distrito da Horta apenas 1 deputado.

Tal como sucedera no anterior acto eleitoral, o PS voltou a obter uma maioria a nível nacional, com 34,89% dos votos, ficando o PPD como segunda força política com 24,35%, o CDS com 15,98% e o PCP como quarta força política com 14,39%.

Quadro 21 – Portugal: Resultados Eleições Legislativas (Abril de 1976)



Fonte: Comissão Nacional de Eleições, <http://eleicoes.cne.pt>

Uma curta análise dos resultados das eleições legislativas de 1976 permite constatar que tanto o PS como o PPD obtiveram resultados bastante semelhantes quando comparados com os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte. Os resultados permitiram ao PS confirmar a manutenção do lugar cimeiro obtido um ano antes no sistema de partidos. Por seu turno, assistiu-se em 1976 a uma forte subida da influência eleitoral do CDS, que viu os seus

votos duplicarem quando comparados com a eleição anterior. O PCP beneficiou, no referido acto eleitoral, de uma ligeira subida da percentagem de votos, sendo no entanto simbolicamente relegado para quarta força política.

Destacaríamos igualmente que em 1976 assistiu-se a uma expressiva concentração de votos nas quatro principais forças políticas, tendo apenas cerca de 6% do eleitorado optado por outras opções eleitorais. Ou seja, se já nas eleições para a Assembleia Constituinte se denotava a hegemonia de quatro forças políticas, em 1976 a situação acentuou-se<sup>93</sup>, abrindo caminho à configuração futura do sistema de partidos em Portugal.

Nos Açores, os resultados eleitorais das eleições legislativas de 1976 vieram igualmente consolidar o *status quo* determinado pelos resultados para a Assembleia Constituinte.

Quadro 22 – Açores: Resultados Eleições Legislativas (Abril 1976)

<b>Eleições Legislativas 1976</b>									
Resultados Açores									
	Horta			Angra do Heroísmo			Ponta Delgada		
	% Votos	Mandatos	Comp. % 1975	% Votos	Mandatos	Comp. % 1975	% Votos	Mandatos	Comp. % 1975
PPD	57,03%	1	-10,52%	51,80%	1	-10,96%	45,67%	2	-9,14%
PS	34,19%	0	11,19%	30,38%	1	7,41%	35,44%	1	5,05%
CDS	4,32%	0		12,10%	0	6,01%	11,81%	0	8,72%
PCP	1,54%	0	-0,82%	1,46%	0	-0,91%	1,46%	0	-1,25%
Outros	0,48%	0	-2,64%	2,16	0	-0,13%	2,53	0	-0,32

Fonte: Comissão Nacional de Eleições, <http://eleicoes.cne.pt>

O PPD voltou a obter a maioria dos votos dos Açorianos nos três distritos do arquipélago, embora com resultados inferiores aos conseguidos em 1975. Mesmo assim, tanto no distrito da Horta como no distrito de Angra do Heroísmo, o partido conseguiu percentagens acima dos 50%. Por seu turno, o PS obteve uma subida de influência nos três distritos quando comparados os resultados com os verificados para a Assembleia Constituinte. O seu papel activo no Governo Provisório e o seu afastamento no Verão Quente das forças mais à esquerda do espectro partidário, poderão ter determinado a sua subida de influência no arquipélago. No entanto, com dificuldade ultrapassou o patamar dos 35%. Ou seja, apesar de uma posição consolidada enquanto segunda força política, continuou bastante aquém da influência do PPD, e conseguiu contrariar mais uma vez a nível regional o papel de partido liderante mantido a nível nacional.

O CDS, à semelhança do que aconteceu a nível nacional, viu a sua influência aumentar nos três distritos do arquipélago. A sua afirmação como terceira força política no arquipélago, obtendo resultados acima do patamar dos 10% tanto em Angra como em Ponta Delgada, evidencia um forte e notável esforço de implantação e difusão de influência nos Açores. No que ao PCP diz respeito, os resultados eleitorais voltaram a evidenciar a sua dificuldade de

<sup>93</sup> Importa referir que para tal terá contribuído o facto do MDP, que obtivera 4,14% dos votos em 1975, conseguindo eleger 4 deputados, não se ter candidatado em 1976.

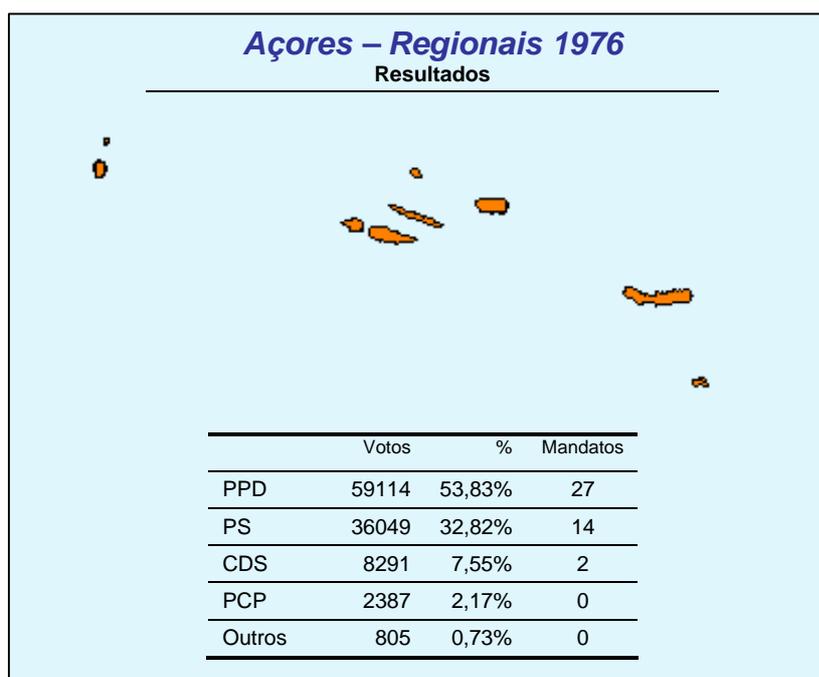
penetração no meio regional. Como evidenciado anteriormente, tal facto pode ser explicado pela resistência do meio açoriano às linhas programáticas defendidas pelos comunistas, que ganhou um forte impulso no período do Verão Quente, mas também pela dificuldade de organização do partido após expulsão de muitos dos seus militantes em Agosto de 1975 (ver pág. 132).

No fundo, e apesar de algumas novidades expressas, os resultados eleitorais a nível nacional e regional pugnam por uma manutenção do posicionamento eleitoral de cada uma das quatro principais forças políticas, sendo de sublinhar no entanto a subida de influência do CDS. Tal como verificado em 1975, voltou a haver uma troca de papéis entre o PS e o PPD a nível nacional e regional, afirmando-se o primeiro maioritário no continente e o segundo maioritário nos Açores.

### Eleições Regionais

Um dos mais importantes momentos de consagração da Autonomia Açoriana verificou-se a 27 de Junho de 1976 com a realização das primeiras eleições legislativas regionais. Agendadas para o mesmo dia em que se realizaram as primeiras eleições presidenciais, as eleições regionais de 1976 representaram um marco decisivo na institucionalização dos diversos partidos políticos concorrentes no arquipélago. Dada o distanciamento de apenas dois meses relativamente às eleições legislativas nacionais, o esforço de campanha eleitoral nos Açores decorreu de forma quase contínua, com as diversas forças políticas a procurarem a obtenção de um resultado eleitoral que se poderia assumir então como determinante para a sua futura influência no arquipélago.

Quadro 23 – Açores: Resultados Eleições Legislativas Regionais (Junho 1976)



Fonte: Comissão Nacional de Eleições, <http://eleicoes.cne.pt>

Os resultados eleitorais vieram, deste modo, confirmar a forte influência política do PPD na região, concedendo-lhe uma maioria absoluta bastante confortável. De facto, o partido liderado por Mota Amaral consegue em 1976 nos Açores um resultado com quase o dobro da influência do seu principal adversário, então já liderado por Martins Goulart, que obtém 32% dos votos expressos. À semelhança do que se vinha verificando a nível nacional, também nos Açores se assiste a um grande distanciamento entre as duas primeiras forças políticas e as restantes. A soma dos votos do PPD e do PS representa 85% das intenções de voto dos açorianos.

Quadro 24 – Regionais 1976: Mandatos por Ilha

<b>Açores – Regionais 1976</b>						
Mandatos Obtidos por Ilha						
	PPD	PS	CDS	PCP	Outros	Total
Sta. Maria	2	1	0	0	0	3
S. Miguel	7	5	1	0	0	13
Terceira	5	3	0	0	0	8
Graciosa	2	1	0	0	0	3
S. Jorge	2	0	1	0	0	3
Pico	2	2	0	0	0	4
Faial	3	1	0	0	0	4
Flores	2	1	0	0	0	3
Corvo	1	1	0	0	0	2
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>43</b>

Fonte: Comissão Nacional de Eleições, <http://eleicoes.cne.pt>

O CDS obteve um importante resultado que permitiu a eleição de dois representantes seus para a Assembleia Legislativa Regional, com todos os benefícios de projecção pública e participação efectiva na construção do modelo autonómico que tal facto acarretou. O PCP, reflectindo mais uma vez as dificuldades de penetração sentidas desde o início do período de transição, obteve um resultado bastante fraco que não lhe permitiu eleger qualquer representante, relegando-o portanto para o lugar de força política *outsider*.

### **Vicissitudes do Sistema Eleitoral**

Se o voto se assume como instrumento mais caracterizador dos regimes democráticos, o sistema eleitoral afirma-se como conjunto de regras determinantes para reflectir a vontade popular expressa nas urnas na distribuição do poder pelas diversas forças políticas concorrentes. Neste sentido, e dada a diversidade de modelos existentes, a definição do sistema eleitoral assume uma importância significativa uma vez que da sua aplicabilidade em muito dependerá a configuração do sistema de partidos. A delimitação dos círculos eleitorais e a opção por um modelo maioritário ou por um modelo proporcional apresentam-se como matérias com forte influência no funcionamento do sistema eleitoral.

Podemos sublinhar, segundo Ricardo Leite Pinto (1984: 103 e 104), algumas ideias fulcrais acerca da delimitação dos círculos eleitorais.

1. Devem possuir uma grandeza semelhante – geometria dos círculos eleitorais;
2. Devem assentar os seus contornos em razões históricas, administrativas ou geográficas, e não em critérios políticos – conformação natural dos círculos eleitorais;
3. No tocante à relação entre os deputados por círculos e os cidadãos eleitores nele inscritos, deve vigorar uma regra de proporcionalidade, de modo a evitar efeitos distorsores na representação política.

A este respeito, não podemos também deixar de realçar a fórmula que afirma que quanto maior o círculo eleitoral, maior o seu grau de proporcionalidade. Do que se depreende que os círculos mais pequenos em muito se assemelham com os sistemas maioritários, admitindo fortes desproporcionalidades entre os votos obtidos e a distribuição de mandatos entre as diversas forças políticas concorrentes.

No que ao tipo de sistema eleitoral diz respeito, Portugal optou por um sistema proporcional em prejuízo de um sistema maioritário (CRP, 113º Artigo, n.º 5).. A adopção do sistema proporcional encontra-se intimamente relacionada com diversos vectores. Em primeiro lugar podemos destacar o facto de ter surgido como resposta ao sistema maioritário adoptado pelo Estado Novo, representando uma forma de desvinculação dos processos adoptados pela ditadura.

Por outro lado, surgiu como exigência e necessidade de representação da diversidade de correntes de opinião surgidas após o 25 de Abril<sup>94</sup>, sendo de destacar o facto dos vários partidos ainda não serem conhecedores da sua real influência junto do eleitorado aquando da definição do tipo de sistema a adoptar. Ou seja, o sistema proporcional, apareceu, naturalmente, como o modelo mais consensual entre as diversas forças políticas.

O sistema proporcional revelou-se também como um modelo revelador da então maior preocupação com a representatividade do que com a governabilidade. Uma das regras determinadas pela adopção do sistema proporcional é a probabilidade que desencadeia de multipartidarismo e representação difusa, consignada como uma das regras do francês Maurice Duverger (1961: 291). No entanto, importa salientar que são diversos os autores que negam a referida relação de causalidade. Douglas Rae, por exemplo, defende a não existência de uma relação causa-efeito entre a representação proporcional e a instabilidade governamental (Pereira, 1986: 145).

---

<sup>94</sup> “Com efeito, o sistema proporcional, arranca da ideia de que todas as forças sociais e grupos políticos devem estar representados no Parlamento, na justa medida do seu apoio eleitoral. Ou seja, todas as preferências eleitorais do cidadão – todos os votos são iguais quanto ao resultado – são tomadas em conta, valoradas e têm, desta forma, eficácia. (...) Contrariamente, num sistema eleitoral assente no princípio maioritário, só os votos alcançados pelo candidato ou partido vencedor, são potencialmente eficazes” (Pinto, 1984: 105).

Como é natural, o sistema eleitoral a ser aplicado nas eleições legislativas regionais dos Açores é regido, com adaptações, pelas regras definidas para a eleição para a Assembleia da República ([www.cne.pt](http://www.cne.pt)):

1. As candidaturas são apresentadas exclusivamente por partidos políticos, isoladamente ou em coligação, podendo as listas integrar não inscritos nos respectivos partidos (independentes)
2. O eleitor dispõe de um voto singular para votar em listas plurinominais, fechadas e bloqueadas.
3. Vigora o sistema de representação proporcional fazendo-se a conversão de votos em mandatos através do método de Hondt.
4. Está constitucionalmente excluída a imposição de limites à conversão de votos em mandatos, através da exigência de percentagem mínima de votos para que um partido se veja representado no parlamento.

### **O Sistema Eleitoral dos Açores**

A definição do sistema eleitoral a ser aplicado nas eleições legislativas regionais caracterizou-se, deste logo, pela necessidade de garantir a representatividade de todas as ilhas sem colocar em causa a representatividade global do sistema. No entanto, a heterogeneidade da densidade populacional das diferentes ilhas dificulta a referida questão. Colocou-se desde logo uma dificuldade de compatibilização da regra que deverá garantir a igualdade do peso do voto de cada cidadão e, por outro lado, a necessidade e vontade de garantir a representação de todas as ilhas do arquipélago.

Neste sentido, o Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores (Decreto-Lei n.º 318-b/76, de 20 de Abril), determinou o seguinte no seu articulado:

Figura 1 – Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores: Título II

<p><b>TITULO II</b></p> <p><b>Órgãos regionais</b></p> <p><b>CAPÍTULO I</b></p> <p><b>Assembleia Regional</b></p> <p><b>SECÇÃO I</b></p> <p><b>Composição</b></p> <p>Art. 6.º A Assembleia Regional é composta por Deputados regionais, eleitos mediante sufrágio universal, directo e secreto, de harmonia com o princípio da representação proporcional e por círculos eleitorais.</p> <p>Art. 7.º — 1. Haverá nove círculos eleitorais, correspondentes a cada uma das ilhas da Região e designados pelo respectivo nome.</p> <p>2. Cada um dos círculos referidos no número anterior elegerá dois Deputados, e mais um por cada 7500 eleitores recenseados ou fracção superior a 1000.</p> <p>Art. 8.º Serão eleitores os cidadãos portugueses inscritos no recenseamento eleitoral na área do respectivo círculo.</p>
--

Fonte: Diário da República, <http://www.dro.pt>

Ou seja, independentemente da população de cada ilha, estas elegem, no mínimo, dois deputados. Como é natural, tal facto é por si só desestabilizador do princípio da proporcionalidade, devido à referida heterogénea densidade populacional das diferentes ilhas. Os quadros abaixo apresentados, tomando como exemplo os resultados eleitorais verificados nas eleições legislativas regionais de 1976, demonstram bem a desproporcionalidade inerente ao sistema adoptado.

Quadro 26 – Sistema Eleitoral: Relação Eleitores/Deputados por Ilha

<b>Sistema Eleitoral Açores</b>			
<b>Relação Eleitores/Deputados por Ilha</b>			
	Eleitores	Mandatos	N.º Eleitores por Deputado
Sta. Maria	4766	3	1589
S. Miguel	80336	13	6180
Terceira	40222	8	5028
Graciosa	4324	3	1441
S. Jorge	7710	3	2570
Pico	11413	4	2853
Faial	10898	4	2725
Flores	2680	3	893
Corvo	309	2	155
<b>Total</b>	<b>162658</b>	<b>43</b>	<b>3783</b>

Fonte: Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

Quadro 25 – Sistema Eleitoral: Peso do Voto por Ilha

<b>Peso do Voto nos Açores</b>	
<b>Legislativas Regionais de 1976</b>	
1 Voto em:	Equivaliu em S. Miguel a:
Sta. Maria	3,9 votos
Terceira	1,2 votos
Graciosa	4,3 votos
S. Jorge	2,4 votos
Pico	2,2 votos
Faial	2,3 votos
Flores	6,9 votos
Corvo	40,0 votos

Fonte: Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

Ou seja, e tomando como exemplo a comparação extrema entre o Corvo e S. Miguel, onde em 1976 um voto na primeira ilha equivaleu a 40 votos na segunda, verifica-se que houve uma clara opção pela representatividade territorial em prejuízo da proporcionalidade do sistema eleitoral. O peso do voto assumiu-se diferenciado de ilha para ilha, com todas as consequências que tal facto acarreta para a proporcionalidade do sistema eleitoral. Como não podia deixar de ser, tal facto teve repercussões na capacidade das diversas forças políticas verem reflectidas de forma fidedigna os resultados eleitorais na sua efectiva representação na Assembleia Legislativa Regional. Tomando mais uma vez como exemplo o caso das eleições regionais de 1976, e caso se aplicasse nos Açores um sistema totalmente proporcional baseado num círculo eleitoral, a distribuição de mandatos entre as diversas forças políticas teria sido significativamente diferente.

Quadro 27 – Açores: Simulação Proporcionalidade dos Resultados de 1976

<b>Sistema Eleitoral Açores</b>				
Simulação Proporcionalidade Resultados 1976				
	Votos	%	Mandatos Obtidos	Mandatos a Obter
PPD	59114	53,8%	27	24
PS	36049	32,8%	14	15
CDS	8291	7,6%	2	3
PCP	2387	2,2%	0	1
Outros	805	0,7%	0	0
Total	106646	97,1%	43	43

Fonte: Baseado em Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

De facto, e como podemos verificar na simulação acima apresentada, se fosse aplicado um sistema totalmente proporcional com apenas um círculo eleitoral, a maioria de votos obtida pelo PPD não teria sido tão expressiva em termos de mandatos. Por seu turno, o PS teria mais um deputado, assim como o CDS, e o PCP conseguiria eleger um deputado. Ou seja, com esta simulação podemos verificar que a opção do sistema eleitoral por 9 círculos eleitorais, onde cada ilha elege à partida dois deputados, e a conversão de votos em mandatos através do método de Hondt, determinam alguma desproporcionalidade. Neste caso, os mandatos atribuídos à força vencedora das eleições, o PPD, aparecem sobrevalorizados relativamente aos resultados obtidos.<sup>95</sup>

---

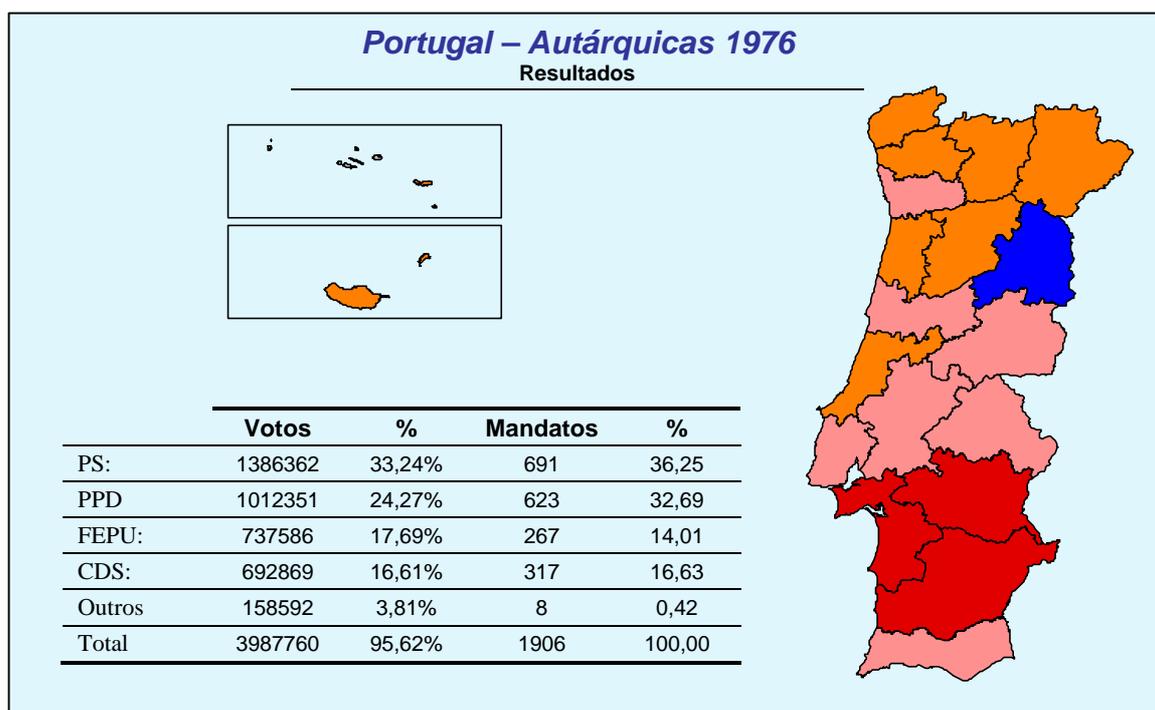
<sup>95</sup> Após vários anos em que a proporcionalidade do sistema eleitoral foi constantemente discutida de eleição para eleição, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores (ALRA) aprovou em 2005 uma revisão do sistema. Numa altura em que o número de deputados é de 52 deputados, ficou definida a criação de mais um círculo eleitoral regional, para além dos nove círculos correspondentes às ilhas, que elegerá 5 deputados através dos votos restantes, não utilizados devido à aplicação do método de Hondt. Ou seja, criou-se um círculo regional de compensação, cuja aplicação se fará pela primeira vez nas eleições legislativas regionais de 2008.

## Eleições Autárquicas

As primeiras eleições autárquicas representaram para as diversas forças políticas um desafio considerável: os milhares de lugares autárquicos a preencher em todo o país implicaram um esforço significativo de todos os partidos no sentido de captarem candidatos para as suas listas. Por seu turno, e em termos de análise política, as eleições autárquicas constituem um dos principais actos em democracia para colocar à prova a real influência que cada uma das forças políticas possui a nível local.

Marcadas para o dia 12 de Dezembro de 1976, as primeiras eleições democráticas para o poder local desde a queda da 1ª República foram antecedidas por um período de forte mobilização política a nível de estruturas locais. Embora estas mesmas estruturas tenham sido já testadas nos actos eleitorais anteriores, tratava-se agora de medir a sua real capacidade de influência com base em rostos e propostas locais. Torna-se o momento chave para medir a influência e capacidades dos seus quadros e estruturas locais partidárias.

Quadro 28 – Portugal: Resultados Eleições Autárquicas (Dezembro 1976)



Fonte: Baseado em Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

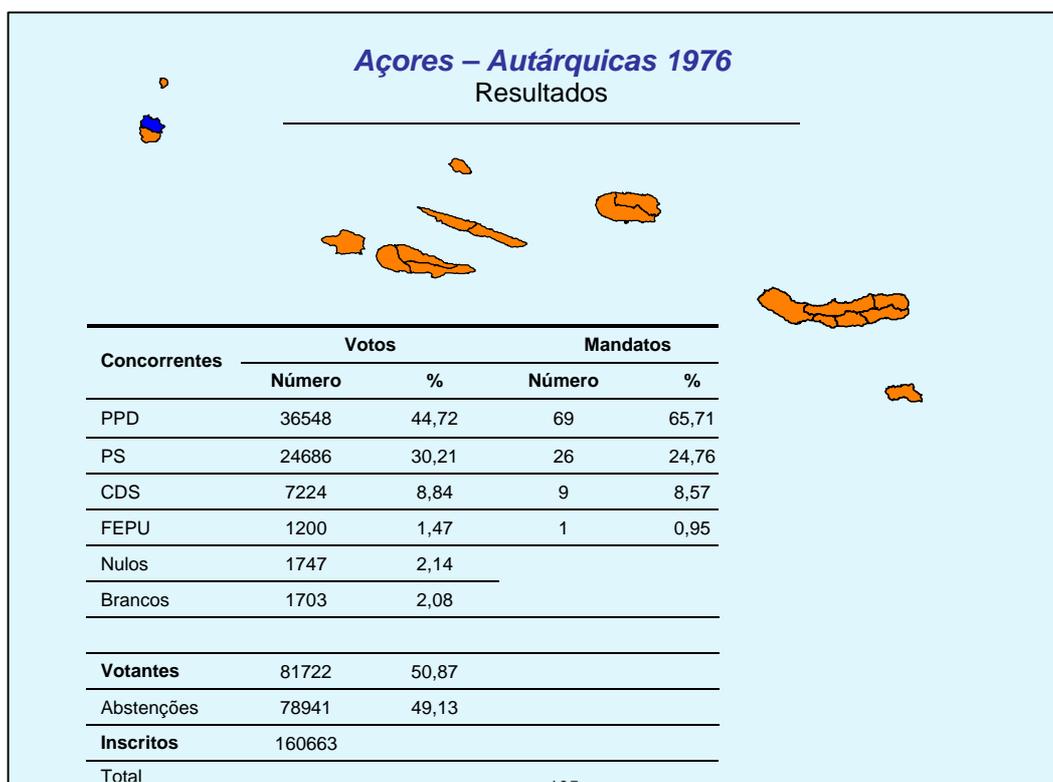
A nível nacional, voltou-se a verificar uma vitória clara do PS em termos de votos, seguido do PPD com 24,27%. No entanto, quando analisada a distribuição dos mandatos, verifica-se uma proximidade grande entre as duas principais forças políticas. Os resultados do PCP e do CDS são bastante positivos, situando-se ambos acima do patamar dos 15%.

Tomando como base de análise a figura acima apresentada, verifica-se uma forte predominância da esquerda política no sul do país, com o seu expoente máximo no Alentejo, onde se volta a acentuar a influência do PCP. Denota-te igualmente a vitória do PS nos três

distritos mais urbanos do país: Lisboa, Porto e Coimbra. Por seu turno, a direita política, como já vinha a ser notado, obtém os seus melhores resultados nos distritos mais a norte do país.

Nos Açores, não se denotaram igualmente grandes novidades relativamente aos anteriores actos eleitorais em termos de influência das diferentes forças políticas em confronto.

Quadro 29 – Açores: Resultados Eleições Autárquicas (Dezembro 1976)



Fonte: Baseado em Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt) , e Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, [www.stape.pt](http://www.stape.pt).

À semelhança dos anteriores actos eleitorais, o PPD voltou a conseguir uma significativa maioria em 8 das 9 ilhas do arquipélago, obtendo a presidência de 18 das 19 câmaras municipais açorianas. O PS conseguiu manter-se acima do patamar dos 30%, sendo no entanto bastante prejudicado, em termos proporcionais, na conversão dos votos em mandatos. Se em termos de percentagem de votos o PS obteve cerca de dois terços dos votos do seu principal oponente, em termos de mandatos atribuídos, obteve menos de metade.

Os resultados do CDS revelaram-se bastante positivos, destacando-se a conquista da presidência da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores. O partido consegue, deste modo, assumir um órgão de poder na região, com todo o valor simbólico que tal facto acarreta. Por seu turno, o PCP obtém um resultado bastante modesto, elegendo apenas um representante seu nas Lajes das Flores. A dificuldade de penetração do partido na realidade regional acaba por se confirmar de forma ainda mais evidente nestas eleições (contrariando aliás a sua força neste domínio a nível nacional).

Mas tomando como premissa que as eleições autárquicas são demonstrativas da real implantação local dos partidos, a supremacia do PPD revelou-se avassaladora a este respeito, representando o culminar de uma implantação rápida e eficaz na região. O partido então liderado por Mota Amaral demonstra nas eleições autárquicas que o seu predomínio na região assenta não somente na popularidade do seu líder regional, mas igualmente em sólidas redes locais (ver pág. 86)

Importa igualmente verificar a capacidade que as diversas forças políticas tiveram na apresentação de candidaturas à presidência das câmaras municipais. Neste sentido, o PPD foi o único partido com capacidade de apresentação de candidaturas à presidência da Câmara Municipal nos 19 concelhos da região<sup>96</sup>. O PS apresentou candidaturas em todos os concelhos, com excepção das Velas, em S. Jorge. O CDS candidatou-se a 14 e o PCP apenas a 9 Câmaras Municipais.

Com a realização das eleições autárquicas, terminou o primeiro ciclo eleitoral a nível nacional e regional. Ou seja, após cerca de dois anos e meio de esforço de implantação por parte das forças políticas emergentes, o primeiro ciclo eleitoral acaba por ser o verdadeiro resultado deste seu trabalho inicial tão importante. Tal como já referimos anteriormente, o exercício do poder nos primeiros mandatos democráticos assumiu uma importância significativa para os diversos partidos políticos dado o capital simbólico que tal facto acarretou, assim como a capacidade que os mesmos adquiriram de actuar no panorama político enquanto poder instituído durante os anos correspondentes aos mandatos em questão. Importa igualmente voltar a realçar a importância que o acesso ao poder pode ter na distribuição de recursos públicos, como empregos por exemplo, e os efeitos que tal facto pode ter no aumento da influência de uma determinada força política.

Por outro lado, e de destacar tendo em conta o objecto do presente trabalho de investigação, o fim do primeiro ciclo eleitoral concede o primeiro panorama sobre o sistema de partidos após dois longos anos de transição para a democracia.

---

<sup>96</sup> O PPD foi o único partido a candidatar-se à presidência da Câmara Municipal da Calheta em S. Jorge, situação que reflecte a dinâmica inerente ao período de transição para a democracia e a dificuldade das novas forças políticas obterem implantação em todas as realidades locais.



**Capítulo VII**  
***Definição e Consolidação do Sistema de Partidos***

## Capítulo VII – Definição e Consolidação do Sistema de Partidos

Terminada a revisão detalhada de todo o período de transição para a democracia, que culminou com a realização do primeiro ciclo eleitoral, importa agora recentrar o nosso enfoque na análise da origem do sistema de partidos na região. Ou seja, procurar sistematizar toda a informação até agora exposta no sentido de explicar a forma como o sistema de partidos na região surgiu, fruto da dinâmica ocorrida durante o período da transição.

Para o efeito, procederemos, numa primeira fase do presente capítulo, a uma caracterização do sistema de partidos na região formalmente consagrado com os resultados eleitorais do primeiro ciclo eleitoral democrático. Relacionando-o com a dinâmica do período da transição, procederemos à exposição dos traços mais determinantes que caracterizaram a implantação dos quatro principais partidos políticos. Procuraremos obter um quadro abrangente sobre o estado de implantação de cada uma das forças políticas no fim do período da transição para a democracia.

Numa segunda fase, procederemos à classificação do sistema de partidos saído da transição segundo a tipologia de Giovanni Sartori (1976), que tivemos oportunidade de expor no Capítulo I do presente trabalho de investigação (ver pág. 24 e seguintes).

Por fim, e numa terceira fase, centraremos a nossa análise na evolução e dinâmica do sistema de partidos até à actualidade. Recorrendo sobretudo à análise dos resultados eleitorais verificados até 2005, visamos demonstrar a importância e durabilidade da influência política adquirida pelos partidos, cuja origem remonta sobretudo ao período da transição para a democracia.

### ***Transição para a Democracia e a Definição do Sistema de Partidos***

Com a realização do primeiro ciclo eleitoral, encerrou-se a fase de transição para a democracia nos Açores. A consagração das Autonomias Regionais na Constituição da República Portuguesa, a aprovação do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores e a realização do primeiro ciclo eleitoral, encaminharam o sistema político autonómico com todas as suas instituições para a fase de consolidação. Importa, no entanto, no quadro do presente trabalho de investigação, proceder a uma caracterização do sistema de partidos definido no contexto da transição para a democracia.

Como é natural, realizaremos a referida comparação tendo por base um conjunto de factores que nos parecem determinantes, recorrendo igualmente ao posicionamento de cada um dos partidos relativamente aos seus concorrentes.

Quadro 30 – Traços Caracterizadores da Implantação dos Partidos nos Açores (1974-1976)

<b>Implantação dos Partidos nos Açores (1974-1976) – Traços Caracterizadores</b>	
<b>PPD</b>	<b>PS</b>
? Rápido aparecimento no contexto regional	? Líderes notáveis a nível nacional mas pouco reconhecidos a nível regional
? Manifesta experiência e carisma do líder	? Ausência do líder no terreno regional
? Aproveitamento de redes políticas do antigo regime	? Dificuldade de captação de quadros regionais dado o pouco visível oposicionismo à ditadura
? Implantação rápida no terreno	? Dificuldade, numa primeira fase, na hegemonização da esquerda regional
? Adequação programática ao contexto regional	? Fraca adequação programática ao contexto regional
? Rápida mobilização de temáticas locais	? Implantação prejudicada por hostilidade ambiental
? Capacidade de mobilização da temática da autonomia e do regionalismo açoriano	? Dualidade na adopção da temática da autonomia, revelando desarticulação entre posicionamento dos quadros “notáveis” nacionais e os quadros regionais
? Posição dualista quanto ao independentismo que em muito beneficiou a sua afirmação política	? Insucesso no assumir da posição de “partido charneira”
? Hegemonização do espaço partidário do centro e direita política no arquipélago	
<b>CDS</b>	<b>PCP</b>
? Implantação bastante tardia (Fevereiro 1975)	? Inexistência de organização antes do 25 de Abril
? Liderança pouco reconhecida a nível regional	? Liderança pouco reconhecida, constituída sobretudo por <i>outsiders</i> ao panorama regional
? Dificuldade inicial de penetração no terreno devido a hostilidade ambiental, atenuada no entanto com o evoluir do processo de transição	? Estreito relacionamento com o MDP, com benefícios em termos de afirmação política, mas com prejuízos em termos de afirmação autónoma
? Dificuldade de afirmação devido à hegemonia PPD	? Forte desadequação programática relativamente ao meio regional
? Adequação programática ao contexto regional	? Hostilidade ambiental de que foi alvo, que culminou com a expulsão de militantes seus da região, determinou sua dificuldade de implantação
? Assunção da autonomia regional como prioridade	
? Posição dualista quanto ao independentismo que beneficiou a sua afirmação política	

O quadro acima apresentado traça-nos um panorama geral sobre a implantação dos partidos políticos a nível regional com base em elementos que tivemos oportunidade de analisar em capítulos anteriores. Do quadro ressalta a forma bem sucedida como decorreu a implantação do PPD nos Açores. Destacam-se uma série de factores endógenos ao próprio partido, como a experiência e carisma do seu líder no distrito de Ponta Delgada, a forma rápida e eficaz como o partido se implantou no contexto regional, a mobilização de redes políticas originárias do antigo regime. A adequação programática a um contexto regional relativamente não muito receptivo a algumas das novidades proclamadas pela revolução e a afirmação do seu carácter regionalista, que encontrou na temática da autonomia uma das suas principais bandeiras políticas, acabou por em muito beneficiar a influência política do PPD junto da população.

Por outro lado, importa destacar a forma como factores exógenos ao PPD também em muito favoreceram a sua implantação. O radicalismo político que se verificou no continente, sobretudo após o 11 de Março, possibilitou que o PPD se afirmasse como partido defensor da ordem e costumes açorianos, conseguindo erguer bem alto aquela que já se tinha afirmado como sua principal prioridade política – a autonomia regional. O partido consegue, deste modo, apropriar-se das seculares aspirações autonomistas açorianas. É igualmente neste contexto

que o PPD consegue assumir uma posição de forte dualidade aquando da intensificação da acção dos movimentos independentistas, com quadros destacados seus participando nas movimentações e beneficiando de uma articulação significativa com os independentistas. Ou seja, todos estes factores propiciaram que o PPD conseguisse durante o período de transição uma importante influência política no meio regional, assumindo a posição de partido maioritário, mas igualmente de partido charneira na região durante a dinâmica e momentos turbulentos do período da transição. Esta posição, que já havia sido rubricada pelos resultados obtidos nas eleições para a Assembleia Constituinte, acaba por ser promulgada pelos resultados do primeiro ciclo eleitoral.

Contrariando o seu posicionamento a nível nacional, o PS encontra na região algumas dificuldades de implantação. O facto de demonstrar uma liderança ausente, o facto de não dispor de redes sociais em que assentar no arquipélago e a sua dificuldade em adaptar-se programaticamente à realidade regional, assumindo inclusive alguma dualidade quanto à questão da autonomia, terão sido determinantes na construção da sua influência política. O contexto em que se movimentou acabou por aprofundar as referidas debilidades políticas internas. A sua dificuldade de hegemonização das correntes de esquerda até então existentes, a hostilidade ambiental de que foi vítima, e o facto de o seu principal adversário o “empurrar” constantemente para uma posição mais à esquerda, impossibilitou que a implantação regional tivesse o mesmo sucesso do que a verificada a nível nacional. No fundo, e durante o período de transição, o PS denotou dificuldades de afirmação, que podem ser justificadas por factores internos ou externos à dinâmica do próprio partido, que o relegaram para o segundo lugar das preferências políticas da população açoriana.

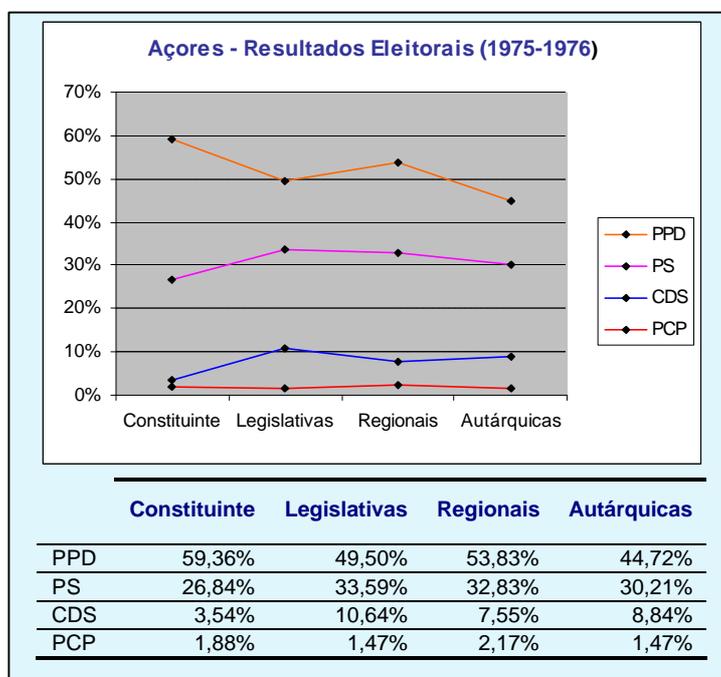
A implantação do CDS revelou-se problemática numa primeira fase do período de transição. O arranque tardio do partido e a hostilidade ambiental de que foi vítima acabaram por determinar algumas dificuldades de implantação. No entanto, sobretudo após as eleições para a Assembleia Constituinte, e apesar de prejudicado pelo papel hegemónico do PPD no panorama da direita política regional, o partido foi conseguindo afirmar-se lentamente, assumindo o estatuto de terceira força política do arquipélago. Neste sentido, importa inclusive destacar que o CDS conseguiu encontrar na região algumas localidades onde a sua influência se fez sentir fortemente. Como reflexo desta capacidade do partido encontra-se o facto de ter conseguido obter 9 mandatos no arquipélago nas eleições autárquicas de 1976, destacando-se a conquista da Câmara da Municipal de Sta. Cruz das Flores.

O caso da implantação do PCP nos Açores acaba por denotar semelhanças com o sucedido em muitas regiões do centro e norte de Portugal continental. Tendo em conta a inexistência de qualquer forma de organização sua no arquipélago antes do 25 de Abril, e apesar da sua inadequação programática a um contexto regional pouco progressista politicamente se ter manifestado desde o início do período de transição, o partido foi vítima sobretudo após o 11 de Março de 1975 de uma forte hostilidade ambiental que determinou significativamente a sua fraca implantação. Neste sentido, não se torna excessivo voltar a sublinhar que a expulsão de

cerca de uma centena dos seus militantes do arquipélago durante o Verão Quente se revelou um condicionamento incontornável na sua afirmação regional.

A conjugação de todos estes factores caracterizadores da implantação regional dos quatro principais partidos reflectiu-se nos resultados eleitorais verificados em 1975 e 1976.

Quadro 31 – Açores: Resultados Eleitorais 1975-1976



Fonte: Baseado em Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt), e Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, [www.stape.pt](http://www.stape.pt).

Em quatro actos eleitorais consecutivos, o PPD garantiu grandes maiorias absolutas, adquirindo resultados no mínimo dez pontos percentuais acima do seu principal adversário. O PS acabou por só conseguir ultrapassar timidamente, no conjunto dos quatro actos eleitorais, a barreira dos trinta por cento. Ou seja, a supremacia política do PPD que sublinhámos na nossa análise do período de transição para a democracia nos Açores reflectiu-se de forma evidente nos resultados eleitorais obtidos pelo PS.

No que diz respeito aos resultados obtidos pelos restantes partidos, verificamos que o CDS, apesar das dificuldades de implantação inicial, e apesar de manifestar uma influência inferior à média nacional, conseguiu afirmar-se de forma indiscutível como terceiro partido regional. Por seu turno, o PCP, fruto do já referido complicado processo de implantação, obtém nos Açores resultados quase insignificantes, ficando muito aquém dos seus resultados a nível nacional.

Com vista a melhor detalhar os resultados, procedemos igualmente à análise dos resultados em todas as freguesias do arquipélago, apurando o partido vencedor em cada uma das freguesias, traçando um panorama geral sobre a real influência local de cada uma das forças políticas. Os resultados da abordagem que levamos a cabo revelaram-se bastante clarividentes:

Quadro 32 – Açores: Influência dos Partidos por Freguesias (1975-1976)

### Açores – Resultados Eleitorais 1975/1976 Influência Partidos por Freguesias

Vitórias Eleitorais por Freguesia					% Vitórias Eleitorais por Freguesia				
Partidos	1975		1976		Partidos	1975		1976	
	Constituinte	Legislativas	Regionais	Autárquicas		Constituinte	Legislativas	Regionais	Autárquicas
<b>PSD</b>	124	100	108	108	<b>% PSD</b>	87,9	70,9	76,6	82,4
<b>PS</b>	15	33	30	17	<b>% PS</b>	10,6	23,4	21,3	13
<b>CDS</b>	2	8	3	5	<b>% CDS</b>	1,42	5,67	2,13	3,82
<b>CDU</b>	0	0	0	0	<b>% CDU</b>	0	0	0	0
<b>Outros</b>	0	0	0	1	<b>% Outros</b>	0	0	0	0,76

Fonte: Baseado em Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

Pelos dados acima representados, verificamos que a influência do PPD verificou-se não apenas na região como um todo, mas baseou-se igualmente numa hegemonia manifesta na vasta maioria das freguesias do arquipélago. Logo nas eleições para a Assembleia Constituinte, o partido venceu em 124 (87,9%) das 141 freguesias do arquipélago, manifestando uma vasta superioridade perante as restantes forças políticas. Nas eleições legislativas e nas eleições regionais, o PPD voltou conquistar vitórias em mais de 70% das freguesias açorianas. Nas eleições autárquicas, momento chave para a análise da real influência local de cada força política, o PPD conquistou vitórias em mais de 80% das freguesias açorianas.

A análise dos resultados acima expostos permitem-nos verificar que, durante e no culminar do período de transição, a influência eleitoral do PPD consubstanciou-se, por um lado, em eleições de âmbito nacional e regional, nas quais o papel das lideranças distritais, mas sobretudo regionais, terão desempenhado um papel decisivo. Por seu turno, a sólida vitória obtida nas eleições autárquicas demonstrou igualmente a superioridade da implantação local levada a cabo pelo PPD relativamente aos seus principais adversários.

Relativamente às restantes forças políticas, podemos afirmar que a análise exposta acaba por ser drástica na avaliação da sua capacidade de implantação. O PS nunca conseguiu obter vitórias em sequer 1/4 das freguesias do arquipélago, sendo de sublinhar que nas eleições para a Assembleia Constituinte apenas saiu vitorioso em 1/10 das freguesias açorianas. Tal facto reflecte de forma evidente as dificuldades de implantação do partido a nível local. No que diz respeito ao CDS e ao PCP, enquanto o primeiro consegue reflectir alguma implantação a nível local, os resultados do segundo são nulos.

No fundo, o resultado da análise do quadro partidário regional saído da transição para a democracia é bastante pragmático: o PPD conseguiu assumir-se com grande rapidez como o grande partido regional.

### ***Classificação do Sistema de Partidos saído da Transição***

Procuraremos proceder no presente subcapítulo à classificação do sistema de partidos saído da transição para a democracia. O referido objectivo será colocado em prática tendo por base toda a análise do período de transição para a democracia que efectuamos no presente trabalho de investigação, e que procurámos sistematizar no subcapítulo anterior. Para efeitos de classificação do sistema de partidos, recorreremos à tipologia que nos é fornecida por Giovanni Sartori (ver pág. 24 e seguintes).

Importa salientar, no entanto, em termos metodológicos, que o objectivo que nos propomos realizar comporta um importante desafio: as classificações delineadas por Sartori não foram concebidas tendo em conta análises de contextos de transição para a democracia. O autor previu sobretudo a sua aplicação a sistemas relativamente consolidados e tendo por base um espaço temporal relativamente amplo, que permitisse analisar a dinâmica da competição política durante diversas legislaturas. No presente trabalho, dado o seu objecto de análise, tais factos não se verificam uma vez que o âmbito temporal que nos propusemos analisar enquadra-se entre os anos de 1974 a 1976.

No entanto, apesar deste desafio metodológico, consideramos que a tipologia de Sartori pode ser devidamente adaptada para o efeito. Para tal, teremos menos em conta a longevidade temporal do objecto – o sistema de partidos saído da transição para a democracia - procurando contrabalançar tal facto com alguma profundidade na análise da competição política no período em questão, analisando nomeadamente os resultados eleitorais obtidos em diversos actos eleitorais consecutivos. Substituímos, no fundo, o critério longevidade de Sartori pelo critério profundidade

Neste sentido, tendo em conta a dinâmica dos anos de 1974/1976 e os resultados eleitorais verificados, podemos classificar o sistema de partidos nos Açores saído da transição para a democracia como um *sistema de partido predominante*.

Começamos por justificar a classificação proposta com base no critério numérico ou de contagem dos partidos relevantes de Giovanni Sartori. Consideramos que no período em análise, quatro partidos – PPD, PS, CDS e PCP – se destacaram claramente das restantes forças em competição. A atribuição de relevância aos dois primeiros partidos parece-nos evidente, uma vez que a mesma é demonstrada, em última análise, pelos resultados eleitorais obtidos. Sublinhamos, no entanto, que a relevância do primeiro manifesta-se no período em análise de forma muito mais evidente do que a do segundo.

Relativamente ao CDS, apesar da sua influência eleitoral na região ser visivelmente inferior à verificada a nível nacional, o partido consegue nos quatro actos eleitorais em análise

resultados que o colocam no “círculo” de relevância política. O seu potencial de coligação (ver pág. 24) acaba por só não se manifestar por haver uma superioridade grande do PPD relativamente ao PS. No que diz respeito ao PCP, a justificação da sua relevância não pode ser feita através dos resultados eleitorais obtidos, uma vez que os mesmos foram muito baixos, mas por se enquadrar na tipologia de partido anti-sistema definida por Sartori (ver pág. 24).

Assinalados os partidos políticos relevantes, a classificação a atribuir podia ter recaído sobre um sistema de pluralismo limitado. Excluímos a referida classificação por verificarmos que em quatro actos eleitorais consecutivos, um partido se destacou relativamente aos restantes por uma clara supremacia em termos de influência política junto da população. A obtenção de quatro maiorias absolutas consecutivas determina igualmente a exclusão da classificação de um sistema de pluralismo moderado, uma vez que os resultados foram expressivos o suficiente para que o partido vencedor, caso se tratassem de eleições para órgãos colegiais, obtivesse toda a legitimidade para governar sozinho. Ou seja, a força eleitoral do PPD determinou uma ampla margem de manobra relativamente ao segundo classificado, assim como a exclusão de soluções de coligação com terceiros.

Neste sentido, consideramos que a definição de Sartori de *sistema de partido predominante* é a que melhor se aplica ao paradigma político saído da transição para a democracia nos Açores. Se por um lado a obtenção de quatro vitórias consecutivas já poderia ser suficiente para concluirmos por esta classificação, a verificação que tais vitórias se basearam também numa vasta superioridade de implantação a nível local acaba por reforçar a referida classificação. O PPD rapidamente se afirmou como o maior partido açoriano.

### ***Dinâmica do Sistema de Partidos até à Actualidade***

Tal como já referimos anteriormente (ver pág. 35 e seguintes), a importância do jogo de poder durante o período da transição para a democracia, com toda a dinâmica de definição das instituições do novo regime político, afirma-se sobretudo pelas suas repercussões no período da consolidação da democracia. Ou seja, as regras definidas no período da transição acabam por perdurar durante a consolidação da democracia, o que explica toda a intensa competição entre as forças políticas durante a transição.

Mas os efeitos do período de transição para a democracia conseguem ser mais vastos do que o perdurar das instituições políticas assentes em regras formais. As repercussões do referido período fazem-se sentir igualmente em termos de tendências no seio da competição política. A afirmação de um determinado actor em termos de influência no período de transição consegue-lhe valer-lhe uma importante vantagem competitiva sobre os seus concorrentes durante os períodos seguintes. Se a essa influência somarmos a importância do exercício do poder nas primeiras legislaturas durante a consolidação da democracia, com toda a possibilidade de usufruto dos benefícios associados à determinação dos destinos colectivos (e.g. elevada exposição mediática, capacidade de demonstração de obra feita, clientelismo na distribuição de

empregos públicos, entre outros), verificamos que as dinâmicas políticas do primeiros anos de um regime democrático em muito determinam os seus desenvolvimentos políticos futuros.

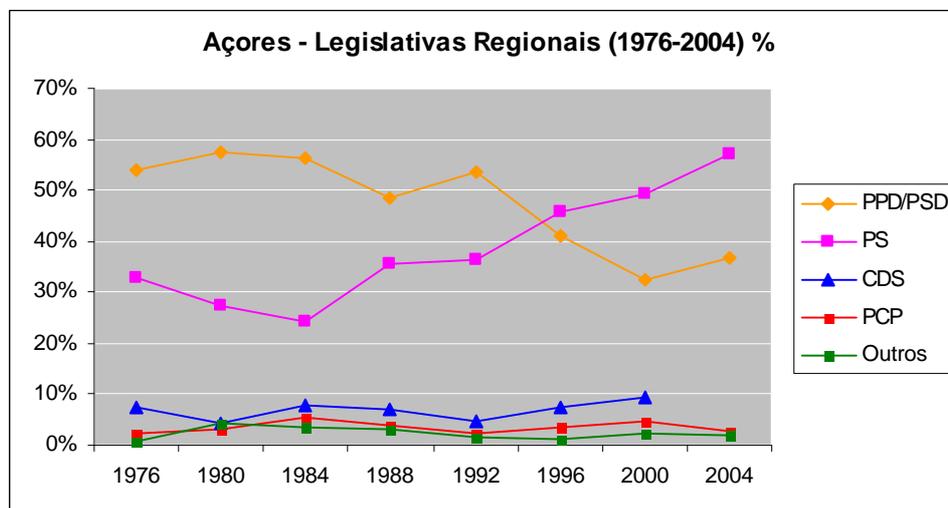
Importa, portanto, procurar analisar de forma sintética no presente subcapítulo o desenvolvimento do sistema de partidos nos Açores desde o período da transição até à actualidade.

Neste sentido, começemos por relembrar a definição de partido predominante que nos é fornecida por Giovanni Sartori (1976: 346):

*“Um sistema de partido predominante verifica-se quando, e enquanto, o seu maior partido é consistentemente suportado por uma maioria absoluta dos assentos parlamentares. Tal facto acarreta que um partido predominante pode deixar de ser, a qualquer altura, predominante. Quando o referido fenómeno acontece, ou o padrão é restabelecido ou o sistema muda a sua natureza, ou seja, deixa de ser um sistema de partido predominante.”*

A definição de Sartori acaba por assumir uma pertinência clara no presente contexto, uma vez que faz referência ao tipo de evolução que o sistema de partido predominante poderá desenvolver. Caber-nos-á, deste modo, verificar a aplicação do paradigma formulado ao contexto açoriano. Para o efeito, recorreremos à análise da influência eleitoral das quatro principais forças políticas durante os últimos 30 anos.

Quadro 33 – Açores: Resultados Eleições Legislativas Regionais (1976-2004)

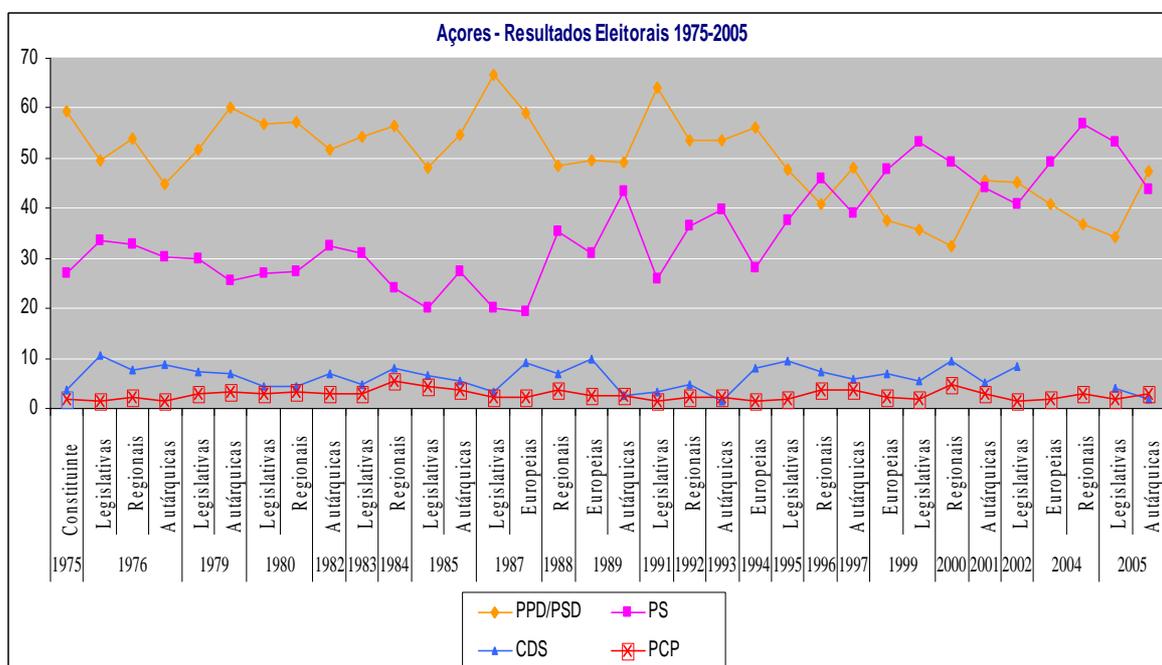


### Eições Legislativas Regionais – 1976-2004

	1976	1980	1984	1988	1992	1996	2000	2004
PPD/PSD	53,83%	57,35%	56,42%	48,57%	53,59%	41,00%	32,48%	36,84% <sup>97</sup>
PS	32,82%	27,27%	24,23%	35,48%	36,41%	45,82%	49,20%	56,97%
CDS	7,55%	4,47%	7,92%	7,05%	4,58%	7,37%	9,56%	
PCP	2,17%	3,21%	5,29%	3,82%	2,30%	3,48%	4,83%	2,79%
Outros	0,73%	4,41%	3,53%	3,10%	1,43%	1,17%	2,18%	1,83%

Fonte: Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, www.stape.pt.

Quadro 34 – Açores: Resultados Eleitorais (1975-2005)



<sup>97</sup> PSD em coligação com CDS-PP

		PPD/PSD	PS	CDS	PCP
1975	Constituinte	59,4	26,8	3,5	1,9
1976	Legislativas	49,5	33,6	10,6	1,5
	Regionais	53,8	32,8	7,6	2,2
	Autárquicas	44,72	30,21	8,84	1,47
1979	Legislativas	51,9	29,8	7,3	3,1
	Autárquicas	60,1	25,4	7,0	3,2
1980	Legislativas	56,9	27,2	4,4	3,1
	Regionais	57,4	27,3	4,5	3,2
1982	Autárquicas	51,8	32,4	7,1	2,9
1983	Legislativas	54,5	31,1	4,7	3,1
1984	Regionais	56,4	24,2	7,9	5,3
1985	Legislativas	48,2	20,0	6,4	4,4
	Autárquicas	54,7	27,3	5,5	3,6
1987	Legislativas	66,6	20,0	3,3	2,3
	Europeias	59,2	19,4	9,3	2,2
1988	Regionais	48,6	35,5	7,1	3,8
1989	Europeias	49,7	31,0	9,8	2,6
	Autárquicas	49,2	43,3	2,5	2,6
1991	Legislativas	64,1	25,8	3,4	1,3
1992	Regionais	53,6	36,4	4,6	2,3
1993	Autárquicas	53,7	39,6	1,3	2,1
1994	Europeias	56,0	28,1	8,0	1,6
1995	Legislativas	47,8	37,5	9,4	1,7
1996	Regionais	41,0	45,8	7,4	3,5
1997	Autárquicas	48,2	39,1	5,7	3,6
1999	Europeias	37,6	47,8	6,8	2,3
	Legislativas	35,8	53,3	5,6	1,7
2000	Regionais	32,5	49,2	9,6	4,8
2001	Autárquicas	45,4	44,0	4,9	2,8
2002	Legislativas	45,4	41,0	8,4	1,4
2004	Europeias	40,9	49,3		1,7
	Regionais	36,8	57,0		2,8
2005	Legislativas	34,4	53,1	4,0	1,7
	Autárquicas	47,5	43,8	1,7	2,9

Fonte: Baseado em Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt), e Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, [www.stape.pt](http://www.stape.pt).

A análise dos gráficos e tabelas acima representados permite-nos obter um panorama geral sobre a evolução do sistema de partidos. Tendo por base as legislaturas regionais, podemos verificar a existência de três fases distintas no sistema de partidos açoriano:

1. Predominância PPD/PSD (1976-1995)
2. Período de Alternância (1996-1998)
3. Predominância PS (1999-2005)

A primeira fase, que tem como âmbito temporal o período que vai de 1976 a 1995, caracteriza-se pela obtenção de cinco maiorias absolutas do PPD/PSD nas eleições regionais. Durante os

primeiros 20 anos de democracia nos Açores, o partido liderado por João Bosco Mota Amaral manteve-se como principal força política açoriana, demonstrando uma clara hegemonia política sobre os restantes partidos políticos. Tal facto pode ser comprovado tendo em conta os resultados eleitorais das eleições legislativas regionais, mas igualmente se tivermos em conta os resultados obtidos em todos os actos eleitorais<sup>98</sup> durante os referidos vinte anos em todas as freguesias.

Quadro 35 – Açores: Vitórias por Freguesia (1975-1995)

<b>Açores 1976-1995</b>		
Vitórias por Freguesia		
	Total Vitórias	%
<b>PPD/PSD</b>	2707	83,7
<b>PS</b>	413	12,8
<b>CDS</b>	34	1,1
<b>CDU</b>	6	0,2
<b>Outros</b>	75	2,3
<b>Total</b>	3235	100,0

Fonte: Baseado em Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

Em 22 actos eleitorais consecutivos, o PPD/PSD obteve maiorias na região, com resultados acima ou muito próximos dos 50% dos votos. Num total de 3235 vitórias possíveis nas freguesias do arquipélago, o PPD/PSD liderado por Mota Amaral conseguiu obter 2707 vitórias (83,7%), o que demonstra bem a vasta influência do partido a nível regional. Importa fazer notar que, durante o referido período, o sistema de partidos nos Açores se manteve quase imune às flutuações de influência política verificadas no Continente, manifestando características claras de um sistema de partido predominante.

Podemos, deste modo, afirmar que o sistema de partidos herdado da transição para a democracia se manteve em vigor durante vinte anos, num total de 22 actos eleitorais.

As eleições legislativas regionais de 13 de Outubro de 1996 marcaram uma importante mudança na dinâmica política açoriana. O Partido Socialista obteve pela primeira vez uma vitória eleitoral de âmbito regional, quebrando o longo ciclo de vitórias do PPD/PSD.

---

<sup>98</sup> Por ser a competição exclusivamente partidária que nos interessa analisar, excluimos para o efeito os resultados obtidos nas eleições presidenciais

Quadro 36 – Açores: Resultados Eleições Legislativas Regionais (Outubro 1996)

<b>Açores - Eleições Legislativas Regionais 1996</b>				
	<b>Votos</b>	<b>% Votos</b>	<b>Mandatos</b>	<b>% Mandatos</b>
<b>PS:</b>	51906	45,8	24	46,2
<b>PPD/PSD:</b>	46449	41,0	24	46,2
<b>CDS-PP:</b>	8346	7,4	3	5,8
<b>PCP-PEV:</b>	3940	3,5	1	1,9
<b>UDP:</b>	983	0,9	0	0,0
<b>PDA:</b>	340	0,3	0	0,0
<b>Total</b>	111964	98,8	52	100,0

Fonte: Baseado em Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

Como podemos verificar pelo quadro acima apresentado, o PS obteve uma vitória eleitoral consubstanciada em cerca de mais cinco pontos percentuais do que o PPD/PSD. No entanto, devido ao sistema eleitoral em vigor na região (ver pág. 148 e seguintes), os dois partidos arrecadaram o mesmo número de mandatos, o que representou um real problema em termos de proporcionalidade do sistema eleitoral. A maioria relativa obtida sob a liderança de Carlos César acabou por, durante uma legislatura, ficar dependente de alianças parlamentares para o exercício do seu mandato.

Apesar da presente dissertação não se debruçar em profundidade sobre o período em questão, podemos destacar, a título de hipótese, três factores que poderão ter contribuído para o alcance da maioria eleitoral por parte do PS em 1996:

1. Em primeiro lugar, consideramos significativo o abandono de João Bosco Mota Amaral da presidência do Governo em 1995, com vista a assumir o lugar de deputado na Assembleia da República. Foi então substituído por Alberto Romão Madruga da Costa, que se encarregou de completar a legislatura desde Outubro de 1995 até Novembro de 1996. Ora, Mota Amaral era a personificação da influência do partido na região, estando os cidadãos habituados à sua figura, tendo-lhe emitido consecutivamente a confiança eleitoral. Para as eleições de 1996, o PPD/PSD foi encabeçado por Álvaro Dâmaso que, apesar de ter sido deputado regional e secretário regional no governo de Mota Amaral, muito dificilmente poderia competir, em termos de influência e popularidade, com o “pai do PPD/PSD Açores”. Podemos até, neste sentido, verificar que, após longos anos consecutivos de governação por um determinado líder, um partido acaba por sofrer com a sua saída sérias crises de liderança e de recuperação de influência junto do eleitorado<sup>99</sup>. A referida situação verificou-se com clareza no PSD Açores após a saída de Mota Amaral.

---

<sup>99</sup> Exemplos elucidativos do referido paradigma: o PS após a saída de Mário Soares; o PSD após o abandono de Cavaco Silva.

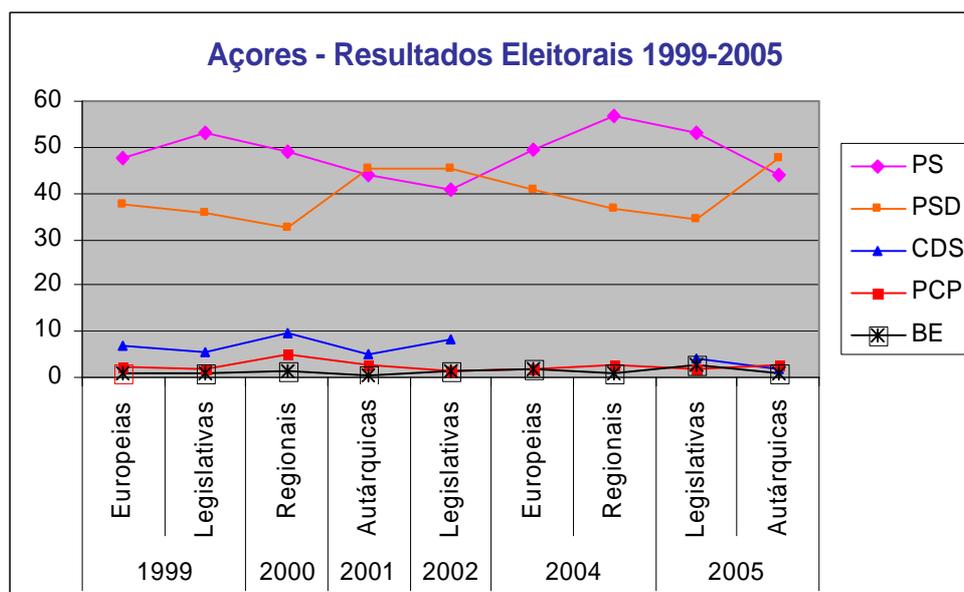
2. Em segundo lugar, não podemos deixar de relacionar a crescente influência do PS a nível nacional. António Guterres ganhara as Eleições Legislativas Nacionais no ano anterior, e encontrava-se, em 1996, com elevados índices de popularidade. Tudo isto intimamente ligado com um novo tipo de discurso do PS, que acentuava as virtudes do diálogo e da concertação com vista a resolver os diversos problemas e cumprir as variadas aspirações dos portugueses. Houve uma flexibilização do discurso socialista em benefício do eleitorado “centrista”, o que trouxe benefícios eleitorais ao partido. Carlos César, o líder do PS Açores, apesar da sua já antiga experiência na política regional, acompanhada de uma bem sucedida campanha eleitoral, beneficiou inevitavelmente dos sucessos do partido a nível nacional. Um novo discurso, uma nova postura, permitiram ao líder do PS dos Açores obter uma maioria histórica para o partido em termos regionais. No fundo, simplificaríamos ao afirmar que se tratou da aplicação nos Açores da mesma fórmula que vencera a nível nacional.
3. Por fim, destacamos o efeito de desgaste que vinte anos consecutivos de governação por parte de qualquer partido podem provocar junto do eleitorado. É natural que a ideia de uma alternativa começasse a adquirir cada vez mais simpatizantes.

No acto eleitoral seguinte, as eleições autárquicas de 1997, o PSD conseguiu maioria dos votos a nível da região, assumindo a liderança de 14 dos 19 concelhos açorianos. Ou seja, mesmo após ter adquirido a Presidência do Governo Regional, o PS não conseguiu obter um bom resultado em eleições que testam verdadeiramente a influência local das forças políticas.

No fundo, e tendo presente a definição de Sartori, constatamos que 1996 representou uma mudança no Sistema de Partidos nos Açores. O fim do sistema de partido predominante proporcionou o esboçar de um sistema de pluralismo limitado, no qual a obtenção de resultados não muito diferenciados entre as duas principais forças políticas levou inclusive à ascensão de um partido com potencial de coligação: o CDS-PP.

A terceira fase do sistema de partidos na região que identificamos, que tem por base o período eleitoral enquadrado desde 1999 até à actualidade, caracteriza-se por um crescente assumir do estatuto de partido predominante por parte do PS. Ou seja, consideramos que, desde 1999, o sistema de partidos açoriano apresenta traços que nos permitem constatar que o padrão de partido predominante tem vindo a ser restabelecido na região.

Quadro 37 – Açores: Resultados Eleitorais 1999-2005



	1999		2000		2001		2002		2004		2005	
	Europeias	Legislativas	Regionais	Autárquicas	Europeias	Legislativas	Europeias	Regionais	Legislativas	Autárquicas		
<b>PS</b>	47,8	53,27	49,2	44,01	40,96	49,3	56,97	53,13	43,83			
<b>PSD</b>	37,6	35,8	32,48	45,41	45,36	40,9	36,84	34,41	47,49			
<b>CDS</b>	6,8	5,56	9,56	4,93	8,37			3,98	1,74			
<b>PCP</b>	2,3	1,72	4,83	2,77	1,4	1,7	2,79	1,7	2,91			
<b>BE</b>	0,9	1,06	1,37	0,44	1,41	1,8	0,97	2,91	0,99			

Fonte: Baseado em Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt), e Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores. [www.vpgr.azores.gov.pt](http://www.vpgr.azores.gov.pt)<sup>100</sup>

Em nove actos eleitorais realizados desde 1999 até à actualidade, o partido liderado por Carlos César perdeu apenas três para o seu principal concorrente. Dois destes resultados verificaram-se nas eleições autárquicas, o que demonstra bem as dificuldades de implantação local do partido que, mesmo estando no poder a nível regional, viu o seu principal adversário levar a melhor num acto eleitoral onde se mede o poder dos partidos a nível local<sup>101</sup>. O segundo resultado negativo diz respeito às eleições legislativas de 2001, nas quais os resultados a nível da região foram naturalmente influenciados pela demissão de António Guterres e consequente ascensão do PSD.

<sup>100</sup> Nas Eleições Europeias e Regionais de 2004, o CDS concorreu em coligação com o PSD. Por uma questão metodológica, e por constatarmos que o PSD era de facto o partido preponderante, optamos por apresentar no referido período os resultados obtidos pela coligação como resultados do PSD.

<sup>101</sup> Nas eleições autárquicas de 2005, e apesar da vitória social democrata, o PS conseguiu conquistar mais três câmaras (Ribeira Grande, Praia da Vitória e Corvo) para além das cinco já detidas na região (Vila do Porto, Lagoa, Angra do Heroísmo, Horta e Santa Cruz das Flores). Ou seja, ficou a deter 8 das 19 câmaras municipais do arquipélago.

Se exceptuarmos os referidos três actos eleitorais, o Partido Socialista conseguiu desde 1999 assumir uma progressiva preponderância a nível do arquipélago. Os resultados obtidos revelaram-se sempre próximos ou acima dos cinquenta por cento das preferências dos eleitores. A superioridade do PS parece-nos aliás ainda mais evidente quando temos em conta o número de vitórias obtidas em todas as freguesias do arquipélago desde 1999

Quadro 38 – Açores: Vitórias por Partido nas Freguesias (1999-2005)

<b>Açores – 1999-2005 <sup>102</sup></b>		
<b>Vitórias por Freguesias</b>		
	<b>Total Vitórias</b>	<b>%</b>
<b>PSD</b>	810	57,5
<b>PS</b>	511	36,3
<b>CDS</b>	6	0,4
<b>CDU</b>	6	0,4
<b>Outros</b>	76	5,4

Fonte: Baseado em Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt)

A análise do quadro acima apresentado demonstra claramente a posição de supremacia que o PS tem vindo a assumir desde 1999, e que teve o seu início precisamente nas eleições legislativas regionais de 1996. Desde 1999, o PS obteve vitórias em 57% do total de freguesias açorianas, deixando o seu principal adversário abaixo do patamar dos 40%. Por seu turno, o total de vitórias obtidas quer pelo CDS (apesar de ter concorrido em coligação com o PPD nas eleições europeias e regionais de 2004), quer pelo PCP, acaba por ser bastante marginal na região, o que realça bem o sistema de partidos de pluralismo limitado do arquipélago.

Constata-se, deste modo que, até à actualidade, o tipo de sistema de partidos saído da transição continua a vigorar, tendo desde 1999 mudado de padrão, ou seja, houve uma alternância na ocupação do lugar de partido predominante.

No entanto, verifica-se que a predominância do PS tem-se demonstrado até agora menos intensa do que a detida anteriormente pelo PPD/PSD. Os resultados eleitorais e o número de vitórias por freguesia demonstram que, apesar de tudo, o segundo partido na região consegue, ainda assim, possuir uma significativa influência política.

Por outro lado, e contrariamente ao que acontecia no período de 20 anos do PPD/PSD, os resultados do PS mostram-se mais influenciáveis pela dinâmica nacional. Ou seja, a popularidade do PS no arquipélago encontra-se muito mais dependente da popularidade do partido a nível nacional do que acontecera anteriormente quando o PPD/PSD liderava os destinos dos Açores. A este respeito, podemos avançar duas hipóteses explicativas, cumulativas entre si:

---

<sup>102</sup> Nas eleições europeias e regionais de 2004, o CDS concorreu em coligação com o PSD. Por uma questão metodológica, e por constatarmos que o PSD era de facto o partido liderante da coligação, optamos por apresentar no referido período os resultados obtidos pela coligação como resultados do PSD.

1. A maior abertura da região ao todo nacional nos últimos anos, fruto de um desenvolvimento das comunicações (televisão, rádio, Internet, transportes aéreos, etc), poderá ter contribuído para uma maior sofisticação do eleitorado açoriano. Tal facto pode significar que o eleitorado consegue agora distinguir melhor o âmbito de cada acto eleitoral, sendo as suas escolhas eleitorais menos constantes devido a tal facto.
2. Desde 1996, com a primeira vitória eleitoral socialista, o eleitorado açoriano começou a melhor conceptualizar a possibilidade de alternância no poder entre forças políticas. Ou seja, passou a ser mais apreensível para os eleitores que mais do que uma força política tem real capacidade para o exercício do poder.

Ambas as hipóteses por nós formuladas apontam, deste modo, para uma progressiva sofisticação do eleitorado açoriano, fenómeno aliás normal dado o gradual aprofundamento democracia portuguesa.



## ***Conclusões***

## Conclusões

Empenhamo-nos no presente trabalho de investigação em analisar as origens e formação do sistema de partidos nos Açores. Deste modo, importa no presente contexto voltar a sublinhar a problemática que nos propusemos desenvolver no início do presente trabalho de investigação:

*Qual o papel e peso das dinâmicas sociais e políticas que entrecruzaram o espaço temporal delimitado pela transição da democracia na formulação e evolução do sistema de partidos dos Açores?*

Por outro lado, e com vista a melhor orientar o caminho da investigação que nos propusemos realizar, elaboramos, tal como referido anteriormente, as seguintes interrogações centrais:

- Qual a origem dos diversos partidos políticos que emergiram no arquipélago, qual a sua modalidade de aparecimento?
- Quais os factores ambientais, sobretudo políticos, que poderão ter influenciado decisivamente a implantação de cada uma das forças políticas que emergiram no arquipélago?
- Qual a influência que o regionalismo e o independentismo tiveram na orientação política dos diversos partidos políticos? De que forma tais movimentos influenciaram o seu discurso, acção política, e influência eleitoral?

Com base na problemática e nas interrogações centrais acima expostas, procurámos traçar todo um vasto panorama sobre o contexto e principais variáveis que determinaram a afirmação das diversas forças políticas que surgiram na região aquando da transição para a democracia. Como não podia deixar de ser, apesar de a transição para a democracia nos Açores possuir traços que demonstram a influência do nacional sobre a realidade do arquipélago, constatamos que o referido período na região se revestiu igualmente de circunstâncias próprias que o distinguem da transição a nível nacional.

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 e suas primeiras consequências representaram para os Açores uma importante ruptura na dinâmica política regional. Apesar de algumas movimentações oposicionistas ao regime se terem verificado durante a era marcelista, das quais destacamos a coligação que concorreu às eleições de 1969 de Ponta Delgada (ver pág. 64 e seguintes), a estabilidade política e social manteve-se uma constante no arquipélago durante o regime ditatorial.

Deste modo, o início da transição para a democracia ficou marcado pelo surgimento de uma dinâmica política particularmente desconhecida na região. Foi neste contexto que se iniciou uma rápida procura de penetração no terreno por parte das diversas forças políticas. Logo nos dias seguintes, o arquipélago assistiu à formação de Comissões Democráticas que, agrupando

alguns antigos resistentes ao antigo regime, logo se ocuparam de difundir o “espírito da revolução”. Nos primeiros dias de Maio iniciou-se a implantação do PPD. Sob a liderança do já experiente Mota Amaral no distrito de Ponta Delgada, a implantação do partido foi rápida e fulgurante, recorrendo a redes políticas já existentes, e cedo afirmando o regionalismo na suas linhas programáticas. O PS, por seu turno, surgiu na região durante o Verão de 1974. Embora apresentando uma série de figuras já reconhecidas a nível nacional, como Jaime Gama, Medeiros Ferreira e Mário Mesquita, o partido denotou algumas dificuldades em encaixar-se na realidade regional, fruto também do seu posicionamento intermédio entre o PPD e o MDP. O PCP denotou desde cedo dificuldades de implantação dada a inexistência de actividade sua antes da Revolução e devido à hostilidade ambiental de que foi alvo. O CDS, apesar de ter aparecido na cena política regional já nos primeiros meses de 1975, foi conseguindo ganhar progressivamente o seu espaço.

As eleições de 1975 representaram o culminar desta primeira fase de implantação das diversas forças políticas. Os resultados eleitorais verificados foram bastante esclarecedores em termos de competição política. O PPD obteve 59,4% dos votos, seguido pelo PS com 26,8%, o CDS com 3,5 % e o PCP com 1,9%. A maioria obtida pelo PPD realçou com clareza a forte capacidade de implantação demonstrada pelo partido no arquipélago.

Sobretudo após o 11 de Março, começaram a fazer-se sentir na região reacções às tensões políticas que então já se manifestavam em Portugal Continental. O endurecimento das posições Gonçalvistas, defensoras dos avanços da revolução, catapultou o regionalismo e independentismo para o centro do panorama político regional. Por um lado, o PPD conseguiu deste modo erguer aquela que vinha sendo uma das suas principais bandeiras políticas – a autonomia regional, o que lhe permitiu uma forte consolidação da sua influência política. Por outro lado, com a sua acção centrada sobretudo no distrito de Ponta Delgada, os movimentos independentistas intensificaram então a sua actividade, despoletando significativas tensões que desembocaram em violência política. A manifestação de 6 de Junho de 1975, que culminou com a demissão do Governador Civil de Ponta Delgada, reconhecido pelas suas convicções revolucionárias, revestiu-se de um enorme simbolismo no período em questão. O PCP e outras forças políticas mais à esquerda viram então a sua actividade seriamente ameaçada durante o Verão Quente, culminando inclusive com a expulsão da região de cerca de 100 militantes e simpatizantes comunistas em Agosto de 1975. O PS também não deixou de sentir os efeitos da ofensiva independentista sobre os seus militantes e as suas sedes.

As ligações do PPD aos movimentos independentistas fizeram com que o referido período do Verão Quente tenha sido de plena afirmação da sua influência política na região, apoiado sobretudo na temática da autonomia regional. Com a ocorrência do 25 de Novembro de 1975 e com o acalmar da situação a nível nacional, as tensões políticas no arquipélago acusaram um nítido esbatimento. O independentismo começou então a perder apoiantes uma vez que alguns dos principais factores que o alimentavam – o receio anticomunista e a vontade de demarcação relativamente à turbulência política que se verificava a nível nacional – começaram a

desvanecer-se (apesar dos acontecimentos de 1978: ver nota de rodapé n.º 86, pág. 137). Enquanto solução intermédia, e embora a sua afirmação inicial se tenha assumido como forma de demarcação relativamente aos acontecimentos e tendências verificadas em Portugal continental, a temática da autonomia começou a ser cada vez mais consensual entre todas as forças políticas. No entanto, a sua afirmação e consagração beneficiou sobretudo o PPD, que desde cedo fizera questão de se afirmar como o “partido da autonomia”.

O regionalismo e o independentismo desempenharam, deste modo, um importante papel durante a transição para a democracia nos Açores, assegurando rapidamente a sua presença na agenda dos principais actores políticos, e influenciando o decurso da acção política. Podemos aliás constatar que o movimento autonomista que emergiu durante a transição para a democracia nos Açores conseguiu manter, com apenas algumas nuances, as características identificadas nas anteriores vagas autonomistas (ver página 51 e seguintes):

- a) Ponta Delgada assumiu-se como cidade e distrito impulsor das questões autonomistas, agregando no seu seio os principais vultos da causa;
- b) Numa fase inicial, o regionalismo verificado durante a transição para a democracia não colocou em causa a divisão distrital do arquipélago
- c) A nível ideológico, as principais correntes autonomistas caracterizaram-se por um nítido conservadorismo político.

O primeiro ciclo eleitoral em 1976 – eleições legislativas, eleições legislativas regionais e eleições autárquicas –, que representou o culminar do período da transição para a democracia, permitiu a definição do sistema de partidos emergente na região (ver Quadro 30, pág. 158). No seguimento de todo um processo bem sucedido de implantação na região, o PPD afirmou-se com clareza como principal partido nos Açores, beneficiando de todo um conjunto já referido de dinâmicas internas e externas ao próprio partido (ver pág. 158).

O sistema de partidos saído da transição apresenta então inúmeros traços de um sistema de partido predominante, segundo a definição de Giovanni Sartori. Os resultados eleitorais obtidos, e a impressionante predominância mesmo quando analisadas todas as freguesias da região, permitem constatar a forte hegemonia com que o PPD saiu da transição para a democracia. A obtenção de maiorias absolutas consecutivas pelo PPD/PSD nos vinte anos seguintes permite-nos chegar à seguinte conclusão: o sistema de partido predominante verificado nos Açores entre 1976 e 1996 encontra as suas raízes no período de transição para a democracia. Ou seja, e tal como enunciado anteriormente, a forma como se processa a transição acaba por ter efeitos significativos no modo de desenvolvimento da consolidação da democracia.

Como é natural, não pretendemos desta forma concluir que a manutenção do PPD/PSD no poder durante 20 anos se deveu exclusivamente à forma como se processou a transição para a democracia e à forma como o partido se conseguiu implantar durante o referido período. Constatamos sim que, e tendo em conta a influência dos períodos de transição na

consolidação da democracia, que o sistema de partidos saído da transição conseguiu manter-se sem interrupção durante 20 anos.

Por outro lado, importa sublinhar que apesar da mudança verificada em 1996, alguns factos levam-nos a constatar que um sistema de partido predominante tem voltado a se afirmar na região, desta vez com o PS como principal partido. Depois de um período de alternância – 1996-1999, o partido liderado por Carlos César tem vindo a assumir uma progressiva predominância sobre as restantes forças políticas do arquipélago. Tal como acontecera anteriormente com o PPD/PSD, o predomínio do PS expressa-se não apenas nos resultados eleitorais gerais obtidos na região, mas também numa vasta influência em todas as freguesias do arquipélago. Ou seja, o sistema de partido predominante afirma-se, deste modo, como um dos traços do panorama político democrático na região até aos nossos dias.

Importa no entanto fazer algumas ressalvas a este respeito. Em primeiro lugar, o predomínio que tem vindo a afirmar-se por parte de PS não se tem revestido da mesma intensidade do que a verificada durante o período PPD/PSD.

Quadro 39 – Açores: Média de Resultados dos Principais Partidos (1975-2005)

<b>Açores – Resultados 1975-2005</b>				
Média Total Principais Partidos				
	PPD/PSD	PS	CDS	PCP
Média Total	49,81	35,53	5,83	2,66
Média Pré-1996	54,26	29,77	6,26	2,66
Média 1996-1998	44,59	42,44	6,56	3,53
Média Pós-1999	39,59	48,72	4,55	2,45

Fonte: Baseado em Comissão Nacional de Eleições, [www.eleicoes.cne.pt](http://www.eleicoes.cne.pt), e Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, [www.stape.pt](http://www.stape.pt).

O quadro acima apresentado demonstra que apesar de o PS ter obtido uma média de resultados na ordem dos 49% desde 1999, a média de resultados do PPD/PSD durante os vinte anos de governo na região foi de 54%. Ou seja, o período de predominância PPD/PSD, para além de ter sido bastante mais longo, foi bastante mais intenso do que o predomínio que se tem vindo a afirmar por parte do PS.

Por seu turno, constatamos que, contrariamente ao verificado durante o período de predomínio do PPD/PSD, os resultados obtidos desde 1999 pelo PS acabam por ser muito mais influenciados pelas dinâmicas políticas verificadas a nível nacional (ver pág. 171). Durante a liderança de Mota Amaral na região, o PPD/PSD nunca perdeu qualquer eleição partidária nos Açores, mesmo em períodos em que o PS se apresentou claramente mais influente a nível nacional. Ou seja, os resultados do PPD/PSD na região permaneceram quase imunes às dinâmicas verificadas a nível nacional. O mesmo não se pode dizer com o PS a nível da região que: 1) foi derrotado nas eleições legislativas que se seguiram à demissão de António Guterres; 2) e que tem vindo a beneficiar/contribuir igualmente para os mais recentes sucessos

eleitorais do PS a nível nacional, nomeadamente as Eleições Europeias de 2004 e as Eleições Legislativas de 2005.

Por fim, e apesar de não ser este o objecto do nosso trabalho, consideramos pertinente questionarmo-nos sobre as causas da tendência verificada de afirmação de um sistema de partido predominante nos Açores até à actualidade. No fundo, quais os factores que poderão explicar a manutenção de um tipo de sistema de partidos de pluralismo moderado na região? Como é natural, uma resposta cientificamente fundamentada a esta questão exigiria todo um exaustivo trabalho de investigação, com a selecção e análise de diversos tipos de variáveis que não nos cabe, no presente contexto, realizar. No entanto, consideramos importante tecer algumas considerações sobre a questão, ensaiando algumas hipóteses.

Procurando seleccionar factores explicativos para a manutenção de um sistema de partido predominante na região passados 30 anos da transição para a democracia, destacamos três tipos de possíveis factores, cumulativos entre si: 1) Factores Técnicos, 2) Factores Políticos e 3) Factores Sócio-Culturais.

No âmbito dos Factores Técnicos, diversas variáveis podiam ser aqui incluídas, nomeadamente as que se relacionam com a configuração das instituições políticas. Destacamos, no entanto, o Sistema Eleitoral. Neste sentido, será o Sistema Eleitoral vigente nas eleições legislativas regionais um dos factores explicativos do sistema de partidos nos Açores? Tal como enunciado anteriormente, o referido sistema eleitoral é responsável por uma significativa desproporcionalidade na transformação de votos em mandatos. No entanto, quando comparada a percentagem de votos obtida e a percentagem de mandatos obtida (ver Quadro 27, pág. 152), verifica-se que a desproporcionalidade do sistema eleitoral não explica a tendência para afirmação de um partido predominante, tanto no período PPD/PSD como no período PS.

Por seu turno, em termos de Factores Políticos, destacaríamos a) Domínio Unipartidário e b) Liderança Carismática como possíveis explicações para a manutenção do sistema de partido predominante na região.

A rápida e fulgurante implantação do PPD/PSD na região, beneficiando de fraca oposição das restantes forças políticas e da sua manutenção no poder durante 20 anos, poderá ter contribuído para uma significativa despolitização da população. A quase inexistência de alternativas políticas fortes e consistentes e o predomínio muito prolongado de um partido político assim o poderá ter ditado. Ou seja, a alternância no exercício do poder não era encarada como um fenómeno político normal, tendo acontecido apenas em 1996. Após 1996, e apenas com quatro excepções eleitorais (três delas dizendo respeito às eleições autárquicas), verificaram-se consecutivas vitórias do PS, repetindo-se o padrão de manutenção da influência eleitoral do partido que ocupa o poder. Ou seja, o possível conservadorismo no encarar da dinâmica democrática apresenta-se como uma possível explicação da manutenção do sistema de partido predominante na região.

Outra hipótese importante a considerar é o papel desempenhado pelo líder do partido predominante. No caso do período PPD/PSD (1976-1995), Mota Amaral assumiu-se sempre como peça chave no sucesso e popularidade do partido. Com o seu abandono da presidência do Governo Regional em 1995, Alberto Romão Madruga da Costa assumiu o seu lugar, não sendo no entanto candidato em 1996, o que poderá ter sido um factor decisivo na derrota do partido. Desde 1996, Carlos César tem também vindo a ocupar um destacadíssimo papel na estratégia ganhadora do partido, conseguindo inclusive a sua maior vitória de sempre nas eleições regionais de 2004, conquistando o seu terceiro mandato. No fundo, o peso do líder partidário parece conseguir afirmar-se como importante denominador comum entre o período pré-1996 e pós-1999 na região.

Por último, destacaríamos hipóteses de factores de índole sócio-cultural. Nesta categoria incluiríamos, por um lado, o significativo “conservadorismo político” do eleitorado regional, que pode determinar as suas preferências em benefício da estabilidade e em prejuízo da mudança. O conservadorismo do eleitorado açoriano pode ser explicado por um leque alargado de factores, que podem ir desde a já referida despolitização, a fraca dinâmica da sociedade civil, até aos níveis elevados de religiosidade dos açorianos, passando por domínios tão variados como a estrutura sócio-económica/de classes da população ou pelo papel desempenhado pela comunicação social regional.

Estas são apenas algumas hipóteses que consideramos dignas de uma análise aprofundada, que permitiria testar a sua relação com a manutenção do sistema de partido predominante nos Açores. De qualquer modo importa, neste quadro, interrogarmo-nos igualmente sobre a complexificação ou não do comportamento eleitoral dos açorianos. Se por um lado, o significativo desenvolvimento a todos os níveis verificado na região durante os últimos anos poderia indiciar uma maior complexificação, os traços identificados de reemergência do modelo de partido predominante na região, mesmo que dotado de uma menor intensidade, poderão indicar o contrário. A resposta a esta questão poderá passar pela busca de relações e correlações entre o sistema de partidos na região e o desenvolvimento dos modelos de comportamento eleitoral dos açorianos.

As interrogações e o desafio inerente à sua resolução ficam, deste modo, lançados.

## **Anexo I**

### **A Multiplicação de Partidos nos primeiros tempos que se seguiram à Revolução**

#### **Listagem de Janeiro de 1975**

1. Apoio à Reconstrução do Partido Marxista Leninista
2. Comités Comunistas Revolucionários Marxistas Leninistas
3. Comité de Ligação dos Militantes Revolucionários Portugueses
4. Comité Marxista Leninista de Portugal - Partido Comunista de Portugal
5. Frente Comunista Revolucionária
6. Frente Popular Livre
7. Frente Socialista Popular
8. Liga Comunista
9. Liga Comunista Internacionalista
10. Liga para a Construção do Partido Revolucionário
11. Liga Unida de Acção Revolucionária
12. Movimento Democrático de Libertação Português
13. Movimento para a Autogestão Revolucionária do Proletariado
14. Movimento Popular Português
15. Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
16. Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa
17. Partido do Centro Democrático Social
18. Partido Comunista de Portugal Marxista Leninista
19. Partido Comunista Português
20. Partido da Democracia Cristã
21. Partido do Progresso - Movimento Federalista Português
22. Partido Liberal
23. Partido Popular Democrático
24. Partido Popular Monárquico
25. Partido Social Democrata Independente
26. Partido Socialista
27. Partido Trabalhista Democrático Português
28. Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionárias
29. União Democrática
30. União Operária Revolucionária
31. Unidade e Luta e Vanguarda Vermelha
32. Unidade Revolucionária Marxista Leninista

Aos partidos já referenciados, acrescentam-se alguns constantes de uma listagem de Agosto de 1974

33. Centro Político de Cultura Operária
34. Centros Populares 25 de Abril
35. Fraternalismo Português
36. Frente de Libertação Operária e Camponesa
37. Partido Cristão Social Democrata
38. Partido Democracia Livre
39. Partido Nacionalista Português
40. Partido Social Democrata Português

Movimentos já existentes antes do 25 de Abril de 1974

41. Causa Monárquica
42. SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social

Torna-se importante referir que, de todas as organizações políticas expostas, apenas 11 apresentam listas de candidatos às eleições para a Assembleia Constituinte.

**Fonte:** Sousa, 1983: 238-239.

## **Referências Bibliográficas**

- AA.VV. (1995a)**, *A Autonomia no Plano Histórico, Actas do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Jornal de Cultura, Ponta Delgada;
- AA.VV. (1995b)**, *A Autonomia no Plano Político, Actas do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Jornal de Cultura, Ponta Delgada;
- AA.VV. (1995c)**, *A Autonomia no Plano Jurídico, Actas do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Jornal de Cultura, Ponta Delgada;
- AA.VV. (1995d)**, *A Autonomia no Plano Sócio-Cultural, Actas do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Jornal de Cultura, Ponta Delgada;
- AA.VV. (2001)**, *A Reforma do Estado em Portugal: Problemas e Perspectivas*, Actas do I Encontro Nacional de Ciência Política, Editorial Bizâncio, Lisboa;
- AAVV. (2004)**, *Um Caso de Luta pela Liberdade e pela Democracia: o Projecto de Revisão Constitucional da Ala Liberal*, Instituto Sá Carneiro, Lisboa;
- Amaral**, Carlos Eduardo Pacheco (1990), *Regionalismo e Estado Regional*, in Arquipélago, Revista da Universidade dos Açores, Ciências Sociais, nº 5, Ponta Delgada;
- Amaral**, Carlos Eduardo Pacheco (1998), *Do Estado Soberano ao Estado das Autonomias – Regionalismo, Subsidiariedade e Autonomia para uma Nova Ideia de Estado*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, Porto;
- Amaral**, Diogo Freitas do (1996), *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)*, Bertrand Editora, Lisboa;
- Amaral**, João Bosco Mota (2002a), *A Autonomia dos Açores em Acção*, Instituto Francisco Sá Carneiro, Lisboa;
- Amaral**, João Bosco Mota (2002b), *Um País que nunca Existiu*, direito de resposta publicado na revista *Grande Reportagem*, Outubro de 2002, Lisboa;
- Andrade**, José (1999), *História(s) do Partido Popular Democrático Açoreano – P.P.D.A.*, Partido Social Democrata, Ponta Delgada;
- Andrade**, José (2000), *Guia Político dos Açores*, Ponta Delgada;
- Ávila**, Ermelindo (2002), *Crónicas da Minha Ilha*, Volume 2, Câmara Municipal das Lajes do Pico, Lajes do Pico;
- Avillez**, Maria João (1996), *Soares: Ditadura e Revolução*, Círculo de Leitores, Lisboa;
- Bartolini**, Stefano e Peter Mair (2001), *Challenges to Contemporary Political Parties*, in Diamond, Larry, e Richard Ghunter, *Political Parties and Democracy*, The John Hopkins University Press, Baltimore;
- Baudouin**, Jean (2000), *Introdução à Sociologia Política*, Editorial Estampa, Lisboa;
- Bento**, Carlos Melo, *Horas Amargas*, Ponta Delgada (?);
- Bento**, Carlos Melo (2000), *História dos Açores*, Ponta Delgada (?);
- Bento**, Carlos Melo, (?), *História dos Açores II – 1900/1910*, Ponta Delgada;
- Canas**, Vitalino (org.) (2005), *O Partido Socialista e a Democracia*, Celta, 2005;
- Carreiro**, José Bruno (1981), *Antero de Quental – Subsídios para a sua Biografia*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Livraria Editora Pax, Braga;

- Chilcote**, Ronald H. (1998), *Teorias de Política Comparada: a Busca de um Paradigma Reconsiderado*, Editora Vozes, Rio de Janeiro;
- Cordeiro**, Carlos (1999), *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Edições Salamandra, Lisboa;
- Cruz**, Manuel Braga da (org) (1998a), *Sistemas Eleitorais: O Debate Científico*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa;
- Cruz**, Manuel Braga da (org) (1998b), *Sistema Eleitoral Português – Debate Político e Parlamentar*, Presidência do Concelho de Ministros, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa;
- Cruz**, Manuel Braga da (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Bertrand Editora, Lisboa;
- Cunhal**, Álvaro (1996), *A Revolução Portuguesa: o Passado e o Futuro*, Edições Avante!, Lisboa;
- Cunhal**, Álvaro (1999), *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*, Edições Avante!, Lisboa;
- Daalder**, Hans (2001), *The Rise of Parties in Western Democracies*, in Diamond, Larry, e Richard Ghunter, *Political Parties and Democracy*, The John Hopkins University Press, Baltimore;
- Dalton**, Russel J., Ian **Maclister** e Martin P. **Wattenberg** (2003), *Democracia e Identificação Partidária nas Sociedades Industriais Avançadas*, *Análise Social*, n.º 167, pp. 295-320, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- Diamandouros**, P. Nikiforos, e Richard **Gunther** (Ed.) (2001), *Parties, Politics and Democracy in the New Southern Europe*, The John Hopkins University Press, baltimore e Londres;
- Diamond**, Larry (1999), *Developing Democracy: Toward Consolidation*, The John Hopkins University Press, Baltimore e Londres;
- Diamond**, Larry, e Richard **Gunther** (Ed.) (2001a), *Political Parties and Democracy*, The John Hopkins University Press, Baltimore;
- Diamond**, Larry, e Richard **Gunther** (2001b), *Introduction*, em Diamond e Gunther (ed), 2001;
- Duverger**, Maurice (1961), *Les Partis Politiques*, Librairie Armand Colin, Paris;
- Eco**, Umberto (1997) *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, Editorial Presença, Lisboa;
- Ferreira**, José Medeiros (1994), *Portugal em Transe*, in Mattoso, José, *História de Portugal*, vol. VIII, Círculo de Leitores, Lisboa;
- Ferreira**, José Medeiros (1996a), *A Autonomia dos Açores e os Regimes Políticos em Portugal*, in revista *Ler História*, n.º 31, pp. 157-167, Lisboa;
- Ferreira**, Eduardo Paz Ferreira (1996b), *O Poder Autónómico*, in Reis António (Coord), *Portugal: 20 anos de Democracia*, Temas & Debates, Lisboa;
- Figueiredo**, Rui Paulo (2004), *Aníbal Cavaco Silva e o PSD (1985-1995): A Pós-Consolidação do Regime Democrático Português*, Hugin Editores, Lisboa;
- Freire**, André (2001a), *Modelos de Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*, Celta, Oeiras;
- Freire**, André (2001b), *Mudança Eleitoral em Portugal: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas, 1983-1999*, Celta, Oeiras;

- Gunther**, Richard, P. Nikiforos **Diamandouros** (1995), *The Politics of Democratic Consolidation: Southern Europe in Comparative Perspective*, The John Hopkins University Press, Baltimore e Londres;
- Gunther**, Richard, e Larry **Diamond** (2001), *Types and Functions of Parties*, in Diamond, Larry, e Richard Gunther, *Political Parties and Democracy*, The John Hopkins University Press, Baltimore;
- Gunther**, Richard, José Ramón **Montero** e Juan J. **Linz** (Ed.) (2002), *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*, Oxford University Press, Oxford;
- Harman**, Grant (1992), *Intergovernmental Relations: Federal Systems*, in Hawkesworth, Mary, e Maurice Kogan (ed) (1992), *Encyclopedia of Government and Politics*, Routledge, Londres e Nova Iorque;
- Heertje**, Arnold, (1998), *Schumpeter, Joseph Alois*, in David Miller (Ed), *The Blackwell Encyclopaedia of Political Thought*, Blackwell, Oxford;
- Hermet**, Guy, Julian Thomas **Hottinger** e Daniel-Louis **Seiler** (Ed.) (1998), *Les Partis Politiques en Europe de L'ouest*, Economica, Paris ;
- Howard**, J. Wiarda (1989), *The Transition to Democracy in Spain and Portugal*, American Institute for Public Policy Research, Washington;
- Huntington**, Samuel P. (1993), *The Third Wave of Democratization – Democratization in the late Twentieth Century*, University of Oklahoma Press, Norman;
- João**, Maria Isabel (1991), *Os Açores no Século XIX – Economia, Sociedade e os Movimentos Autonomistas*, Edições Cosmos, Lisboa;
- João**, Maria Isabel (1996), *Identidade e Autonomia*, in revista *Ler História*, n.º 31, pp. 157-167, Lisboa;
- Katz**, Richard S., e Peter Mair (Ed.) (1994), *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*, Sage Publications, Londres;
- Kirshheimer**, Otto (1966), *Catch All Party*, in Mair, Peter (Ed.) (1990), *The West European Party System*, pp. 50-60, Oxford University Press, Oxford;
- Léonard**, Ives (1999), *Portugal*, pp. 377-399), in Hermet, Guy, Julian Thomas Hottinger e Daniel-Louis Seiler (Ed.), *Les Partis Politiques en Europe de L'ouest*, Economica, Paris;
- Lijphart**, Arend (1999), *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*; Yale University Press, New Haven e Londres;
- Linz**, Juan J., e Alfred **Stepan** (Ed.) (1978), *The Breakdown of Democratic Regimes: Europe*, The John Hopkins University Press, Baltimore e Londres;
- Linz**, Juan J., e Alfred **Stepan** (1996), *Problems of Democratic Transition and Consolidation – Southern Europe, Latin America and Post Communist Europe*, The John Hopkins University Press, Baltimore e Londres;
- Lipset**, Seymour Martin, e Stein Rokkan (1992), *Estruturas de Clivagem, Sistemas Partidários e Alinhamentos de Eleitores*, in Lipset, Seymour Martin, *Consenso e Conflito*, Gradiva, Lisboa;
- Lively**, Jack, (1998), *Tocqueville, Alexis de*, in David Miller, *The Blackwell Encyclopaedia of Political Thought*, Blackwell, Oxford;
- Lopes**, Fernando Farelo (2001), *Transição de Regime, Partidos Políticos e Clientelismo “de partido” em Portugal*, in AA.VV., *A Reforma do Estado em*

*Portugal: Problemas e Perspectivas*, Actas do I Encontro Nacional de Ciência Política, Editorial Bizâncio, Lisboa;

**Lopes**, Fernando Farelo, e André **Freire (2002)**, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais – Uma Introdução*, Celta, Oeiras;

**Lopes**, Fernando Farelo (2004), *Os Partidos Políticos: Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Celta, Oeiras;

**Mair**, Peter (Ed.) (1990), *The West European Party System*, Oxford University Press, Oxford;

**Mair**, Peter (1994), *Party Organizations: From Civil Society to the State*, in Katz e Mair (1994), *Ob. Cit*;

**Mair**, Peter (2003), *Os Partidos Políticos e a Democracia*, *Análise Social*, n.º 167, pp. 277-293;

**Martins**, Guilherme d'Oliveira (1996), *Os Partidos Políticos*, in Reis António (Coord), *Portugal: 20 anos de Democracia*, Temas & Debates, Lisboa;

**Martins**, Susana (2005), *Socialistas na Oposição ao Estado Novo: Um Estudo sobre o Movimento Socialista Português de 1926 a 1974*, Casa das Letras, Lisboa;

**Mattoso**, José (Coord) (1994), *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa;

**Maxwell**, Kenneth (1999), *A Construção da Democracia em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa,;

**Medeiros**, Rui, e Jorge Pereira da **Silva (1997)**, *Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Anotado*, Principia, Lisboa;

**Mendes**, José Manuel Oliveira (2003), *Do Ressentimento ao Reconhecimento: Vozes, Identidades e Processos Políticos nos Açores (1974-1996)*, Edições Afrontamento, Porto;

**Meny**, Yves (Ed.) (1991), *Idéologies, Partis Politiques et Groupes Sociaux*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris;

**Mesquita**, Mário (1987), *A Regra da Instabilidade*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa;

**Michels**, Robert (2001a), *A Democracia e a Lei Férrea da Oligarquia*, In Cruz, Manuel Braga da, *Teorias Sociológicas – Os Fundadores e os Clássicos*, Vol.I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;

**Michels**, Robert (2001b), *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos*, Antígona, Lisboa;

**Miranda**, Jorge (1987), *Regiões Autónomas*, in Polis, *Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Vol. V, Editorial Verbo, Lisboa/S.Paulo;

**Miranda**, Jorge (1996), *Manual de Direito Constitucional, Estrutura Constitucional do Estado*, Tomo III, Coimbra Editora, Coimbra;

**Miranda**, Jorge (1997a), *Manual de Direito Constitucional*, tomo V, Coimbra Editora, Coimbra;

**Miranda**, Jorge (1997b), *As Constituições Portuguesas –De 1822 ao Texto Actual da Constituição*, Livraria Petrony Lda, Lisboa;

**Moniz**, António Brandão (2000), *O Poder e o Discurso da Imprensa Quotidiana nos Açores*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada;

**Montero**, José Ramón, e Richard **Ghunter (2002)**, *Introduction: Reviewing and Reassessing Parties*, em Richard Ghunter, José Ramón Montero e Juan J. Linz (ed.) (2002), *ob cit.*, pp. 1-35;

- O'Donnell**, Guillermo, e Philippe **Schmitter** (1986), *Transitions from Authoritarian Rule – Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*, The John Hopkins University Press, Baltimore e Londres;
- Oliveira**, J. Tiago (1981), *O Sistema Eleitoral Português como Forma de Representação*, em Manuel Braga da Cruz (org) (1998b), pp. 93-102;
- Panebianco**, Angelo (1982), *Modelos de Partido*, Alianza Editorial, Madrid;
- Pasquino**, Gianfranco (2002), *Curso de Ciência Política*, Principia, Cascais;
- Pereira**, André Gonçalves (1986), *Sistema Eleitoral e Sistema de Governo*, em Manuel Braga da Cruz (org) (1998b), pp. 143-147;
- Pinto**, Ricardo Leite (1984), *Sistema Eleitoral – Seus Efeitos na Representação Política*, em Manuel Braga da Cruz (org) (1998b), pp. 103-108;
- Quivy**, Raimond, e Luc Van **Campehoudt** (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa;
- Reis**, António (Coord) (1996), *Portugal: 20 anos de Democracia*, Temas & Debates, Lisboa;
- Reis**, António (2000), *O Partido Socialista na Revolução: da Via Portuguesa para o Socialismo em Liberdade à Defesa da Democracia Pluralista*, in Canas, Vitalino (org) (2000), *ob. cit.* pp. 51-93;
- Rhodes**, R. A. (1992), *Intergovernmental Relations: Unitary Systems*, in Hawkesworth, Mary, e Maurice Kogan (ed) (1992), *Encyclopedia of Government and Politics*, Routledge, Londres e Nova Iorque;
- Rosa**, Victor M. Pereira da, e **Trigo**, Salvato V. P. (1987), *Da Insularidade à Açorianidade: Algumas Reflexões*, em Arquipélago, Revista da Universidade dos Açores, Ciências Sociais, n.º 5, Ponta Delgada.
- Rosas**, Fernando (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, in Mattoso, José, *História de Portugal*, vol. VII, Círculo de Leitores, Lisboa;
- Rosas**, Fernando (Coord) (1999), *Portugal e a Transição para a Democracia*, Edições Colibri, Lisboa;
- Rosas**, Fernando e **Oliveira**, Pedro Aires (2004), *A Transição Falhada: O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, Editorial Notícias, Lisboa;
- Sablosky**, Juliet Antunes (2005), *The Portuguese Socialist Party*, in Canas (org), 2005, *ob. cit.* pp: 273-294;
- Santos**, Nuno Costa (2002), *Açores: Um País que Nunca Existiu*, Grande Reportagem, Setembro 2002, Lisboa;
- Sartori**, Giovanni (1976), *A Typology of Party Systems*, in Mair (org), 1990, *ob. cit.*, pp. 316-349;
- Schmitter**, Philippe C. (2001), *Parties Are Not What They Once Were*, em Diamond e Ghunter (2001);
- Schmitter**, Philippe C. (1999a), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa; em
- Schmitter**, Philippe C. (1999b), *The Democratization of Portugal in its Comparative Perspective*, in Fernando Rosas (Coord), 1999: pp. 337-363;
- Seiler**, Daniel-Louis (2000), *Les Partis Politiques*, Armand Colin, Paris;
- Seiler**, Daniel-Louis (2003), *Les Partis Politiques en Occident*, Ellipses, Paris;

- Silva**, Rui Gomes da, e Vasco Pereira da Silva (1987), *Regionalismo*, in *Polis*, Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado, Vol. V, Editorial Verbo, Lisboa/S.Paulo
- Sousa**, Marcelo Rebelo de (1983), *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Livraria Cruz, Braga;
- Sousa**, Marcelo Rebelo de (1986), *Partidos Políticos*, in *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, volume 4, Editorial Verbo, Lisboa;
- Sousa**, Marcelo Rebelo de (2000), *A Revolução e o Nascimento do PPD*, 1º e 2º Volume, Bertrand Editora, Lisboa;
- Trigueiro**, José Arlindo Armas (2000), *Açores: Vinte Anos de Autonomia*, Horta;
- Ware**, Alan, (1996), *Political Parties and Party Systems*, Oxford University Press, Oxford;
- Zippelius**, Reinhold (1997), *Teoria Geral do Estado*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

### ***Entrevistas***

- Carlos Melo Bento, Ponta Delgada, 30 de Junho de 2004;
- José Decq Mota, Ponta Delgada, 1 de Julho de 2004;
- Augusto Cymbron, Ponta Delgada, 1 de Julho de 2004;
- José de Almeida, Capelas, 2 de Julho de 2004;
- Jaime Gama, Lisboa, 6 de Outubro de 2004;
- José Enes, Lisboa, 28 de Outubro de 2004;
- António Borges Coutinho, Cascais, 6 de Novembro de 2004;
- João Bosco Mota Amaral, Lisboa, 11 de Dezembro de 2004;
- Mário Mesquita, Lisboa, 18 de Janeiro de 2005;
- José Jorge Couto, Lisboa, 27 de Janeiro de 2005;

### ***Periódicos***

- Açoriano Oriental*, Ponta Delgada, Março de 1974 a Agosto 1976
- Açores*, Ponta Delgada, Março de 1974 a Agosto de 1976

## Índice de Quadros

QUADRO 1 – RESULTADOS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS REGIONAIS NOS AÇORES (1976-1996)	8
QUADRO 2 – ORIGENS DOS PARTIDOS POLÍTICOS – CLIVAGENS IDENTIFICADAS POR LIPSET E ROKKAN	15
QUADRO 3 – FUNÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS	17
QUADRO 4 – CARACTERÍSTICAS DOS TIPOS DE PARTIDOS	19
QUADRO 5 – CARACTERÍSTICAS DO <i>CATCH ALL PARTY</i>	20
QUADRO 6 – RELAÇÃO ENTRE OS PARTIDOS E O ESTADO NA ACTUALIDADE	21
QUADRO 7 – GIOVANNI SARTORI, CLASSIFICAÇÕES DE SISTEMAS DE PARTIDOS (CRITÉRIO NUMÉRICO)	25
QUADRO 8 – GIOVANNI SARTORI, CLASSIFICAÇÕES SISTEMAS DE PARTIDOS (CRITÉRIO FRAGMENTAÇÃO)	26
QUADRO 9 – AS VAGAS E REVERSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO POR PERÍODO TEMPORAL	31
QUADRO 10 – AS VAGAS E REVERSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO POR GRUPOS DE PAÍSES	32
QUADRO 11 – DEMOCRATIZAÇÃO NO MUNDO MODERNO	34
QUADRO 12 – EVOLUÇÃO POLÍTICO-JURÍDICA DA AUTONOMIA AÇORIANA: PRINCIPAIS DIPLOMAS (1895-1974)	53
QUADRO 13 – AÇORES: DIMENSÃO GEOGRÁFICA E DENSIDADE POPULACIONAL DAS ILHAS	58
QUADRO 14 – AÇORES: INDICADORES DE SAÚDE (1970-1982)	59
QUADRO 15 – ESTRUTURA DE QUALIFICAÇÕES (1960) (POPULAÇÃO QUE FREQUENTA OU POSSUI GRAU DE ENSINO) (%)	60
QUADRO 16 – POPULAÇÃO ACTIVA E ACTIVIDADE ECONÓMICA (%)	60
QUADRO 17 – POPULAÇÃO E CRENÇAS RELIGIOSAS (1960) (%)	62
QUADRO 18 – PORTUGAL: RESULTADOS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (ABRIL 1975)	117
QUADRO 19 – AÇORES: RESULTADOS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (ABRIL 1975)	119
QUADRO 20 – VIOLÊNCIA POLÍTICA: ALGUMAS REFERÊNCIAS DO JORNAL <i>AÇORIANO ORIENTAL</i> (1975)	131
QUADRO 21 – PORTUGAL: RESULTADOS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS (ABRIL DE 1976)	145
QUADRO 22 – AÇORES: RESULTADOS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS (ABRIL 1976)	146
QUADRO 23 – AÇORES: RESULTADOS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS REGIONAIS (JUNHO 1976)	147
QUADRO 24 – REGIONAIS 1976: MANDATOS POR ILHA	148
QUADRO 27 – AÇORES: SIMULAÇÃO PROPORCIONALIDADE DOS RESULTADOS DE 1976	152
QUADRO 28 – PORTUGAL: RESULTADOS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS (DEZEMBRO 1976)	153
QUADRO 29 – AÇORES: RESULTADOS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS (DEZEMBRO 1976)	154
QUADRO 30 – TRAÇOS CARACTERIZADORES DA IMPLANTAÇÃO DOS PARTIDOS NOS AÇORES (1974-1976)	158
QUADRO 31 – AÇORES: RESULTADOS ELEITORAIS 1975-1976	160
QUADRO 32 – AÇORES: INFLUÊNCIA DOS PARTIDOS POR FREGUESIAS (1975-1976)	161
QUADRO 33 – AÇORES: RESULTADOS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS REGIONAIS (1976-2004)	164
QUADRO 34 – AÇORES: RESULTADOS ELEITORAIS (1975-2005)	165
QUADRO 35 – AÇORES: VITÓRIAS POR FREGUESIA (1975-1995)	167
QUADRO 36 – AÇORES: RESULTADOS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS REGIONAIS (OUTUBRO 1996)	168
QUADRO 37 – AÇORES: RESULTADOS ELEITORAIS 1999-2005	170
QUADRO 38 – AÇORES: VITÓRIAS POR PARTIDO NAS FREGUESIAS (1999-2005)	171
QUADRO 39 – AÇORES: MÉDIA DE RESULTADOS DOS PRINCIPAIS PARTIDOS (1975-2005)	177